CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

RELATÓRIO MENSAL
HABILITAÇÕES E IMPUGNAÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CRÉDITOS RECONHECIDOS EM AÇÕES DE CONHECIMENTO

"GRUPO ADAMANTINA"

EXPRESSO ADAMANTINA LTDA

VAT - VIAÇÃO ADAMANTINA DE TRANSPORTES LTDA

EMPRESA DE ÔNIBUS ROMEIRO LTDA

RÁPIDO LINENSE LTDA

TRANSPORTES LABOR LTDA

M.G. TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA

MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA

MARTINS & GUIMARÃES TRANSPORTE E TURISMO LTDA

Abril/maio de 2026

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

QUADRO RESUMO

Credor(a)	Valor 2º Edital ou nos QGCs atualizados	Valor Pleiteado pelo Credor(a)	Valor Apurado Pela AJ	Classe AJ
Maurício Domingos Cândido	N/A	R$ 550,00	R$ 1.629,66	Classe I – Trabalhistas
Juliana Galera de Lacerda	R$ 3.998,18	R$ 9.578,94	R$ 4.161,15[1]	Classe I – Trabalhistas
Aparecido Domingos de Almeida	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00	R$ 1.526,55	Classe I – Trabalhistas
Flávia Cristina da Silva	R$ 4.964,99	R$ 11.569,09	R$ 11.122,42	Classe I – Trabalhistas
Gilson Biazini	N/A	R$ 64.495,51	R$ 58.484,13	Classe I – Trabalhistas
Gustavo Bassoli Ganarani	R$ 4.268,38	N/A	R$ 10.116,79[2]	Classe I – Trabalhistas
Rafael da Gama Montezuma	R$ 7.851,38	R$ 20.499,86	R$ 16.880,38	Classe I – Trabalhistas
Celso Ervolino	N/A	R$ 33.769,60	R$ 33.769,60	Classe I – Trabalhistas
Jefferson Dener Portela Pereira	N/A	R$ 5.874,60	R$ 5.874,60	Classe I – Trabalhistas

[1] O crédito apurado pela Administradora Judicial é de R$ 162,97, que, somado ao crédito já listado (R$ 3.998,18) em favor da credora, perfaz o montante total de R$ 4.161,15.

[2] O crédito apurado pela Administradora Judicial é de R$ 5.848,41, que, somado ao crédito já listado (R$ 4.268,38) em favor do credor, perfaz o montante total de R$ 10.116,79.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Credor(a)	Valor 2º Edital ou nos QGCs atualizados	Valor Pleiteado pelo Credor(a)	Valor Apurado Pela AJ	Classe AJ
Beatriz Aparecida de Godoy Garcia	N/A	R$ 587,46	R$ 587,46	Classe I – Trabalhistas
Antonio Marcio Ferreira de Souza	N/A	R$ 50.859,29	R$ 50.859,29	Classe I – Trabalhistas
Saulo Moreira Grossi	N/A	R$ 5.399,05	R$ 5.399,05	Classe I – Trabalhistas
Juliana Arruda Menezes	N/A	R$ 39.675,00	R$ 13.089,37	Classe I – Trabalhistas
Alvina Ferreira da Silva Jorge Ferreira da Silva Lidya Vitoria Fortunato Ferreira Alexandre Estevão Fortunato Ferreira Maria Célia Ferreira da Silva	N/A	R$ 10.034,84	R$ 1.271,44 R$ 1.271,44 R$ 1.271,44 R$ 1.271,44 R$ 1.271,44	Classe III – Quirografários Classe III – Quirografários Classe III – Quirografários Classe III – Quirografários Classe III - Quirografários

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

I. MAURÍCIO DOMINGOS CÂNDIDO

DADOS DO CREDOR	
Nome/Razão Social	Maurício Domingos Cândido
CPF/CNPJ	257.752.658-07
Tipo do Requerimento	O credor busca a inclusão do crédito de R$ 550,00, na Classe I – Trabalhistas.

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO	
Crédito Listado	**Classificação do Crédito Listado**
N/A	N/A
Valor do crédito pretendido pelo Credor	**Classificação do crédito pretendido pelo Credor**
R$ 550,00	Classe I - Trabalhistas

DOCUMENTOS APRESENTADOS	
I	E-mail solicitando a habilitação de crédito, enviado em 14/05/2026
II	Petição de fls. 17.807/17.873 da recuperação judicial.
III	Instrumento de procuração.
IV	Sentença condenatória proferida no âmbito da ação trabalhista nº 0010330-59.2024.5.15.0103, tramitada perante a 3ª Vara do Trabalho de Araçatuba/SP – fls. 17.847/17.866

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

a) Síntese do caso

Trata-se de pedido de habilitação apresentado por Maurício Domingos Cândido, por meio do qual busca a inclusão, em seu favor, de crédito no valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), na Classe I – Trabalhistas da relação de credores.

Inicialmente, oportuno ressaltar que, antes da apresentação deste parecer, esta Administradora Judicial encaminhou, em 21/05/2026, o pedido de habilitação às Recuperandas, a fim de que exercessem o contraditório. As Recuperandas, todavia, não se manifestaram sobre o tema.

Pois bem. O crédito em comento é derivado da relação de trabalho mantida entre o Sr. Maurício e a Recuperanda Empresa de Ônibus Romeiro, consubstanciada na prestação de serviços como motorista de ônibus, no período de **11/07/2018** a **09/04/2022**. O descumprimento de obrigações legais e contratuais durante o vínculo empregatício ensejou o ajuizamento ação trabalhista n° 0010330-59.2024.5.15.0103, tramitada perante a 3ª Vara do Trabalho de Araçatuba/SP.

No âmbito da ação trabalhista, a Recuperada foi condenada, por sentença proferida em **27/09/2024 (anexo 1)**, ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) referente ao período de 2020/2022, prevista em norma coletiva, tendo em vista que, embora a Reclamada tenha juntado a CCT da categoria, a qual previa o recebimento da verba, não comprovou seu pagamento nos holerites apresentados. A sentença julgou improcedentes os pedidos relativos ao intervalo interjornada e às férias em dobro, autorizou a dedução dos valores comprovadamente pagos a idêntico título e fixou honorários advocatícios sucumbenciais em favor do patrono do reclamante no importe de 5% sobre o valor líquido da condenação.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Diante da condenação acima descrita, o Habilitante opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados pelo D. Juízo trabalhista:

> **DISPOSITIVO:**
>
> Diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, nos termos da fundamentação supra que integra a presente sentença **CONHEÇO DOS EMBARGOS** e, no mérito, **REJEITO-OS**.

Diante disso, o Habilitante interpôs Recurso Ordinário, tendo o E. TRT15, por meio de acórdão proferido em 12/06/2025 (**anexo 2**), dado provimento parcial ao recurso, reformando a r. sentença condenatória conforme se observa:

> **III - CONCLUSÃO**
>
> Pelo exposto,decido **CONHECER** e **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso de **MAURICIO DOMINGOS CANDIDO**, para majorar para 10% o percentual dos honorários sucumbenciais devidos ao seu patrono, nos termos da fundamentação.

Por conseguinte, o Habilitante apresentou seus cálculos de liquidação, atualizando o crédito até o dia 31/08/2025. Por conseguinte, após a notícia do deferimento do processo de Recuperação Judicial, o Habilitante foi intimado a adequar seus cálculos,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

razão pela qual apresentou nova planilha, com atualização do débito até a data do pedido recuperacional (20/11/2024) (**anexo 3**), a qual foi homologada pelo D. Juízo trabalhista (**anexo 4**).

Nessas condições, o crédito em análise se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do *caput* do art. 49 da Lei n° 11.101/2005 e do Tema 1.051 do C. STJ, visto que o seu fato gerador – consubstanciado na prestação de serviços e no inadimplemento das verbas devidas por ocasião do vínculo e de sua rescisão – é anterior à data do ajuizamento da recuperação judicial (**20/11/2024**).

No tocante ao valor do crédito, denota-se da planilha de cálculo (vide **anexo 3**), que o crédito foi atualizado até a data do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**), ou seja, em conformidade com o art. 9º, II, da Lei n° 11.101/2005.

Nesse sentido, o crédito trabalhista detido pelo Sr. Maurício Domingos Cândido, perfaz o montante de R$ 1.629,66 (mil seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos), na Classe I - Trabalhistas.

b) Conclusão desta Administradora Judicial

Diante do exposto, **acolhe-se** a habilitação apresentada para que seja incluído, na relação de credores, o crédito de **R$ 1.629,66 (mil seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos)**, na Classe I – Trabalhistas, em favor do Sr. Maurício Domingos Cândido.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

QUADRO RESUMO	
Credor (Titular do Crédito)	Maurício Domingos Cândido
Classificação	Classe I – Trabalhistas
Valor do Crédito	R$ 1.629,66

(ESPAÇO INTENCIONALMENTE EM BRANCO)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

II. JULIANA GALERA DE LACERDA

DADOS DO CREDOR	
Nome/Razão Social	Juliana Galera de Lacerda
CPF/CNPJ	401.256.718-73
Tipo do Requerimento	A credora busca a inclusão do crédito de R$ 9.578,94, na Classe I – Trabalhistas

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO	
Crédito Listado	**Classificação do Crédito Listado**
R$ 3.998,18	Classe I – Trabalhistas
Valor do crédito pretendido pela Credora	**Classificação do crédito pretendido pela Credora**
R$ 9.578,94	Classe I – Trabalhistas

DOCUMENTOS APRESENTADOS	
I	E-mail solicitando a habilitação de crédito, enviado em 14/05/2026
II	Petição de fls. 17.807/17.873 da recuperação judicial.
III	Sentença condenatória proferida no âmbito da ação trabalhista nº 0010330-59.2024.5.15.0103, tramitada perante a 3ª Vara do Trabalho de Araçatuba/SP, bem como v. acórdão proferido pelo E. TRT 15 – fls. 17.847/17.866

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

a) Síntese do caso

Trata-se de pedido de habilitação apresentado por Juliana Galera de Lacerda, por meio do qual busca a inclusão, em seu favor, de crédito no valor de R$ 9.578,94 (nove mil quinhentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos), na Classe I – Trabalhistas da relação de credores.

Inicialmente, oportuno ressaltar que, antes da apresentação deste parecer, esta Administradora Judicial encaminhou, em 21/05/2026, o pedido de habilitação às Recuperandas, a fim de exercerem o contraditório. As Recuperandas, todavia, não se manifestaram sobre o tema.

Pois bem. O crédito em comento é decorrente de honorários advocatícios fixados no âmbito da seguinte ação trabalhista:

(i) **Processo nº 0010330-59.2024.5.15.0103, tramitada perante a 3ª Vara do Trabalho de Araçatuba/SP, ajuizada por Maurício Domingos Cândido contra a Recuperanda Empresa de Ônibus Romeiro Ltda.**
Data da sentença que fixou os honorários de sucumbência: **27/09/2024** (vide **anexo 1**).

Nos termos do entendimento consolidado do E. TJSP, o fato gerador do crédito decorrente de honorários é a data de sua fixação. Veja-se:

> "AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **Pedido de habilitação de créditos decorrentes de honorários advocatícios sucumbenciais fixados depois do pedido de recuperação judicial. Fato gerador posterior ao ajuizamento da ação que veicula o pedido de recuperação judicial.** Inteligência do artigo 49 da Lei n.º 11.101/2005. Tema 1051. Crédito de natureza extraconcursal. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO".

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

(grifamos) (TJSP; Agravo de Instrumento n° 2034529-40.2025.8.26.0000; Exmo. Des. Rel. Azuma Nishi; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Data do Julgamento: 30/04/2025).

***

"Recuperação judicial. Incidente de habilitação. **Crédito relativo a honorários advocatícios sucumbenciais fixados no âmbito de reclamação trabalhista**. Consideração, para os fins da tese fixada pelo STJ no julgamento do Tema nº 1.051, não da origem do direito material levado a discussão, **mas do momento do provimento jurisdicional pelo qual imposta a verba honorária, crédito de natureza e origem processual. Hipótese dos autos em que a condenação nos honorários da sucumbência foi posterior ao pedido de recuperação. Extraconcursalidade reconhecida**. Decisão agravada, que inadmitiu o incidente, confirmada. Agravo de instrumento do habilitante desprovido". (grifamos) (TJSP; Agravo de Instrumento n° 2342711-39.2025.8.26.0000; Exmo. Des. Rel. Fabio Tabosa; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Data do Julgamento: 31/03/2026).

Nesse sentido, tem-se que o crédito proveniente da ação n° 0010330-59.2024.5.15.0103, indicada no item ***(i)*** acima, se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do *caput* do art. 49 da Lei n° 11.101/2005 e do Tema 1.051 do C. STJ, visto que a sentença de fixação dos honorários foi proferida em **27/09/2024** (vide **anexo 1**) – antes do ajuizamento da recuperação judicial (**20/11/2024**).

Ademais, no tocante ao valor a ser listado, verifica-se do cálculo elaborado e homologado na ação trabalhista em referência (vide **anexo 3**), que o crédito foi devidamente atualizado até o dia **20/11/2024**, em consonância com o art. 9º, II, da Lei n° 11.101/2005, que prevê que os créditos devem ser atualizados até a data do pedido de recuperação judicial.

Assim, impõe-se a inclusão, em favor da Sra. Juliana Galera de Lacerda, do crédito de **R$ 162,97 (cento e sessenta e dois reais e noventa e sete centavos)**, na Classe I – Trabalhistas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Por fim, oportuno ressaltar que a Sra. Juliana já possui crédito listado em seu favor, no valor de R$ 3.998,18 (três mil novecentos e noventa e oito reais e dezoito centavos) decorrente de honorários advocatícios fixados nas ações trabalhistas nº 0010294-46.2024.5.15.0061, tramitada perante a 2ª Vara do Trabalho de Araçatuba/SP e analisada por esta Auxiliar no âmbito do 4º relatório mensal, e nº 0010332-58.2024.5.15.0061, tramitada perante a 2ª Vara do Trabalho de Araçatuba/SP e analisada por esta Auxiliar no âmbito do período administrativo.

b) Conclusão desta Administradora Judicial

Diante do exposto, **acolhe-se parcialmente** o pedido de habilitação apresentado para que seja incluído, na relação de credores, o crédito de **R$ 162,97 (cento e sessenta e dois reais e noventa e sete centavos)**, a ser somado ao montante já listado de R$ 3.998,18 (três mil novecentos e noventa e oito reais e dezoito centavos), totalizando o crédito de R$ 4.161,15 (quatro mil cento e sessenta e um reais e quinze centavos), na Classe I – Trabalhistas, em favor da Sra. Juliana Galera de Lacerda.

QUADRO RESUMO	
Credora (Titular do Crédito)	Juliana Galera de Lacerda
Classificação	Classe I – Trabalhistas
Valor do Crédito objeto da habilitação	R$ 162,97
Valor total dos créditos	R$ 4.161,15

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

III. APARECIDO DOMINGOS DE ALMEIDA

DADOS DO CREDOR	
Nome/Razão Social	Aparecido Domingos de Almeida
CPF/CNPJ	089.393.108-02
Tipo do Requerimento	O credor busca a inclusão do crédito de R$ 4.000,00, na classe I - Trabalhistas

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO	
Crédito Listado	**Classificação do Crédito Listado**
R$ 4.000,00	Classe I – Trabalhistas
Valor do crédito pretendido pelo Credor	**Classificação do crédito pretendido pela Credora**
R$ 4.000,00	Classe I – Trabalhistas

DOCUMENTOS APRESENTADOS	
I	E-mail solicitando a habilitação de crédito, enviado em 14/05/2026
II	Instrumento de procuração.
III	Ata de audiência na qual foi homologado acordo entre as partes e r. decisão de início da execução após descumprimento do acordo, ambas extraídas da ação trabalhista nº 0010344-43.2024.5.15.0103, em tramite perante a 3ª Vara do Trabalho de Araçatuba/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

a) Síntese do caso

Trata-se de pedido de "habilitação de crédito" – erroneamente classificado, visto que o requerente já possui crédito previamente habilitado pelas Recuperandas na relação de credores – apresentado por Aparecido Domingos de Almeida, por meio do qual busca a inclusão, em seu favor, de crédito no valor de R$ 4.000,00, na Classe I – Trabalhistas da relação de credores.

Inicialmente, cumpre esclarecer que as Recuperandas já haviam relacionado, em favor do Sr. Aparecido, o montante de R$ 4.000,00, na Classe I – Trabalhistas, o qual foi mantido por esta Administradora Judicial na relação de credores apresentada às fls. 6.490/6.519 destes autos. Dessa forma, o presente requerimento será recebido e analisado como impugnação à relação de credores, uma vez que já há crédito, de mesma natureza e origem, listado em favor do Sr. Aparecido.

Ademais, oportuno ressaltar que, antes da apresentação deste parecer, esta Administradora Judicial encaminhou, em 21/05/2026, o pedido às Recuperandas, a fim de exercerem o contraditório. As Recuperandas, todavia, não se manifestaram sobre o tema.

Pois bem. O crédito em comento é derivado da relação de trabalho mantida entre o Sr. Aparecido e a Recuperanda Empresa de Ônibus Romeiro, consubstanciada na prestação de serviços como motorista, no período de **19/10/2017** a **12/04/2022**. O descumprimento de obrigações legais e contratuais durante o vínculo empregatício ensejou o ajuizamento de ação trabalhista nº 0010344-43.2024.5.15.0103, em trâmite perante a 3ª Vara do Trabalho de Araçatuba/SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Posteriormente, em audiência realizada em **18/06/2024**, foi homologado acordo realizado entre as partes (**anexo 5**), no qual a Recuperanda se comprometeu a pagar a dívida nas seguintes condições:

> **- Da modalidade e parcelas do acordo .**
>
> A parte reclamada pagará à parte reclamante a importância líquida e total de **R$4.000,00, (quatro mil reais)**, em 04 parcelas, conforme discriminado a seguir:
>
> 1ª parcela, no valor de R$1.000,00, até 20/06/2024.
>
> 2ª parcela, no valor de R$1.000,00, até 22/07/2024.
>
> 3ª parcela, no valor de R$1.000,00, até 20/08/2024.
>
> 4ª parcela, no valor de R$1.000,00, até 20/09/2024.

Por conseguinte, em 26/09/2024, o Requerente se manifestou naqueles autos, a fim de informar o D. Juízo Trabalhista sobre o descumprimento do acordo (**anexo 6**), em razão do não pagamento da última parcela, vencida em **20/09/2024**. Dessa maneira, requereu a intimação da Recuperanda para que realizasse o pagamento da parcela vencida, com aplicação de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante remanescente, tendo apresentado planilha de cálculos que foi utilizada como base para a execução (**anexo 7**).

Nessas condições, o crédito em análise se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do caput do art. 49 da Lei n° 11.101/2005 e do Tema 1.051 do C. STJ, visto que o seu fato gerador – consubstanciado na prestação de serviços e no inadimplemento das verbas devidas por ocasião do vínculo e de sua rescisão – é anterior à data do ajuizamento da recuperação judicial (20/11/2024).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

No tocante ao valor a ser listado, verifica-se que o Requerente solicitou a habilitação do valor integral do acordo (R$ 4.000,00), desconsiderando completamente as parcelas já pagas.

Por essa razão, conforme planilha de cálculo ora apresentada e elaborada por meio do sistema PJe-Calc (**anexo 8**), esta Administradora Judicial procedeu à atualização do crédito até a data do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**), utilizando-se os mesmos critérios do cálculo apresentado pelo Requerente na ação trabalhista supracitada, bem como considerando a aplicação da multa de 50% (cinquenta por cento), tendo constatado que deve ser listado em favor do Sr. Aparecido Domingos de Almeida, o crédito no valor de **R$ 1.526,55 (mil quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos)**, na Classe I – Trabalhistas.

b) Conclusão desta Administradora Judicial

Diante do exposto, **rejeita-se** a divergência apresentada, a fim de que o crédito anteriormente listado em nome de Aparecido Domingos de Almeida (R$ 4.000,00) seja minorado para o montante de **R$ 1.526,55 (mil quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos)**, na Classe I - Trabalhistas.

QUADRO RESUMO	
Credor (Titular do Crédito)	Aparecido Domingos de Almeida
Classificação	Classe I – Trabalhistas
Valor do Crédito	R$ 1.526,55

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

IV. FLÁVIA CRISTINA DA SILVA

DADOS DO CREDOR	
Nome/Razão Social	Flávia Cristina da Silva
CPF/CNPJ	695.064.776-04
Tipo do Requerimento	A credora busca a inclusão do crédito de R$ 11.569,09, na Classe I - Trabalhistas

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO	
Crédito Listado	**Classificação do Crédito Listado**
R$ 4.964,99	Classe I – Trabalhistas
Valor do crédito pretendido pelo Credor	**Classificação do crédito pretendido pela Credora**
R$ 11.569,09	Classe I – Trabalhistas

DOCUMENTOS APRESENTADOS	
I	Petição de fls. 17.941/17.949 da recuperação judicial
II	Instrumento de procuração – fl. 17.942
III	Decisão informando que decorreu o prazo para impugnação aos cálculos de liquidação, proferida no âmbito da ação trabalhista nº 0011056-72.2023.5.03.0080, tramitada perante a Vara do Trabalho de Patrocínio/MG – fls. 17.943/17.944
IV	Certidão de habilitação de crédito expedida no âmbito da ação trabalhista supramencionada – fls. 17.945/17.947
V	Decisão de homologação dos cálculos, proferida no âmbito da ação trabalhista supramencionada – fls. 17.948/17.949

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

a) Síntese do caso

Trata-se de pedido de "habilitação de crédito" – erroneamente classificado, visto que a Requerente já possui crédito habilitado na relação de credores – apresentado por Flávia Cristina da Silva, por meio do qual busca a inclusão, em seu favor, de crédito no valor de R$ 11.569,09 (onze mil quinhentos e sessenta e nove reais e nove centavos) na Classe I – Trabalhistas da relação de credores.

Inicialmente, cumpre esclarecer que as Recuperandas já haviam relacionado, em favor da Sra. Flávia, o montante de R$ 4.964,99 (quatro mil novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos), na Classe I - Trabalhistas, o qual foi mantido por esta Administradora Judicial na relação de credores apresentada às fls. 6.490/6.519 destes autos. Dessa forma, o presente requerimento será recebido e analisado como impugnação à relação de credores, uma vez que já há crédito, de mesma natureza e origem, listado em favor da Sra. Flávia, havendo divergência apenas quanto ao seu valor.

Ademais, oportuno ressaltar que, antes da apresentação deste parecer, esta Administradora Judicial encaminhou, em 21/05/2026, o pedido às Recuperandas, a fim de exercerem o contraditório. As Recuperandas, todavia, não se manifestaram sobre o tema.

Pois bem. O crédito em comento é derivado da relação de trabalho mantida entre a Sra. Flávia e a Recuperanda M.G. Transportes – Junqueirópolis Ltda., consubstanciada na prestação de serviços como encarregada de agência, no período de **11/01/2019** a **23/11/2023**. O descumprimento de obrigações legais e contratuais durante o vínculo empregatício ensejou o ajuizamento de ação trabalhista nº 0011056-72.2023.5.03.0080, em trâmite perante a Vara do Trabalho de Patrocínio/SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Posteriormente, em audiência realizada em **22/02/2024**, foi homologado acordo realizado entre as partes (**anexo 9**), no qual a Recuperanda se comprometeu a pagar a dívida nas seguintes condições:

> **ACORDO**
>
> A(O) reclamada(o) pagará ao(à) reclamante a quantia líquida de R$7.500,00, em 4 parcelas, sendo as três primeiras de R$2.000,00 cada uma e a última de R$1.500,00, vencíveis respectivamente nos dias 07.03.2024, 08.04.2024, 07.05.2024 e 07.06.2024, pena de multa de 30% sobre o saldo devedor, além de vencimento antecipado da(s) parcela(s) vincenda(s).

No dia 11/03/2024, o Requerente se manifestou naqueles autos, a fim de informar o D. Juízo Trabalhista sobre o descumprimento do acordo (**anexo 10**), em razão do não pagamento da parcela vencida em 07/03/2024. Dessa maneira, requereu a intimação da Recuperanda para que realizasse o pagamento das parcelas vencidas, somadas a aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o montante remanescente. Dessa maneira, a z. Serventia trabalhista apresentou a planilha de atualização do débito até o dia 25/03/2024 (**anexo 11**), a qual foi homologada pelo D. Juízo trabalhista por meio de r. decisão proferida em 28/03/2024 (**anexo 12**).

Nessas condições, o crédito em comento se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do *caput* do art. 49 da Lei n° 11.101/2005 e do Tema 1.051 do C. STJ, uma vez que seu fato gerador – consubstanciado na prestação de serviços e no inadimplemento das verbas devidas por ocasião do vínculo e de sua rescisão – é anterior ao ajuizamento do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

No tocante ao valor a ser listado, denota-se da certidão de habilitação apresentada às fls. 17.945/17.947 que o crédito foi atualizado até o dia **19/12/2024** – data posterior ao pedido de recuperação judicial –, em desacordo com o art. 9º, II, da Lei n° 11.101/2005, o qual prevê que os créditos devem ser atualizados até a data do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**).

Por essa razão, conforme planilha de cálculo ora apresentada e elaborada por meio do sistema PJe-Calc (**anexo 13**), esta Administradora Judicial procedeu à atualização do crédito até a data do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**), utilizando-se os mesmos critérios do cálculo homologação na ação trabalhista, tendo constatado que deve ser listado em favor do Sra. Flávia Cristina da Silva, o crédito no valor de **R$ 11.122,42 (onze mil cento e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos)**, na Classe I – Trabalhistas.

b) Conclusão desta Administradora Judicial

Diante do exposto, **acolhe-se parcialmente** a impugnação apresentada, a fim de que o crédito anteriormente listado em nome da Sra. Flávia Cristina da Silva (R$ 4.964,99) seja majorado para o montante de **R$ 11.122,42 (onze mil cento e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos)**, na Classe I – Trabalhistas.

QUADRO RESUMO	
Credor (Titular do Crédito)	Flávia Cristina da Silva
Classificação	Classe I – Trabalhistas
Valor do Crédito	R$ 11.122,42

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

V. GILSON BIAZINI

DADOS DO CREDOR	
Nome/Razão Social	Gilson Biazini
CPF/CNPJ	058.799.058-96
Tipo do Requerimento	O credor busca a inclusão do crédito de R$ 64.495,51, como crédito extraconcursal

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO	
Crédito Listado	**Classificação do Crédito Listado**
N/A	N/A
Valor do crédito pretendido pelo Credor	**Classificação do crédito pretendido pelo Credor**
R$ 64.495,51	Extraconcursal

DOCUMENTOS APRESENTADOS	
I	Petição de fls. 18.041/18.062 da recuperação judicial.
II	Procuração extraída da ação trabalhista nº 0010923-53.2024.5.15.0050, que tramita perante a Vara do Trabalho de Dracena – fls. 18.044/18.046.
III	Documento de identificação pessoal (RG) – fls. 18.047/18.048.
IV	Certidão de habilitação de crédito expedida no âmbito da ação trabalhista supramencionada – fls. 18.049/18.051.
V	Cálculo de liquidação extraído da ação trabalhista supramencionada – fls. 18.052/18.062.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

a) Síntese do caso

Trata-se de pedido de habilitação apresentado por Gilson Biazini, por meio do qual busca a inclusão, em seu favor, de um crédito no valor de R$ 64.495,51 (sessenta e quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos), como crédito extraconcursal.

Inicialmente, oportuno ressaltar que, antes da apresentação deste parecer, esta Administradora Judicial encaminhou, em 21/05/2026, o pedido de habilitação às Recuperandas, a fim de que exercessem o contraditório. As Recuperandas, todavia, não se manifestaram sobre o tema.

Pois bem. O crédito em comento é derivado da relação de trabalho mantida entre o Sr. Gilson e a Recuperanda Expresso Adamantina, consubstanciada na prestação de serviços como motorista de ônibus, no período de **22/06/2009** a **04/06/2024**. O descumprimento de obrigações legais e contratuais durante o vínculo empregatício ensejou o ajuizamento ação trabalhista n° 0010923-53.2024.5.15.0050, tramitada perante a Vara do Trabalho de Dracena/SP.

No âmbito da ação trabalhista, a Recuperada foi condenada, por sentença proferida em **15/09/2024** (**anexo 14**), ao pagamento 13º salário proporcional de 2024, férias vencidas (1 período em dobro e 1 período simples) + 1/3, indenização substitutiva das cestas básicas, diferenças de FGTS e multa do art. 477, § 8º, da CLT. Ademais, foi condenada a promover a anotação da baixa do contrato de trabalho na CTPS do Habilitante, bem como ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais de 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Diante da condenação acima descrita, o Habilitante interpôs Recurso Ordinário, os quais foram providos em parte pelo E. TRT 15, nos seguintes termos:

> **Dispositivo**
>
> **Diante do exposto**, decido **CONHECER e PROVER EM PARTE** o recurso do reclamante para declarar a rescisão indireta do contrato de trabalho e condenar a reclamada ao pagamento de aviso prévio indenizado e multa de 40% sobre o FGTS, bem como para determinar a retificação da data de extinção contratual na CTPS, nos termos da fundamentação.

Por conseguinte, em 16/12/2024, a Recuperanda apresentou seus cálculos de liquidação, considerando a r. sentença e v. acórdão acima descritos, tendo atualizado o débito até o dia 16/12/2024 (fls. 18.052/18.062). Após concordância do Habilitante, o D. Juízo trabalhista homologou os cálculos apresentados.

Nessas condições, o crédito em análise se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do *caput* do art. 49 da Lei n° 11.101/2005 e do Tema 1.051 do C. STJ, visto que o seu fato gerador – consubstanciado na prestação de serviços e no inadimplemento das verbas devidas por ocasião do vínculo e de sua rescisão – é anterior à data do ajuizamento da recuperação judicial (**20/11/2024**).

No tocante ao valor a ser listado, denota-se do cálculo apresentado às fls. 18.052/18.062 que o crédito foi atualizado até o dia **16/12/2024** – data posterior ao pedido de recuperação judicial –, em desacordo com o art. 9º, II, da Lei n° 11.101/2005, o qual prevê que os créditos devem ser atualizados até a data do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**). Ademais, verifica-se que o credor deixa de individualizar seu crédito de titularidade própria e aquele derivado de honorários sucumbenciais devidos ao seu patrono, requerendo a habilitação de ambos os créditos em seu nome.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Assim, no que se refere aos honorários advocatícios, esclarece-se que o crédito pertencente ao patrono do Habilitante deve ser individualizado, visto que o Sr. Gilson é parte ilegítima para a cobrança de honorários sucumbenciais, em razão do disposto no art. 23 da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da OAB)[3], de modo que o crédito deve ser habilitado separadamente.

Destaca-se que o referido crédito também se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, visto que a sentença de fixação dos honorários foi proferida em **15/09/2024**, ou seja, antes do ajuizamento da recuperação judicial (20/11/2024).

Ademais, oportuno ressaltar que o patrono do Sr. Gilson, Dr. Gustavo Bassoli Ganarani, já possui crédito listado em seu favor, no valor de R$ 4.268,38 (quatro mil duzentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos) decorrente de honorários advocatícios fixados em outra ação.

Por essa razão, conforme planilha de cálculo ora apresentada e elaborada por meio do sistema PJe-Calc (**anexo 15**), esta Administradora Judicial procedeu à atualização do crédito até a data do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**), utilizando-se os mesmos critérios do cálculo homologação na ação trabalhista, tendo constatado que deve ser listado em favor do Sr. Gilson Biazini, o crédito no valor de **R$ 58.484,13 (cinquenta e oito mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e treze centavos)**.

Em relação ao Dr. Gustavo Bassoli Ganarani, deve ser habilitado o crédito de **R$ 5.848,41 (cinco mil oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos)**, a ser somado ao montante já listado de R$ 4.268,38 (quatro mil duzentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos), totalizando o crédito de R$ 10.116,79 (dez mil cento e dezesseis reais e setenta e nove centavos).

[3] "Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor"

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

b) Conclusão desta Administradora Judicial

Diante do exposto, **acolhe-se parcialmente** a habilitação apresentada, a fim de que sejam incluídos na relação de credores os créditos de **R$ 58.484,13 (cinquenta e oito mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e treze centavos)**, em favor do Sr. Gilson Biazini, e **R$ 5.848,41 (cinco mil oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos)** em nome de Gustavo Bassoli Ganarani, a ser somado ao montante já listado de R$ 4.268,38 (quatro mil duzentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos), totalizando o crédito de R$ 10.116,79 (dez mil cento e dezesseis reais e setenta e nove centavos), ambos na Classe I – Trabalhistas.

QUADRO RESUMO	
Credora (Titular do Crédito)	Gilson Biazini
Classificação	Classe I - Trabalhistas
Valor do Crédito	R$ 58.484,13

QUADRO RESUMO	
Credora (Titular do Crédito)	Gustavo Bassoli Ganarani
Classificação	Classe I – Trabalhistas
Valor do Crédito objeto da habilitação	R$ 5.848,41
Valor total dos créditos	R$ 10.116,79

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

VI. RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA

DADOS DO CREDOR	
Nome/Razão Social	Rafael da Gama Montezuma
CPF/CNPJ	395.685.108-00
Tipo do Requerimento	O credor busca a retificação de seu crédito para o montante de R$ 20.499,86, na Classe I – Trabalhistas

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO	
Crédito Listado	**Classificação do Crédito Listado**
R$ 7.851,38	Classe I – Trabalhistas
Valor do crédito pretendido pelo Credor	**Classificação do crédito pretendido pela Credora**
R$ 20.499,86	Classe I – Trabalhistas

DOCUMENTOS APRESENTADOS	
I	*E-mail* solicitando a habilitação de crédito, enviado em 22/04/2026.
II	Cópia parcial da ação trabalhista nº 1000822-23.2025.5.02.0322, em tramite perante a 43ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP.
III	Cópia parcial da ação trabalhista nº 1001981-62.2025.5.02.0043, em tramite perante a 22ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

a) Síntese do caso

Trata-se de pedido de impugnação de crédito apresentado por Rafael da Gama Montezuma, por meio do qual busca a retificação de seu crédito para o montante de R$ 15.452,15 (quinze mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e quinze centavos), bem como a habilitação do crédito derivado da ação trabalhista nº 1001981-62.2025.5.02.0043, no montante de R$ 5.047,71 (cinco mil e quarenta e sete reais e setenta e um centavos), totalizando R$ 20.499,86 (vinte mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), na Classe I – Trabalhistas da relação de credores.

Inicialmente, cumpre esclarecer que as Recuperandas já haviam relacionado, em favor do Sr. Rafael, o montante de R$ 7.851,38 (sete mil oitocentos e cinquenta e um reais e trinta e oito centavos), na Classe I - Trabalhistas, o qual foi mantido por esta Administradora Judicial na relação de credores apresentada às fls. 6.490/6.519 destes autos.

Ademais, oportuno ressaltar que, antes da apresentação deste parecer, esta Administradora Judicial encaminhou, em 21/05/2026, o pedido às Recuperandas, a fim de que exercessem o contraditório. As Recuperandas, todavia, não se manifestaram sobre o tema.

Pois bem. O crédito em comento é derivado da relação de trabalho mantida entre o Sr. Rafael e a Recuperanda VAT – Viação Adamantina de Transportes Ltda., consubstanciada na prestação de serviços como técnico de segurança do trabalho, no período de **24/10/2023** a **05/07/2024**. O descumprimento de obrigações legais e contratuais durante o vínculo empregatício ensejou o ajuizamento

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

de ação trabalhista nº 1000822-23.2025.5.02.0322, em tramite perante a 43ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, bem como a ação trabalhista nº 1001981-62.2025.5.02.0043, em trâmite perante a 22ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP.

Processo nº 1000822-23.2025.5.02.0322:

No âmbito da referida ação, as Recuperandas foram condenadas, por sentença proferida em 28/10/2025 (**anexo 16**), ao pagamento, de forma solidária, de vale-refeição, cesta básica, cesta natalina e PLR, nos limites e parâmetros previstos nas normas coletivas, além de multa normativa e multa do art. 477 da CLT.

Posteriormente, em 24/11/2025, o Requerente apresentou seus cálculos de liquidação, atualizando o débito até o dia 30/11/2025 (**anexo 17**), os quais foram homologados pelo D. Juízo trabalhista por meio de r. decisão proferida no dia 10/02/2026 (**anexo 18**).

Processo nº 1001981-62.2025.5.02.0043:

No âmbito da referida ação, as Recuperandas foram condenadas, por sentença proferida em 20/02/2026 (**anexo 19**), ao recolhimento do FGTS de todo o período contratual, incidente sobre as parcelas de natureza salarial, a ser depositado na conta vinculada do reclamante.

Ato contínuo, em 08/05/2026, o Requerente apresentou seus cálculos de liquidação, atualizando o débito até o dia 30/04/2026 (**anexo 20**), os quais foram homologados pelo D. Juízo trabalhista por meio de r. decisão proferida no dia 10/02/2026 (**anexo 21**).

Nessas condições, o crédito em comento se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do *caput* do art. 49 da Lei n° 11.101/2005 e do Tema 1.051 do C. STJ, uma vez que seu fato gerador – consubstanciado na prestação de serviços e no

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

inadimplemento das verbas devidas por ocasião do vínculo e de sua rescisão – é anterior ao ajuizamento do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**).

No tocante ao valor do crédito, denota-se dos cálculos homologados (**vide anexos 17 e 20**), que os créditos foram atualizados até os dias **30/11/2025** e **30/04/2026**, respectivamente – datas posteriores ao pedido de recuperação judicial –, em desacordo com o art. 9º, II, da Lei n° 11.101/2005, o qual prevê que os créditos devem ser atualizados até a data do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**).

Por essa razão, conforme planilhas de cálculo ora apresentadas e elaboradas por meio do sistema PJe-Calc (**anexo 22**), esta Administradora Judicial procedeu à atualização dos créditos até a data do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**), utilizando-se os mesmos critérios dos cálculos homologados nas ações trabalhistas, tendo constatado que deve ser listado em favor do Sr. Rafael da Gama Montezuma, o crédito total de **R$ 16.880,38 (dezesseis mil oitocentos e oitenta reais e trinta e oito centavos)**, na Classe I – Trabalhistas.

b) Conclusão desta Administradora Judicial

Diante do exposto, **acolhe-se parcialmente** a impugnação apresentada, a fim de que o crédito anteriormente listado em nome de Rafael da Gama Montezuma (R$ 7.851,38) seja majorado para o montante de **R$ 16.880,38 (dezesseis mil oitocentos e oitenta reais e trinta e oito centavos), na Classe I - Trabalhistas**.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

QUADRO RESUMO	
Credor (Titular do Crédito)	Rafael da Gama Montezuma
Classificação	Classe I – Trabalhistas
Valor do Crédito	R$ 16.880,38

(ESPAÇO INTENCIONALMENTE EM BRANCO)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

VII. CELSO ERVOLINO

DADOS DO CREDOR	
Nome/Razão Social	Celso Ervolino
CPF/CNPJ	039.503.298-97
Tipo do Requerimento	O credor busca a inclusão do crédito de R$ 33.769,60 na Classe I – Trabalhistas

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO	
Crédito Listado	**Classificação do Crédito Listado**
N/A	N/A
Valor do crédito pretendido pelo Credor	**Classificação do crédito pretendido pelo Credor**
R$ 33.769,60	Classe I – Trabalhistas

DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE	
I	*E-mail* solicitando a habilitação de crédito, enviado em 29/04/2026
II	Formulário de habilitação administrativa de crédito
III	Carteira de Trabalho e Documento pessoal (CNH)
IV	Certidão de crédito expedida no âmbito da ação trabalhista n° 0010880-83.2024.5.15.0061, em trâmite perante a 2ª Vara do Trabalho de Presidente Prudente/SP.
V	Petição inicial da ação trabalhista

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

a) Síntese do caso

Trata-se de pedido de habilitação apresentado por Celso Ervolino, por meio do qual busca a inclusão, em seu favor, de crédito no valor de R$ 33.769,60 (trinta e três mil reais setecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos) na Classe I – Trabalhistas da relação de credores.

Inicialmente, oportuno ressaltar que, antes da apresentação deste parecer, esta Administradora Judicial encaminhou, em 21/05/2026, o pedido de habilitação às Recuperandas, a fim de exercerem o contraditório. As Recuperandas, todavia, não se manifestaram sobre o tema.

Pois bem. O crédito em comento é derivado da relação de trabalho mantida entre o Sr. Celso e a Recuperanda Empresa de Ônibus Romeiro, consubstanciada na prestação de serviços como motorista, no período de **11/04/2019** a **31/08/2023**. O descumprimento de obrigações legais e contratuais durante o vínculo empregatício ensejou o ajuizamento de ação trabalhista nº 010880-83.2024.5.15.0061, em trâmite perante a 1ª Vara de Presidente Prudente/SP.

No âmbito da referida ação, a Recuperanda foi condenada, por sentença proferida em **28/07/2025** (**anexo 23**), ao pagamento de verbas consistentes em: adicional de periculosidade referente aos meses de março de 2023 a agosto de 2023, calculado à razão de 30% sobre o salário, com integração na remuneração e reflexos em férias mais um terço, 13ºs salários e FGTS ; integração ao salário do valor mensal de R$ 500,00 recebido sob a rubrica de "prêmio", com reflexos no cálculo de 13º salário, férias + 1/3, DSR, horas extras, adicional de periculosidade e FGTS mais multa de 40% ; horas extras excedentes de 7h20min diárias ou 44h semanais, com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

adicional de 50%, e com adicional de 100% para as trabalhadas em domingos e feriados sem folga compensatória , além de adicional noturno de 20% sobre o labor extraordinário realizado entre 22h e 5h , gerando integrações e repercussões em DSR's, férias + 1/3, aviso prévio indenizado, 13ºs salários e FGTS mais multa de 40%; e indenização correspondente a 12 dias suprimidos de aviso prévio proporcional.

Ato contínuo, o Sr. Celso Ervolino interpôs Recurso Ordinário em face da sentença, tendo o E. TRT15 negado provimento ao recurso:

> **ANTE O EXPOSTO, decido**: conhecer do recurso de **CELSO ERVOLINO** e **não o prover**. Tudo nos termos e limites da fundamentação exposta acima.

Após o trânsito em julgado, ocorrido em 05/11/2025, as Recuperandas apresentaram o cálculo de liquidação do crédito atualizado até a data do pedido de recuperação judicial (**anexo 24**), o qual foi homologada pelo D. Juízo Trabalhista (**anexo 25**).

Nessas condições, o crédito em comento se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do *caput* do art. 49 da Lei n° 11.101/2005 e do Tema 1.051 do C. STJ, uma vez que seu fato gerador – consubstanciado na prestação de serviços e no inadimplemento das verbas devidas por ocasião do vínculo e de sua rescisão – é anterior ao ajuizamento do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**).

Ademais, em relação ao valor a ser listado, destaca-se que o crédito foi devidamente atualizado, no âmbito da justiça do trabalho, até a data do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**), nos termos do art. 9º, II, da Lei n° 11.101/2005. Assim, consoante

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

se denota do cálculo homologado pelo D. Juízo trabalhista (vide **anexo 24**), deve ser habilitado em favor do Sr. Celso Ervolino o crédito de R$ 33.769,60 (trinta e três mil reais setecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos), na Classe I - Trabalhistas.

b) Conclusão desta Administradora Judicial

Diante do exposto, **acolhe-se** a habilitação apresentada para que seja incluído, na relação de credores, o crédito de **R$ 33.769,60 (trinta e três mil reais setecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos)**, na Classe I – Trabalhistas, em favor do Sr. Celso Ervolino.

QUADRO RESUMO	
Credor (Titular do Crédito)	Celso Ervolino
Classificação	Classe I – Trabalhistas
Valor do Crédito	R$ 33.769,60

(ESPAÇO INTENCIONALMENTE EM BRANCO)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

VIII. JEFFERSON DENER PORTELA PEREIRA

DADOS DO CREDOR	
Nome/Razão Social	Jefferson Dener Portela Pereira
CPF/CNPJ	375.212.858-59
Tipo do Requerimento	O credor busca a inclusão do crédito de R$ 5.874,60, na Classe I – Trabalhistas

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO	
Crédito Listado	**Classificação do Crédito Listado**
N/A	N/A
Valor do crédito pretendido pela Credora	**Classificação do crédito pretendido pela Credora**
R$ 5.874,60	Classe I – Trabalhistas

DOCUMENTOS APRESENTADOS	
I	Petição de habilitação de crédito – fls. 18.689/18.691
II	Instrumento de procuração – fl. 18.692
III	Declaração de pobreza, documento pessoal (RG) e Carteira de Trabalho Digital – fl. 18.693/18.695
IV	Certidão de crédito expedida no âmbito da ação trabalhista nº 1000831-97.2024.5.02.0005, em trâmite perante a 5ª Vara do Trabalho De São Paulo/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

a) Síntese do caso

Trata-se de pedido de habilitação apresentado por Jefferson Dener Portela Pereira, por meio do qual busca a inclusão, em seu favor, de crédito no valor de R$ 5.874,60 (cinco mil oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos), na Classe I – Trabalhistas da relação de credores.

Inicialmente, oportuno ressaltar que, antes da apresentação deste parecer, esta Administradora Judicial encaminhou, em 21/05/2026, o pedido de habilitação às Recuperandas, a fim de exercerem o contraditório. As Recuperandas, todavia, não se manifestaram sobre o tema.

Pois bem. O crédito em comento é derivado da relação de trabalho mantida entre o Sr. Jefferson e a Maria Ivoneide Nascimentos Martins Ltda., consubstanciada na prestação de serviços como porteiro, no período de **26/12/2022** a **09/02/2024**. O descumprimento de obrigações legais e contratuais durante o vínculo empregatício ensejou o ajuizamento de ação trabalhista nº 1000831-97.2024.5.02.0005, em trâmite perante a 5ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP.

No âmbito da referida ação, a Recuperanda foi condenada, por sentença proferida em **04/11/2024** (**anexo 26**), ao pagamento de verbas consistentes em: valores descontados do salário do reclamante a título de contribuição assistencial, multas dos arts. 467 e 477 da CLT, além de custas e honorários advocatícios:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

- valores descontados do salário do reclamante a título de contribuição assistencial.

- multas dos arts. 467 e 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Condeno, também, a reclamada a pagar as custas de R$ 174,00, calculadas sobre o valor da condenação arbitrado em R$ 8.700,00, sujeito à adequação.

Honorários de sucumbência são devidos nos termos da fundamentação.

Após o trânsito em julgado da referida sentença, o credor apresentou planilha de cálculo, com atualização do crédito até a data do pedido de recuperação judicial (**anexo 27**), a qual foi homologada pelo D. Juízo trabalhista (**anexo 28).**

Nessas condições, o crédito em comento se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do *caput* do art. 49 da Lei n° 11.101/2005 e do Tema 1.051 do C. STJ, uma vez que seu fato gerador – consubstanciado na prestação de serviços e no inadimplemento das verbas devidas por ocasião do vínculo e de sua rescisão – é anterior ao ajuizamento do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**).

Ademais, em relação ao valor a ser listado, destaca-se que o crédito foi devidamente atualizado, no âmbito da justiça do trabalho, até a data do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**), nos termos do art. 9º, II, da Lei n° 11.101/2005. Assim, consoante se denota do cálculo homologado pelo D. Juízo trabalhista (vide **anexo 27**), deve ser habilitado em favor do Sr. Jefferson Dener Portela Pereira o crédito de R$ 5.874,60 (cinco mil oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos), na Classe I - Trabalhistas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

b) Conclusão desta Administradora Judicial

Diante do exposto, **acolhe-se** a habilitação apresentada para que seja incluído, na relação de credores, o crédito de **R$ 5.874,60 (cinco mil oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)**, na Classe I – Trabalhistas, em favor do Sr. Jefferson Dener Portela Pereira.

QUADRO RESUMO	
Credor (Titular do Crédito)	Jefferson Dener Portela Pereira.
Classificação	Classe I – Trabalhistas
Valor do Crédito	R$ 5.874,60

(ESPAÇO INTENCIONALMENTE EM BRANCO)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

IX. BEATRIZ APARECIDA DE GODOY GARCIA CRUDELI

DADOS DO CREDOR	
Nome/Razão Social	Beatriz Aparecida de Godoy Garcia Crudeli
CPF/CNPJ	374.840.118-35
Tipo do Requerimento	A credora busca a inclusão do crédito de R$ 587,46 na Classe I – Trabalhistas

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO	
Crédito Listado	**Classificação do Crédito Listado**
N/A	N/A
Valor do crédito pretendido pela Credora	**Classificação do crédito pretendido pela Credora**
R$ 587,46	Classe I – Trabalhistas

DOCUMENTOS APRESENTADOS	
I	Petição de habilitação de crédito - fls. 18.689/18.691
II	Instrumento de procuração – fl. 18.692
III	Declaração de pobreza, documento pessoal (RG) e Carteira de Trabalho Digital – fl. 18.693/18.695
IV	Certidão de crédito expedida no âmbito da ação trabalhista nº 1000831-97.2024.5.02.0005, em trâmite perante a 5ª Vara do Trabalho De São Paulo/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

a) Síntese do caso

Trata-se de pedido de habilitação apresentado por Beatriz Aparecida de Godoy Garcia Crudeli, por meio do qual busca a inclusão, em seu favor, de crédito no valor de R$ 587,46 (quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos), na Classe I – Trabalhistas da relação de credores.

Inicialmente, oportuno ressaltar que, antes da apresentação deste parecer, esta Administradora Judicial encaminhou, em 21/05/2026, o pedido de habilitação às Recuperandas, a fim de exercerem o contraditório. As Recuperandas, todavia, não se manifestaram sobre o tema.

Pois bem. O crédito em comento é decorrente de honorários advocatícios fixados no âmbito da seguinte ação trabalhista:

(i) **Processo nº 1000831-97.2024.5.02.0005, em trâmite perante a 5ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, ajuizada por Jefferson Dener Portela Pereira contra a Recuperanda Maria Ivoneide Nascimento Martins e Outra**.
Data da sentença que fixou os honorários de sucumbência: **04/11/2024** (vide **anexo 26**).

Nos termos do entendimento consolidado do E. TJ/SP, o fato gerador do crédito decorrente de honorários é a data de sua fixação. Veja-se:

> "AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **Pedido de habilitação de créditos decorrentes de honorários advocatícios sucumbenciais fixados depois do pedido de recuperação judicial. Fato gerador posterior**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

ao ajuizamento da ação que veicula o pedido de recuperação judicial. Inteligência do artigo 49 da Lei n.º 11.101/2005. Tema 1051. Crédito de natureza extraconcursal. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO". (grifamos) (TJSP; Agravo de Instrumento n° 2034529-40.2025.8.26.0000; Exmo. Des. Rel. Azuma Nishi; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Data do Julgamento: 30/04/2025).

***

"Recuperação judicial. Incidente de habilitação. **Crédito relativo a honorários advocatícios sucumbenciais fixados no âmbito de reclamação trabalhista**. Consideração, para os fins da tese fixada pelo STJ no julgamento do Tema nº 1.051, não da origem do direito material levado a discussão, **mas do momento do provimento jurisdicional pelo qual imposta a verba honorária, crédito de natureza e origem processual. Hipótese dos autos em que a condenação nos honorários da sucumbência foi posterior ao pedido de recuperação. Extraconcursalidade reconhecida**. Decisão agravada, que inadmitiu o incidente, confirmada. Agravo de instrumento do habilitante desprovido". (grifamos) (TJSP; Agravo de Instrumento n° 2342711-39.2025.8.26.0000; Exmo. Des. Rel. Fabio Tabosa; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Data do Julgamento: 31/03/2026).

Nesse sentido, o crédito em comento se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do *caput* do art. 49 da Lei n° 11.101/2005 e do Tema 1.051 do C. STJ, visto que a sentença de fixação dos honorários (fato gerador) foi proferida em **04/11/2024** (vide **anexo 26**), ou seja, antes do ajuizamento da recuperação judicial (**20/11/2024**).

Ademais, no tocante ao valor a ser listado, verifica-se do cálculo elaborado e homologado na ação trabalhista em referência (vide **anexo 27**), que o crédito foi devidamente atualizado até a data do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**), em consonância com o art. 9º, II, da Lei n° 11.101/2005.

Assim, impõe-se a inclusão, em favor da Sra. Beatriz Aparecida de Godoy Garcia Crudeli, do crédito de **R$ 587,46 (quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos)**, na Classe I – Trabalhistas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

b) Conclusão desta Administradora Judicial

Diante do exposto, **acolhe-se** a habilitação apresentada para que seja incluído, na relação de credores, o crédito de **R$ 587,46 (quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos)**, na Classe I – Trabalhistas, em favor da Sra. Beatriz Aparecida de Godoy Garcia Crudeli.

QUADRO RESUMO	
Credora (Titular do Crédito)	Beatriz Aparecida de Godoy Garcia Crudeli
Classificação	Classe I – Trabalhistas
Valor do Crédito	R$ 587,46

(ESPAÇO INTENCIONALMENTE EM BRANCO)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

X. ANTONIO MARCIO FERREIRA DE SOUZA

DADOS DO CREDOR	
Nome/Razão Social	Antonio Marcio Ferreira de Souza
CPF/CNPJ	888.508.976-34
Tipo do Requerimento	O credor busca a inclusão do crédito de R$ 50.859,29, na classe I - Trabalhistas

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO	
Crédito Listado	**Classificação do Crédito Listado**
N/A	N/A
Valor do crédito pretendido pelo Credor	**Classificação do crédito pretendido pelo Credor**
R$ 50.859,29	Classe I – Trabalhistas

DOCUMENTOS APRESENTADOS	
I	*E-mail* solicitando a habilitação de crédito enviado em 19/05/2026
II	Certidões de Crédito expedidas no âmbito da ação trabalhista nº 0010171-04.2024.5.03.0022, em trâmite perante a 22ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG
III	Decisão para expedição de certidão de crédito proferida na ação trabalhista
IV	Instrumento de procuração

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

a) Síntese do caso

Trata-se de pedido de habilitação apresentado por Antonio Marcio Ferreira de Souza, por meio do qual busca a inclusão, em seu favor, de crédito no valor de R$ 50.859,29 (cinquenta mil oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos), na Classe I – Trabalhistas da relação de credores.

Inicialmente, oportuno ressaltar que, antes da apresentação deste parecer, esta Administradora Judicial encaminhou, em 21/05/2026, o pedido de habilitação às Recuperandas, a fim de exercerem o contraditório. As Recuperandas, todavia, não se manifestaram sobre o tema.

Pois bem. O crédito em comento é derivado da relação de trabalho mantida entre o Sr. Antonio e a Recuperanda Expresso Adamantina Ltda., consubstanciada na prestação de serviços como motorista, no período de **05/12/2022** a **01/02/2024**. O descumprimento de obrigações legais e contratuais durante o vínculo empregatício ensejou o ajuizamento de ação trabalhista nº 0010171-04.2024.5.03.0022, em trâmite perante a 22ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG.

No âmbito da referida ação, a Recuperanda foi condenada, por sentença proferida em **31/10/2024** (**anexo 29**), ao pagamento de verbas consistentes em: indenização substitutiva referente às cestas básicas, participação nos lucros e resultado, ressarcimento dos valores a título de participação no custeio dos vales-transportes para os três primeiros meses do contrato de trabalho, ressarcimento a título de despesa com alimentação no valor de R$ 20,00 (vinte reais), multa convencional referente a violação de duas cláusulas da

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

convenção coletivo, FGTS de todo o período contratual, incluindo gratificações natalinas e multa de 40%, indenização por danos morais no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais):

III - DISPOSITIVO

Do exposto, **DECIDO,** na Ação ajuizada por **ANTÔNIO MÁRCIO FERREIRA DE SOUZA** contra **EXPRESSO ADAMANTINA LTDA:**

A) rejeitar as preliminares arguidas pela reclamada;

B) julgar **PROCEDENTES, EM PARTE,** os pedidos, para condenar a reclamada, observados os parâmetros constantes da fundamentação, a pagar à parte reclamante, no prazo legal, as seguintes parcelas:

- indenização substitutiva referente às cestas básicas, conforme os valores estabelecidos em cada instrumento normativo aplicável, abrangendo todo o período do contrato de trabalho;

- Participação nos Lucros e Resultados (PLR), conforme apuração a ser realizada em liquidação, observando-se os critérios estabelecidos pela norma coletiva;

- ressarcimento dos valores a título de participação no custeio dos vales-transportes para os três primeiros meses do contrato de trabalho;

- ressarcir a parte autora o valor de R$20,00, a título de ressarcimento de despesa com alimentação;

- multa convencional, considerando a violação de 02 cláusulas da convenção coletiva (fornecimento de cesta básica e banheiros em condições de uso), conforme os parâmetros estabelecidos no instrumento coletivo, a serem apurados em fase de liquidação;

- FGTS de todo o período contratual, incluindo as gratificações natalinas e a multa de 40%;

- indenização por danos morais no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), observando-se a Súmula nº 439 do Tribunal Superior do Trabalho.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Por conseguinte, em 29/11/2024, o Requerente interpôs recurso ordinário em face da referida r. sentença, tendo o E. TRT3 dado parcial provimento ao recurso, a fim de condenar a Recuperanda ao pagamento de horas extras, diferenças de adicional noturno, repousos semanais em dobro, intervalo interjornada e intersemanal, indenização pelo uniforme no valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), majoração dos danos morais para R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e condenação a quatro multas normativas (**anexo 30**).

Na sequência, o Requerente opôs Embargos de Declaração alegando omissão acerca dos reflexos das diferenças de adicional noturno. O E. TRT3 acolheu os embargos a fim de sanar a omissão apontada, determinando a incidência dos reflexos das diferenças de adicional noturno em feriados:

Conclusão do recurso

Conheço dos embargos de declaração opostos pelo reclamante e, no mérito, dou-lhes provimento, para sanar a omissão apontada e, concedendo efeito modificativo ao julgado, determinar a incidência de reflexos das diferenças de adicional noturno em feriados, com respectiva alteração do dispositivo, nos termos da fundamentação.

Após o trânsito em julgado, ocorrido em 20/05/2025, o credor apresentou planilha de cálculo, com atualização do crédito até a data do pedido de recuperação judicial (**anexo 31**), a qual foi homologada pelo D. Juízo trabalhista (**anexo 32).**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nessas condições, o crédito em comento se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do *caput* do art. 49 da Lei n° 11.101/2005 e do Tema 1.051 do C. STJ, uma vez que seu fato gerador – consubstanciado na prestação de serviços e no inadimplemento das verbas devidas por ocasião do vínculo e de sua rescisão – é anterior ao ajuizamento do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**).

Ademais, em relação ao valor a ser listado, destaca-se que o crédito foi devidamente atualizado, no âmbito da justiça do trabalho, até a data do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**), nos termos do art. 9º, II, da Lei n° 11.101/2005. Assim, consoante se denota do cálculo homologado pelo D. Juízo trabalhista (vide **anexo 31**), deve ser habilitado em favor do Sr. Antonio Marcio Ferreira de Souza o crédito de R$ 50.859,29 (cinquenta mil oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos), na Classe I - Trabalhistas.

b) Conclusão desta Administradora Judicial

Diante do exposto, **acolhe-se** a habilitação apresentada para que seja incluído, na relação de credores, o crédito de **R$ 50.859,29 (cinquenta mil oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos)**, na Classe I – Trabalhistas, em favor do Sr. Antonio Marcio Ferreira de Souza.

QUADRO RESUMO	
Credor (Titular do Crédito)	Antonio Marcio Ferreira de Souza
Classificação	Classe I – Trabalhistas
Valor do Crédito	R$ 50.859,29

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

XI. SAULO MOREIRA GROSSI

DADOS DO CREDOR	
Nome/Razão Social	Saulo Moreira Grossi
CPF/CNPJ	045.767.346-01
Tipo do Requerimento	O credor busca a inclusão do crédito de R$ 5.399,05 na Classe I – Trabalhistas

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO	
Crédito Listado	**Classificação do Crédito Listado**
N/A	N/A
Valor do crédito pretendido pelo Credor	**Classificação do crédito pretendido pelo Credor**
R$ 5.399,05	Classe I - Trabalhistas

DOCUMENTOS APRESENTADOS	
I	*E-mail* solicitando a habilitação de crédito enviado em 19/05/2026
II	Certidões de Crédito expedidas no âmbito da ação trabalhista nº 0010171-04.2024.5.03.0022, em trâmite perante a 22ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (“ação trabalhista”)
III	Decisão para expedição de certidão de crédito proferida na ação trabalhista
IV	Instrumento de procuração

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

a) Síntese do caso

Trata-se de pedido de habilitação apresentado por Saulo Moreira Grossi, por meio do qual busca a inclusão, em seu favor, de crédito no valor de R$ 5.399,05 (cinco mil trezentos e noventa e nove reais e cinco centavos), na Classe I – Trabalhistas da relação de credores.

Inicialmente, oportuno ressaltar que, antes da apresentação deste parecer, esta Administradora Judicial encaminhou, em 21/05/2026, o pedido de habilitação às Recuperandas, a fim de exercerem o contraditório. As Recuperandas, todavia, não se manifestaram sobre o tema.

Pois bem. O crédito em comento é decorrente de honorários advocatícios fixados no âmbito da seguinte ação trabalhista:

(i) **Processo nº 0010171-04.2024.5.03.0022, em trâmite perante a 22ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, ajuizada por Antonio Marcio Ferreira de Souza contra a Recuperanda Expresso Adamantina Ltda.**
Data da sentença que fixou os honorários de sucumbência: **31/10/2024** (vide **anexo 29**).

Nos termos do entendimento consolidado do E. TJ/SP, o fato gerador do crédito decorrente de honorários é a data de sua fixação. Veja-se:

> "AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **Pedido de habilitação de créditos decorrentes de honorários advocatícios sucumbenciais fixados depois do pedido de recuperação judicial. Fato gerador posterior ao ajuizamento da ação que veicula o pedido de recuperação judicial.** Inteligência do artigo 49 da Lei n.º 11.101/2005. Tema 1051. Crédito de natureza extraconcursal. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO".

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

(grifamos) (TJSP; Agravo de Instrumento n° 2034529-40.2025.8.26.0000; Exmo. Des. Rel. Azuma Nishi; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Data do Julgamento: 30/04/2025).

***

"Recuperação judicial. Incidente de habilitação. **Crédito relativo a honorários advocatícios sucumbenciais fixados no âmbito de reclamação trabalhista**. Consideração, para os fins da tese fixada pelo STJ no julgamento do Tema nº 1.051, não da origem do direito material levado a discussão, **mas do momento do provimento jurisdicional pelo qual imposta a verba honorária, crédito de natureza e origem processual. Hipótese dos autos em que a condenação nos honorários da sucumbência foi posterior ao pedido de recuperação. Extraconcursalidade reconhecida**. Decisão agravada, que inadmitiu o incidente, confirmada. Agravo de instrumento do habilitante desprovido". (grifamos) (TJSP; Agravo de Instrumento n° 2342711-39.2025.8.26.0000; Exmo. Des. Rel. Fabio Tabosa; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Data do Julgamento: 31/03/2026).

Nesse sentido, o crédito proveniente da ação n° 0010171-04.2024.5.03.0022, indicada no item ***(i)*** acima, se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do *caput* do art. 49 da Lei n° 11.101/2005 e do Tema 1.051 do C. STJ, visto que a sentença de fixação dos honorários (fato gerador) foi proferida em **31/10/2024** (vide **anexo 29**), ou seja, antes do ajuizamento da recuperação judicial (**20/11/2024**).

Ademais, no tocante ao valor a ser listado, verifica-se do cálculo elaborado e homologado no âmbito da ação trabalhista em referência (vide **anexo 31**), que o crédito foi devidamente atualizado até a data do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**), em consonância com o art. 9º, II, da Lei n° 11.101/2005.

Assim, impõe-se a inclusão, em favor do Sr. Saulo Moreira Grossi, do crédito de **R$ 5.399,05 (cinco mil trezentos e noventa e nove reais e cinco centavos)**, na Classe I – Trabalhistas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

b) Conclusão desta Administradora Judicial

Diante do exposto, **acolhe-se** a habilitação apresentada para que seja incluído, na relação de credores, o crédito de **R$ 5.399,05 (cinco mil trezentos e noventa e nove reais e cinco centavos)**, na Classe I – Trabalhistas, em favor do Sr. Saulo Moreira Grossi.

QUADRO RESUMO	
Credor (Titular do Crédito)	Saulo Moreira Grossi
Classificação	Classe I – Trabalhistas
Valor do Crédito	R$ 5.399,05

(ESPAÇO INTENCIONALMENTE EM BRANCO)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

XII. JULIANA ARRUDA MENEZES

DADOS DO CREDOR	
Nome/Razão Social	Juliana Arruda Menezes
CPF/CNPJ	408.904.118-08
Tipo do Requerimento	O credor busca a inclusão do crédito de R$ 39.675,00 na Classe I – Trabalhistas

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO	
Crédito Listado	**Classificação do Crédito Listado**
N/A	N/A
Valor do crédito pretendido pelo Credor	**Classificação do crédito pretendido pelo Credor**
R$ 39.675,00	Classe I – Trabalhistas

DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE	
I	Petição de habilitação de crédito - fls. 17.792/17.799
II	Instrumento de procuração – fl. 17.795
III	Declaração de hipossuficiência – fls. 17.796/17.799
IV	Documento pessoal (CNH) - fl. 17.800
V	Ata de audiência realizada no âmbito da ação trabalhista n°1001915-71.2025.5.02.0079, em trâmite perante a 79ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

a) Síntese do caso

Trata-se de pedido de habilitação apresentado por Juliana Arruda Menezes, por meio do qual busca a inclusão, em seu favor, de crédito no valor de R$ 39.675,00 (trinta e nove mil seiscentos e setenta e cinco reais), na Classe I – Trabalhistas da relação de credores.

Inicialmente, oportuno ressaltar que, antes da apresentação deste parecer, esta Administradora Judicial encaminhou, em 21/05/2026, o pedido de habilitação às Recuperandas, a fim de exercerem o contraditório. As Recuperandas, todavia, não se manifestaram sobre o tema.

Pois bem. O crédito em comento é derivado da relação de trabalho mantida entre a Sra. Juliana e a Recuperanda Expresso Adamantina Ltda., consubstanciada na prestação de serviços como encarregada de agência, no período de **10/01/2023** a **15/08/2025**. O descumprimento de obrigações legais e contratuais durante o vínculo empregatício ensejou o ajuizamento de ação trabalhista nº 1001915-71.2025.5.02.0079, em trâmite perante a 79ª Vara de São Paulo/SP.

No âmbito da referida ação, a Recuperanda se comprometeu a pagar à Habilitante, a quantia líquida de R$ 39.675,00 (trinta e nove mil seiscentos e setenta e cinco reais), sendo R$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais) destinados à Habilitante e R$ 5.175,00 (cinco mil cento e setenta e cinco reais) a título de honorários advocatícios em favor de seu patrono.

Conforme petição acostada aos autos da ação trabalhista pela Recuperanda (**anexo 33**), o acordo foi celebrado para pagamento das seguintes verbas: aviso prévio indenizado, férias vencidas + 1/3; férias proporcionais + 1/3; FGTS sobre as verbas;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

FGTS não depositado; multa de 40% do FGTS; multa do artigo 467; indenização por danos morais e honorários advocatícios, conforme se observa:

Aviso Prévio Indenizado : R$2.925,00

Férias vencidas + 1/3 : R$ 3.250,00

Férias (prop. + 1/3) : R$ 2.437,00

FGTS sobre as verbas: 688,00

FGTS não depositado: R$ 5.530,00

Multa de 40% do FGTS: R$ 2.650,00

Multa do artigo 467 : R$8.700,00

Indenização por danos morais: R$ 8.320,00

Honorários Advocatícios: R$5.175,00

Total Geral: R$ 39.675,00

Em audiência realizada em 11/11/2025, o acordo foi homologado (**anexo 34**), tendo o D. Juízo trabalhista determinado a expedição das certidões para fins de habilitação dos créditos.

Pois bem. Da análise da ação trabalhista, constatou-se que o crédito objeto do acordo se sujeita **parcialmente** aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do *caput* do art. 49 da LRF e do Tema 1.051 do C. STJ. Isso porque parte das verbas que compõem o crédito objeto do pedido de habilitação teve como fato gerador o término do contrato de trabalho da Habilitante, ocorrido em **15/08/2025**, ou seja, ou o fato gerador em data posterior ao ajuizamento da recuperação judicial (**20/11/2024**), não se sujeitando, portanto, aos seus efeitos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Dessa forma, esta Administradora Judicial procedeu à análise das verbas contempladas no acordo, a fim de identificar aquelas sujeitas aos efeitos da recuperação judicial, verificando-se que apenas as seguintes se enquadram nessa hipótese: ***(i)*** férias vencidas + 1/3, ***(ii)*** FGTS sobre as verbas (parcialmente), ***(iii)*** FGTS não depositado (parcialmente), e ***(iv)*** indenização por danos morais (parcialmente).

Em relação ao FGTS sobre as verbas, ao FGTS não depositado e à indenização por danos morais, esta Auxiliar considerou apenas os valores constituídos até a data do ajuizamento da recuperação judicial (20/11/2024), limitando sua apuração à referida data.

No tocante à indenização por danos morais, esclarece-se que, diante da ausência de indicação, na petição inicial trabalhista, do período específico em que teriam ocorrido os fatos geradores do dano, esta Auxiliar considerou todo o período contratual, compreendido entre 10/01/2023 e 15/08/2025, apurando proporcionalmente a parcela correspondente ao período transcorrido entre a contratação e a data do ajuizamento da recuperação judicial.

Já em relação ao FGTS não depositado, considerando que o acordo homologado fixou o montante global devido em R$ 5.530,00, sem discriminar os valores por competência, esta Auxiliar procedeu à apuração proporcional do crédito sujeito à recuperação judicial com base no período de inadimplemento abrangido pelo acordo. Para tanto, dividiu-se o valor total do FGTS pelas 24,5 competências sem recolhimento identificadas no período de agosto de 2023 a agosto de 2025 (considerado o mês de agosto de 2025 de forma proporcional), conforme extrato analítico juntado ao autos da ação trabalhista (**anexo 35**), obtendo-se o valor médio de R$ 225,71 por competência. Em seguida, considerando que 16 dessas competências são anteriores ao ajuizamento da recuperação judicial, ocorrido em 20/11/2024, apurou-se o montante sujeito de R$ 3.611,43, correspondente à multiplicação do valor médio por competência pelo número de competências anteriores ao pedido recuperacional.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

No que se refere ao FGTS sobre as verbas, esta Auxiliar considerou sua incidência apenas sobre as verbas sujeitas aos efeitos da recuperação judicial.

As demais verbas previstas no acordo, quais sejam, ***(i)*** aviso prévio indenizado, ***(ii)*** férias (prop. + 1/3), ***(iii)*** multa de 40% do FGTS, ***(iv)*** multa do art. 467 da CLT, ***(v)*** honorários advocatícios, ***(vi)*** parcela do FGTS incidente sobre verbas não sujeitas à recuperação judicial, ***(vii)*** saldo do FGTS não depositado correspondente às competências posteriores ao ajuizamento do pedido recuperacional, equivalente a 8,5 competências, e ***(viii)*** parcela da indenização por danos morais proporcional ao período posterior ao ajuizamento da recuperação judicial, não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial, por terem se constituído após o ajuizamento do feito recuperacional, razão pela qual não podem integrar o crédito a ser habilitado, sem prejuízo de sua eventual execução perante a Justiça do Trabalho.

No que se refere aos honorários advocatícios (R$ 5.175,00), por sua vez, esclarece-se que o crédito pertencente ao patrono da habilitante não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, visto que o seu fato gerador – acordo celebrado em **10/11/2025** – é posterior à data do ajuizamento da recuperação judicial (**20/11/2024**), de modo que o referido crédito não se sujeita aos seus efeitos, conforme entendimento consolidado do E. TJSP[4].

[4] AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **Pedido de habilitação de créditos decorrentes de honorários advocatícios sucumbenciais fixados depois do pedido de recuperação judicial. Fato gerador posterior ao ajuizamento da ação que veicula o pedido de recuperação judicial**. Inteligência do artigo 49 da Lei n.º 11.101/2005. Tema 1051. **Crédito de natureza extraconcursal**. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJSP; Agravo de Instrumento n° 2034529-40.2025.8.26.0000; Exmo. Des. Rel. Azuma Nishi; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Data do Julgamento: 30/04/2025).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Oportuno destacar o disposto no enunciado XXV do Grupo de Câmaras Reservadas de Direito Empresarial do E. TJSP, que trata da impossibilidade de habilitação de crédito não sujeito:

> Enunciado XXV – "Os **credores extraconcursais**, **ainda que queiram e haja concordância da recuperanda, não se sujeitam à habilitação do crédito na recuperação judicial**, devendo perseguir a satisfação de seu interesse pela via executiva e perante a Justiça Competente". (grifamos).

Nesses termos, a fim de facilitar a visualização das verbas sujeitas e não sujeitas, apresenta-se o quadro abaixo:

Verba	Sujeito	Valor do Acordo	Valor Sujeito	Valor Não Sujeito
Aviso Prévio Indenizado	**Não**	R$ 2.925,00	N/A	R$ 2.925,00
Férias vencidas + 1/3	Sim	R$ 3.250,00	R$ 3.250,00	N/A
Férias (prop. + 1/3)	**Não**	R$ 2.437,00	N/A	R$ 2.437,00
FGTS sobre as verbas	Parcialmente	R$ 688,00	R$ 260,00	R$ 428,00
FGTS não depositado	Parcialmente (equivalente a 16 competências)	R$ 5.530,00	R$ 3.611,43	R$ 1.918,57
Multa de 40% do FGTS	**Não**	R$ 2.650,00	N/A	R$ 2.650,00
Multa do artigo 467	**Não**	R$ 8.700,00	N/A	R$ 8.700,00
Indenização por danos morais	Parcialmente	R$ 8.320,00	R$ 5.967,94	R$ 2.352,06
Honorários Advocatícios	**Não**	R$ 5.175,00	N/A	R$ 5.175,00
Total		**R$ 39.675,00**	**R$ 13.089,37**	**R$ 26.585,63**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Assim, o crédito a ser habilitado em favor da Sra. Juliana Arruda Menezes corresponde ao montante de R$ 13.089,37 (treze mil e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos), a ser incluído na Classe I – Trabalhistas.

b) Conclusão desta Administradora Judicial

Diante do exposto, **acolhe-se parcialmente** a habilitação apresentada para que seja incluído, na relação de credores, o crédito de **R$ 13.089,37 (treze mil e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos)**, na **Classe I – Trabalhistas**, em favor da Sra. Juliana Arruda Menezes.

QUADRO RESUMO	
Credor (Titular do Crédito)	Juliana Arruda Menezes
Classificação	Classe I – Trabalhistas
Valor do Crédito	R$ 13.089,37

(ESPAÇO INTENCIONALMENTE EM BRANCO)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

XIII. ALVINA FERREIRA DA SILVA, JORGE FERREIRA DA SILVA, LIDYA VITORIA FORTUNATO FERREIRA, ALEXANDRE ESTEVÃO FORTUNATO FERREIRA E MARIA CÉLIA FERREIRA DA SILVA

DADOS DO CREDOR	
Nome/Razão Social	Alvina Ferreira da Silva Jorge Ferreira da Silva Lidya Vitoria Fortunato Ferreira Alexandre Estevão Fortunato Ferreira Maria Célia Ferreira da Silva
CPF/CNPJ	627.317.696-53 032.274.006-18 090.651.966-76 105.090.256-41 001.466.976-50
Tipo do Requerimento	Os credores buscam a inclusão do crédito de R$ 10.034,84, na Classe III - Quirografários

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO	
Crédito Listado	**Classificação do Crédito Listado**
N/A	N/A
Valor do crédito pretendido pelos Credores	**Classificação do crédito pretendido pelos Credores**
R$ 10.034,84	Classe III – Quirografários

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

DOCUMENTOS APRESENTADOS	
I	*E-mail* solicitando a habilitação de crédito, enviado em 13/05/2026 e petição de fls. 18.667/18.688 da recuperação judicial.
II	Procurações atualizadas de cada um dos Habilitantes – fls. 18.669/18.673.
III	Sentença condenatória proferida no âmbito da ação indenizatória nº 5021760-34.2025.8.13.0024, que tramitou perante a 3ª Unidade Jurisdicional Cível - 9º JD da Comarca de Belo Horizonte/MG – fls. 18.674/18.685.
IV	Cálculos dos danos morais atualizando o crédito até maio de 2026 – fls. 18.686/18.687.
V	Cálculos dos danos materiais atualizando o crédito até maio de 2026 – fl. 18.688.
VI	Formulário de habilitação administrativa de crédito

PARECER DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

a) Síntese do caso

Trata-se de pedido de habilitação apresentado por Alvina Ferreira da Silva, Jorge Ferreira da Silva, Lidya Vitoria Fortunato Ferreira, Alexandre Estevão Fortunato Ferreira e Maria Célia Ferreira da Silva, por meio do qual buscam a inclusão, em seu favor, de um crédito no valor de R$ 10.034,84 (dez mil e trinta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), na Classe III – Quirografários.

Inicialmente, oportuno ressaltar que, antes da apresentação deste parecer, esta Administradora Judicial encaminhou, em 21/05/2026, o pedido de habilitação às Recuperandas, a fim de que exercessem o contraditório. As Recuperandas, todavia, não se manifestaram sobre o tema.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Pois bem. O crédito objeto da presente análise é decorrente de obrigação imposta à Recuperanda Expresso Adamantina Ltda. em razão de falha na prestação de serviço de transporte. A referida obrigação foi posteriormente reconhecida por meio de r. sentença proferida em **10/11/2025**, no âmbito da ação indenizatória n° 5021760-34.2025.8.13.0024, a 3ª Unidade Jurisdicional Cível - 9º JD da Comarca de Belo Horizonte/MG (fls. 18.674/18.685). A referida sentença condenou a Recuperanda nos seguintes termos:

Embora a r. sentença condenatória tenha sido proferida em **10/11/2025**, as falhas na prestação de serviços que ensejaram a

> a) **condenar** a ré a pagar aos autores indenização por danos materiais, apurados no valor de R$204,50 (duzentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), corrigido monetariamente a partir da data do desembolso, de acordo com os índices divulgados pela CGJ/MG, até a data de 29/08/2024 e, partir da data de 30/08/2024, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), na forma do art. 389, parágrafo único, do Código Civil, e acrescido de juros de mora calculados desde a data da citação, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, até a data de 29/08/2024 e, a partir da data de 30/08/2024, na forma do art. 406 e §§, do Código Civil;
>
> b) **condenar** a ré a pagar indenização por danos morais, arbitrada na quantia de R$2.500,00 (dois mil e quinhentosreais) para cada um dos autores, a ser corrigida monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos do art. 389, parágrafo único, do Código Civil e acrescida de juros de mora calculados de acordo com o art. 406 e §§, do Código Civil, todos a partir da publicação da sentença.

propositura da ação indenizatória ocorreram em **05/09/2023** e **09/09/2023**, respectivamente. Nesse sentido, o crédito em comento se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do *caput* do art. 49 da Lei n° 11.101/2005 e do Tema 1.051 do C. STJ, uma vez que seus fatos geradores – as falhas na prestação de serviços – são anteriores ao ajuizamento do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Ademais, oportuno esclarecer que a empresa Buser Brasil Tecnologia Ltda., que também figurava como ré na ação indenizatória, já realizou o pagamento de metade da condenação, conforme petição apresentada naqueles autos no dia 12/12/2025 (**anexo 36**), razão pela qual resta pendente às Recuperandas o pagamento da outra metade.

Quanto ao valor a ser listado, verifica-se, a partir dos cálculos de fls. 18.686/18.688, que o crédito foi atualizado até **abril de 2026**, em desacordo com o art. 9º, II, da Lei n° 11.101/2005, o qual determina que os créditos devem ser atualizados até a data do pedido de recuperação judicial (**20/11/2024**). Ademais, considerando que a atual demanda consiste em créditos de titularidade de diversos credores, será necessário individualizar cada um deles.

No mesmo sentido, com base na documentação disponibilizada, não há como saber qual dos credores desembolsou os valores que resultaram na condenação por danos materiais. Dessa forma, nos termos do art. 257 do Código Civil[5], essa verba deverá ser dividida igualmente entre os habilitantes.

Por essa razão, esta Administradora Judicial procedeu à atualização do crédito até a data do pedido de recuperação judicial (20/11/2024), considerando valores correspondentes a metade da condenação sofrida – devido ao pagamento da Buser –, bem como nos termos da r. sentença condenatória.

Destaca-se, ainda, que os termos iniciais da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre a condenação por danos morais, ambos a partir da publicação da sentença (11/11/2025), bem como dos juros moratórios relativos aos danos materiais, a

[5] "Art. 257. Havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, esta presume-se dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores".

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

partir da citação (05/06/2025), ocorreram após o ajuizamento da recuperação judicial (20/11/2024), razão pela qual não foram considerados no cálculo do crédito.

Assim, após a realização do cálculo, constatou-se que o crédito total atualizado é de R$ 6.357,20 (seis mil trezentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos), devendo ser listado em favor de cada um dos credores o montante de **R$ 1.271,44 (mil duzentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos)**, conforme se observa na seguinte memória de cálculo:

MEMÓRIA DE CÁLCULO							
Descrição	**Valor**	**Data base (correção)**	**Data base (juros)**	**Pedido de RJ**	**Coef. Corr. Monetária**	**Valor Corrigido (Tabela Prática do E. TJMG)**	**Total**
Danos Morais	R$ 6.250,00	N/A[6]	N/A[7]	20/11/2024	N/A	R$ 6.250,00	R$ 6.250,00
Dano Material	R$ 102,25	10/09/2023[8]	N/A[9]	20/11/2024	1,044655	R$ 531,81	R$ 107,20
						TOTAL	**R$ 6.357,20**

b) Conclusão desta Administradora Judicial

[6] Publicação da sentença ocorrida em data posterior ao pedido de RJ.
[7] Publicação da sentença ocorrida em data posterior ao pedido de RJ.
[8] Data do desembolso.
[9] Citação ocorrida em data posterior ao pedido de RJ.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Diante do exposto, **acolhe-se parcialmente** a habilitação apresentada, a fim de que seja incluído na relação de credores o crédito de **R$ 1.271,44 (mil duzentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos)**, na **Classe III - Quirografários**, para cada um dos Credores.

QUADRO RESUMO	
Credora (Titular do Crédito)	Alvina Ferreira da Silva
Classificação	Classe III - Quirografários
Valor do Crédito	R$ 1.271,44

QUADRO RESUMO	
Credor (Titular do Crédito)	Jorge Ferreira da Silva
Classificação	Classe III - Quirografários
Valor do Crédito	R$ 1.271,44

QUADRO RESUMO	
Credora (Titular do Crédito)	Lidya Vitoria Fortunato Ferreira
Classificação	Classe III - Quirografários
Valor do Crédito	R$ 1.271,44

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

QUADRO RESUMO	
Credor (Titular do Crédito)	Alexandre Estevão Fortunato Ferreira
Classificação	Classe III - Quirografários
Valor do Crédito	R$ 1.271,44

QUADRO RESUMO	
Credor (Titular do Crédito)	Maria Célia Ferreira da Silva
Classificação	Classe III - Quirografários
Valor do Crédito	R$ 1.271,44

Sendo o que nos cumpria manifestar e requerer, esta Auxiliar se coloca à disposição deste D. Juízo, da z. serventia, do Ministério Público e dos credores para quaisquer esclarecimentos que eventualmente se façam necessários.

CAVALLARO E MICHELMAN – ADVOGADOS ASSOCIADOS

Natalia Maria Neves Bast

OAB/SP 427.297

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 1

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0010330-59.2024.5.15.0103

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Tramitação Preferencial

- Falência ou Recuperação Judicial

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 05/04/2024
Valor da causa: R$ 86.986,90

Partes:

AUTOR: MAURICIO DOMINGOS CANDIDO
ADVOGADO: JULIANA GALERA DE LACERDA
RÉU: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE ARAÇATUBA
ATOrd 0010330-59.2024.5.15.0103
AUTOR: MAURICIO DOMINGOS CANDIDO
RÉU: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA

Juiz: Dr. Guilherme Bassetto Petek

SENTENÇA

I - RELATÓRIO:

Ajuíza ação trabalhista **MAURÍCIO DOMINGOS CÂNDIDO** em face de **EMPRESA DE ÔNIBUS ROMEIRO LTDA**. Busca a satisfação das pretensões elencadas na petição inicial. Data da Autuação: 05/04/2024. Valor da causa: R$86.986,90.

A conciliação é rejeitada.

A(s) reclamada(s) apresenta(ram) defesa(s) escrita(s). Contesta (m) articuladamente os pedidos da inicial e pugna(m) pela improcedência da ação.

São juntados documentos.

Apresentada réplica pela parte autora.

Em audiência foi(ram) ouvido(s) o(s) autor e uma testemunha(s) indicada(s) pela parte reclamante.

Não havendo mais provas é encerrada a instrução.

A conciliação é novamente rejeitada.

Juntadas razões finais.

É o relatório.

RESUMO DOS DEPOIMENTOS

Assinado eletronicamente por: GUILHERME BASSETTO PETEK - Juntado em: 27/09/2024 09:17:11 - 4548140

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Autor: que o turno começava 04h30, mas 04h já estava na empresa, sendo que terminava por volta das 08h30/09h; que o turno C era das 20h as 01h30 / 02h, a depender da demanda; que o depoente fazia outros horários alternados, conforme determinado pela ré; que o turno C começava as 20h; que o depoente fazia o turno C e depois o turno A.

Testemunha Florisberto Melinsqui: que trabalhou na reclamada de 2018 a 2022, na função de motorista; que trabalhou com o autor; que trabalhavam em trabalhos alternados e pelo que se recorda, o autor não saiu de férias, mas acredita que ele teve férias sim; que nunca viu o autor assinar aviso de férias, pois era restrito ao escritório; que ao todo eram cerca de 20 'e poucos' motoristas; que quando alguém saia de férias, um cobria o turno do outro; que o depoente já fez turno A e B juntos; que já fez turnos A, B e C; que nas férias, como tinham uma escala em 3 turnos, acontecia de colocar um motorista na linha do outro; que tem conhecimento de o autor ter feito os 3 turnos; que o turno C começa as 20h / 20h20, com término as 00h / 00h30, a depender da região onde estavam; que já teve dia de chegar as 03h; que era possível terminar o turno C e depois começar o turno A; que o autor já fez o turno C e depois o turno A.

Em caso de divergência, deverá prevalecer a versão contida no arquivo audiovisual.

II- FUNDAMENTAÇÃO

NO MÉRITO

PRESCRIÇÃO

A ação foi ajuizada em 05/04/2024.

O contrato de trabalho do autor se deu entre 11 de julho de 2018 e 09 de abril de 2022, de acordo com o aviso prévio de f. 83 e anotação em CTPS (f. 12).

Portanto, não há prescrição total a ser pronunciada.

DO INTERVALO INTERJORNADA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

O art. 66, da CLT, estabelece que entre duas jornadas haverá um período mínimo de intervalo de 11 (onze) horas consecutivas. A Súmula 110, do TST, bem como a OJ nº 355, da SDI-I, do TST, e Súmula 50 do TRT-15 dispõem que a inobservância do intervalo mínimo entre uma jornada e outra acarreta o pagamento de horas extras.

Alega o autor que laborava das 04h00 às 00h30/01h00. Pugna pelo pagamento do intervalo interjornada suprimido.

A reclamada contesta, afirmando que a jornada de trabalho do reclamante foi devidamente registrada nos cartões de ponto juntados com a defesa, sendo que o autor laborava em "dupla pegada". Sustenta que entre uma "pegada" e outra, o reclamante usufruía de intervalo intrajornada elastecido, devidamente autorizado por norma coletiva.

Em réplica, o autor reafirma os termos da inicial sustentando que o controle de jornada apresentado pela ré é parcial.

Pois bem.

Compulsando os cartões de ponto anexados com a contestação, observo a anotação de horários variados, inclusive de um intervalo maior dentro da jornada.

A prova oral produzida não se mostrou apta a infirmar as marcações do controle de jornada.

De fato, as CCTs juntadas pela reclamada autorizam o elastecimento do intervalo intrajornada, quando no sistema de "dupla pegada", a exemplo da cláusula 31ª da CCT 2018/2019.

Logo, ao contrário do que sustenta o autor, o intervalo por ele requerido trata-se, em verdade, do intervalo intrajornada. Nesse sistema, o intervalo interjornada deve ser contado entre o final da segunda "pegada" e o início do novo turno de trabalho.

Portanto, cabia ao reclamante apontar diferenças a receber, ônus do qual não se desvencilhou.

Julgo improcedente o pedido.

DAS FÉRIAS

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Prevê o art. 7º, XVII, da CF o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

O art. 129 da CLT estabelece que todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito (134, CLT). A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias. Dessa participação o interessado dará recibo (135, CLT).

Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o art. 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração (135, CLT). Os dias de férias gozados após o período legal de concessão deverão ser remunerados em dobro (Súmula 85, TST).

A remuneração das férias inclui a das horas extraordinárias habitualmente prestadas (Súmula 151, TST). O pagamento das férias, integrais ou proporcionais, gozadas ou não, na vigência da CF/1988, sujeita-se ao acréscimo do terço previsto no respectivo art. 7º, XVII (Súmula 328, TST).

Assevera o autor que lhe foram concedidas férias de dezembro de 2021 a janeiro de 2022, porém não as usufruiu. Pugna pelo seu pagamento em dobro.

A reclamada nega.

A ré juntou os avisos dos períodos aquisitivos das férias de 2018 /2019 e 2019/2020 (f. 75 e seguintes), bem como comprovou o pagamento das férias vencidas de 2020/2021 e férias proporcionais de 2021/2022 em TRCT (f. 84).

O autor não produziu prova apta a infirmar a prova documental, ônus que lhe cabia. A própria testemunha convidada pelo reclamante relatou que acredita que este usufruiu sim de férias, ressaltando que nesses casos os funcionários cobriam quem estava de licença.

Portanto, julgo improcedente o pedido.

DA PARTICIPAÇÃO DE LUCROS E RESULTADOS (PLR)

Afirma o autor que não recebeu a PLR referente ao período de 2020/2022, prevista em norma coletiva.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

A reclamada contesta, aduzindo que o reclamante não juntou a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ventilada.

Em réplica, o autor aponta valores a receber com base nas CCTs anexadas pela ré.

Primeiramente, importante destacar que o reclamante não colacionou Norma coletiva juntamente com a inicial ônus que lhe cabia.

Por outro lado a reclamada juntou a CCT da categoria, a qual prevê o recebimento da PLR (cláusulas 12 e 42).

Compulsando os holerites jungidos com a defesa, observo que não houve o pagamento da verba.

Portanto, julgo procedente o pedido.

DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Ressalvado entendimento pessoal deste magistrado, por disciplina judiciária (art. 927, III, do CPC), nos termos do IRDR – TRT15 – processo 0007637-28.2021.5.15.0000:

I) Para a comprovação da hipossuficiência financeira, mesmo após o advento da Lei 13.467/2017, basta a declaração de insuficiência de recursos, firmada por pessoa natural ou por seu advogado, com poderes específicos para tanto, ressalvada a possibilidade de contraprova pela parte adversa;

II) No caso de contrato de trabalho extinto, a última remuneração não pode servir de base para a concessão ou não do benefício, pois a condição de pobreza pressupõe insuficiência de recursos para a demanda em momento presente e, se não apresentadas provas em sentido contrário, prevalece a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência.

No caso dos autos, há declaração de hipossuficiência firmada, o vínculo de emprego anterior foi extinto e não há prova de que a parte autora aufere remuneração superior ao previsto no art. 790, § 3º, da CLT.

Assim, **defiro** o benefício da justiça gratuita.

Assinado eletronicamente por: GUILHERME BASSETTO PETEK - Juntado em: 27/09/2024 09:17:11 - 4548140

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Diante da sucumbência parcial experimentada pela reclamada, incluo na condenação a obrigação de pagamento de honorários advocatícios, no importe de 5% calculados sobre o valor líquido, deduzidas as retenções previdenciárias e fiscais que incidem sobre a disponibilidade líquida, conforme observado em regular liquidação de sentença.

Diante da sucumbência parcial experimentada pela parte reclamante, incluo na condenação a obrigação de pagamento de honorários advocatícios, no importe de 5% calculados sobre o valor do pedido de horas extras e férias.

Esclareço, ainda, que ante a declaração de inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT, em decisão proferida pelo E. STF no julgamento da ADI 5766, não há que se falar em abatimento de eventuais créditos obtidos pela parte autora, nesse ou em outro processo.

No entanto, fica suspensa a exigibilidade dos honorários, os quais, somente poderão ser executados se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

COMPENSAÇÃO/DEDUÇÃO DE VALORES

Não restou configurada nos autos a hipótese de compensação prevista no art. 368 do CC/02. Entretanto, autorizo a dedução dos valores pagos a idêntico título, devidamente comprovados nos autos.

BASE DE CÁLCULO DAS VERBAS

Para o cálculo das verbas e reflexos deferidos na presente decisão, deve ser considerada a natureza de cada parcela recebida, na forma do art. 457 da CLT.

Assinado eletronicamente por: GUILHERME BASSETTO PETEK - Juntado em: 27/09/2024 09:17:11 - 4548140

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CRITÉRIOS DE CÁLCULO

Os critérios para apuração dos valores deferidos na presente decisão, quando não objeto de controvérsia específica, devem ser fixados na fase de liquidação de sentença, observados a evolução salarial e os eventuais períodos de suspensão ou interrupção do contrato de trabalho.

Nos termos da jurisprudência do C. TST, a adequada interpretação jurídica das alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017 aos parágrafos 1º e 2º do artigo 840, da CLT proporciona impacto na prática trabalhista, eis que introduz novos requisitos aos pedidos trazidos nas petições iniciais protocolizadas nas Varas do Trabalho. A exigência de se consignar, na petição inicial, pedidos certos e determinados já era observada nas reclamações trabalhistas, uma vez que a antiga redação do art. 840, §1º, da CLT não continha detalhes acerca do conteúdo e especificações do pedido. Assim, aplicavam-se subsidiariamente (arts. 769, da CLT e 15, do CPC) os artigos 322 e 324 do CPC, quanto à necessidade de que os pedidos fossem certos e determinados. Com a entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, o §1º do art. 840, da CLT torna-se norma específica que disciplina os requisitos da petição inicial no processo do trabalho. Portanto, além de estipular que os pedidos devem ser certos e determinados, inaugura-se a obrigatoriedade de que cada um contenha a indicação de seu valor. Sob este viés, a exigência de indicação do valor dos pedidos determinada pelo artigo 840, §1º, da CLT objetiva que, desde a petição inicial, as partes delimitem, com razoável destreza, o alcance de sua pretensão. A interpretação do art. 840, §1º, da CLT, aliada aos princípios mencionados permite chegar à conclusão de que, tendo o reclamante apresentado, em sua petição inicial, pedido certo e determinado com indicação de valor - estimado -, por um lado, atende-se à exigência do art. 840, §1º, da CLT. Por outro lado, possibilita ao polo passivo o integral exercício da ampla defesa e do contraditório, assegurados pelo artigo 5º, LV, da CF. Trata-se, assim, de interpretação que observa os princípios constitucionais do trabalho, conferindo, igualmente, efetivamente ao referido artigo celetista. Assim, a Instrução Normativa nº 41/2018 ao se referir ao "valor estimado da causa" acaba por delimitar que o pedido apresentado na petição inicial "com indicação de seu valor" a que se refere o art. 840, §1º, da CLT deve ser considerado de forma **estimada**, eis que inexiste nos dispositivos do CPC a que faz remissão a instrução normativa qualquer delimitação em sentido contrário. O artigo 291, do CPC, pertinente à análise ora empreendida apenas se refere à necessidade de indicação de "valor certo" da causa, inexistindo, portanto, qualquer obrigação de liquidação do valor da causa, tampouco do pedido, com efeito vinculativo à condenação. Ainda, considerando-se a necessária aplicação supletiva do CPC à hipótese, a ausência de indicação de valores na petição inicial não deve ter como consequência a extinção do feito sem resolução do mérito, devendo-se oportunizar à parte a possibilidade de saneamento do defeito, no prazo de 15 dias, por aplicação analógica da Súmula 263 deste TST c/c arts. 4º, 6º e 317 do CPC. Nesse mesmo sentido,

Assinado eletronicamente por: GUILHERME BASSETTO PETEK - Juntado em: 27/09/2024 09:17:11 - 4548140

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

interpretando a redação do parágrafo 2º do artigo 12 da IN 41/2018 em confronto com as exigências do art. 840, §1º, da CLT e, igualmente dos artigos 141 e 492 do CPC, o Tribunal Superior do Trabalho acumula precedentes no sentido de que os valores constantes nos pedidos apresentados de forma líquida na exordial devem ser considerados apenas como fim estimado, não havendo limitação da condenação àquele montante. Por fim, não se ignora que a Eg. SBDI-1, do TST, em precedente publicado em 29/05/2020 (E-ARR-10472-61.2015.5.18.0211, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa) firmou entendimento de que a parte autora, ao formular pedidos com valores líquidos na petição inicial, sem registrar qualquer ressalva, limita a condenação a tais parâmetros, por expressa dicção do art. 492 do CPC. Ocorre que o precedente em questão configura situação singular, eis que o recurso de embargos analisado foi interposto em ação ajuizada antes da entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017 e, portanto, da alteração do art. 840, §1º, da CLT c/c Instrução Normativa 41/2018. Assim, não sem razão, a matéria não foi analisada sob a ótica destas normas. Portanto, trata-se o caso concreto de hipótese que revela singularidades quanto àquela analisada pela Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, razão pela qual esta Turma não fica a ela vinculada. A partir do exposto, quando a inicial foi ajuizada após a Reforma Trabalhista, incidem as normas processuais previstas na CLT após as alterações da Lei 13.467/2017. Portanto, os valores constantes nos pedidos apresentados de forma líquida na reclamação trabalhista devem ser considerados como **mera estimativa**, não limitando a condenação, por força da Instrução Normativa nº 41/2018 c/c art. 840, §1º, da CLT e dos princípios constitucionais que regem o processo do trabalho, em especial os princípios do amplo acesso à jurisdição (art. 5º, XXXV, da CF), da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), da proteção social do trabalho (art. 1º, IV, da CF). Nesse sentido, a decisão vinculante no Emb-RR-555-36.2021.5.09.0024, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alberto Bastos Balazeiro, DEJT 07/12/2023**.**

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

Os critérios referentes à fase de execução de sentença, inclusive quanto à aplicação de prazos e multas, devem ser fixados no momento oportuno, quando a legislação em vigor deverá ser observada (*tempus regit actum*).

RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe Assinado eletronicamente por: GUILHERME BASSETTO PETEK - Juntado em: 27/09/2024 09:17:11 - 4548140

Para os fins do art. 832, § 3º, da CLT, as parcelas constantes da presente condenação devem observar a natureza atribuída pelo art. 28 da Lei nº 8.212 /91.

Determino à parte reclamada que proceda ao recolhimento das contribuições previdenciárias, quotas do empregado e do empregador, autorizando-se, desde logo, o desconto do valor de responsabilidade do empregado, incluídas as contribuições sociais do empregador referentes ao SAT/RAT e excetuadas as contribuições devidas a terceiros (Súmula nº 368 e OJ nº 414 da SDI-1 do TST). Nos termos da OJ nº 363 da SBDI-1 do TST, não há falar em imputação do débito exclusivamente à reclamada ou indenização compensatória.

Determino, ainda, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.541/92, o recolhimento do imposto de renda na fonte, incidente sobre as parcelas remuneratórias da condenação, sendo responsabilidade da parte reclamada a retenção e comprovação. Inexiste amparo legal para a atribuição do pagamento apenas ao empregador (art. 12-A da Lei 7.713/88, OJ nº 400 da SDI-1 do TST e IN nº 1.127/11 da RFB).

JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Quanto ao índice de correção monetária a ser aplicado, no julgamento plenário das ADCs 58 e 59 e das ADIs 5.867 e 6.021, o Supremo Tribunal Federal confirmou por maioria a inconstitucionalidade da Taxa Referencial (TR) como índice de atualização monetária, conforme já feito em outros julgamentos, e julgou parcialmente procedentes as ações, conferindo interpretação conforme a Constituição ao art. 879, § 7º, e ao art. 899, § 4º, da CLT, o que resultou na consideração da SELIC (Código Civil, art. 406) como fator de correção a ser aplicado aos créditos trabalhistas.

Nesse diapasão, segundo o Pretório Excelso, já com a correção de erro material reconhecida em sede de Embargos Declaratórios, fixa-se:

- “Em relação à fase extrajudicial, ou seja, a que antecede o ajuizamento das ações trabalhistas, deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE), em razão da extinção da UFIR como indexador, nos termos do art. 29, § 3º, da MP 1.973-67/2000. Além da indexação, serão aplicados os juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991)”;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

- Após, deverá ser utilizada a SELIC como fator de correção, já embutidos os juros.

Não houve diferenciação no julgado entre entes públicos ou privados, de modo que, em homenagem ao princípio da isonomia (CF, Art. 5º, e caput inc. I), a decisão se aplica a todos.

A correção monetária deverá ser apurada a partir da época própria, ou seja, o mês subsequente ao da prestação dos serviços no tocante às parcelas remuneratórias (art. 459, CLT e Sum. 381, TST) e o prazo previsto no art. 477, § 6º, da CLT, para parcelas rescisórias.

III - DISPOSITIVO

Pelo Exposto, decido, nos termos da fundamentação, parte integrante deste dispositivo:

PRELIMINARMENTE: rejeito a arguição de inépcia da inicial e ilegitimidade passiva.

NO MÉRITO, com base no art. 487, I, do CPC, **JULGAR PROCEDENTES EM PARTE** os pedidos da ação trabalhista movida por **MAURÍCIO DOMINGOS CÂNDIDO** em face de **EMPRESA DE ÔNIBUS ROMEIRO LTDA**, para condenar a(s) reclamada(s) a pagar(em) à parte reclamante, em valores a serem calculados em liquidação de sentença, com juros e correção monetária, observados os recolhimentos previdenciários e fiscais cabíveis, na forma da lei, os créditos deferidos alhures.

Autorizo a dedução dos valores comprovadamente já pagos a mesmo título.

Arcará a reclamada com o pagamento de honorários advocatícios, nos percentuais e limites da fundamentação.

O reclamante será responsável pelo pagamento de honorários advocatícios, nos termos da fundamentação.

Os títulos ilíquidos deverão ser apurados em regular liquidação de sentença, observando-se os parâmetros estabelecidos nesta decisão.

Contribuições previdenciárias e fiscais conforme fundamentação.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Custas de R$20,00, complementáveis ao final, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação de R$1.000,00, pela reclamada, que deverá, ainda, comprovar nos autos os recolhimentos previdenciários e fiscais – art. 789 da CLT.

Registre-se que embargos de declaração não servem para revisão de sentença e que recurso ordinário tem efeito devolutivo em profundidade, o Tribunal pode apreciar argumento não apreciado em sentença, conforme Súmula 393 do Tribunal Superior do Trabalho. A sentença apreciou os argumentos *jurídicos relevantes* para deslinde da questão (diferente dos argumentos meramente indutivos de convencimento), sendo observado portanto o art. 489 do Código de Processo Civil. Eventual oposição de embargos de declaração fora dos limites legais será considerada medida protelatória, com imposição de multa.

P.R.I.C.

Cumpra-se após o trânsito em julgado.

Nada mais.

ARACATUBA/SP, 27 de setembro de 2024.

GUILHERME BASSETTO PETEK
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: GUILHERME BASSETTO PETEK - Juntado em: 27/09/2024 09:17:11 - 4548140
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24091809345120700000240020877?instancia=1
Número do processo: 0010330-59.2024.5.15.0103
Número do documento: 24091809345120700000240020877

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
4548140	27/09/2024 09:17	Sentença	Sentença

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 2

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0010330-59.2024.5.15.0103

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Tramitação Preferencial

- Falência ou Recuperação Judicial

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 05/04/2024
Valor da causa: R$ 86.986,90

Partes:

AUTOR: MAURICIO DOMINGOS CANDIDO
ADVOGADO: JULIANA GALERA DE LACERDA
RÉU: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ACÓRDÃO
RECURSO ORDINÁRIO TRABALHISTA (1009)
PROCESSO N°: 0010330-59.2024.5.15.0103- 4ª Câmara
RECORRENTE: MAURICIO DOMINGOS CANDIDO
RECORRIDA: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA - ME
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE ARAÇATUBA
SENTENCIANTE: GUILHERME BASSETTO PETEK
RELATORA: MARI ANGELA PELEGRINI

Inconformado com a sentença (fls. 344/ss), que julgou procedentes em parte os pedidos, complementada às fls. 359/ss pela decisão proferida em embargos de declaração, recorre o reclamante (fls. 362/ss).

Requer a reforma do julgado de Origem quanto ao intervalo interjornada, férias em dobro e honorários advocatícios.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Dispensada a remessa ao Ministério Público do Trabalho, com fulcro no art. 156 do Regimento Interno.

Relatados.

V O T O

I - ADMISSIBILIDADE

Conheço do recurso, pois preenchidos os pressupostos e atendidas as exigências legais.

II - MÉRITO

Assinado eletronicamente por: MARI ANGELA PELEGRINI - 12/06/2025 09:43:17 - ec84f6c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25031013015730200000264206281
Número do processo: 0010330-59.2024.5.15.0103 ID. ec84f6c - Pág. 1
Número do documento: 25031013015730200000264206281

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Dados contratuais

A parte reclamante trabalhou no período de **11.07.2018 a 31.03.2022,** na função última de **motorista de ônibus,** ocasião em que percebia remuneração mensal correspondente a R$1.981,12 (TRCT - fl. 84)

1. INTERVALO INTERJORNADA

O Juízo de Origem julgou improcedente o pedido de pagamento do intervalo interjornada, sob os seguintes fundamentos (fl. 346):

> O art. 66, da CLT, estabelece que entre duas jornadas haverá um período mínimo de intervalo de 11 (onze) horas consecutivas. A Súmula 110, do TST, bem como a OJ nº 355, da SDI-I, do TST, e Súmula 50 do TRT-15 dispõem que a inobservância do intervalo mínimo entre uma jornada e outra acarreta o pagamento de horas extras.
>
> Alega o autor que laborava das 04h00 às 00h30/01h00. Pugna pelo pagamento do intervalo interjornada suprimido.
>
> A reclamada contesta, afirmando que a jornada de trabalho do reclamante foi devidamente registrada nos cartões de ponto juntados com a defesa, sendo que o autor laborava em "dupla pegada". Sustenta que entre uma "pegada" e outra, o reclamante usufruía de intervalo intrajornada elastecido, devidamente autorizado por norma coletiva.
>
> Em réplica, o autor reafirma os termos da inicial sustentando que o controle de jornada apresentado pela ré é parcial.
>
> Pois bem.
>
> Compulsando os cartões de ponto anexados com a contestação, observo a anotação de horários variados, inclusive de um intervalo maior dentro da jornada.
>
> A prova oral produzida não se mostrou apta a infirmar as marcações do controle de jornada.
>
> De fato, as CCTs juntadas pela reclamada autorizam o elastecimento do intervalo intrajornada, quando no sistema de **"dupla pegada", a exemplo da cláusula 31ª da CCT 2018/2019.**
>
> Logo, ao contrário do que sustenta o autor, o intervalo por ele requerido **tr ata-se, em verdade, do intervalo intrajornada.** Nesse sistema, o intervalo interjornada deve ser contado entre o final da segunda "pegada" e o início do novo turno de trabalho.
>
> Portanto, cabia ao reclamante apontar diferenças a receber, ônus do qual não se desvencilhou.
>
> Julgo improcedente o pedido.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

O reclamante não se conforma. Sustenta que (fl. 365):

O labor tinha início às 04:00h, com parada às 09:00 e retorno às 20:00h, estendendo-se até às 00:30h, sendo que por vezes avançava até às 01:00h, a depender da localidade dos trabalhadores que transportava.

Ocorre que o autor, mesmo finalizando sua jornada às 00:30h, deveria retornar ao trabalho às 04:00h, ou seja, sem respeitar o mínimo de descanso entre as jornadas, e consoante o artigo 66 da Consolidação das Leis do Trabalho, o trabalhador deve descansar por onze horas no mínimo antes de começar outra jornada, ou seja, a prática da empresa recorrida trouxe desgastes físicos e emocionais ao recorrente.

Sem razão.

O reclamante trabalhou para a reclamada, como motorista de ônibus, de 11.07.2018 a 31.03**.2022** (TRCT- fl. 84).

Conforme se depreende da jornada apontada pelo próprio recorrente, havia uma primeira pegada pela manhã, das 4h às 9h, retornava às 20h e prolongava sua jornada até 00h30/01h.

Destaco que, no período de vigência do contrato de trabalho, o art. 235-C, §§1º, 2º e 3º da CLT, assim preconizava:

> Art. 235-C. A jornada diária de trabalho do motorista profissional será de 8 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação por até 2 (duas) horas extraordinárias ou, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo, por até 4 (quatro) horas extraordinárias.
>
> § 1º Será considerado como trabalho efetivo o tempo em que o motorista empregado estiver à disposição do empregador, **excluídos os intervalos para refeição, repouso e descanso e o tempo de espera.**
>
> § 2o Será assegurado ao motorista profissional empregado intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, podendo esse período coincidir com o tempo de parada obrigatória na condução do veículo estabelecido pela Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, exceto quando se tratar do motorista profissional enquadrado no § 5o do art. 71 desta Consolidação.
>
> § 3o Dentro do período de **24 (vinte e quatro) horas, são asseguradas 11 (onze) horas de descanso**, sendo **facultados o seu fracionamento** e a **coi ncidência com os períodos de parada obrigatória** na condução do veículo estabelecida pela Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, garantidos o mínimo de 8 (oito) horas

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

ininterruptas no primeiro período e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período. (...).

As cláusulas 31ª da CCT 2018/2019 (vigente no período de 01.05.2018 a 30.04.2019), 31ª da CCT 2019/2020 (vigente no período de 01.05.2019 a 30.04.2020), 14 da CCT 2020 /2021 (vigente no período de 01.05.2020 a 30.04.2021) e 14 da CCT 2021/2022 (vigente no período de 01.05.2021 a 30.04.2022), juntadas às fls. 215/ss fixam, ainda, que (exemplificativamente, fl. 225):

> **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - INTERVALO PARA REPOUSO, REFEIÇÃO, DESCANSO**
>
> Nas empresas que trabalham em regime de mais de uma pegada, fica estabelecida a possibilidade de fixação de **intervalos para repouso e refeição**, que **poderão ser,** de acordo com a necessidade do serviço, **super ior a 02 (duas) horas cada um**, tendo em vista a possibilidade facultada pelo artigo 71, da CLT, sendo certo que nos intervalos que separam os período de trabalho, **não serão computados para efeito de tempo de jornada.**
>
> [...]
>
> **PARÁGRAFO SEGUNDO**
>
> Dentro de **24 (vinte e quatro) horas, são asseguradas 11 (onze) horas de descanso**, sendo facultado o seu fracionamento e a coincidência com os períodos de parada obrigatória na condução do veículo estabelecida pela Lei 9.503/97, garantidos o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas no primeiro período e o **gozo das 3 (três) horas remanescentes deverão ser concedidas nas 16 (dezesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período**. (g.n.)

Como se vê, o art. 235-C, §3º, CLT, permitia o fracionamento do intervalo interjornada do motorista empregado, garantido o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesseis) horas seguintes. No mesmo sentido, a previsão da convenção coletiva da categoria, a qual também autoriza o elastecimento do intervalo intrajornada, quando no sistema de "dupla pegada".

Ademais, é cediço que, por ocasião do julgamento do ARE 1121633 (Tema 1046), em 02.06.2022, há prevalência do negociado sobre o legislado, salvo quanto aos direitos absolutamente indisponíveis.

Portanto, deve ser mantida a sentença, por seus próprios fundamentos.

Nego provimento.

2. FÉRIAS EM DOBRO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

O reclamante alegou na exordial que (fl. 04) *"assinou aviso prévio de férias, por ordem da reclamada, referente ao período de 12/2021 a 01/2021. (sic) Entretanto, Excelência, o autor trabalhou durante todo o período, não desfrutando do merecido descanso.*"

Conforme consignado na sentença (fl. 347):

> Assevera o autor que lhe foram concedidas férias de dezembro de 2021 a janeiro de 2022, porém não as usufruiu. Pugna pelo seu pagamento em dobro.
>
> A reclamada nega.
>
> A ré juntou os avisos dos períodos aquisitivos das férias de **2018/2019 e 2019/2020** (f. 75 e seguintes), bem como **comprovou o pagamento das férias vencidas de 2020/2021** e férias **proporcionais de 2021/2022** em TRCT (f. 84).
>
> O autor não produziu prova apta a infirmar a prova documental, ônus que lhe cabia. A própria testemunha convidada pelo reclamante relatou que acredita que este usufruiu sim de férias, ressaltando que nesses casos os funcionários cobriam quem estava de licença.
>
> Portanto, julgo improcedente o pedido.

O recorrente se insurge contra a decisão, limitando-se a afirmar que, no período de dezembro de 2021 a janeiro de 2022 (fl. 366) *"apesar de terem sido concedidas, as férias não foram usufruídas pelo autor, tampouco este pode recuperar-se do ardo labor, bem como competia a reclamada produzir prova a respeito de tal fato, contudo deixou de colacionar aos autos documentos ou depoimentos que comprovem os fatos."*Requer, assim, o pagamento em dobro acrescido do terço constitucional.

Não obstante, não é devida a dobra das férias do aludido período, uma vez que a dispensa do reclamante ocorreu em **31.03.2022** (fl. 84), ou seja, **antes do término do período concessivo**, que ocorreria somente em **11.07.2022**, ressaltando-se que não houve insurgência recursal quando ao reconhecimento do seu pagamento de forma simples.

Em decorrência, rejeito.

3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

O Juízo de Origem condenou a reclamada ao pagamento (fl. 349) *"de honorários advocatícios, no importe de 5% calculados sobre o valor líquido, deduzidas as retenções previdenciárias e fiscais que incidem sobre a disponibilidade líquida"*, contra o que se insurge o reclamante, pugnando pela majoração para 15%, conforme determinado pelo artigo 791-A da CLT.

De fato, considerando os critérios fixados no §2º do art. 791-A da CLT, acolho parcialmente o apelo para majorar para **10%** o percentual dos honorários sucumbenciais devidos ao seu patrono.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto,decido **CONHECER** e **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso de **MAURICIO DOMINGOS CANDIDO,** para majorar para 10% o percentual dos honorários sucumbenciais devidos ao seu patrono, nos termos da fundamentação.

Para os efeitos da IN 03/93, II, "c" do E. TST, mantenho o valor arbitrado à condenação.

Em 10/06/2025, a 4ª Câmara (Segunda Turma) do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região julgou o presente processo, conforme disposto na Portaria GP nº 05/2023 deste E. TRT.
Presidiu o julgamento a Exma. Sra. Desembargadora do Trabalho MARI ANGELA PELEGRINI (Regimental)
Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Magistrados
Relatora: Desembargadora do Trabalho MARI ANGELA PELEGRINI
Juiz do Trabalho RONALDO OLIVEIRA SIANDELA
Juíza do Trabalho CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI

Em compensação de férias, a Exma. Sra. Desembargadora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza, substituída pelo Exmo. Sr. Juiz Ronaldo Oliveira Siandela. Convocada para compor quorum, consoante PROAD nºs 6998/2019 e 20212/2020, a Exma. Sra. Juíza Cristiane Montenegro Rondelli.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Ministério Público do Trabalho (Ciente)

ACORDAM os Exmos. Srs. Magistrados, à unanimidade, em julgar o processo nos termos do voto proposto pela Exma. Sra. Relatora.

MARI ANGELA PELEGRINI
RELATORA

MAP/csc

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
ec84f6c	12/06/2025 09:43	Acórdão	Acórdão

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 3

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0010330-59.2024.5.15.0103

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 05/04/2024
Valor da causa: R$ 86.986,90

Partes:
AUTOR: MAURICIO DOMINGOS CANDIDO
ADVOGADO: JULIANA GALERA DE LACERDA
RÉU: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0010330-59.2024.5.15.0103
Cálculo: 33

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **MAURICIO DOMINGOS CANDIDO**
Reclamado: **EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**
Período do Cálculo: **11/07/2018 a 09/04/2022** Data Ajuizamento: **05/04/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	Juros	Total
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS - PLR	1.296,48	333,18	1.629,66
Total	**1.296,48**	**333,18**	**1.629,66**

Percentual de Parcelas Remuneratórias e Tributáveis: 0,00%

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
VERBAS	1.629,66
Bruto Devido ao Reclamante	**1.629,66**
Total de Descontos	**0,00**
Líquido Devido ao Reclamante	**1.629,66**

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	1.629,66
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA JULIANA GALERA DE LACERDA	162,97
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA JULIANA GALERA DE LACERDA	0,00
Subtotal	**1.792,63**
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	35,85
Total Devido pelo Reclamado	**1.828,48**

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'IPCA-E' até 04/04/2024 e pelo índice 'SELIC (Receita Federal)' a partir de 05/04/2024, acumulados a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'SELIC (Receita Federal)' relativa a 11/2024.
2. Juros apurados desde o vencimento das verbas vencidas, em fase pré-judicial, conforme decisão do STF na ADC 58; juros simples de 1% a.m., pro rata die, até 04/04/2024; e sem incidência de juros a partir de 05/04/2024.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA GALERA DE LACERDA, em 21/10/2025, às 14:24:47 - 8b6ffc2

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Processo: 0010330-59.2024.5.15.0103
Cálculo: 33

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **MAURICIO DOMINGOS CANDIDO**
Reclamado: **EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**
Período do Cálculo: **11/07/2018 a 09/04/2022** Data Ajuizamento: **05/04/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Dados do Cálculo

Estado: **SP** Município: **ARACATUBA**
Regime de Trabalho: **Tempo Integral**
Maior Remuneração:
Prazo de Aviso Prévio: **Calculado**
Zerar Valor Negativo (Padrão): **Não**
Carga Horária (Padrão): **220,00**

Admissão: **11/07/2018**
Aplicar Prescrição Quinquenal: **Não**
Última Remuneração:
Projetar Aviso Prévio Indenizado: **Sim**
Considerar Feriados Estaduais: **Sim**
Sábado como Dia Útil: **Sim**

Demissão: **09/04/2022**
Aplicar Prescrição Trintenária: **Não**
Limitar Avos ao Período de Cálculo: **Não**
Considerar Feriados **Sim**

PONTOS FACULTATIVOS	
Nome	**Abrangência**
CARNAVAL	Nacional
CORPUS CHRISTI	Nacional
SEXTA-FEIRA SANTA	Nacional

Faltas e Férias

FÉRIAS								
Relativa	**Período Aquisitivo**	**Período Concessívo**	**Prazo**	**Situação**	**Abono**	**Período de Gozo 1**	**Período de Gozo 2**	**Período de Gozo 3**
2018/2019	11/07/2018 a 10/07/2019	11/07/2019 a 10/07/2020	30	Gozadas	Não	11/06/2020 a 10/07/2020	-	-
2019/2020	11/07/2019 a 10/07/2020	11/07/2020 a 10/07/2021	30	Gozadas	Não	11/06/2021 a 10/07/2021	-	-
2020/2021	11/07/2020 a 10/07/2021	11/07/2021 a 10/07/2022	30	Indenizadas	Não	-	-	-

Demonstrativo de Verbas

Nome: **PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS - PLR**
Período: **11/07/2018 a 09/04/2022** Incidência(s): **Não há.**
Comentário: **-**

Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
20 a 20/12/2018	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	1,439345335	0,00
20 a 20/12/2019	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	1,385141790	0,00
20 a 20/12/2020	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	1,328960527	0,00

Cálculo liquidado por offline na versão 2.13.2 em 20/10/2025 às 17:52:04.

PJe Documento assinado eletronicamente por JULIANA GALERA DE LACERDA, em 21/10/2025, às 14:24:47 - 8b6ffc2

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Período Mensal	Base	Divisor	Multiplicador	Quantidade	Dobra	Devido	Pago	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido
20 a 20/12/2021	-	-	-	-	-	550,00	0,00	550,00	1,203510742	661,93
09 a 09/04/2022	-	-	-	-	-	550,00	0,00	550,00	1,153731100	634,55
									Total	**1.296,48**

Demonstrativo de Juros sobre Verbas

Nome: JUROS SOBRE VERBAS

Ocorrência	Data Inicial	Total de Verbas	Contribuição Social	Previdência Privada	Capital	Taxa	Juros
12/2018	20/12/2018	0,00	0,00	0,00	0,00	63,4882 %	0,00
12/2019	20/12/2019	0,00	0,00	0,00	0,00	51,4882 %	0,00
12/2020	20/12/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	39,4882 %	0,00
12/2021	20/12/2021	661,93	0,00	0,00	661,93	27,4882 %	181,95
04/2022	09/04/2022	634,55	0,00	0,00	634,55	23,8333 %	151,23
						Total	**333,18**

Demonstrativo de Honorários

Nome: HONORÁRIOS DEVIDOS PELO RECLAMADO

Valores Calculados					C=(A x B)
Composição de Base: (Bruto) x 10,00%					
Ocorrência	**Descrição**	**Credor**	**Base (A)**	**Alíquota (B)**	**Valor (C)**
20/11/2024	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	JULIANA GALERA DE LACERDA	1.629,66	10,00 %	162,97
				Total	**162,97**

Demonstrativo de Custas Judiciais

Custas pelo Reclamado

Nome: CUSTAS DE CONHECIMENTO

E = [(A x B) submetido a C e D]

Composição de Base: Bruto Devido ao Reclamante + Outros Débitos do Reclamado					
Ocorrência	**Base (A)**	**Taxa (B)**	**Piso (C)**	**Teto (D)**	**Total (E)**
20/11/2024	1.792,63	2,00 %	10,64	31.144,08	35,85

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Devido	Recolhido	Diferença
20/11/2024	35,85	0,00	35,85

Documento assinado eletronicamente por JULIANA GALERA DE LACERDA, em 21/10/2025, às 14:24:47 - 8b6ffc2
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25102114242946600000274324261?instancia=1
Número do processo: 0010330-59.2024.5.15.0103
Número do documento: 25102114242946600000274324261

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
8b6ffc2	21/10/2025 14:24	0010330-59.2024 - Planilha 20-11-24	Planilha de Cálculos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 4

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0010330-59.2024.5.15.0103

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 05/04/2024
Valor da causa: R$ 86.986,90

Partes:
AUTOR: MAURICIO DOMINGOS CANDIDO
ADVOGADO: JULIANA GALERA DE LACERDA
RÉU: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
LIQ2 - PRESIDENTE PRUDENTE
ATOrd 0010330-59.2024.5.15.0103
AUTOR: MAURICIO DOMINGOS CANDIDO
RÉU: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Órgão Julgador de Origem: 3ª VARA DO TRABALHO DE ARAÇATUBA

DECISÃO

DECISÃO LIQUIDAÇÃO DEFINITIVA RECUPERAÇÃO JUDICIAL/CONCURSAL/EXTRA CONCURSAL

Observado o teor do artigo 879 da CLT, **HOMOLOGO** os **cálculos** de liquidação de sentença apresentados pelo reclamante (Id. **8b6ffc2**), cujos valores estão todos **atualizados até 20/11/2024,** e fixo a condenação nos seguintes valores:

CRÉDITO CONCURSAL

Valor bruto devido à parte exequente em **R$ 1.629,66**, correspondente às seguintes parcelas: **a) capital - R$ 1.296,48**; **b) juros – R$ 333,18**.

A parte executada deverá pagar os **honorários advocatícios sucumbenciais ao advogado da parte reclamante**, no valor de **R$ 162,97**.

Diante da natureza das parcelas, não há contribuição previdenciária e imposto de renda a ser retido na fonte e recolhido aos cofres públicos.

Fica dispensada a intimação da União, nos termos da Portaria Normativa PGF.AGU n. 47, de 7 de julho de 2023.

Custas processuais arbitradas no comando decisório, no valor de **R$ 35,85**, serão devidamente atualizadas e pagas pela executada.

Expeçam-se as competentes certidões de habilitação no Juízo Competente.

Documento assinado eletronicamente por ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA, em 05/11/2025, às 09:15:46 - e44a0bd

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Intimem-se, por intermédio dos advogados constituídos nos autos, ou, na ausência de advogados, por domicílio judicial eletrônico ou Correio, com aviso de recebimento, conforme o caso.

PRESIDENTE PRUDENTE/SP, 04 de novembro de 2025.

ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA
Juiz do Trabalho Titular

MHM

Documento assinado eletronicamente por ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA, em 05/11/2025, às 09:15:46 - e44a0bd
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25110416531820200000275674308?instancia=1
Número do processo: 0010330-59.2024.5.15.0103
Número do documento: 25110416531820200000275674308

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
e44a0bd	05/11/2025 09:15	Decisão liquidação Definitiva em Recuperação Judicial	Decisão

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 5

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 0010344-43.2024.5.15.0103

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Tramitação Preferencial

- Idoso

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 09/04/2024
Valor da causa: R$ 8.399,80

Partes:

AUTOR: APARECIDO DOMINGOS DE ALMEIDA
ADVOGADO: JULIANA GALERA DE LACERDA
RÉU: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Araçatuba
ATSum 0010344-43.2024.5.15.0103
RECLAMANTE: APARECIDO DOMINGOS DE ALMEIDA
RECLAMADO(A): EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO EIRELI - ME

ATA DE AUDIÊNCIA

Em 6 de junho de 2024, na sala de sessões da MM. 3ª Vara do Trabalho de Araçatuba, sob a direção do(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz do Trabalho ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA, realizou-se audiência relativa à Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo número 0010344-43.2024.5.15.0103, supramencionada.

Às 17h30, aberta a audiência, foram apregoadas as partes.

Em atendimento ao estabelecido no art. 78, III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, registra-se que as partes litigantes e seus respectivos patronos participam da presente sessão de forma telepresencial e **o(a) MM(a). Juiz(a) do Trabalho ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA**, de forma presencial.

"Ajude a quem mais precisa! Toda ajuda aos habitantes do Rio Grande do Sul é importante nesse momento. Canal para doações: chave pix – convenios@amatra4.org.br. Todos recursos a serem arrecadados serão destinados para compra de itens de primeira necessidade para as famílias atingidas pelas enchentes. Iniciativa conjunta do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, AMATRA IV e FENAJUFE."

Fica deferido o prazo de cinco dias para regularização da representação processual por qualquer uma das partes, em havendo necessidade.

CONCILIADOS

Apreciando os termos da petição de acordo de id nº 87158ea, verifica-se que as partes se conciliaram os seguintes termos:

- Da modalidade e parcelas do acordo .

A parte reclamada pagará à parte reclamante a importância líquida e total de **R$4.000,00, (quatro mil reais)**, em 04 parcelas, conforme discriminado a seguir:

1ª parcela, no valor de R$1.000,00, até 20/06/2024.

2ª parcela, no valor de R$1.000,00, até 22/07/2024.

PJe Assinado eletronicamente por: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Juntado em: 18/06/2024 08:51:11 - 2f46942

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

3ª parcela, no valor de R$1.000,00, até 20/08/2024.

4ª parcela, no valor de R$1.000,00, até 20/09/2024.

- Da forma de pagamento do acordo .

Os pagamentos serão realizados por meio de depósito bancário na conta-corrente do i. patrono da parte reclamante, cujas informações bancárias já foram informadas na petição de acordo, servindo o depósito bancário como recibo de pagamento da parcela.

- Dos efeitos do acordo entre as partes e alcance da quitação recíproca .

Com o acordo, as partes, reclamante e reclamada, outorgam-se reciprocamente plena, rasa e irrevogável quitação quanto ao objeto do presente processo e do extinto contrato de trabalho.

- Da cláusula penal em caso de descumprimento do acordo .

Cláusula penal pactuada pelas partes, conforme petição de acordo: *%, para o caso de inadimplemento, sem prejuízo dos juros e correção monetária, com o vencimento antecipado de todas as parcelas.

- Da discriminação das verbas que compõem o acordo .

As partes declararam que o acordo refere-se às verbas constantes na petição de acordo, a saber:

a) indenização do PLR (R$550,00);

b) férias indenizadas + 1/3 (R$3.450,00).

- Da dispensa dos recolhimentos previdenciários .

Diante da discriminação contida no tópico anterior, não há que se falar em recolhimentos fiscais e previdenciários.

- Da homologação do acordo e seus efeitos .

Assinado eletronicamente por: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Juntado em: 18/06/2024 08:51:11 - 2f46942

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

HOMOLOGO o acordo celebrado, para que se produza os efeitos legais, extinguindo-se o feito com julgamento de mérito, nos termos do artigo 487, III, b, do CPC.

- Do dever e prazo do reclamante noticiar o descumprimento da parte reclamada .

Deverá a parte reclamante noticiar o descumprimento do acordo no quinquídio seguinte aos das datas do pagamento de cada uma das parcelas convencionadas. No silêncio, ter-se-á por cumprida a obrigação.

- Dos benefícios da assistência judiciária gratuita concedida à parte autora .

Considerando a declaração de hipossuficiência econômica apresentada pela parte reclamante, id Num. 1eee8fb, defiro-lhe os benefícios da justiça gratuita.

- Das custas processuais .

Custas de **R$80,00**, calculadas sobre o valor do acordo de **R$4.000,00**, pela parte reclamante, a quem se concede a isenção.

- Dos efeitos do termo de audiência em caso de inadimplemento, início e forma da execução em face da parte autora .

Fica a parte reclamada ciente, neste ato, de que o presente termo tem força de mandato de citação, em caso de não cumprimento do acordo, iniciar-se-á a execução de imediato, pelos valores inadimplidos e demais despesas do processo, se houver.

Em caso de execução, a parte reclamante, requer, desde já, que sejam utilizadas as ferramentas eletrônicas disponíveis ao Juízo, iniciando-se pelo bloqueio de numerários.

- Da dispensa de expedição de ofícios aos órgãos competentes .

Tendo em vista os termos da Portaria Normativa PGF n.º 47/2023 da Procuradoria Geral da República, e considerando a Recomendação GP-CR 03/2011 do E.TRT da 15ª Região, desnecessária a intimação da União.

PJe Assinado eletronicamente por: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Juntado em: 18/06/2024 08:51:11 - 2f46942

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Intimem-se.

Nada mais.

Termo de audiência: 17h45.

"Conheça o aplicativo Justiça do Trabalho Eletrônica - JTe, desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e integrado aos sistemas de julgamento da 15ª Região. Por meio dele, será possível acompanhar o andamento das pautas de audiência, iniciar chat com outros usuários da ferramenta, verifique a tramitação, consulte decisões e sentenças e selecione processos favoritos para a coleta de notificações O aplicativo está disponível tanto para iphone quanto para android, podendo ser baixado nas lojas apple store e google play as consultas possuem caráter meramente informativo, não alterando. as intimações realizadas no PJe, nem ocasionando o início da suspensão de prazos processuais."

ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA
Juiz do Trabalho

Ata redigida por *ELIANE CAPELARI ANSELMO, Secretário(a) de Audiência.*

Assinado eletronicamente por: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Juntado em: 18/06/2024 08:51:11 - 2f46942
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24061720154514100000231989132?instancia=1
Número do processo: 0010344-43.2024.5.15.0103
Número do documento: 24061720154514100000231989132

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
2f46942	18/06/2024 08:51	Ata da Audiência	Ata da Audiência

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 6

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 0010344-43.2024.5.15.0103

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Tramitação Preferencial

- Idoso

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 09/04/2024
Valor da causa: R$ 8.399,80

Partes:

AUTOR: APARECIDO DOMINGOS DE ALMEIDA
ADVOGADO: JULIANA GALERA DE LACERDA
RÉU: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

GALERA ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE ARAÇATUBA/SP.

Processo n.º 0010344-43.2024.5.15.0103

APARECIDO DOMINGOS DE ALMEIDA, já qualificado nos autos da ação em epígrafe, através de sua advogada e procuradora infra-assinado (procuração em anexo), na ação que move contra **EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO EIRELI,** vem a honrosa presença de Vossa Excelência, informar que a reclamada não adimpliu com o acordo celebrado entre as partes, como será demonstrado a seguir:

Cumpre mencionar que as partes compuseram acordo (Id: 87158ea) no valor total de R$4.000,00, (quatro mil reais) divididos da seguinte forma:

1ª parcela, no valor de R$1.000,00, até 20/06/2024;

2ª parcela, no valor de R$1.000,00, até 22/07/2024;

3ª parcela, no valor de R$1.000,00, até 20/08/2024;

4ª parcela, no valor de R$1.000,00, até 20/09/2024.

No entanto, a reclamada descumpriu o acordo e não efetuou o pagamento da quarta parcela até a presente data, de modo que deve ser aplicada cláusula penal de 50% (cinquenta por cento) sobre o saldo devedor, conforme pactuado entre as partes (fls. 02 - Id: 87158ea).

Nesse sentido, requer-se deste Douto Juízo que determine o pagamento da parcela vencida no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais) e da cláusula penal no valor de R$ 500,00, totalizando R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Termos em que,

Juliana Galera de Lacerda | OAB 380.494-SP
Cível e Família, Trabalhista e Direito Médico
julianagalera.adv@gmail.com @julianagalera1
(18) 99707-5646 @julianagalera1
Rua Belmont, 605. Centro. Birigui - SP

PJe Assinado eletronicamente por: JULIANA GALERA DE LACERDA - Juntado em: 26/09/2024 10:35:37 - c84ca59

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Pede, e espera Deferimento.

Birigui -SP, 26 de setembro de 2024.

(Assinado Digitalmente)
JULIANA GALERA DE LACERDA
OAB/SP 380.494

Juliana Galera de Lacerda | OAB 380.494-SP
Cível e Família, Trabalhista e Direito Médico

julianagalera.adv@gmail.com @julianagalera1
(18) 99707-5646 @julianagalera1
Rua Belmont, 605. Centro. Birigui - SP

Assinado eletronicamente por: JULIANA GALERA DE LACERDA - Juntado em: 26/09/2024 10:35:37 - c84ca59
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24092610351304700000240811524?instancia=1
Número do processo: 0010344-43.2024.5.15.0103
Número do documento: 24092610351304700000240811524

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
c84ca59	26/09/2024 10:35	comunicação aparecido	Manifestação

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 7

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 0010344-43.2024.5.15.0103

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Tramitação Preferencial

- Idoso

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 09/04/2024
Valor da causa: R$ 8.399,80

Partes:

AUTOR: APARECIDO DOMINGOS DE ALMEIDA
ADVOGADO: JULIANA GALERA DE LACERDA
RÉU: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0010344-43.2024.5.15.0103
Cálculo: 897217

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **APARECIDO DOMINGOS DE ALMEIDA**
Reclamado: **EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA**
Data Últ. Atualização: **20/09/2024** Data Liquidação: **27/09/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	1.500,00
Total Devido Pelo Reclamado	**1.500,00**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Sem Correção', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST.
2. Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula no 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
3. Juros SELIC (Receita Federal) a partir de 20/09/2024.
4. Juros de mora sobre verbas apurados após a dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

PJe Assinado eletronicamente por: MATEUS PARUSOLO BUDOIA - Juntado em: 27/09/2024 09:33:07 - adb7a96

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Processo: 0010344-43.2024.5.15.0103
Cálculo: 897217

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **APARECIDO DOMINGOS DE ALMEIDA**
Reclamado: **EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA**
Data Últ. Atualização: **20/09/2024** Data Liquidação: **27/09/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 27/09/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	1.500,00	1,000000000	1.500,00	0,00	1.500,00
Juros de Mora até 20/09/2024	-	-	0,00	1,000000000	0,00	0,00	0,00
Juros de Mora de 21/09/2024 até 27/09/2024	1.500,00	0,0000%	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**1.500,00**	**0,00**	**1.500,00**

Atualização liquidada por MATEUS PARUSOLO BUDOIA na versão 2.13.0 em 27/09/2024 às 09:32:55.

Assinado eletronicamente por: MATEUS PARUSOLO BUDOIA - Juntado em: 27/09/2024 09:33:07 - adb7a96
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24092709330632900000240925720?instancia=1
Número do processo: 0010344-43.2024.5.15.0103
Número do documento: 24092709330632900000240925720

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
adb7a96	27/09/2024 09:33	Atualização	Planilha de Atualização de Cálculos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 8

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0010344-43.2024.5.15.0109
Cálculo: 1201

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **APARECIDO DOMINGOS DE ALMEIDA**
Reclamado: **EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA**
Data Últ. Atualização: **20/09/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	1.526,55
Total Devido Pelo Reclamado	**1.526,55**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Sem Correção', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST.
2. Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula no 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
3. Juros SELIC (Receita Federal) a partir de 20/09/2024.
4. Juros de mora sobre verbas apurados após a dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Processo: 0010344-43.2024.5.15.0109

Cálculo: 1201

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **APARECIDO DOMINGOS DE ALMEIDA**

Reclamado: **EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA**

Data Últ. Atualização: **20/09/2024**

Data Liquidação: **20/11/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 20/11/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	1.500,00	1,000000000	1.500,00	0,00	1.500,00
Juros de Mora até 20/09/2024	-	-	0,00	1,000000000	0,00	0,00	0,00
Juros de Mora de 21/09/2024 até 20/11/2024	1.500,00	1,7700%	-	-	26,55	0,00	26,55
Total Parcial					**1.526,55**	**0,00**	**1.526,55**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 9

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 0011056-72.2023.5.03.0080

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 14/12/2023
Valor da causa: R$ 44.410,87

Partes:
AUTOR: FLAVIA CRISTINA DA SILVA
ADVOGADO: MATEUS JOSE DA SILVA
RÉU: M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA - ME
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
TERCEIRO INTERESSADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
TERCEIRO INTERESSADO: MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA
TERCEIRO INTERESSADO: ADAMANTINA EXPRESS TRANSPORTES LTDA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE PATROCÍNIO
ATSum 0011056-72.2023.5.03.0080
RECLAMANTE: FLAVIA CRISTINA DA SILVA
RECLAMADO(A): M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA - ME

ATA DE AUDIÊNCIA

Em 21 de fevereiro de 2024, na sala de sessões da MM. VARA DO TRABALHO DE PATROCÍNIO, sob a direção do(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz do Trabalho SERGIO ALEXANDRE RESENDE NUNES, realizou-se audiência relativa à Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo número 0011056-72.2023.5.03.0080, supramencionada.

Às 16:20, aberta a audiência, foram apregoadas as partes.

Audiência no formato telepresencial. Presente(s) na sede da Vara do Trabalho de Patrocínio/MG o Juiz do Trabalho; os demais na forma telepresencial.

Presente a parte reclamante FLAVIA CRISTINA DA SILVA, pessoalmente, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). MATEUS JOSE DA SILVA, OAB 178002 /MG.

Presente a parte reclamada M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA - ME, representado(a) pelo(a) preposto(a) Sr.(a) Alisson Antônio da Silva, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). VALDEMIR DA SILVA PINTO, OAB 115567/SP, que juntará carta de preposição em 5 dias.

ACORDO

A(O) reclamada(o) pagará ao(à) reclamante a quantia líquida de R$7.500,00, em 4 parcelas, sendo as três primeiras de R$2.000,00 cada uma e a última de R$1.500,00, vencíveis respectivamente nos dias 07.03.2024, 08.04.2024, 07.05.2024 e 07.06.2024, pena de multa de 30% sobre o saldo devedor, além de vencimento antecipado da(s) parcela(s) vincenda(s).

Pagamento(s) mediante depósito na conta do(a) procurador(a) do reclamante (conta: CEF
Agencia: 0143 Conta: 23779-1 Operação: 001 Mateus Jose da Silva CPF/chave pix: 045.871.906-40)

O(a)(s) procurador(a)(s) da(s) parte(s) renuncia(m) aos honorários de sucumbência.

Natureza das verbas integrantes do acordo:

- Multa do art 477 da CLT (R$2.230,00);

PJe Assinado eletronicamente por: SERGIO ALEXANDRE RESENDE NUNES - Juntado em: 22/02/2024 14:04:20 - 34b2f27

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

- Indenização por danos morais (R$5.270,00);

A reclamada se obriga a efetuar os depósitos faltantes de FGTS na conta vinculada da autora (meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2023), até o dia 07.03.2024, sob pena de execução.

O(a) reclamante dá quitação pelo objeto do pedido e pelo extinto contrato de emprego.

ACORDO HOMOLOGADO

Não incide contribuição previdenciária sobre o valor do acordo, uma vez que todas as verbas têm natureza indenizatória.

Dispensada a intimação da Procuradoria-Geral Federal (Portaria 582 /13 do Ministério da Fazenda e Portaria 839/13 da Advocacia-Geral da União).

Defiro ao(a) reclamante a gratuidade de justiça, à vista da declaração de pobreza , e nos termos da Súmula 463,I, do TST.

Custas de R$150,00, calculadas sobre R$7.500,00, valor do acordo, pelo(a) reclamante, ISENTO.

Aguarde-se a data prevista para cumprimento do acordo (07.06.2024)

A reclamada deverá comprovar nos autos o cumprimento do acordo e os depósitos do FGTS para fins de arquivamento.

Encerrou-se às 16h43.

SERGIO ALEXANDRE RESENDE NUNES
Juiz do Trabalho

Ata redigida por *PATRICIA CLAUDIA RIBEIRO VIEIRA*, *Secretário(a) de Audiência.*

Assinado eletronicamente por: SERGIO ALEXANDRE RESENDE NUNES - Juntado em: 22/02/2024 14:04:20 - 34b2f27
https://pje.trt3.jus.br/pjekz/validacao/24022117173019900000186155107?instancia=1
Número do processo: 0011056-72.2023.5.03.0080
Número do documento: 24022117173019900000186155107

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
34b2f27	22/02/2024 14:04	Ata da Audiência	Ata da Audiência

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 10

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 0011056-72.2023.5.03.0080

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 14/12/2023
Valor da causa: R$ 44.410,87

Partes:
AUTOR: FLAVIA CRISTINA DA SILVA
ADVOGADO: MATEUS JOSE DA SILVA
RÉU: M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA - ME
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
TERCEIRO INTERESSADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
TERCEIRO INTERESSADO: MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA
TERCEIRO INTERESSADO: ADAMANTINA EXPRESS TRANSPORTES LTDA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

MATEUS J. SILVA
ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA VARA DO TRABALHO DE PATROCINIO/MG.

FLÁVIA CRISTINA DA SILVA, qualificada nos presentes autos eletrônicos, da RECLAMAÇÃO TRABALHISTA em que contende com **M.G TRANSPORTES – JUNQUEIROPÓLIS LTDA**, também qualificado, vem, respeitosamente, por sua procuradora ao final assinada, expor e requerer, o que segue:

As partes celebraram acordo (ID: 34b2f27) por meio do qual o Reclamado se comprometeu a pagar ao Reclamante a importância líquida e total de R$7.500,00, em quatro parcelas, sendo as 03 primeiras de R$2.000,00, e a última no valor de R$1.500,00.

Todos os pagamentos deveriam ser creditados na conta do procurador do Reclamante, sob pena de multa de 30%, sobre o saldo remanescente, com vencimento antecipado das demais parcelas.

Sucede, Excelência, que a primeira parcela vencida em 07/03/2024 não foi quitada pelo Reclamado, dando se como vencida as demais parcelas.

Assim, o Reclamante requer:

A execução do acordo homologado com a aplicação da multa de 30% sobre o saldo devedor;

Seja determinada a citação do Executado para que pague a quantia correspondente, na forma e prazo da lei;

(34) 98834-7736 (34) 3099-1897 advmateusjose@gmail.com
@dr_mateusjoseoficial Rua: Miguel Marques nº 490 – sala 01, Bairro - São Judas Tadeu, Patrocínio - MG

PJe Assinado eletronicamente por: MATEUS JOSE DA SILVA - Juntado em: 11/03/2024 11:01:10 - 75400bb

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

MATEUS J. SILVA
ADVOCACIA

Para o caso de o pagamento não ser efetuado no prazo legal:

Seja realizado o imediato bloqueio do valor total da execução, conforme calculo abaixo, pelo SISBAJUD;

- Se restarem infrutíferas as medidas anteriores, que o oficial de justiça, munido de segunda via do mandado, proceda de imediato à penhora e avaliação de tantos bens da devedora quantos bastem para o pagamento do principal atualizado, juros e custas, lavrando-se o respectivo auto e intimando-se a devedora de tais atos, na mesma oportunidade, consoante determina o § 1º do Art. 829 do CPC;

- Para o caso de não se localizar o Executado a fim de intimá-lo da penhora, que o oficial de justiça certifique detalhadamente as diligências realizadas, dispensando V. Exa. a intimação;

- Sejam concedidas ao Sr. Oficial de Justiça as prerrogativas previstas nos §§ 1º e 2º do artigo 212 do CPC;

Dá-se a presente execução o valor de R$9.750,00 (oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).

PLANILHA DE CÁLCULO

Valor Principal: R$7.500,00

Multa de 50% sobre o valor acordado: R$2.250,00

Valor total da execução: R$ 9.750,00

Deixa de juntar planilha de débitos, haja vista, a decorrência de 05 dias do vencimento do acordo.

Termos em que

P. deferimento.

Patrocínio, 11 de março de 2024.

_____

Mateus Jose da Silva
OAB/MG 178.002

(34) 98834-7736 (34) 3099-1897 advmateusjose@gmail.com
@dr_mateusjoseoficial Rua: Miguel Marques nº 490 – sala 01, Bairro - São Judas Tadeu, Patrocínio - MG

Assinado eletronicamente por: MATEUS JOSE DA SILVA - Juntado em: 11/03/2024 11:01:10 - 75400bb
https://pje.trt3.jus.br/pjekz/validacao/24031111010793200000187527074?instancia=1
Número do processo: 0011056-72.2023.5.03.0080
Número do documento: 24031111010793200000187527074

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
75400bb	11/03/2024 11:01	Manifestação	Manifestação

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 11

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 0011056-72.2023.5.03.0080

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 14/12/2023
Valor da causa: R$ 44.410,87

Partes:
AUTOR: FLAVIA CRISTINA DA SILVA
ADVOGADO: MATEUS JOSE DA SILVA
RÉU: M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA - ME
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
TERCEIRO INTERESSADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
TERCEIRO INTERESSADO: MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA
TERCEIRO INTERESSADO: ADAMANTINA EXPRESS TRANSPORTES LTDA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0011056-72.2023.5.03.0080
Cálculo: 180481

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **FLAVIA CRISTINA DA SILVA**
Reclamado: **M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA - ME**
Data Últ. Atualização: **07/03/2024** Data Liquidação: **25/03/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	9.750,00
DEPÓSITO FGTS	655,49
Total Devido Pelo Reclamado	**10.405,49**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Sem Correção', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST.
2. Juros SELIC (Receita Federal) a partir de 07/03/2024.
3. Juros de mora sobre verbas apurados antes da dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

Assinado eletronicamente por: PATRICIA CLAUDIA RIBEIRO VIEIRA - 25/03/2024 12:39:37 - 1e89dd3
https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24032512393699000000188658299
Número do processo: 0011056-72.2023.5.03.0080
Número do documento: 24032512393699000000188658299
ID. 1e89dd3 - Pág. 1

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Processo: 0011056-72.2023.5.03.0080
Cálculo: 180481

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **FLAVIA CRISTINA DA SILVA**
Reclamado: **M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA - ME**
Data Últ. Atualização: **07/03/2024** Data Liquidação: **25/03/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 25/03/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	7.500,00	1,000000000	7.500,00	0,00	7.500,00
Juros de Mora até 07/03/2024	-	-	0,00	1,000000000	0,00	0,00	0,00
Juros de Mora de 08/03/2024 até 25/03/2024	7.500,00	0,0000%	-	-	0,00	0,00	0,00
FGTS	-	-	655,49	1,000000000	655,49	0,00	655,49
Juros de Mora até 07/03/2024	-	-	0,00	1,000000000	0,00	0,00	0,00
Juros de Mora de 08/03/2024 até 25/03/2024	655,49	0,0000%	-	-	0,00	0,00	0,00
MULTA DE 30% DESCUMPRIMENTO DO ACORDO devida pelo Reclamado	-	-	2.250,00	1,000000000	2.250,00	0,00	2.250,00
Juros de Mora até 07/03/2024	-	-	0,00	1,000000000	0,00	0,00	0,00
Juros de Mora de 08/03/2024 até 25/03/2024	2.250,00	0,0000%	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**10.405,49**	**0,00**	**10.405,49**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Depósito de FGTS	-	-	655,49	1,000000000	655,49	0,00	655,49
Juros de Mora até 07/03/2024	-	-	0,00	1,000000000	0,00	0,00	0,00
Juros de Mora de 08/03/2024 até 25/03/2024	655,49	0,0000%	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**655,49**	**0,00**	**655,49**

Atualização liquidada por PATRICIA CLAUDIA RIBEIRO VIEIRA na versão 2.13.0 em 25/03/2024 às 12:37:55.

Assinado eletronicamente por: PATRICIA CLAUDIA RIBEIRO VIEIRA - 25/03/2024 12:39:37 - 1e89dd3
https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24032512393699000000188658299
Número do processo: 0011056-72.2023.5.03.0080
Número do documento: 24032512393699000000188658299

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
1e89dd3	25/03/2024 12:39	Atualização	Planilha de Atualização de Cálculos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 12

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 0011056-72.2023.5.03.0080

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 14/12/2023
Valor da causa: R$ 44.410,87

Partes:
AUTOR: FLAVIA CRISTINA DA SILVA
ADVOGADO: MATEUS JOSE DA SILVA
RÉU: M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA - ME
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
TERCEIRO INTERESSADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
TERCEIRO INTERESSADO: MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA
TERCEIRO INTERESSADO: ADAMANTINA EXPRESS TRANSPORTES LTDA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE PATROCÍNIO
ATSum 0011056-72.2023.5.03.0080
AUTOR: FLAVIA CRISTINA DA SILVA
RÉU: M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA - ME

Homologo os cálculos de Id 1e89dd3, apresentados em 25/03/2024 pelo SLJ.

Dispensada a intimação da União em razão de o valor ser inferior ao piso estabelecido na Portaria Normativa PGF/AGU n. 47, de 07 de julho de 2023.

Assino ao(à) reclamado(a) o prazo de 48h para efetuar o pagamento do valor devido (R$10.405,49) ou nomear bens à garantia do juízo, sob pena de penhora (art. 880 da CLT).

Não havendo pagamento no prazo assinado, proceda-se à penhora por meio das ferramentas eletrônicas e, se não houver êxito, ou se o êxito for apenas parcial, intime(m)-se o(s) exequente(s) para indicar(em) meios para prosseguimento da execução.

on

PATROCINIO/MG, 28 de março de 2024.

SERGIO ALEXANDRE RESENDE NUNES
Juiz Titular de Vara do Trabalho

Assinado eletronicamente por: SERGIO ALEXANDRE RESENDE NUNES - Juntado em: 28/03/2024 06:31:04 - da2934b
https://pje.trt3.jus.br/pjekz/validacao/24032513190492600000188663313?instancia=1
Número do processo: 0011056-72.2023.5.03.0080
Número do documento: 24032513190492600000188663313

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
da2934b	28/03/2024 06:31	Decisão	Decisão

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 13

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0011056-72.2023.5.03.0080
Cálculo: 1234

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **FLAVIA CRISTINA DA SILVA**
Reclamado: **M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA - ME**
Data Últ. Atualização: **07/03/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	10.421,77
DEPÓSITO FGTS	700,65
Total Devido Pelo Reclamado	**11.122,42**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Sem Correção', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST.
2. Juros SELIC (Receita Federal) a partir de 07/03/2024.
3. Juros de mora sobre verbas apurados antes da dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Processo: 0011056-72.2023.5.03.0080

Cálculo: 1234

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **FLAVIA CRISTINA DA SILVA**

Reclamado: **M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA - ME**

Data Últ. Atualização: **07/03/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 20/11/2024

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	7.500,00	1,000000000	7.500,00	0,00	7.500,00
Juros de Mora até 07/03/2024	-	-	0,00	1,000000000	0,00	0,00	0,00
Juros de Mora de 08/03/2024 até 20/11/2024	7.500,00	6,8900%	-	-	516,75	0,00	516,75
FGTS	-	-	655,49	1,000000000	655,49	0,00	655,49
Juros de Mora até 07/03/2024	-	-	0,00	1,000000000	0,00	0,00	0,00
Juros de Mora de 08/03/2024 até 20/11/2024	655,49	6,8900%	-	-	45,16	0,00	45,16
MULTA DE 30% DESCUMPRIMENTO DO ACORDO devida pelo Reclamado	-	-	2.250,00	1,000000000	2.250,00	0,00	2.250,00
Juros de Mora até 07/03/2024	-	-	0,00	1,000000000	0,00	0,00	0,00
Juros de Mora de 08/03/2024 até 20/11/2024	2.250,00	6,8900%	-	-	155,02	0,00	155,02
Total Parcial					**11.122,42**	**0,00**	**11.122,42**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Depósito de FGTS	-	-	655,49	1,000000000	655,49	0,00	655,49
Juros de Mora até 07/03/2024	-	-	0,00	1,000000000	0,00	0,00	0,00
Juros de Mora de 08/03/2024 até 20/11/2024	655,49	6,8900%	-	-	45,16	0,00	45,16
Total Parcial					**700,65**	**0,00**	**700,65**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 14

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0010923-53.2024.5.15.0050

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Tramitação Preferencial

- Falência ou Recuperação Judicial

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 05/07/2024
Valor da causa: R$ 154.894,66

Partes:

AUTOR: GILSON BIAZINI
ADVOGADO: GUSTAVO BASSOLI GANARANI
RÉU: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
TERCEIRO INTERESSADO: CAVALLARO E MICHELMAN-ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO: NATALIA MARIA NEVES BAST

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE DRACENA
ATOrd 0010923-53.2024.5.15.0050
AUTOR: GILSON BIAZINI
RÉU: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA

Vistos etc.

GILSON BIAZINI ajuizou Reclamação Trabalhista em face de **EXPRESSO ADAMANTINA LTDA.**, alegando, em breve síntese, que: foi admitido pela reclamada em 22/06/2009, ativando-se na função de Motorista de Ônibus; ativava-se em turnos ininterruptos de revezamento, ao realizar viagens durante o dia e durante à noite de formas alternadas, fazendo jus a jornada especial; o controle de ponto era manual, através de planilha anotada pelo reclamante; as horas extras nunca foram pagas, sob alegação da existência de banco de horas, sendo que nunca houve efetiva utilização dessas horas; é credor de cestas básicas do período de 10 meses; tendo informações de que a empresa estava em dificuldades financeiras e devedora de verbas trabalhistas, "solicitou ao setor responsável que fosse ele demitido, porém, não aceitaram tal situação, forçando-o a realizar um 'pedido de demissão' com nítido caráter 'indireto'"; ante a falta de depósito de FGTS, falta de pagamento de horas extras, não fornecimento de holerites, cestas básicas e descontos indevidos, laborou até 04/06/2024, pleiteando o reconhecimento da rescisão indireta; requer o pagamento das verbas rescisórias e anotação da baixa na CTPS; o FGTS não foi depositado corretamente; requer o fornecimento das guias para fins de levantamento do FGTS e habilitação no seguro-desemprego.

Postulou a procedência dos pedidos elencados na peça vestibular, requerendo ainda honorários advocatícios e os benefícios da justiça gratuita. Atribuiu à causa o valor de R$ 154.894,66. Juntou procuração, declaração de insuficiência econômica e documentos.

As partes compareceram à audiência INICIAL designada, acompanhadas de seus respectivos advogados. Proposta conciliatória rejeitada. Audiência adiada.

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

O(A) reclamado(a) **EXPRESSO ADAMANTINA LTDA.** apresentou defesa escrita, invocando, em preliminar, prescrição quinquenal. No mérito, sustentou que: não houve por parte da reclamada qualquer falta grave suficiente a ensejar a declaração da rescisão indireta; o reclamante procurou a empresa e solicitou seu desligamento, formulando pedido de demissão de próprio punho na data de 05/06 /2024, não apresentando qualquer motivo ou imputando à reclamada a sua demissão; não há que se falar no pagamento da multa prevista no artigo 477 da CLT, tendo em vista que não há verbas rescisórias incontroversas; ainda que em alguns meses os depósitos fundiários foram procedidos com atraso, é certo que foram depositados com juros e correções legais; a jornada sempre foi controlada pela reclamada; as fichas de horário externo e/ou espelhos de ponto representam a real e efetiva jornada de trabalho; eventual excesso de jornada de trabalho de um dia era compensado com a correspondente diminuição da jornada em outro dia, de maneira que a jornada semanal não ultrapassasse os limites permitidos pela lei; nada é devido a título de horas extras.

O(A) reclamante apresentou réplica à contestação.

Na audiência de instrução, as partes prescindiram da produção de outras provas, encerrando-se a instrução processual. Foram formuladas razões finais remissivas.

Rejeitadas as propostas conciliatórias.

É o relatório.

DECIDO:

I – PRELIMINARES

DIREITO INTERTEMPORAL.

Em que pese a Lei n. 13.467/2017 tenha efeito imediato e geral a partir da data de sua vigência, não pode ser admitida a vulneração do ato jurídico perfeito, do direito adquirido e da coisa julgada (CF/1988, art. 5º, XXXVI; Decreto-Lei n. 4.657/1942, art. 6º).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Além disso, como foi pontuado no Tema de n. 4 da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho promovido pela ANAMATRA, "**a Lei 13.467/2017, da reforma trabalhista, não afetou os fundamentos do Direito do Trabalho positivados na CLT (art. 8º), bem como os princípios da proteção (Títulos II a IV), da primazia da realidade (arts. 3º e 442), da irrenunciabilidade (arts. 9º e 468), da norma mais favorável, da imodificabilidade contratual em prejuízo do trabalhador (art. 468), da supremacia do crédito trabalhista (arts. 100 da CF e 186 do CTN) e dos poderes inquisitórios do Juiz do Trabalho (art. 765), dentre outros, cuja observância é requisito para a validade da norma jurídica trabalhista**".

Pondero, por fim, que, muito embora as obrigações sejam governadas "*no seu nascimento, efeitos e extinção, pela lei sob cujo império foram constituídas*"1 ("*tempus regit actum*"), não podem deixar de ser prestigiados os princípios da dignidade da pessoa humana (CF/1988, art. 1º, III), dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (CF/1988, art. 4º, IV), bem como o princípio contemplado no art. 7º, "caput", da Constituição Federal, que veda o retrocesso social.

E, no que se refere ao Processo do Trabalho, o ordenamento jurídico pátrio adotou o sistema de isolamento dos atos processuais. Inteligência dos arts. 14 e 1.046 da Lei n. 13.105/2015, abaixo reproduzidos:

> **Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.**
>
> **Art. 1.046. Ao entrar em vigor este Código, suas disposições se aplicarão desde logo aos processos pendentes, ficando revogada a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.**

Registre-se que as regras quanto às despesas processuais e aos honorários advocatícios observarão a legislação vigente à época da propositura da reclamação, acolhendo-se, no particular, o posicionamento manifestado no Tema de n. 98 da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho: "**Em razão da natureza híbrida das normas que regem honorários advocatícios (material e processual), a condenação à verba sucumbencial só poderá ser imposta nos processos iniciados após a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, haja vista a garantia de não surpresa, bem como em razão do princípio da causalidade, uma vez que a expectativa de custos e riscos é aferida no momento da propositura a ação**".

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

LIMITAÇÃO AO VALOR DOS PEDIDOS.

Segundo o disposto no § 1º do art. 840 da CLT, com as alterações introduzidas pela Lei n. 13.467/2017, "**sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante**".

Não há, porém, a obrigação de apresentação de planilha de cálculos, bastando, para que seja suprido o requisito previsto em lei, a apresentação de mera estimativa de seu conteúdo econômico. Inteligência da IN 41/2018 do C. TST.

Nesse mesmo sentido, colhem-se as seguintes ementas:

> LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. O artigo 840, § 1º, da CLT, ao dispor que a reclamação escrita deverá conter a indicação do valor do pedido, refere-se a uma mera estimativa, não de liquidação antecipada, mormente porque muitos cálculos demandam análise da documentação a ser apresentada pela parte ré (TRT/RS 4ª Região ROT 0020259-36.2019.5.04.0641– Ac. 10ª Turma. Relator: MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA)

> LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES ESTIMADOS NA INICIAL. DESCABIMENTO. O art. 12, § 2º, da Instrução Normativa TST n. 41/2018 prevê expressamente que, para efeito do disposto no art. 840, §§ 1º e 2º, da CLT, o valor da causa será estimado. Até mesmo nas ações que tramitam sob o procedimento sumaríssimo, este Tribunal, por meio da Tese Jurídica Prevalecente n. 16, pacificou o seu entendimento nos seguintes termos: "Rito Sumaríssimo. Valor correspondente aos pedidos, indicado na petição inicial (art. 852-B, da CLT). Inexistência de limitação, na liquidação, a este valor. No procedimento sumaríssimo, os valores indicados na petição inicial, conforme exigência do art. 852-B, I, da CLT, configuram estimativa para fins de definição do rito processual a ser seguido e não um limite para apuração das importâncias das parcelas objeto de condenação, em liquidação de sentença." Logo, os valores atribuídos aos pedidos formulados na inicial têm por finalidade precípua fixar o rito processual e são meramente estimativos e, por isso, não vinculam eventuais cálculos de liquidação (TRT/MG 3ª Região RO 0010935-64.2018.5.03.0033 – Ac. 3ª Turma. Relator: MILTON V. THIBAU DE ALMEIDA).

PJe Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES ATRIBUÍDOS AOS PEDIDOS NA INICIAL. RITO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. Com o advento da Lei nº 13.467/2017, foi acrescentada, na CLT, como pressuposto específico da reclamação trabalhista, a formulação de pedido certo, determinado e com indicação de seu valor, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito (art. 840, §§1º e 3º, da CLT). No entanto, os valores dos pedidos indicados na peça de ingresso representam, apenas, uma estimativa do conteúdo pecuniário da pretensão e têm o objetivo precípuo de definir o rito processual a ser seguido, não se havendo falar em limitação aos respectivos valores, em eventual liquidação (TRT/RS RO 001171-28.2019.5.03.0065 – Ac. 8ª Turma. Relator: MARCIO RIBEIRO DO VALLE).

LIMITAÇÃO DOS PEDIDOS. RITO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. Os valores correspondentes aos pedidos, indicados na petição inicial, têm apenas a função de apurar o valor aproximado da causa, a fim de se determinar o rito a ser seguido (Lei 5.584/70, art. 2º c/c art. 840, § 1º da CLT), não podendo causar prejuízos para a parte autora, quanto aos direitos reconhecidos em Juízo. Nesse sentido, a TESE JURÍDICA PREVALECENTE Nº 16 deste Regional: "RITO SUMARÍSSIMO. VALOR CORRESPONDENTE AOS PEDIDOS, INDICADO NA PETIÇÃO INICIAL (ART. 852-B DA CLT). INEXISTÊNCIA DE LIMITAÇÃO, NA LIQUIDAÇÃO, A ESTE VALOR. No procedimento sumaríssimo, os valores indicados na petição inicial, conforme exigência do art. 852-B, I, da CLT, configuram estimativa para fins de definição do rito processual a ser seguido e não um limite para apuração das importâncias das parcelas objeto de condenação, em liquidação de sentença" (TRT/MG 3ª Região RO 0010925-34.2018.5.03.0093 – Ac. 1ª Turma. Relatora: ADRIANA GOULART DE SENA ORSINI).

Desse modo, os valores eventualmente devidos serão apurados em regular liquidação de sentença, sem a limitação da estimativa apresentada na petição inicial.

II – PREJUDICIAL DE MÉRITO

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.

Devidamente arguida, **ACOLHO** a prejudicial de mérito suscitada na defesa, declarando-se prescritos direitos eventualmente lesados no período anterior ao quinquênio que antecedeu o ajuizamento da presente reclamação trabalhista (CF/1988, art. 7º, inciso XXIX), valendo lembrar que o prazo prescricional é contado retroagindo da data do ajuizamento da reclamação, e não da extinção do contrato de trabalho (Súmula 308/TST, item I do C. TST).

Por conseguinte, em relação aos direitos que deixaram de ser satisfeitos no período anterior a 14/02/2019 (Lei n. 14.010/2020), **EXTINGUE-SE** o processo, **COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho por força do artigo 769, da CLT.

Ressalte-se ainda que "**a prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS** " (Súmula 206 do C. TST).

II – MÉRITO

DESPEDIDA INDIRETA.

Em que pese possa ter ocorrido o descumprimento parcial das obrigações do contrato de trabalho, a reversão do pedido de demissão em despedida indireta só estaria franqueada caso se verificasse eventual vício de consentimento.

Nesse sentido, colhem-se da jurisprudência as seguintes ementas:

> REVERSÃO DO PEDIDO DE DEMISSÃO. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. O pedido de desligamento é ato jurídico perfeito e acabado e só pode ser anulado com a comprovação de vício de vontade que justifique a declaração de nulidade do pedido de demissão, encargo que competia à reclamante. Não se desincumbindo do ônus que lhe competia, deve prevalecer a modalidade de ruptura apresentada pela prova documental para todos os efeitos legais (TRT/MG 3ª Região – ROT 0010760-54.2021.5.03.0069 – Ac. 4ª Turma. Relator: PAULO CHAVES CORREA FILHO).

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

MODALIDADE

RESCISÓRIA. REVERSÃO DO PEDIDO DE DEMISSÃO EM RESCISÃO INDIRETA. É ônus da parte reclamante a comprovação de vício de consentimento apto a justificar a reversão do pedido de demissão em rescisão indireta (arts. 818, I da CLT e 373, I do CPC), mesmo nas hipóteses em que evidenciado descumprimento contratual pelo empregador. Isso porque a rescisão indireta constitui denúncia do contrato de trabalho por falta grave praticada pelo empregador. Entretanto, não basta a alegação de violação de um dever jurídico para caracterizá-la, é necessário que essa violação, por sua natureza grave, torne penosa, difícil ou insuportável a continuação do contrato de trabalho. Hipótese não verificada nos autos (TRT/MG 3ª Região – ROT 0010597-46.2021.5.03.0143 – Ac. 7ª Turma. Relator: VICENTE DE PAULA M. JUNIOR).

RECURSO ORDINÁRIO DA PARTE RECLAMANTE. RESCISÃO INDIRETA. PEDIDO DE DEMISSÃO. Hipótese em que o contrato de trabalho do reclamante foi extinto mediante regular pedido de demissão, sem que tenha havido sequer alegação de vício de consentimento nos autos. Não há como acolher o pleito de reversão de pedido de demissão em declaração de rescisão indireta do contrato de trabalho, a despeito da constatação de pagamento de salários de forma parcelada e ausência de depósitos ao FGTS. Negado provimento ao recurso ordinário do reclamante (TRT/RS 4ª Região – ROT 0020237-86.2020.5.04.0141 – Ac. 4ª Turma. Relatora: ANA LUIZA HEINECK KRUSE).

REVERSÃO DO PEDIDO DE DEMISSÃO EM RESCISÃO INDIRETA. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. É ônus da parte reclamante a comprovação de vício de consentimento apto a justificar a reversão do pedido de demissão em rescisão indireta (arts. 818, I da CLT e 373, I do CPC), mesmo nas hipóteses em que evidenciado descumprimento contratual pelo empregador (TRT/RS 4ª Região – ROT 0020065-67.2021.5.04.0123 – Ac. 1ª Turma. Relator: ROGER BALLEJO VILLARINHO).

Afinal, o pedido de reversão do pedido de demissão em despedida indireta formalizado somente depois da rescisão contratual constitui arrependimento posterior e não é suscetível de acolhimento pela via judicial.

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Aliás, o que se verifica é que o reclamante buscava o seu desligamento pelo reclamado, o que por óbvio lhe asseguraria alguns direitos rescisórios ("solicitou ao setor responsável que fosse ele demitido" – página 03 do PDF) e, diante da recusa (por qualquer fosse a razão, certamente haveria custos adicionais), optou por se demitir.

Não há, portanto, vício de consentimento; apenas o interesse do reclamante em se desligar da empresa.

Por tais fundamentos, REJEITO o pedido para reversão do pedido de demissão em despedida indireta, bem como os pedidos de aviso prévio, multa rescisória e seguro-desemprego.

O reclamado responderá, porém, pelos valores das férias dos períodos aquisitivos 2022/2023, em dobro, e 2023/2024, simples, ambos com o acréscimo do terço constitucional.

CTPS. BAIXA.

Dadas as conclusões externadas na fundamentação supra, **CONDENO** o(a) reclamado(a) a providenciar a anotação da baixa do contrato de trabalho na CTPS do(a) reclamante, fazendo constar como data da rescisão o dia 05/06/2024.

Para tanto, o(a) reclamado(a) deverá ser notificado(a) depois do trânsito em julgado da apresentação da CTPS pelo(a) reclamante, competindo-lhe promover o cumprimento da obrigação de fazer nos 10 dias subsequentes à sua notificação.

Registre-se que a anotação da CTPS do trabalhador constitui obrigação personalíssima do empregador.

Desse modo, a transferência desse encargo para a Secretaria da Vara poderá ocorrer apenas em caráter supletivo.

Assim, reputo perfeitamente compatível com o art. 39, § 1º da CLT as disposições normativas do art. 461 do Código de Processo Civil, que disciplina a tutela específica do cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer:

> **Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá**

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

[...]

§ 4o O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 5o Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

Entendimento também explicitado na seguinte ementa:

REGISTRO DO CONTRATO DE TRABALHO NA CTPS - ATUAÇÃO SUPLETIVA DA SECRETARIA DA VARA APÓS APLICAÇAO DE MULTA DIÁRIA À EMPRESA RECALCITRANTE QUANTO AO DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. A empresa ao contratar empregados é a responsável legal e originária quanto ao registro do contrato de trabalho na CTPS e livro de registro de empregados. Deve, portanto, possuir os meios adequados para efetuar o registro, que são funcionários habilitados, ou departamento pessoal, de recursos humanos, ou contador. Não é jurídico, nem lógico, nem razoável, impor à empresa a obrigação do registro na CTPS "sob pena da Secretaria da Vara do Trabalho fazê-lo", porquanto, pena que retira encargo original e legal da empresa não é pena, nem ônus, mas sim, bônus. A atuação da Secretaria da Vara deve ocorrer de modo supletivo, após omissão injustificada da empresa, com aplicação de multa diária, razoável e limitada ao principal, nos termos do artigo 920 do antigo Código Civil e Brasileiro e 412 do atual. Não se olvide, ainda como fundamento, que muitas empresas não vêem com simpatia os trabalhadores que reclamam na Justiça do Trabalho, com inserção do registro em CTPS pela Secretaria, comportamento írrito e nocivo, porque os direitos dos trabalhadores estão

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

> previstos nas leis trabalhistas e na Constituição Federal. Não há ofensa ao artigo 39, parágrafo 1º, da CLT, eis que o mesmo não estabelece ordem na anotação e não há impedimento de que a Secretaria da Vara apenas o faça após a notificação da empresa e constatando-se sua inércia. Fundamentos legais: artigo 29 da CLT e artigos 461, parágrafo 4º, e 644 do Código de Processo Civil. Recurso desprovido, no particular (TRT/SP 2ª Região 28357-2002-902-02-00 – Ac. 8ª Turma 20030634983. Rel. JONAS SANTANA DE BRITO. DOE 02/12/2003, p. 121).

Deverão ser evitadas quaisquer referências denunciando que a anotação se deu em razão de acordo ou determinação judicial em reclamação trabalhista.

Pondero que essa providência visa preservar a imagem do trabalhador, evitando que o cumprimento de obrigação legal possa causar gravame ainda maior para o trabalhador, como poderia ocorrer com a obtenção de nova colocação no mercado de trabalho.

Essa preocupação, aliás, foi expressamente acolhida pela Portaria n. 41, de 28/03/2007 do Ministério do Trabalho:

> É vedado ao empregador efetuar anotações que possam causar dano à imagem do trabalhador, especialmente referentes a sexo ou sexualidade, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, idade, condição de autor em reclamações trabalhistas, saúde e desempenho profissional ou comportamento (art. 8º - grifos acrescidos).

Caso seja verificada a mora no cumprimento dessa obrigação de fazer, o reclamado responderá por multa diária calculada na proporção de 1/30 sobre o salário nominal do(a) reclamante, em sentido estrito, até o limite de seu último salário mensal.

Ultrapassado o limite temporal (30 dias), devidamente certificado nos autos, fica desde logo a Secretaria da Vara autorizada a atuar supletivamente (CLT, art. 39, § 1º), sem necessidade de nova determinação judicial, competindo-lhe notificar o(a) reclamante para resgatar sua CTPS, com as devidas anotações.

Nesse caso, deverá ser evitada a identificação do(a) servidor(a) responsável pelo cumprimento da determinação judicial (com seu carimbo, por exemplo), inclusive de seu cargo, assegurando-se, porém, o fornecimento ao(à)

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

reclamante de cópia autenticada da certidão consignando a determinação judicial para a anotação, nos termos do § 2º do art. 92 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Oficie-se ao INSS e ao Ministério do Trabalho para as providências judiciais e/ou administrativas que entenderem cabíveis.

JORNADA DE TRABALHO.

Diante da ausência de quaisquer outras provas, impõe-se o reconhecimento da veracidade dos registros da jornada de trabalho lançadas na prova documental produzida pela reclamada.

Pontuo, ainda, que não pode ser acolhido o pedido para reconhecimento do direito à jornada reduzida, uma vez que as CCT prescrevem expressamente que “a jornada diária de trabalho do motorista profissional será de 8 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação por até 4 (quatro) horas extraordinárias, nos termos do artigo 235-C da CLT”.

É preciso lembrar, porém, que, **"estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não tem direito ao pagamento das 7ª e 8ª horas como extras"** (Súmula 423 do C. TST).

HORAS EXTRAS.

Dado que devem ser admitidos como corretos os registros da jornada de trabalho e tendo em vista que houve pagamento habitual de horas extras, sem apontamento de diferenças, REJEITO o pedido de horas extras.

Os reflexos seguem a sorte do principal.

CESTAS BÁSICAS.

Tendo em vista a previsão normativa para fornecimento de cestas básicas aos trabalhadores da categoria profissional beneficiados com a previsão

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

da vantagem, e considerando o TRCT aponta valor que deixou de ser adimplido, defere-se o pedido de indenização do valor correspondente (no valor mensal ora arbitrado de R$210,00 por mês), a partir do mês de junho/2023.

FGTS.

No caso examinado nestes autos, o extrato da conta vinculada do(a) reclamante denuncia que não foi regularmente depositado o FGTS do período contratual.

Por tais razões, o reclamado responderá em execução direta pelo FGTS dos meses faltantes do período contratual (inclusive 13º salários), observando-se, no particular, o disposto na Orientação Jurisprudencial n. 302 da SDI-1 do C. TST:

> **FGTS. ÍNDICE DE CORREÇÃO. DÉBITOS TRABALHISTAS. Os créditos referentes ao FGTS, decorrentes de condenação judicial, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicáveis aos débitos trabalhistas.**

Incabível cogitar-se da condenação ao pagamento da multa prevista no art. 22 da Lei n. 8.036/1990, pois o trabalhador não pode reivindicar para si penalidade de natureza administrativa.

Entendimento espelhado na seguinte ementa:

> **[...] 4. MULTA DO ART. 22 DA LEI Nº 8.036/90. NATUREZA ADMINISTRATIVA. Na esteira de precedentes desta Corte Superior, a multa e os juros de mora previstos no art. 22 da Lei nº 8.036/90 possuem natureza administrativa e se referem à hipótese de o empregador não efetuar, no prazo legal, os depósitos do FGTS em conta vinculada do empregado, razão pela qual não revertem ao trabalhador, mas sim ao Fundo. Recurso de revista conhecido e provido (TST RR - 139-71.2012.5.05.0161 – Ac. 8ª Turma. Rel. Min. DORA MARIA DA COSTA. DEJT 05/09/2014).**

Fica autorizada a dedução dos valores comprovadamente depositados, de modo a evitar o enriquecimento sem causa.

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT.

O art. 477, §§ 6º e 8º, da CLT, com a redação que lhe deu a Lei n. 13.467/2017, prescreve que o empregador deve efetuar o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação, bem como providenciar a entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes até 10 (dez) dias contados a partir do término do contrato, sob pena de responder por multa a favor do empregado em valor equivalente ao seu salário, sem prejuízo da incidência de multa de natureza administrativa.

A rescisão contratual, portanto, caracteriza-se como como ato complexo, incidindo a sanção pecuniária não apenas quando se verifica o pagamento intempestivo da importância devida, mas também quando ocorre o atraso ou a omissão no fornecimento da documentação.

Na contagem do prazo, aplica-se o entendimento contido na Orientação Jurisprudencial n. 162 da SDI-1 do C. TST: "**A contagem do prazo para quitação das verbas decorrentes da rescisão contratual prevista no art. 477 da CLT exclui necessariamente o dia da notificação da demissão e inclui o dia do vencimento, em obediência ao disposto no artigo 132 do Código Civil de 2002 (artigo 125 do Código Civil de 1916)**".

Registre-se que a jurisprudência do C. TST já se firmou no sentido de que o empregador só se exime da obrigação do pagamento da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT, quando é o empregado quem dá causa à mora.

Confira-se, a propósito, a seguinte ementa:

> **MULTA DO ART. 477 DA CLT. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM JUÍZO. O fato gerador da multa de que trata o § 8º do art. 477 da CLT é a inadimplência na quitação das verbas rescisórias e as sanções previstas se relacionam à pontualidade no pagamento, e não ao fato de haver controvérsia sobre a forma de extinção da relação de emprego, ou mesmo sobre a própria existência do vínculo. Assim, apenas se o empregado der causa à mora no pagamento das verbas rescisórias não será devida a referida multa, o que não se verifica na hipótese. Recurso de revista não conhecido (TST ARR 715-41.2012.5.01.0043 - Ac. 8ª Turma. Rel. Min. DORA MARIA DA COSTA. DEJT 14/11/2014).**

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Tendo sido verificado o inadimplemento no pagamento das verbas rescisórias, é de rigor a condenação ao pagamento da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT, ficando desde logo e que, na penalidade ora deferida, deverá ser considerada a totalidade das verbas de natureza salarial, e não apenas o salário básico.

Nesse sentido é a jurisprudência atual e iterativa do C. TST sobre o tema. Confiram-se as seguintes ementas:

> **MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. BASE DE CÁLCULO. Nos termos do § 1.º do art. 457 da CLT, o salário é composto pela importância fixa estipulada e pelas comissões, percentagens, gratificações ajustadas e outras verbas de natureza salarial. Por outro lado, o *caput* do art. 458 estabelece: "compreende-se no salário, para todos os efeitos legais as prestações ' in natura' que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado". Infere-se, portanto, que a multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT deverá ter como base de cálculo o salário do reclamante, considerando-se como tal o somatório das parcelas salariais que o empregado percebeu normalmente da reclamada como contraprestação pelos serviços prestados. Precedentes. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento (TST RR 355900-33.2008.5.02.0421 – Ac. 7ª Turma. Rel. Min. CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO. DEJT 23/09/2016).**
>
> **MULTA PREVISTA NO ART. 477, § 8º, DA CLT. BASE DE CÁLCULO. A multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT, deve incidir sobre a remuneração, considerando todas as parcelas de natureza salariais que o empregado recebe, e não sobre o salário básico. Precedentes. Recurso de revista não conhecido (TST RR 40800-27.2009.5.15.0159 – Ac. 2ª Turma. Rel. Min. MARIA HELENA MALLMANN. DEJT 23/09/2016).**

O Eg. TRT da 4ª Região, aliás, fixou entendimento nesse mesmo sentido: "**A multa do artigo 477, parágrafo 8º, da CLT deve ser calculada sobre todas as parcelas salariais, assim consideradas aquelas legalmente devidas para o cálculo das parcelas rescisórias**" (Orientação Jurisprudencial n. 46).

DEDUÇÃO/COMPENSAÇÃO/AMORTIZAÇÃO.

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Compensação é a extinção recíproca de obrigações até a concorrência dos respectivos valores entre pessoas que são credoras e devedoras uma da outra. Com efeito, o art. 368 do Código Civil dispõe que "**se duas pessoas forem ao mesmo tempo credoras e devedoras uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem**".

Para que se opere a compensação, contudo, é preciso que concorram os seguintes pressupostos cumulativos: (a) reciprocidade das obrigações, uma vez que as obrigações contrapostas se extinguem por haver direitos opostos; (b) liquidez das dívidas, isto é, certas quanto à existência e determinada quanto ao objeto (CC, art. 944); (c) exigibilidade atual das obrigações, ou seja, é necessário que a dívida esteja vencida; (d) fungibilidade entre as prestações, dispondo o art. 370 do Código Civil que, "**embora sejam do mesmo gênero as coisas fungíveis, objeto das duas prestações, não se compensarão, verificando-se que diferem na qualidade, quando especificada no contrato**".

Observadas tais premissas e sem perder de vista o requerimento formulado na defesa, em estrita observância ao quanto disposto no art. 767 da CLT, segundo o qual "**a compensação, ou retenção, só poderá ser argüida como matéria de defesa**", é de se concluir que a reclamada pretendia apenas o abatimento, a dedução ou a amortização dos valores comprovadamente pagos, porquanto sequer formulou pretensão condenatória de dívida líquida, certa e fungível em face da autora, de modo a autorizar eventual compensação.

Apenas nesse sentido, autorizo a dedução/amortização dos valores comprovadamente pagos por igual título.

Exegese que se extrai do disposto no art. 112 do Código Civil, assim redigido: "**nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem**".

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

Ao assumir o monopólio da função jurisdicional, o Estado obrigou-se a solucionar os conflitos de interesses através de uma relação jurídica vinculativa de direito público e afastou a possibilidade de composição dos litígios diretamente pelos interessados, pelo uso da própria força.

Nesse desiderato, exige-se que as partes e seus procuradores procedam com lealdade (CPC, arts. 5º e 77, inc. I), revelando o conteúdo ético do processo, sob pena de responsabilização por perdas e danos (CPC, art. 79).

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Essa preocupação, aliás, não está retratada apenas nos arts. 5º, 77 e 80 do CPC, espalhando-se por outros dispositivos daquele diploma legal, tais como os arts. 311, inc. I (que autoriza a tutela da evidência quando estiver caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu), 1026, §§ 2º e 3º (que autoriza a condenação do embargante quando verificar que a parte se vale de embargos declaratórios manifestamente protelatórios) e 774 do CPC (para os atos reputados como atentatórios à dignidade da justiça), dentre outros.

É verdade que a Consolidação das Leis do Trabalho se preocupou apenas com a idoneidade do julgador (art. 801).

Contudo, a omissão é suprida pelo recurso às normas do processo comum, cuja aplicação está autorizada pelo art. 769 da CLT.

No presente caso, o Juízo vislumbrou o exercício regular do direito de ação, postulando o(a) autor(a) direitos a que entende fazer jus.

Vale ponderar que a mera improcedência de parte (ou mesmo da totalidade) dos pedidos não autoriza a aplicação da penalidade.

PREQUESTIONAMENTO.

As partes ficam advertidas de que, dado o alcance assegurado pelo art. 1013, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho (CLT, art. 769), é incabível a oposição de Embargos de Declaração, no Juízo de 1º grau, para os fins de prequestionamento de que cuida a Súmula 297 do C. TST.

Entendimento também explicitado na Súmula 393, I, do C. TST: "**O efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário, que se extrai do § 1º do art. 1.013 do CPC de 2015 (art. 515, §1º, do CPC de 1973), transfere ao Tribunal a apreciação dos fundamentos da inicial ou da defesa, não examinados pela sentença, ainda que não renovados em contrarrazões, desde que relativos ao capítulo impugnado**".

EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS.

Não vislumbro a presença de interesse público ou coletivo apto a justificar a expedição de ofícios.

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

JUSTIÇA GRATUITA.

Os benefícios da justiça gratuita só podem ser usufruídos por aquele que perceber salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (CLT, art. 790, § 3º, com a redação que lhe deu a Lei n. 13.467/2017) ou cuja situação econômica não lhe permita efetuar o pagamento das custas processuais, das despesas processuais e dos honorários advocatícios (CLT, art. 790, § 4º, introduzido pela Lei n. 13.467/2017, c/c art. 99, "caput", do CPC).

No presente caso, o(a) reclamante juntou com a peça de ingresso declaração afirmando sua condição de pobreza.

Observo que, segundo o disposto no art. 1º da Lei n. 7.115/1983, "**a declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira** ", posicionamento que está contido na iterativa jurisprudência do Eg. TRT da 15ª Região: "**A prova dos requisitos do § 3º do artigo 790 da CLT para a concessão de justiça gratuita ao trabalhador pode ser feita por simples declaração do beneficiário, sob as penas da lei, implicando presunção 'juris tantum'**" (Súmula 33).

Chamo, ainda, a atenção para o disposto no art. 99, § 3º, do CPC: "**Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural**"

Deixo consignado, ainda, que o patrocínio da causa por advogado particular não constitui, nem jamais constituiu, óbice à pretensão para o acolhimento de pedido de justiça gratuita, bastando, para tanto, apenas o reconhecimento de insuficiência econômica da parte.

Confiram-se, a propósito, as seguintes ementas:

> **A existência de declaração de miserabilidade é suficiente para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita. Aplica-se a Orientação Jurisprudencial nº 304 da C. SBDI-1. O simples fato de estar representado por advogado particular não retira do Autor o direito reivindicado, em razão da inexistência de restrição legal. A Lei nº 5.584/70 condiciona à comprovação da assistência sindical tão**

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

somente a postulação de honorários advocatícios (TST ARR - 11880-49.2015.5.15.0089 – Ac. 8ª Turma. Relatora Ministra: MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI. DEJT 15/06/2018.)

[...] 2. É possível o gozo da assistência judiciária gratuita mesmo ao jurisdicionado contratante de representação judicial com previsão de pagamento de honorários advocatícios ad exitum. 3. Essa solução é consentânea com o propósito da Lei n. 1.060/1950, pois garante ao cidadão de poucos recursos a escolha do causídico que, aceitando o risco de não auferir remuneração no caso de indeferimento do pedido, melhor represente seus interesses em juízo. 4. A exigência de declaração de patrocínio gratuito incondicional não encontra assento em qualquer dispositivo da Lei n. 1.060/1950, criando requisito não previsto, em afronta ao princípio da legalidade. 5. Precedentes das Terceira e Quarta Turmas do STJ (STJ REsp 1504432/RJ – Ac. 2ª Turma. Relator Ministro OG FERNANDES. DJE 20/02/2019).

Esses posicionamentos reafirmam o acerto do entendimento fixado na Súmula 463, I, do C. TST: "**A partir de 26.06.2017, para a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa natural, basta a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado, desde que munido de procuração com poderes específicos para esse fim (art. 105 do CPC de 2015)**".

Nesse mesmo sentido é o posicionamento do Eg. TRT da 15ª Região: "**JUSTIÇA GRATUITA. PROVA PARA CONCESSÃO AO TRABALHADOR. SIMPLES DECLARAÇÃO. A prova dos requisitos do § 3º do artigo 790 da CLT para a concessão de justiça gratuita ao trabalhador pode ser feita por simples declaração do beneficiário, sob as penas da lei, implicando presunção 'juris tantum'**" (Súmula 33).

Tendo sido preenchidos os pressupostos previstos no art. 790, § 4º, da CLT, no art. 99, "caput", do CPC, e no art. 1º da Lei n. 7.115/1983, deferem-se ao (à) reclamante os benefícios da justiça gratuita.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

A Lei n. 13.467/2017 introduziu significava alteração quanto ao tema, dispondo que "**ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da**

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa" (CLT, art. 791-A).

A publicação do extrato do julgamento da ADI 5766 ("O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar inconstitucionais os arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho"), datado de 20/10/2021, levou à conclusão inicial de que não mais remanescia a possibilidade de condenação do pagamento de honorários advocatícios de sucumbência pela parte beneficiária da justiça gratuita, nem tampouco a condição suspensiva de sua exigibilidade.

Com a publicação do acórdão no dia 03/05/2022, porém, ficou claro que a declaração de inconstitucionalidade alcançava apenas e tão somente a presunção da perda da condição de hipossuficiência em razão de créditos em favor do trabalhador, ainda que em outro processo, dispensando o empregador do ônus processual quanto à comprovação de modificação da capacidade econômica do beneficiário da justiça gratuita:

> **1. É inconstitucional a legislação que presume a perda da condição de hipossuficiência econômica para efeito de aplicação do benefício de gratuidade de justiça, apenas em razão da apuração de créditos em favor do trabalhador em outra relação processual, dispensado o empregador do ônus processual de comprovar eventual modificação na capacidade econômica do beneficiário.**

Remanesce, portanto, a disposição contida no art. 791-A, § 3º ("**na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários**"), mas sem prejuízo da suspensão da exigibilidade dos honorários advocatícios de sucumbência ao beneficiário da justiça gratuita (CLT, art. 791, § 4º).

Operando-se a sucumbência recíproca quanto aos objetos da ação, as partes responderão pelos honorários advocatícios, com observância dos critérios definidos na OJ 348 da SDI-1 do C. TST, esclarecendo-se desde logo que: (a) constituindo verba de natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, cujo titular é o advogado que patrocina a causa (CPC, art. 86, § 14), não se admitirá a compensação entre os honorários (CLT, art. 791-A, § 3º; CPC, art. 86, § 14); (b) o reclamado responderá pelos honorários advocatícios arbitrados no percentual de 10% sobre o valor do proveito econômico obtido pelo(a) reclamante com a reclamação trabalhista, conforme se apurar em regular liquidação de sentença; (c) o indeferimento de qualquer dos reflexos não importa sucumbência para os fins previstos neste tópico, respondendo o vencido pelo pagamento dos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

honorários advocatícios incidentes sobre o título (principal e reflexos) por inteiro. Inteligência do disposto no parágrafo único do art. 86 do CPC; (d) o reclamante responderá pelos honorários advocatícios, também arbitrados no percentual de 10%, incidente exclusivamente sobre os títulos em que se verificou a sucumbência total, cujo montante será calculado com base no proveito econômico que a parte pretendia obter (extraído dos valores atribuídos na petição inicial); (e) como o(a) reclamante é beneficiário(a) da justiça gratuita, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 2 anos subsequentes ao trânsito em julgado, o credor demonstrar que deixou de existir a insuficiência econômica; (f) na hipótese de litisconsórcio (ativo ou passivo), a responsabilidade pelo pagamento dos honorários será solidária (CPC, art. 87).

Não se revelam aplicáveis os arts. 389 e 404 do novo Código Civil, diante do que dispõem os arts. 8º e 769 da CLT, que somente admitem a aplicação subsidiária do Direito Comum na hipótese de omissão e de compatibilidade com os princípios e normas trabalhistas.

Hipótese que não se verifica no caso, em razão da existência de conjunto de regras sobre o tema: CLT, art. 790, § 3º; Lei n. 5.584/1970, art. 14, § 1º; Súmulas 219 e 329 do C. TST; Orientação Jurisprudencial n. 305 da SDI-1 do C. TST.

Registre-se que esse posicionamento foi acolhido pela Súmula 52 do Eg. TRT da 1ª Região: "**Perdas e danos decorrentes da contratação de advogado. Não cabimento. No processo trabalhista, o pagamento de honorários advocatícios e contratuais deve observar os requisitos da Lei nº 5.584/70 e o disposto nas Súmulas 219 e 329 do TST**"

Nesse mesmo sentido é o entendimento dos Eg. TRTs da 2ª ("**O pagamento de indenização por despesa com contratação de advogado não cabe no processo trabalhista, eis que inaplicável a regra dos artigos 389 e 404, ambos do Código Civil**" – Súmula 18) e da 3ª Região ("**POSTULADO DA REPARAÇÃO INTEGRAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PERDAS E DANOS. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 389 E 404 DO CÓDIGO CIVIL. É indevida a restituição à parte, nas lides decorrentes da relação de emprego, das despesas a que se obrigou a título de honorários advocatícios contratados, como dano material, amparada nos arts. 389 e 404 do Código Civil**" – Súmula 37).

JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

No julgamento das ADCs 58 e 59 e das ADIs 5867 e 6021, o E. STF reconheceu que "a TR se mostra inadequada, pelo menos no contexto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como índice de atualização dos débitos trabalhistas" e declarou a inconstitucionalidade da expressão "Taxa Referencial" contida no § 7º do art. 879 da CLT.

Além disso, conferiu interpretação conforme à Constituição aos arts. 879, § 7º, e 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei n. 13.467/2017, para o fim de estabelecer que, até que sobrevenha solução legislativa, devem ser aplicados à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e a correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho "os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as hipóteses de condenações cíveis em geral (art. 406 do Código Civil), à exceção das dívidas da Fazenda Pública que possui regramento específico (art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009), com a exegese conferida por esta Corte na ADI 4.357, ADI 4.425, ADI 5.348 e no RE 870.947-RG (tema 810)".

Desse modo, foram fixadas as seguintes diretrizes:

> **6. Em relação à fase extrajudicial, ou seja, a que antecede o ajuizamento das ações trabalhistas, deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE), em razão da extinção da UFIR como indexador, nos termos do art. 29, § 3º, da MP 1.973-67/2000. Além da indexação, serão aplicados os juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991).**
>
> **7. Em relação à fase judicial, a atualização dos débitos judiciais deve ser efetuada pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, considerando que ela incide como juros moratórios dos tributos federais (arts. 13 da Lei 9.065/95; 84 da Lei 8.981/95; 39, § 4º, da Lei 9.250/95; 61, § 3º, da Lei 9.430/96; e 30 da Lei 10.522/02). A incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria bis in idem.**

Atento, portanto, à decisão proferida pela Excelsa Corte, de eficácia "erga omnes" e com efeito vinculante para todos os processos em curso (CF /1988, art. 102, § 2º), os créditos reconhecidos nesta decisão estarão sujeitos à atualização monetária, observando-se os seguintes índices:

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

a) na fase pré processual (até a data da distribuição da ação):

a.1) o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro/2000

a.2) o IPCA-E mensal a partir de janeiro/2001, em razão da extinção da UFIR como indexador, nos termos do art. 29, § 3º, da MP 1.973-67/2000

b) na fase processual, a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia)

É preciso destacar que a incidência dos índices de correção monetária não exclui cumulação com os juros moratórios previstos no art. 39, "caput", da Lei n. 8.177/1991 para a fase pré-judicial, independentemente de omissão da inicial (TST, Súmula 211).

Pondero que, no voto proferido na Rcl 50107/RS, a Min. CÁRMEN LÚCIA deixou expressamente assentado que "nos termos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, a atualização dos créditos trabalhistas pelo IPCA-E, na fase pré-judicial, não exclui a aplicação dos juros legais previstos no caput do art. 39 da Lei n. 8.177/1991".

Podem ser citados, no mesmo sentido, os seguintes julgados: Rcl 49740/SP, Relator(a): Min. ROSA WEBER, DJE 07/10/2021; Rcl 50117 MC/RS, Relator(a): Min. NUNES MARQUES, DJE 05/11/2021; Rcl 49310/RS, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, DJE 19/10/2021.

A partir da data da distribuição da ação, porém, a taxa SELIC não pode ser acumulada qualquer outro índice, uma vez que ali estão abrangidos tanto os juros quanto a correção monetária.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

Segundo norma disposta no art. 195, inc. I e II, da Constituição Federal de 1988, a seguridade social é financiada por toda a sociedade, direta ou indiretamente, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além da contribuição social oriunda (a) dos empregadores, das empresas e das entidades a ela equiparadas incidente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe prestou serviços, mesmo sem vínculo empregatício, e (b) do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Na conformidade do art. 12, parágrafo único, do Decreto n. 3.048 /1999, equiparam-se ao empregador, para fins previdenciários, o contribuinte individual que tenha empregados ou pessoas que lhe prestem serviços, a cooperativa, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e representação consular, o operador portuário, o órgão gestor de mão-de-obra e o proprietário ou dono da obra de construção civil.

Regulamentando o Plano de Custeio da Seguridade Social, a Lei n. 8.212/1991 atribuiu ao empregador e às entidades a ela equiparadas a obrigação legal de arrecadar as contribuições dos segurados empregados e dos trabalhadores avulsos que lhe prestam serviços, sujeitando-os também ao recolhimento do produto arrecadado juntamente com a contribuição social por aqueles devida (art. 30, alíneas "a" e "b").

Por essa razão, determino à reclamada que comprove o recolhimento da contribuição social incidente sobre as parcelas da condenação sujeitas à tributação, observados os prazos e as formalidades legais, facultada a retenção da contribuição social devida pelo(a) autor(a), sob pena de execução.

Pondero que a culpa do empregador pelo inadimplemento das verbas remuneratórias não exime a responsabilidade do empregado pelo pagamento da contribuição previdenciária que recaia sobre sua quota-parte (Súmula 368, II, do C. TST).

Alinhando-me à jurisprudência atual e iterativa do C. TST, esclareço que, relativamente ao período trabalhado até 04/03/2009, o fato gerador é o pagamento do crédito trabalhista (regime de caixa). A partir de 05/03/2009, porém, o fato gerador é a prestação dos serviços (regime de competência), nos termos do art. 43 da Lei n. 8.212/1991, com a redação que lhe deu a Lei n. 11.941/2009.

Confira-se, a propósito, a jurisprudência de outros Tribunais sobre esse tema:

> TRT/RJ 1ª Região: "**Contribuição previdenciária sobre o crédito judicial trabalhista. Fato gerador. Acréscimos legais moratórios. Nova redação do art. 43 da Lei 8.212 /91. Vigência. Regime híbrido de apuração. I - Para prestação de serviços ocorrida até 04/03/2009, inclusive, o fato gerador da contribuição previdenciária vinculada ao processo trabalhista é a constituição do crédito. Seu recolhimento dar-se-á até o dia 2 do mês subsequente à liquidação do julgado, de acordo com o art. 276 do Decreto 3.048/1999. Extrapolado este prazo, a contribuição previdenciária será corrigida monetariamente e acrescida de juros**

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

e multa moratórios. II - Para prestação de serviços ocorrida a partir de 05/03/2009, inclusive, o fato gerador da contribuição previdenciária é a prestação de serviços, nos termos do art. 43 da Lei 8.212/91, com redação dada pela Lei 11.941/2009, com juros e correção monetária computados a partir dos meses de competência e recolhimento na mesma data prevista para o pagamento do crédito judicial trabalhista" (Súmula 66).

TRT/MG 3ª Região: "**Contribuição previdenciária. Fato gerador. Juros de mora. Medida provisória 449 /2008. Regimes de caixa e de competência. O fato gerador da contribuição previdenciária relativamente ao período trabalhado até 04/03/2009 é o pagamento do crédito trabalhista (regime de caixa), pois quanto ao período posterior a essa data o fato gerador é a prestação dos serviços (regime de competência), em razão da alteração promovida pela Medida Provisória n. 449/2008, convertida na Lei n. 11.941/2009, incidindo juros conforme cada período**" (Súmula 45).

TRT/SC 12ª Região: "**CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. SENTENÇAS CONDENATÓRIAS. FATO GERADOR. JUROS E MULTA. Para o serviço prestado até 4-3-2009, o fato gerador é o efetivo pagamento do débito trabalhista em juízo, só havendo incidência de juros e multa caso o executado não recolha as contribuições previdenciárias até o dia 2 do mês seguinte ao desse pagamento. Para o serviço prestado de 5-3-2009 em diante, o fato gerador é a prestação dos serviços pelo trabalhador, com acréscimo de juros de mora desde então, só havendo incidência da multa caso o executado não recolha as contribuições previdenciárias no prazo de 48 horas da citação na fase executiva. (Pacificação conforme acórdão TST-E-RR-1125-36.2010.5.06.0171, da lavra do Ministro Alexandre Agra Belmonte, publicado em 15-12-2015)**" (Súmula 80).

Registre-se que a multa moratória, no entanto, só passará a fluir depois da citação da execução, com o esgotamento do prazo para pagamento (TST E-RR 0001125-36.2010.5.06.0171).

Constituem salário-de-contribuição, sujeitas à incidência da contribuição social, as seguintes parcelas deferidas na presente condenação: 13º salário.

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Dada a definição da competência material da Justiça do Trabalho para execução das contribuições sociais previstas no art. 195, I, "a", e II, da CF/1988, deixo explicitado que **não serão incluídas na execução as contribuições de intervenção no domínio econômico do chamado sistema "S" (contribuições de terceiros)**.

Essa, a propósito, é a jurisprudência atual e iterativa do C. TST:

> **CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DEVIDAS A TERCEIROS - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO Consoante jurisprudência pacífica do TST, não se inclui na competência da Justiça do Trabalho a execução das contribuições sociais devidas a terceiros (TST RR - 130694-48.2014.5.13.0012 - Ac. 8ªTurma. Rel. Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI DEJT 10/03 /2017).**
>
> **INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DE TERCEIROS. O art. 240 da Constituição Federal ressalva, expressamente, que as parcelas de contribuição social destinadas a terceiros não estão enquadradas na previsão do artigo 195 da Constituição Federal, e isso exclui da competência da Justiça do Trabalho, prevista no inciso VIII do art. 114 da Lei Maior, a execução das contribuições sociais devidas a terceiros. Recurso de revista conhecido e provido (TST RR - 3334100-18.2007.5.09.0006 - Ac. 6ªTurma. Rel. Min. AUGUSTU CÉSAR LEITE DE CARVALHO. DEJT 03/03/2017).**
>
> **CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DESTINADAS A TERCEIROS - EXECUÇÃO - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Tratando-se de contribuições previdenciárias devidas às pessoas jurídicas que integram o chamado sistema "S", contribuições essas que não se destinam ao custeio da seguridade social, a decisão recorrida, ao concluir pela competência da Justiça do Trabalho, viola o art. 114, VIII, da Constituição Federal (Precedente deste Relator: RR-1509900-59.2006.5.09.0029, DEJT de 10/6/2011) (TST RR 55400-89.2009.5.08.0016 - Ac. 7ª Turma. Rel. Min. LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO. DEJT 10/02/2017).**

A contribuição do(a) empregado(a) estará limitada ao teto máximo de contribuição, na forma definida na legislação específica.

Pondero, por fim, que a Justiça do Trabalho não detém competência para conhecer, julgar ou executar as contribuições previdenciárias

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

relativas a período contratual reconhecido por decisão judicial, limitando-se às contribuições sociais decorrentes de sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário-de-contribuição (Súmula 368, item I, do C. TST).

Essa questão foi pacificada no âmbito do E. STF:

> **A competência da Justiça do Trabalho prevista no artigo 114, inciso VIII, da Constituição Federal alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados**" (Súmula Vinculante n. 53)

> **A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança somente a execução das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir, não abrangida a execução de contribuições previdenciárias atinentes ao vínculo de trabalho reconhecido na decisão, mas sem condenação ou acordo quanto ao pagamento das verbas salariais que lhe possam servir como base de cálculo** (Tema 35 de Repercussão Geral).

IMPOSTO DE RENDA.

A reclamada deverá comprovar o recolhimento fiscal, observadas as alíquotas, os percentuais e as parcelas de dedução definidas na legislação em vigor no momento do efetivo pagamento (ou do depósito com efeito de pagamento), ou seja, no momento em que a parcela se torna efetivamente disponível ao trabalhador, nos termos do art. 46 da Lei n. 8.541/1992, e nos arts. 78 a 92 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, publicado no DJ de 20/04/2006.

O cálculo do imposto deverá observar a tabela progressiva resultante da multiplicação da quantidade de meses a que se refiram os rendimentos pelos valores constantes da tabela progressiva mensal correspondente ao mês do recebimento ou crédito, a teor do disposto no art. 12-A da Lei n. 7.713/1988 e Instrução Normativa n. 1.500/2014, da Receita Federal.

Deixo desde logo esclarecido que o imposto incidirá sobre as parcelas sujeitas à tributação específica, assim compreendidas as seguintes verbas: 13º salário.

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Quanto aos juros de mora, com ressalva de entendimento pessoal em sentido contrário, esclareço que deverá ser observado o entendimento contido na Súmula 26 do E. TRT da 15ª Região: "**JUROS DE MORA. NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. O art. 404 e seu parágrafo único, do Código Civil de 2002, conferem natureza estritamente indenizatória aos juros de mora incidentes sobre as prestações de pagamento em dinheiro, porque visam à integral reparação das perdas e danos, sendo, portanto, insusceptíveis de incidência de imposto de renda, a teor do que preconiza o inciso I do § 1º do art. 46 da Lei n. 8.541/1992**".

Vale registrar, por fim, que a culpa do empregador pelo inadimplemento das verbas remuneratórias não exime a responsabilidade do empregado pelo pagamento do imposto de renda e da contribuição previdenciária que recaia sobre recaia sobre sua quota-parte.

É o entendimento explicitado na Orientação Jurisprudencial n. 363 do C. TST.

DISPOSITIVO

Por todo o exposto, observados os termos da fundamentação retro, que passa a integrar o presente dispositivo:

I – ACOLHO a prejudicial de mérito invocada na defesa, para o fim de **DECLARAR PRESCRITOS** os direitos lesados e não satisfeitos no quinquênio anterior ao ajuizamento desta reclamação (14/02/2019), **EXTINGUINDO-SE** o Feito, no particular, **COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho por força do artigo 769, da CLT

II – JULGO **PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos formulados por **GILSON BIAZINI** em face de **EXPRESSO ADAMANTINA LTDA,** nos termos da fundamentação retro, que passa a integrar o presente dispositivo, para o fim de:

(a) CONDENAR o(a) reclamado(a) a promover a anotação da baixa do contrato de trabalho na CTPS do(a) reclamante

(b) CONDENAR o(a) reclamado(a) a pagar ao(à) reclamante os seguintes títulos:

- 13º salário proporcional de 2024

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

- Férias vencidas (1 período em dobro e 1 período simples) + 1/3

- Indenização substitutiva das cestas básicas

- Diferenças de FGTS

- Multa do art. 477, § 8º, da CLT

Deferem-se ao autor os benefícios da justiça gratuita.

As partes responderão pelos honorários advocatícios decorrentes da sucumbência recíproca, esclarecendo-se que, com relação ao(à) reclamante, a obrigação permanecerá sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderá ser executada se, nos 2 (dois) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência econômica (CLT, art. 791-A, § 4º).

Os títulos acima deferidos deverão ser apurados em regular liquidação de sentença, por simples cálculos, observados os parâmetros da fundamentação retro, devendo ser observada a evolução salarial do(a) reclamante e os dias efetivamente laborados.

Os direitos com conteúdo econômico reconhecidos nesta decisão estarão sujeitos à incidência de juros e correção monetária, observados os critérios definidos na fundamentação.

Autorizo desde já a dedução dos pagamentos satisfeitos pelo reclamado sob o mesmo título e idêntico fundamento.

Os recolhimentos fiscais e as contribuições previdenciárias deverão ser recolhidos segundo os critérios definidos em lei, sem prejuízo das diretrizes fixadas na fundamentação supra.

Gozando o reclamado de qualquer modalidade de regime tributário diferenciado, deverá ser comprovada a condição na fase de cumprimento de sentença.

As partes ficam advertidas de que, dado o alcance assegurado pelo art. 1.013, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil, é incabível a oposição de Embargos de Declaração, no Juízo de 1º grau, para os fins de prequestionamento de que cuida a Súmula 297 do C. TST.

Desse modo, serão tidos como procrastinatórios e estarão sujeitos à aplicação de multa, além de eventual indenização compensatória, os Embargos de Declaração opostos meramente para fins de prequestionamento ou que

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

tenham por objetivo a revisão do r. julgado pelo confronto com os demais elementos probatórios, uma vez que, nessa hipótese, seu inconformismo deve ser aviado pelo remédio processual adequado, qual seja, o recurso ordinário.

Vale destacar que, segundo o disposto no art. 371 do CPC, "**o juiz apreciará a prova constante dos autos independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento**", razão pela qual, ao proferir a sentença de mérito, não tem o Juízo a obrigação de fazer referência a cada uma das provas produzidas pelas partes, bastando apenas a exposição das razões de seu convencimento.

Por outras palavras, só estará legitimamente viabilizada a oposição de embargos de declaração, sem intuito protelatório: (a) por contradição, quando esta for interna (à própria decisão); e (b) por omissão, quando a decisão deixar de se pronunciar sobre ponto controvertido da causa ou fundamento relevante da defesa.

Custas pelo reclamado, no importe de R$800,00, calculadas sobre R$40.000,00, valor ora arbitrado à condenação.

Intimem-se as partes. Nada mais.

Dracena, 14 de setembro de 2024.

CLÁUDIO ISSAO YONEMOTO

Juiz Titular da Vara do Trabalho de Dracena

1 ESPÍNOLA, Eduardo; ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. A lei de introdução ao código civil brasileiro: decreto-lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942, com alterações da lei n. 3.238, de 1º de agosto de 1957, e leis posteriores. 3. ed. atual. por Silva Pacheco, Rio de Janeiro: Renovar, 1999. v. 1. p. 335.

DRACENA/SP, 15 de setembro de 2024.

CLAUDIO ISSAO YONEMOTO

Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ISSAO YONEMOTO - Juntado em: 15/09/2024 11:07:01 - 0555e2f
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24091501232137700000239724534?instancia=1
Número do processo: 0010923-53.2024.5.15.0050
Número do documento: 24091501232137700000239724534

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
0555e2f	15/09/2024 11:07	Sentença	Sentença

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 15

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0010923-53.2024.5.15.0059
Cálculo: 1235

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **GILSON BIAZINI**
Reclamado: **EXPRESSO ADAMANTINA LTDA**
Período do Cálculo: **14/02/2019 a 05/06/2024** Data Ajuizamento: **05/07/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	Juros	Total
AVISO PRÉVIO INDENIZADO\PROPORCIONAL (72 DIAS)	9.145,30	362,09	9.507,39
FÉRIAS DOBRADAS 2022/2023 + 1/3	10.161,45	402,31	10.563,76
FÉRIAS SIMPLES 2023/2024 + 1/3	5.080,72	201,16	5.281,88
INDENIZAÇÃO CESTAS BÁSICAS	2.794,29	110,64	2.904,93
MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT	3.810,54	150,87	3.961,41
FGTS 8%	8.947,03	354,22	9.301,25
MULTA SOBRE FGTS 40%	16.317,46	646,05	16.963,51
Total	**56.256,79**	**2.227,34**	**58.484,13**

Percentual de Parcelas Remuneratórias e Tributáveis: 0,00%

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
VERBAS	32.219,37
FGTS	26.264,76
Bruto Devido ao Reclamante	**58.484,13**
Total de Descontos	**0,00**
Líquido Devido ao Reclamante	**58.484,13**

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	58.484,13
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA GUSTAVO BASSOLI GANARANI	5.848,41
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA GUSTAVO BASSOLI GANARANI	0,00
Subtotal	**64.332,54**
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	1.286,65
Total Devido pelo Reclamado	**65.619,19**

Descrição de Débitos do Reclamante	Valor
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA PATRONOS DA RECLAMADA	10.322,73
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA PATRONOS DA RECLAMADA	0,00
Total Devido pelo Reclamante	**10.322,73**

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Prazo do aviso prévio apurado segundo a Lei nº 12.506/2011.
2. Valores corrigidos pelo índice 'IPCA-E' até 04/07/2024 e pelo índice 'Sem Correção' a partir de 05/07/2024, acumulados a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

súmula nº 381 do TST. Última taxa 'IPCA-E' relativa a 07/2024.

3. Honorários informados corrigidos pelo índice "SELIC Simples", acumulado a partir do mês subseqüente ao vencimento.
4. Juros apurados desde o vencimento das verbas vencidas, em fase pré-judicial, conforme decisão do STF na ADC 58; sem incidência de juros até 04/07/2024; e juros SELIC simples a partir de 05/07/2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJM26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Processo: 0010923-53.2024.5.15.0050

Cálculo: 1235

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **GILSON BIAZINI**

Reclamado: **EXPRESSO ADAMANTINA LTDA**

Período do Cálculo: **14/02/2019 a 05/06/2024** Data Ajuizamento: **05/07/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Dados do Cálculo

Estado: **SP** Município: **DRACENA**
Regime de Trabalho: **Tempo Integral**
Maior Remuneração: **3.809,07**
Prazo de Aviso Prévio: **Calculado**
Zerar Valor Negativo (Padrão): **Não**
Carga Horária (Padrão): **220,00**

Admissão: **22/06/2009**
Aplicar Prescrição Quinquenal: **Não**
Última Remuneração:
Projetar Aviso Prévio Indenizado: **Sim**
Considerar Feriados Estaduais: **Não**
Sábado como Dia Útil: **Sim**

Demissão: **05/06/2024**
Aplicar Prescrição Trintenária: **Não**
Limitar Avos ao Período de Cálculo: **Não**
Considerar Feriados **Não**

Faltas e Férias

FÉRIAS								
Relativa	**Período Aquisitivo**	**Período Concessívo**	**Prazo**	**Situação**	**Abono**	**Período de Gozo 1**	**Período de Gozo 2**	**Período de Gozo 3**
2009/2010	22/06/2009 a 21/06/2010	22/06/2010 a 21/06/2011	30	Gozadas	Não	23/05/2011 a 21/06/2011	-	-
2010/2011	22/06/2010 a 21/06/2011	22/06/2011 a 21/06/2012	30	Gozadas	Não	23/05/2012 a 21/06/2012	-	-
2011/2012	22/06/2011 a 21/06/2012	22/06/2012 a 21/06/2013	30	Gozadas	Não	23/05/2013 a 21/06/2013	-	-
2012/2013	22/06/2012 a 21/06/2013	22/06/2013 a 21/06/2014	30	Gozadas	Não	23/05/2014 a 21/06/2014	-	-
2013/2014	22/06/2013 a 21/06/2014	22/06/2014 a 21/06/2015	30	Gozadas	Não	23/05/2015 a 21/06/2015	-	-
2014/2015	22/06/2014 a 21/06/2015	22/06/2015 a 21/06/2016	30	Gozadas	Não	23/05/2016 a 21/06/2016	-	-
2015/2016	22/06/2015 a 21/06/2016	22/06/2016 a 21/06/2017	30	Gozadas	Não	23/05/2017 a 21/06/2017	-	-
2016/2017	22/06/2016 a 21/06/2017	22/06/2017 a 21/06/2018	30	Gozadas	Não	23/05/2018 a 21/06/2018	-	-
2017/2018	22/06/2017 a 21/06/2018	22/06/2018 a 21/06/2019	30	Gozadas	Não	23/05/2019 a 21/06/2019	-	-
2018/2019	22/06/2018 a 21/06/2019	22/06/2019 a 21/06/2020	30	Gozadas	Não	23/05/2020 a 21/06/2020	-	-
2019/2020	22/06/2019 a 21/06/2020	22/06/2020 a 21/06/2021	30	Gozadas	Não	23/05/2021 a 21/06/2021	-	-
2020/2021	22/06/2020 a 21/06/2021	22/06/2021 a 21/06/2022	30	Gozadas	Não	23/05/2022 a 21/06/2022	-	-
2021/2022	22/06/2021 a 21/06/2022	22/06/2022 a 21/06/2023	30	Gozadas	Não	23/05/2023 a 21/06/2023	-	-
2022/2023	22/06/2022 a 21/06/2023	22/06/2023 a 21/06/2024	30	Indenizadas	Não	-	-	-

Histórico Salarial

OCORRÊNCIAS DO HISTÓRICO SALARIAL			
MÊS/ANO	**BASE CÁLCULO FGTS (8%) NÃO DEPOSITADO**	**CESTA BÁSICA**	**MÉDIA DUODECIMAL SALÁRIOS VARIÁVEIS**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica de Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO HISTÓRICO SALARIAL			
MÊS/ANO	**BASE CÁLCULO FGTS (8%) NÃO DEPOSITADO**	**CESTA BÁSICA**	**MÉDIA DUODECIMAL SALÁRIOS VARIÁVEIS**
04/2020	**1.931,92**	**-**	**-**
05/2020	**2.251,94**	**-**	**-**
06/2020	**-**	**-**	**-**
07/2020	**-**	**-**	**-**
08/2020	**-**	**-**	**-**
09/2020	**-**	**-**	**-**
10/2020	**-**	**-**	**-**
11/2020	**-**	**-**	**-**
12/2020	**-**	**-**	**-**
01/2021	**-**	**-**	**-**
02/2021	**2.296,73**	**-**	**-**
03/2021	**2.373,23**	**-**	**-**
04/2021	**2.853,37**	**-**	**-**
05/2021	**3.105,65**	**-**	**-**
06/2021	**2.372,82**	**-**	**-**
07/2021	**2.449,32**	**-**	**-**
08/2021	**2.499,69**	**-**	**-**
09/2021	**2.478,84**	**-**	**-**
10/2021	**2.932,33**	**-**	**-**
11/2021	**-**	**-**	**-**
12/2021	**-**	**-**	**-**
01/2022	**-**	**-**	**-**
02/2022	**-**	**-**	**-**
03/2022	**-**	**-**	**-**
04/2022	**-**	**-**	**-**
05/2022	**-**	**-**	**-**
06/2022	**-**	**-**	**-**
07/2022	**-**	**-**	**-**
08/2022	**-**	**-**	**-**
09/2022	**-**	**-**	**-**
10/2022	**-**	**-**	**-**
11/2022	**-**	**-**	**-**
12/2022	**5.777,14**	**-**	**-**
01/2023	**3.941,31**	**-**	**-**
02/2023	**-**	**-**	**-**
03/2023	**-**	**-**	**-**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WBMJ26407914483
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO HISTÓRICO SALARIAL			
MÊS/ANO	**BASE CÁLCULO FGTS (8%) NÃO DEPOSITADO**	**CESTA BÁSICA**	**MÉDIA DUODECIMAL SALÁRIOS VARIÁVEIS**
04/2023	**-**	**-**	**-**
05/2023	**-**	**-**	**-**
06/2023	**5.328,36**	**210,00**	**-**
07/2023	**9.976,89**	**210,00**	**-**
08/2023	**4.195,39**	**210,00**	**-**
09/2023	**4.570,85**	**210,00**	**-**
10/2023	**4.994,17**	**210,00**	**-**
11/2023	**5.634,56**	**210,00**	**-**
12/2023	**5.606,13**	**210,00**	**-**
01/2024	**4.093,13**	**210,00**	**-**
02/2024	**3.276,79**	**210,00**	**-**
03/2024	**2.631,38**	**210,00**	**-**
04/2024	**3.323,14**	**210,00**	**-**
05/2024	**3.463,55**	**210,00**	**-**
06/2024	**-**	**210,00**	**937,73**

Demonstrativo de Verbas

Nome: **AVISO PRÉVIO INDENIZADO\PROPORCIONAL (72 DIAS)**

Período: **05/06/2024 a 05/06/2024** Incidência(s): **FGTS**

Comentário: **-**

((((MAIOR REMUNERAÇÃO) / 30,0000) X 1,00000000) X APURADA)

Período Mensal	Base	Divisor	Multiplicador	Quantidade	Dobra	Devido	Pago	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido
05 a 05/06/2024	3.809,07	30,0000	1,00000000	72,0000	Não	9.141,77	0,00	9.141,77	1,000386592	9.145,30
									Total	**9.145,30**

Nome: **FÉRIAS DOBRADAS 2022/2023 + 1/3**

Período: **05/06/2024 a 05/06/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((MAIOR REMUNERAÇÃO) / 12,0000) X 1,33333333) X 12,0000)

Período Mensal	Base	Divisor	Multiplicador	Quantidade	Dobra	Devido	Pago	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido
05 a 05/06/2024	3.809,07	12,0000	1,33333333	12,0000	Sim	10.157,52	0,00	10.157,52	1,000386592	10.161,45
									Total	**10.161,45**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WMJ24407914483
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **FÉRIAS SIMPLES 2023/2024 + 1/3**

Período: **05/06/2024 a 05/06/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

(((MAIOR REMUNERAÇÃO) / 12,0000) X 1,33333333) X 12,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
05 a 05/06/2024	3.809,07	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	5.078,76	0,00	5.078,76	1,000386592	5.080,72
									Total	**5.080,72**

Nome: **INDENIZAÇÃO CESTAS BÁSICAS**

Período: **01/06/2023 a 05/06/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((CESTA BÁSICA) / 1,0000) X 1,00000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 30/06/2023	210,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	210,00	0,00	210,00	1,041018618	218,61
01 a 31/07/2023	210,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	210,00	0,00	210,00	1,041747841	218,77
01 a 31/08/2023	210,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	210,00	0,00	210,00	1,038839092	218,16
01 a 30/09/2023	210,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	210,00	0,00	210,00	1,035215836	217,40
01 a 31/10/2023	210,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	210,00	0,00	210,00	1,033046439	216,94
01 a 30/11/2023	210,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	210,00	0,00	210,00	1,029648598	216,23
01 a 31/12/2023	210,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	210,00	0,00	210,00	1,025546413	215,36
01 a 31/01/2024	210,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	210,00	0,00	210,00	1,022377044	214,70
01 a 29/02/2024	210,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	210,00	0,00	210,00	1,014464223	213,04
01 a 31/03/2024	210,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	210,00	0,00	210,00	1,010825252	212,27
01 a 30/04/2024	210,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	210,00	0,00	210,00	1,008706967	211,83
01 a 31/05/2024	210,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	210,00	0,00	210,00	1,004288100	210,90
01 a 05/06/2024	210,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	210,00	0,00	210,00	1,000386592	210,08
									Total	**2.794,29**

Nome: **MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT**

Período: **05/06/2024 a 05/06/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

(((MAIOR REMUNERAÇÃO) / 1,0000) X 1,00000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
05 a 05/06/2024	3.809,07	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	3.809,07	0,00	3.809,07	1,000386592	3.810,54
									Total	**3.810,54**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Demonstrativo de Juros sobre Verbas

Nome: JUROS SOBRE VERBAS

Ocorrência	Data Inicial	Total de Verbas	Contribuição Social	Previdência Privada	Capital	Taxa	Juros
06/2023	30/06/2023	218,61	0,00	0,00	218,61	3,9592 %	8,66
07/2023	31/07/2023	218,77	0,00	0,00	218,77	3,9592 %	8,66
08/2023	31/08/2023	218,16	0,00	0,00	218,16	3,9592 %	8,64
09/2023	30/09/2023	217,40	0,00	0,00	217,40	3,9592 %	8,61
10/2023	31/10/2023	216,94	0,00	0,00	216,94	3,9592 %	8,59
11/2023	30/11/2023	216,23	0,00	0,00	216,23	3,9592 %	8,56
12/2023	31/12/2023	215,36	0,00	0,00	215,36	3,9592 %	8,53
01/2024	31/01/2024	214,70	0,00	0,00	214,70	3,9592 %	8,50
02/2024	29/02/2024	213,04	0,00	0,00	213,04	3,9592 %	8,43
03/2024	31/03/2024	212,27	0,00	0,00	212,27	3,9592 %	8,40
04/2024	30/04/2024	211,83	0,00	0,00	211,83	3,9592 %	8,39
05/2024	31/05/2024	210,90	0,00	0,00	210,90	3,9592 %	8,35
06/2024	05/06/2024	28.408,09	0,00	0,00	28.408,09	3,9592 %	1.124,75
						Total	**1.227,07**

Demonstrativo de FGTS

Nome: FGTS 8%

Período: 06/2009 a 06/2024

Comentário: PAGAR AO RECLAMANTE

(BASE CÁLCULO FGTS (8%) NÃO DEPOSITADO + AVISO PRÉVIO INDENIZADO\PROPORCIONAL (72 DIAS)) X 8%

Ocorrência	Base	Alíquota	Devido	Recolhido	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Total
04/2020	1.931,92	8%	154,55	0,00	154,55	1,296706513	200,41	7,93	208,34
05/2020	2.251,94	8%	180,16	0,00	180,16	1,304402488	234,99	9,30	244,29
02/2021	2.296,73	8%	183,74	0,00	183,74	1,240155017	227,86	9,02	236,88
03/2021	2.373,23	8%	189,86	0,00	189,86	1,228727848	233,28	9,24	242,52
04/2021	2.853,37	8%	228,27	0,00	228,27	1,221399451	278,81	11,04	289,85
05/2021	3.105,65	8%	248,45	0,00	248,45	1,216048836	302,13	11,96	314,09
06/2021	2.372,82	8%	189,83	0,00	189,83	1,206038715	228,94	9,06	238,00
07/2021	2.449,32	8%	195,95	0,00	195,95	1,197417310	234,63	9,29	243,92
08/2021	2.499,69	8%	199,98	0,00	199,98	1,186854307	237,34	9,40	246,74
09/2021	2.478,84	8%	198,31	0,00	198,31	1,173476673	232,71	9,21	241,92
10/2021	2.932,33	8%	234,59	0,00	234,59	1,159561930	272,02	10,77	282,79
12/2022	5.777,14	8%	462,17	0,00	462,17	1,073906516	496,33	19,65	515,98
01/2023	3.941,31	8%	315,30	0,00	315,30	1,068032338	336,76	13,33	350,09

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BASTE Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:20 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Ocorrência	Base	Alíquota	Devido	Recolhido	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Total
06/2023	5.328,36	8%	426,27	0,00	426,27	1,041018618	443,75	17,57	461,32
07/2023	9.976,89	8%	798,15	0,00	798,15	1,041747841	831,47	32,92	864,39
08/2023	4.195,39	8%	335,63	0,00	335,63	1,038839092	348,67	13,80	362,47
09/2023	4.570,85	8%	365,67	0,00	365,67	1,035215836	378,55	14,99	393,54
10/2023	4.994,17	8%	399,53	0,00	399,53	1,033046439	412,74	16,34	429,08
11/2023	5.634,56	8%	450,76	0,00	450,76	1,029648598	464,13	18,38	482,51
12/2023	5.606,13	8%	448,49	0,00	448,49	1,025546413	459,95	18,21	478,16
01/2024	4.093,13	8%	327,45	0,00	327,45	1,022377044	334,78	13,25	348,03
02/2024	3.276,79	8%	262,14	0,00	262,14	1,014464223	265,93	10,53	276,46
03/2024	2.631,38	8%	210,51	0,00	210,51	1,010825252	212,79	8,42	221,21
04/2024	3.323,14	8%	265,85	0,00	265,85	1,008706967	268,17	10,62	278,79
05/2024	3.463,55	8%	277,08	0,00	277,08	1,004288100	278,27	11,02	289,29
06/2024	9.141,77	8%	731,34	0,00	731,34	1,000386592	731,62	28,97	760,59
						Total	**8.947,03**	**354,22**	**9.301,25**

Nome: SAQUE E/OU SALDO DE FGTS

Comentário: PARA CALCULAR A BASE DA MULTA SOBRE FGTS

Valor Informado

Ocorrência	Valor	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Total
26/08/2024	31.846,61	1,000000000	31.846,61	0,00	31.846,61
		Total	**31.846,61**	**0,00**	**31.846,61**

Nome: MULTA DE 40% SOBRE FGTS (DEVIDO + SALDO E/OU SAQUE)

Comentário: PAGAR AO RECLAMANTE

(FGTS (Total Devido + Saque e/ou Saldo) x 40%)

Data Ocorrência	Base	Percentual	Devido	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Total
05/06/2024	40.777,87	40%	16.311,15	1,000386592	16.317,46	646,05	16.963,51

eSocial - Evento S-2500

Período de Referência	Base de Cálculo - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - 13º Salário - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - FGTS
02/2019	0,00	0,00	0,00
03/2019	0,00	0,00	0,00
04/2019	0,00	0,00	0,00
05/2019	0,00	0,00	0,00
06/2019	0,00	0,00	0,00
07/2019	0,00	0,00	0,00

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIANEVES BAST e Tribunal de Justica de Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WBMJ26497914483
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Período de Referência	Base de Cálculo - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - 13º Salário - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - FGTS
08/2019	0,00	0,00	0,00
09/2019	0,00	0,00	0,00
10/2019	0,00	0,00	0,00
11/2019	0,00	0,00	0,00
12/2019	0,00	0,00	0,00
01/2020	0,00	0,00	0,00
02/2020	0,00	0,00	0,00
03/2020	0,00	0,00	0,00
04/2020	0,00	0,00	1.931,92
05/2020	0,00	0,00	2.251,94
06/2020	0,00	0,00	0,00
07/2020	0,00	0,00	0,00
08/2020	0,00	0,00	0,00
09/2020	0,00	0,00	0,00
10/2020	0,00	0,00	0,00
11/2020	0,00	0,00	0,00
12/2020	0,00	0,00	0,00
01/2021	0,00	0,00	0,00
02/2021	0,00	0,00	2.296,73
03/2021	0,00	0,00	2.373,23
04/2021	0,00	0,00	2.853,37
05/2021	0,00	0,00	3.105,65
06/2021	0,00	0,00	2.372,82
07/2021	0,00	0,00	2.449,32
08/2021	0,00	0,00	2.499,69
09/2021	0,00	0,00	2.478,84
10/2021	0,00	0,00	2.932,33
11/2021	0,00	0,00	0,00
12/2021	0,00	0,00	0,00
01/2022	0,00	0,00	0,00
02/2022	0,00	0,00	0,00
03/2022	0,00	0,00	0,00
04/2022	0,00	0,00	0,00
05/2022	0,00	0,00	0,00
06/2022	0,00	0,00	0,00
07/2022	0,00	0,00	0,00

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WDMJ26407914433
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Período de Referência	Base de Cálculo - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - 13º Salário - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - FGTS
08/2022	0,00	0,00	0,00
09/2022	0,00	0,00	0,00
10/2022	0,00	0,00	0,00
11/2022	0,00	0,00	0,00
12/2022	0,00	0,00	5.777,14
01/2023	0,00	0,00	3.941,31
02/2023	0,00	0,00	0,00
03/2023	0,00	0,00	0,00
04/2023	0,00	0,00	0,00
05/2023	0,00	0,00	0,00
06/2023	0,00	0,00	5.328,36
07/2023	0,00	0,00	9.976,89
08/2023	0,00	0,00	4.195,39
09/2023	0,00	0,00	4.570,85
10/2023	0,00	0,00	4.994,17
11/2023	0,00	0,00	5.634,56
12/2023	0,00	0,00	5.606,13
01/2024	0,00	0,00	4.093,13
02/2024	0,00	0,00	3.276,79
03/2024	0,00	0,00	2.631,38
04/2024	0,00	0,00	3.323,14
05/2024	0,00	0,00	3.463,55
06/2024	0,00	0,00	0,00

Demonstrativo de Honorários

Nome: HONORÁRIOS DEVIDOS PELO RECLAMANTE

Valores Informados — D = [(A x B) + C]

Ocorrência	Descrição	Credor	Valor (A)	Índice correção (B)	Valor corrigido	Juros (C)	Total (D)
05/07/2024	HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	PATRONOS DA RECLAMADA	9.893,36	1,043400000	10.322,73	-	10.322,73
					Total		**10.322,73**

Nome: HONORÁRIOS DEVIDOS PELO RECLAMADO

Valores Calculados — C=(A x B)

Composição de Base: (Bruto) x 10,00%

Ocorrência	Descrição	Credor	Base (A)	Alíquota (B)	Valor (C)
20/11/2024	HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	GUSTAVO BASSOLI GANARANI	58.484,13	10,00 %	5.848,41
				Total	**5.848,41**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WDMJ26407914433
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Demonstrativo de Custas Judiciais
Custas pelo Reclamado

Nome: CUSTAS DE CONHECIMENTO **E = [(A x B) submetido a C e D]**

Composição de Base: Bruto Devido ao Reclamante + Outros Débitos do Reclamado					
Ocorrência	**Base (A)**	**Taxa (B)**	**Piso (C)**	**Teto (D)**	**Total (E)**
20/11/2024	64.332,54	2,00 %	10,64	31.144,08	1.286,65

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Devido	Recolhido	Diferença
20/11/2024	1.286,65	0,00	1286,65

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 16

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 1000822-23.2025.5.02.0322

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 16/05/2025
Valor da causa: R$ 46.148,29

Partes:
RECLAMANTE: RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA
ADVOGADO: DOUGLAS MACRINI FILHO
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: RAPIDO LINENSE LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: TRANSPORTES LABOR LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: JANUARIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: VAT - VIACAO ADAMANTINA DE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: ADAMANTINA EXPRESS TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
43ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO
ATSum 1000822-23.2025.5.02.0322
RECLAMANTE: RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTROS (10)

TERMO DE AUDIÊNCIA

Em **13 de outubro de 2025**, às **17:04 horas**, na sala de audiências da 43ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP sob a presidência do MM. Juiz do Trabalho, **ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE**, foram apregoadas as partes litigantes: RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA (reclamante) e MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS EIRELI – ME (em Recuperação Judicial); EXPRESSO ADAMANTINA LTDA; M.G. TRANSPORTES – JUNQUEIRÓPOLIS LTDA, EMPRESA DE ÔNIBUS ROMEIRO EIRELI, MARTINS & GUIMARÃES TRANSPORTES E TURISMO LTDA, RAPIDO LINENSE LTDA; TRANSPORTES LABOR LTDA, JANUARIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA; VAT – VIAÇÃO ADAMANTINA DE TRANSPORTES LTDA, FLIXBUS TRANSPORTE E TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA, e ADAMANTINA EXPRESS TRANSPORTES LTDA (total de 11 réus).

Ausentes as partes.

Prejudicada a derradeira proposta conciliatória.

Foi submetido o processo a julgamento, tendo sido proferida a seguinte

S E N T E N Ç A

Dispensado o relatório tendo em vista que se trata de ação sujeita ao rito sumaríssimo (art. 852-I da Consolidação das Leis do Trabalho).

PASSA-SE A FUNDAMENTAR E A DECIDIR:

Documento assinado eletronicamente por ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE, em 28/10/2025, às 13:30:46 - 1eb82b8

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PRELIMINARMENTE

ILEGITIMIDADE PASSIVA

A 10a. reclamada FLIXBUS TRANSPORTE E TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. alega falta de respaldo fático e legal para sua inclusão no polo passivo. Sustenta que jamais foi empregadora do autor, tampouco se beneficiou de sua prestação de serviços. Afirma que o reclamante jamais lhe prestou qualquer serviço ou atividade.

Requer o reconhecimento da ilegitimidade de parte e a extinção do processo sem resolução de mérito.

Razão lhe assiste, eis que em depoimento pessoal o reclamante expressamente afirma que não prestou serviços a 10a. reclamada, assim fica extinto o processo sem resolução do mérito em relação a 10a ré.

DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA RECLAMADA

No tocante a recuperação judicial da reclamada, o Tribunal Superior do Trabalho vem reiteradamente decidindo que, após o advento da Lei nº 14.112/2020, que incluiu os parágrafos 7º-B e 11 ao artigo 6º da Lei nº 11.101/2005, as execuções das contribuições previdenciárias (CF, art. 114, VIII) devem ser processadas na Justiça do Trabalho, mesmo que haja deferimento do processamento da recuperação judicial.

Da mesma forma que não há que se falar em suspensão do presente feito, tendo em vista que se encontra a ré em processo de recuperação judicial, na forma da Lei n.º 11.101/05, artigo 6º.

Razão não lhe assiste.

Afinal, reza o art. 52, inciso III, da nova Lei de Falências que, estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato, ordenará a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6º do citado diploma legal, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam. No entanto, ficaram expressamente ressalvadas aquelas ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º da Lei n.º 11.101/05.

No § 2º do art. 6º encontra-se referência categórica às ações trabalhistas, nos seguintes termos: “é permitido pleitear, perante o administrador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe Documento assinado eletronicamente por ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE, em 28/10/2025, às 13:30:46 - 1eb82b8

judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista, inclusive as impugnações a que se refere o art. 8º desta Lei, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que será inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença". (grifou-se).

Portanto, as ações trabalhistas serão processadas normalmente até apuração do respectivo crédito, não havendo que se falar em suspensão do feito durante a fase de conhecimento ou mesmo da liquidação de sentença.

Logo, a ordem emanada do juízo cível não tem o condão de suspender as ações trabalhistas em curso neste Judiciário Operário.

Prossegue normalmente o feito, pois, até sua liquidação.

MÉRITO

CONTRATO DE TRABALHO

O reclamante alega admissão em 24/10/2023, na função de Técnico de Segurança do Trabalho, com salário de R$ 4.000,00. Menciona que o contrato de trabalho findou em 05/07/2024, por iniciativa do empregador, quando recebia R$ 4.875,00.

Em contestação, as reclamadas narram que o reclamante foi contratado em 24/10/2023 para a função de "Técnico de Segurança do Trabalho". Mencionam que o contrato foi rescindido em 05/07/2024 por pedido de demissão do autor, sem cumprimento de aviso prévio. Afirmam que o reclamante recebeu as verbas rescisórias. Indicam que o último salário foi de R$ 4.500,00.

Ao exame.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Reporto-me ao contido na ata de audiência de 01/10/2025: *"... DESISTÊNCIA PARCIAL: neste ato a parte autora desiste do pedido referente ao adicional de insalubridade e periculosidade da petição inicial. HOMOLOGO, extinguindo o feito sem resolução do mérito no particular, nos termos do artigo 485, VIII, do CPC. Custas ao final."*

Documento assinado eletronicamente por ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE, em 28/10/2025, às 13:30:46 - 1eb82b8

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

VALE REFEIÇÃO, CESTA BÁSICA, CESTA NATALINA E PLR

O reclamante alega que a primeira reclamada não pagou vale-refeição, cesta básica, cesta natalina e PLR. Menciona que a obrigação decorre de Convenção Coletiva. Postula a condenação da primeira reclamada ao pagamento dos benefícios, acrescidos de juros e correção monetária.

As reclamadas alegam que as CCTs determinam a entrega mensal de cestas básicas ou pagamento de vale alimentação. Afirmam que a reclamada pagou vale alimentação ao obreiro nos valores estabelecidos nos instrumentos coletivos. Mencionam que a reclamada pagou valores superiores ao estabelecido na convenção coletiva a partir de novembro/2023. Sustentam que não há previsão de vale refeição nos instrumentos coletivos.

Aduzem ainda as reclamadas que o reclamante recebeu as cestas natalinas em espécie. Postulam a improcedência do pedido.

Outrossim, alegam as rés que o reclamante não recebeu PLR por não cumprir os requisitos normativos. Requerem a improcedência do pedido de pagamento de PLR.

Ocorre que a reclamada não juntou aos autos os comprovantes de pagamento e, ou do fornecimento das verbas supra, tampouco a demonstração de não cumprimento pelo autor dos requisitos para a não quitação da PLR, ônus que lhe incumbia a teor do artigo 818, inciso II da CLT.

Assim, defere-se o pagamento do vale-refeição, cesta básica, cesta natalina, PLR, nos limites e parâmetros insertos nas normas coletivas.

MULTA NORMATIVA

O reclamante requer a condenação ao pagamento de multas normativas.

Denoto que cláusulas do instrumento normativo carreado aos autos foram descumpridas ou flagrantemente desobedecidas pela reclamada, como destacado no tópico anterior, restando de todo procedente a pretensão do autor quanto à aplicação da multa convencional, no particular.

Devida uma multa por infração por data base e não uma por mês trabalhado. A infração mensal durante a vigência da norma coletiva é infração continuada, não se configurando nova infração a cada mês trabalhado.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

DEVOLUÇÃO DOS DESCONTOS - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

O reclamante alega que a reclamada efetuou descontos indevidos a título de Contribuição Associativa. Afirma que não houve sua concordância. Menciona afronta ao princípio da intangibilidade salarial e ao art. 462, § 4º da CLT. Requer a restituição dos valores descontados a título de Contribuição Assistencial, com correção monetária e juros.

Em contestação, a reclamada afirma que apenas cumpriu determinação de instrumento coletivo, repassando valores ao sindicato. Menciona que o reclamante não apresentou oposição ao sindicato. Requer a improcedência do pleito de reembolso de descontos de contribuição associativa.

Analiso.

Este magistrado sempre decidiu no sentido de que o empregador é mera entidade de repasse das contribuições sindicais descontadas dos salários dos trabalhadores. Note-se que estas contribuições são previstas na lei e inclusive na Constituição, de sorte que não há qualquer razão para impor à reclamada a obrigação de devolver qualquer valor a este título. Ademais, sempre pensou que, se o trabalhador, imaginava haver recolhido contribuição sindical indevida, deveria postular a repetição junto ao seu sindicato de classe, donde resultaria a improcedência do pedido em relação à reclamada.

No entanto, melhor analisando a questão, o entendimento supracitado somente pode ser aplicado à contribuição sindical compulsória, ou seja, ao imposto sindical que constitui forma de custeio da atividade sindical com nítida natureza jurídica de tributo, na forma do art. 217 do Código Tributário Nacional. Inteligência do art. 149, *caput*, da Constituição da República, que regula as contribuições sociais que representem intervenção no domínio econômico e de interesses das categorias profissionais e econômicas. Disto resulta que os artigos 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como o art. 606, caput e § 2º do mesmo diploma legal foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988, sem qualquer ressalva, especialmente se o exegeta faz a interpretação sistemática dos artigos 8º, inciso IV e 149 da norma constitucional.

Sendo assim, quanto à contribuição assistencial obrigatória, não há como se deferir qualquer devolução.

Entretanto, no que respeita às contribuições sociais assistenciais, confederativa ou de qualquer outra natureza criadas e cobradas em

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

virtude de previsão em normas coletivas, outro deve ser o raciocínio. Embora, entre nós, vigorem a unicidade sindical e a contribuição compulsória em relação ao imposto sindical, bem como o princípio do prestígio às estipulações normativas e coletivas, não podemos ignorar que o princípio preponderante dentre os que regem o Direito Coletivo do Trabalho é o da ampla liberdade de associação profissional ou sindical (artigos 5º, inciso XX e 8º, inciso V, da Constituição da República). Segundo tais regramentos, ninguém é obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a associação ou sindicato. Neste diapasão, não há que cogitarmos de obrigatoriedade de filiação e, por conseguinte, em compulsoriedade de pagamento de taxas ou contribuições para manutenção da entidade que sejam estabelecidas em normas coletivas.

No mesmo sentido, já houve manifestação do C. TST, através do Precedente Normativo n.º 119 de sua SDC, cujo teor ora se recorda ao recorrente:

Contribuições sindicais. Inobservância de preceitos constitucionais. (positivo). (Nova redação - Res. 82/1998, DJ 20.08.1998). A Constituição da República, em seus arts. 5º, XX, e 8º, V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Sendo nulas as estipulações que inobservem tal restrição, tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados.

Igualmente o Excelso STF demonstrou adotar entendimento no sentido da não imposição de contribuições de custeio a empregados não filiados, quando de sua manifestação concernente à cobrança de contribuição confederativa, afirmando não possuir caráter compulsório para os empregados não filiados às entidades sindicais. Eis a Súmula n.º 666 da mais alta corte pátria:

A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo. (DJ 09.10.2003).

Contudo, recentemente, o mesmo STF, analisando o Tema 935 fixou tese em sentido diverso com o efeito vinculante: "*É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição.*"

Ocorre que nos termos da cláusula 46 da norma coletiva (id 61bc7f8) consta a possibilidade de o obreiro apresentar a sua oposição ao aludido desconto, o que não restou demonstrado pelo autor no presente caso.

Documento assinado eletronicamente por ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE, em 28/10/2025, às 13:30:46 - 1eb82b8

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Assim, improcede o pleito.

MULTAS DOS ARTIGOS 467 E 477 DA CLT

O reclamante requer a condenação da 1ª Reclamada ao pagamento da multa de 50% sobre as verbas incontroversas, caso não as pague em audiência inaugural. Requer, ainda, a aplicação da multa do art. 477 da CLT, pela ausência de pagamento da PLR, cesta básica, cesta natalina e vale refeição.

As reclamadas alegam que o pedido de Recuperação Judicial afasta a aplicação das multas dos arts. 467 e 477 da CLT. Sustentam que a condição financeira fragilizada impede o pagamento das verbas rescisórias no momento. Afirmam que a Lei 11.101/2005 permite a inclusão de créditos trabalhistas no plano de recuperação judicial. Requerem o indeferimento do pedido de aplicação das multas dos arts. 467 e 477 da CLT.

Examino.

Destaco inicialmente que não há qualquer vedação legal para o deferimento das multas dos artigos 467 e 477 da CLT, no caso de empresa que se encontra em processo de recuperação judicial.

Destaque-se o entendimento pacificado pelo Colendo TST, EM julgados em incidentes de recursos de revista repetitivos, que redundou no tema 139:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL – MULTAS DEVIDAS - Tema 139 - RRAg - 0000779-10.2023.5.12.0027

A recuperação judicial, diversamente do que ocorre na falência, não exime a empresa do pagamento das multas previstas nos artigos 467 e 477, § 8º, da CLT.

Prosseguindo, observo que as verbas rescisórias incontroversas foram quitadas, conforme TRCT e documentos anexos (id 60fd244/dcb68f4).

Destarte, a aplicação do art. 467 da Consolidação Operária está condicionada a quatro requisitos: rescisão contratual, comparecimento do devedor à audiência, ausência de controvérsia e pedido líquido.

No caso em tela, a presença de controvérsia afasta a incidência do acréscimo legal.

Assim, improcede o pleito de multa do artigo 467 da CLT.

Documento assinado eletronicamente por ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE, em 28/10/2025, às 13:30:46 - 1eb82b8

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Quanto a multa do artigo 477 da CLT, diante do término do contrato em 05/07/2024, promoveu a ré o pagamento na totalidade das verbas rescisórias incontroversas somente em 19/11/2024 (fls. 696 - id dcb68f4).

Assim, houve infração do prazo de 10 dias previsto para cumprimento e pagamento das obrigações da rescisão contratual, na forma do constante no artigo 477, § 6º da CLT.

Defere-se a multa do artigo 477 da CLT.

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

O reclamante alega que as reclamadas formam grupo econômico, pois compartilham sócios, administração, endereço e atuam no mesmo ramo de transporte. Afirma que os sócios possuem vínculo familiar. Sustenta que as empresas operam de forma interligada para driblar normas fiscais e o sistema judiciário. Requer a condenação solidária das reclamadas desde a segunda ré.

Passo à análise.

Dito isso, destaco que no Direito do Trabalho não são solicitados requisitos formais para a caracterização do grupo de empresas, que pode aparecer de situação de fato, mesmo porque vigora o Princípio da Primazia da Realidade.

Nos termos de antecedente disposição do art. 2º, § 2º da CLT, o grupo econômico consiste na união de duas ou mais empresas, cada uma com personalidade jurídica própria, onde duas ou mais estão sob a direção, controle ou administração de outra.

O entendimento jurisprudencial moderno já efetuava outra leitura desse dispositivo celetista, combinando-o com o art. 3º, § 2º da Lei 5.889/72, entendendo que também estará configurado o grupo econômico se entre as empresas existir relação de coordenação, o que ensejou a correção do dispositivo celetista, com a introdução pela Lei 13.467/2017 da expressão "ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia". Visou tal interpretação atingir estruturas modernas de agrupamento realizado entre as empresas que, atualmente, se dá de forma quase imperceptível em razão da horizontalidade existente. Salienta-se que tal interpretação apenas demonstra a atualização da jurisprudência trabalhista, diante das novas formas de parceria feita entre as empresas e a sua busca em conferir maior proteção ao crédito trabalhista, de cunho alimentar, realizando a interpretação da lei celetista, atento sempre à finalidade social da norma.

Documento assinado eletronicamente por ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE, em 28/10/2025, às 13:30:46 - 1eb82b8

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

O texto atual do art. 2º, §3º da CLT prevê que "Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes".

Dito isso, no presente feito verifico que os dez réus apresentaram defesa em conjunto, bem como se fizeram presentes representadas pelo mesmo representante legal e advogado, conforme cita-se exemplificativamente na audiência realizada em 01/10/2025.

Ademais sequer impugnaram o presente pleito, conforme se infere de sua peça de defesa.

Assim, o comando das reclamadas pela mesma pessoa ou entidade familiar, ou ainda entes ligados à referida entidade, com o igual ou idêntico objeto social, tendo ou não o mesmo endereço, mesmo que cada uma delas tenha personalidade jurídica própria, estarem ainda sob a direção, controle ou administração uma da outra, constitui-se assim, o grupo econômico, de modo que são, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis pela execução, nos termos do artigo 2º § 2º da CLT.

Logo, defere-se a responsabilidade solidária dos réus.

DOS RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS

Recolhimentos previdenciários a cargo da parte reclamada, incidentes sobre as parcelas que integram o salário de contribuição (art. 28 da Lei 8.212 /91), cujo cálculo será efetuado mês a mês, em conformidade com o art. 276, §4º do Decreto nº 3.048/1999, deduzida a cota parte do autor, nos termos da Súmula 368 do TST.

O cálculo do imposto de renda, também a cargo da parte reclamada (art. 46 da Lei n. 8.541/92) deve observar o regime de competência, nos termos do art. 12-A da Lei nº 7.713/88, observado o procedimento previsto nas Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil (Súmula nº 368 do TST).

Esclareça-se que sobre os juros de mora não incide imposto de renda, em conformidade com o art. 46 da Lei 8.541/92, art. 404, Parágrafo único do Código Civil e Orientação Jurisprudencial nº 400, da SDI-I do TST.

Para fins do art. 832, §3º da CLT, as parcelas da condenação têm natureza salarial, à exceção daquelas previstas no §9º do art. 28 da Lei 8.212/91.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Destaco que houve alteração legislativa que, interpretada pelo c. TST, resultou na modificação da sua orientação a respeito da matéria, conforme Súmula 368, itens IV e V.

Com efeito, o art. 43 da Lei 8.212/91 foi substancialmente alterado pela MP 449/08, posteriormente convertida na Lei 11.941/09, o fato gerador da contribuição previdenciária passou a ser a prestação de serviços, adotando-se o regime de competência e, em virtude disso, também incidem os juros (caso devidos) e a correção a partir da prestação de serviços.

O cancelamento da Súmula 17 deste Regional teve justamente como esteio a adoção deste entendimento pelo c. TST na sua Súmula 368, itens IV e V, donde emerge que a jurisprudência uniformizada nacionalmente acolhe como fato gerador da contribuição previdenciária a época da prestação de serviços e do período trabalhado.

Outrossim, quanto a correção monetária, até então vinha adotando esse magistrado a mudança de seu entendimento, por disciplina judiciária, para acolher o entendimento adotado pelo C.TST:

"A) AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE APLICÁVEL. Ante a demonstração de possível ofensa ao art. 5º, XXII, da CF, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. B) RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE APLICÁVEL. Consoante o entendimento adotado pela 8ª Turma, com base na decisão do Tribunal Pleno desta Corte Superior (TST - ArgInc - 479-60.2011.5.04.0231 e ED - ArgInc - 479-60.2011.5.04.0231), na correção dos créditos trabalhistas, aplicam-se a TR até 24/3/2015 e o IPCA-E a partir de 25/3/2015. Esta Turma considera, ainda, que o art. 879, § 7º, da CLT perdeu a sua eficácia normativa, em face da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 39 da Lei nº 8.177/91, na medida em que o dispositivo da legislação esparsa conferia conteúdo à norma da CLT, tendo em vista a adoção de fórmula remissiva pelo legislador. Nesse contexto, impõe-se a reforma da decisão recorrida. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido." (Processo: RR - 104-07.2014.5.12.0013; Órgão Judicante: 8ª Turma; Relatora: Dora Maria da Costa; Julgamento: 24/06/2020; Publicação: 26/06/2020)

"ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AOS DÉBITOS TRABALHISTAS. Em recente decisão (3/10/2019) tomada no julgamento de embargos de declaração no Recurso Extraordinário (RE) 870.947, com repercussão geral

Documento assinado eletronicamente por ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE, em 28/10/2025, às 13:30:46 - 1eb82b8

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

reconhecida, o Plenário do STF concluiu que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) para a atualização de débitos judiciais das Fazendas Públicas (precatórios) deve ser aplicado a partir de junho de 2009, entendimento que deve ser estendido às empresas privadas. Por maioria de votos, restou decidido, ainda, não ser hipótese de modulação dos efeitos da decisão. Ressalte-se que a decisão proferida nos embargos de declaração pelo STF constitui fato superveniente que influencia no julgamento da lide e não pode ser desconsiderada. Dessa forma, considerando que o Tribunal Pleno desta Corte, ao decidir a ArgInc 479-60.2011.5.04.0231, em 20/3/2017, em que foram modulados os efeitos da referida decisão para fixar como fator de correção dos débitos trabalhistas a Taxa TR, até 24/3/2015, e o IPCA-E a partir de 25/3 /2015, na forma deliberada pelo c. Supremo Tribunal Federal, declarando inconstitucional o art. 39 da Lei 8.177/91, na parte em que prevê a TR como fator de correção monetária, o fez com fundamento na inconstitucionalidade do art. 1º- F da Lei 9.494/1997, declarada pelo Supremo Tribunal Federal. Logo, não subsiste mais a modulação efetivada pelo Tribunal Pleno desta Corte Superior. Assim, se não houve modulação para a Fazenda Pública no âmbito do STF, retroagindo os efeitos da decisão a junho de 2009, também essa conclusão deverá ser adotada para as pessoas jurídicas de direito privado. Dessa forma, a decisão do Regional que afastou o IPCA-e como índice de correção dos débitos trabalhistas viola o art. 39 da Lei 8.177/91. Recurso de revista conhecido por violação do art. 39 da Lei 8.177/91 e provido." (Processo: ARR - 310-40.2015.5.09.0863; Órgão Judicante: 3ª Turma; Relator: Alexandre de Souza Agra Belmonte; Julgamento: 27/05/2020; Publicação: 26/06/2020)

Aliás, o princípio que decorre do art. 489, do Código de Processo Civil, impõe o acolhimento dos entendimentos pronunciados pelas Cortes superiores.

Nesse sentido, o E. STF, seguido pelo C. TST, declararam que a TR não se presta à finalidade de servir como índice de correção monetária. Em consequência, sua previsão para o processo trabalhista contraria o entendimento das Cortes superiores, o que impede a sua aplicação, e determina a busca de outro índice que represente a variação da inflação no país, atualmente representada pelo IPCA-E. Nem a Lei nº 13.467/17 modifica esse entendimento, dês que a sua previsão faz expressa referência à Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, a mesma que fixava a TR como fator de atualização monetária, conceito espancado pelo E. STF. Por fim, não há necessidade de tal declaração pelo Pleno deste Regional, posto que assim já foi declarado pelos Tribunais Superiores.

Nesse passo, entendo que se mostra aplicável para a atualização dos créditos trabalhistas, a TR até 24/03/2015, e o IPCA-E a partir de 25/03/2015.

Entretanto, por força de Liminar concedida na ADC 59 - Distrito Federal, em 27/06/2020, pelo MM. Ministro Gilmar Mendes, e explicitação de entendimento proferido em julgamento de embargos de declaração superveniente,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

foram suspensos e obstados todos os atos processuais no que refere à parcela que excede àquela determinada pelo art. 39 da Lei nº 8.177/91, autorizando, no entanto, a execução definitiva (em todos os seus atos), no limite determinado por esta lei.

Contudo, o Colendo Supremo Tribunal Federal proferiu decisão em 18/12/2020 entendendo que o uso da Taxa Referencial (TR) é inconstitucional e determinou o uso do IPCA-E na fase pré-judicial e da Selic nas demais fases. O STF decidiu sobre o tema em 18/12/2020. No dia 12/02/2021, foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) a Ata de julgamento nº 40, que traz o dispositivo da decisão:

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente a ação, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 879, § 7º, e ao art. 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, no sentido de considerar que à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e o Ministro Marco Aurélio, que, preliminarmente, julgava extinta a ação, sem apreciação da matéria de fundo, ante a ilegitimidade ativa da requerente, e, vencido, acompanhava, no mérito, o voto divergente do Ministro Edson Fachin.

Por fim, por maioria, o Tribunal modulou os efeitos da decisão, ao entendimento de que (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão (na ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória) todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC) e (iii) igualmente, ao acórdão formalizado pelo Supremo sobre a questão dever-se-á aplicar eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, no sentido de atingir aqueles feitos já transitados em julgado desde que sem qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais), vencidos os Ministros Alexandre

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

de Moraes e Marco Aurélio, que não modulavam os efeitos da decisão. Impedido o Ministro Luiz Fux (Presidente). Presidiu o julgamento a Ministra Rosa Weber (Vice-Presidente). Plenário, 18.12.2020 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Diante de todo o exposto este magistrado firmou entendimento de que no tocante a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial na Justiça do Trabalho deverá ser aplicado na fase pré-judicial o IPCA-E + juros do caput do artigo 39 da Lei. 8177/91 (TRD acumulada) e, a partir do ajuizamento da ação, apenas a taxa SELIC, conforme decidido pelo STF no julgamento das ADC 58 e 59.

Ressalte-se que a atualização monetária será devida até o efetivo pagamento ao credor, não cessando sua incidência com mero depósito em dinheiro para garantia da execução. Inteligência e aplicação da Súmula 7 do TRT da 2a. Região.

DA COMPENSAÇÃO

Fica ressalvada à reclamada a possibilidade de compensar valores já pagos ao reclamante sob idêntica rubrica, respeitados os ditames do art. 767 da Consolidação Operária e também as orientações contidas nos Enunciados 18 e 48 do C.TST, desde que a documentação comprobatória do pagamento já tenha vindo aos autos na fase de conhecimento a fim de que não sejam feridos os princípios da eventualidade e da concentração dos atos processuais em audiência, que vigem com força especial na processualística laboral.

DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

Registrando seu posicionamento pessoal em sentido diverso, ou seja, de que seria necessária para a concessão dos benefícios gratuidade de acesso à Justiça a assistência do trabalhador pelo seu sindicato de classe, na forma da Lei n.º 5.584/70, este magistrado resolve, em nome da celeridade e da economia processuais, se curvar ao entendimento majoritário da jurisprudência do E.TRT da 2ª Região, e considerar devido o deferimento das benesses pretendidas pela autoria, nos termos da Súmula n.º 05 da citada Corte Trabalhista, cujo teor é o seguinte:

"Justiça gratuita - Isenção de despesas processuais - CLT, arts. 790, 790-a e 790-b - Declaração de insuficiência econômica firmada pelo interessado ou pelo procurador - Direito legal do trabalhador, independentemente de estar assistido pelo sindicato".

Documento assinado eletronicamente por ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE, em 28/10/2025, às 13:30:46 - 1eb82b8

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Frise-se ainda que a declaração de pobreza do empregado deve ser presumida como verdadeira, sendo suficiente para concessão da Justiça gratuita, eis que a regra da CLT (artigo 790, § 4º, com redação imposta pela reforma trabalhista) deve ser interpretada em conjunto com o artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Aludido dispositivo diz que "o juiz somente poderá indeferir o pedido de gratuidade da justiça se houver, nos autos, elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos".

Outrossim, o § 3º do mesmo artigo do CPC, segundo o qual "presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural". Assim, a chamada "declaração de pobreza" - documento particular assinado pelo próprio interessado - faz presumir sua necessidade e somente pode ser afastada se dos autos constar outra prova em sentido contrário.

Fica isento o reclamante das despesas processuais.

DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Quanto aos honorários sucumbenciais, diante da procedência parcial e sucumbência recíproca, restam devidos aos patronos de ambas as partes, nos termos do § 3º, do artigo 791-A da CLT.

De acordo com os critérios do art. 791-A da CLT ao caso em exame, tendo em vista o (i) grau de zelo do patrono da parte, (ii) o local da prestação dos serviços, (iii) a natureza e a importância da causa e (iv) o trabalho e tempo despendido pelo patrono, defiro honorários sucumbenciais a serem pagos pela parte reclamada no importe de 10% sobre o valor da condenação a ser apurado na fase de liquidação, e a serem quitados pela autoria no patamar de 10% sobre o montante dos pleitos julgados totalmente improcedentes.

Outrossim, a Lei 13.467/2017 alterou profundamente a sistemática pertinente à cobrança de despesas processuais, especialmente no que se refere aos honorários advocatícios e honorários periciais, como se observa pela leitura dos art.790-B e 791-A, ambos da CLT. De acordo com a legislação em vigor, o beneficiário da justiça gratuita é responsável pelo pagamento dos honorários devidos ao perito nomeado pelo Juízo, na hipótese de ter sido sucumbente no objeto da perícia, bem como pela quitação dos honorários advocatícios ao patrono da parte contrária,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

desde que tenha recebido, mesmo que em processo diverso, créditos capazes de suportar a despesa.

Discute-se na doutrina e na jurisprudência a constitucionalidade da cobrança de honorários periciais e honorários advocatícios do beneficiário da justiça gratuita, tendo em vista a possível colisão com o disposto no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, dispositivo que estabelece a obrigação do Estado de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

A questão pertinente à constitucionalidade da cobrança de despesas processuais do beneficiário da justiça gratuita foi objeto da ADI 5.766, movida pela Procuradoria Geral da União em face de dispositivos da Lei 13.467/2017. Após os votos do Ministro Roberto Barroso, que julga parcialmente procedente a ação, e do Ministro Edson Fachin, que julga totalmente procedente a ação, o processo foi retirado de pausa em decorrência do pedido de vista do Ministro Luiz Fux, sem data prevista para nova inclusão em pauta.

Necessário, portanto, adotar interpretação capaz de compatibilizar as disposições trazidas pela nova lei, concernente ao pagamento de honorários periciais e honorários advocatícios pelo beneficiário da justiça gratuita, com as disposições constitucionais que garantem o amplo acesso ao judiciário e a prestação de assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem a incapacidade econômica.

É fato que o objetivo do legislador foi o de desestimular lides temerárias e descompromissadas, impondo ao trabalhador o encargo de suportar as despesas do processo em caso de sucumbência. Contudo, tal objetivo não pode se transmudar em obstáculo intransponível a impedir o acesso ao judiciário pelo trabalhador hipossuficiente que, temeroso do montante que pode vir a suportar em caso de derrota, deixa de formular pretensões que, de boa-fé, julga serem devidas. Neste caso, haveria evidente afronta ao disposto no art.5º, XXXV e LXXIV, da Constituição da República.

Ocorre que a CLT, com redação dada pela Lei 13.467/2017, não impõe, de forma indistinta, o pagamento dos honorários periciais ao beneficiário da justiça gratuita. Ao contrário, o art.791, §4º, da CLT é claro ao estabelecer que a parte agraciada pela gratuidade só será responsável pelos honorários advocatícios caso obtenha, neste ou em outro processo, “créditos capazes de suportar a despesa”. O sentido de referida expressão, interpretada à luz da garantia estabelecida pelo art.5º, LXXIV, deve necessariamente ser tomado como créditos cuja percepção seja capaz de alterar a condição de miserabilidade até então existente e, consequentemente, possibilitar o pagamento das despesas processuais sem prejuízo do sustento do litigante e de sua família.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Não se trata, portanto, de mera operação mecânica, em que se compara o montante dos honorários arbitrados na ação com o valor do crédito do autor e, havendo superioridade matemática, procede-se à automática dedução.

Em decisão proferida pela 3ª Turma do C.TST no julgamento do AIRR 2054-06.2017.5.11.0003, com ampla divulgação na mídia especializada, o Ministro Relator Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, acolhendo a tese aqui exposta, consignou expressamente que "só será exigido do beneficiário da Justiça gratuita o pagamento de honorários advocatícios se ele obtiver créditos suficientes, neste ou em outro processo, para retirá-lo da condição de miserabilidade. Caso contrário, penderá, por dois anos, condição suspensiva de exigibilidade. A constatação da superação do estado de miserabilidade, por óbvio, é casuística e individualizada".

Assim, fico convencido de que o pagamento dos honorários advocatícios pelo beneficiário da justiça gratuita não pode ocorrer com prejuízo de sua própria subsistência, de modo que as disposições da Lei 13.467/2017 devem ser interpretadas à luz das garantias processuais consagradas na Constituição Federal.

Destaco ainda que em recente decisão prolatada pelo C. STF, ainda pendente de trânsito em julgado, restou decidido pela aludida corte que é indevido o pagamento de honorários periciais e sucumbenciais pelo beneficiário da justiça gratuita.

Logo, determino ainda a suspensão da exigibilidade dos honorários devidos ao patrono da reclamada, nos moldes do art.791-A, §4º, da CLT.

LIMITAÇÃO AOS VALORES DA INICIAL

Determino que os cálculos devidos no presente feito deverão ser apurados regularmente na fase de liquidação, nos termos do artigo 879 da CLT, e sem qualquer limitação aos valores elencados na petição inicial.

DA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS – JUNTADA DE DOCUMENTOS

Não se vislumbram, nos presentes autos, irregularidades patentes capazes de provocarem o interesse dos órgãos fiscalizatórios competentes. Nada a dar azo à pretendida expedição de ofícios denunciadores. É certo ainda que todos os documentos que a reclamada deveria juntar para embasar a sua defesa restaram acostados.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Fundamentada a decisão.

PASSA-SE A CONCLUIR:

P O S T O I S T O, nos termos da fundamentação supra, que passa a fazer parte do presente dispositivo para todos os efeitos, julgo a presente reclamatória trabalhista, proposta por RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA em face de MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS EIRELI – ME (em Recuperação Judicial); EXPRESSO ADAMANTINA LTDA; M.G. TRANSPORTES – JUNQUEIRÓPOLIS LTDA, EMPRESA DE ÔNIBUS ROMEIRO EIRELI, MARTINS & GUIMARÃES TRANSPORTES E TURISMO LTDA, RAPIDO LINENSE LTDA; TRANSPORTES LABOR LTDA, JANUARIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA; VAT – VIAÇÃO ADAMANTINA DE TRANSPORTES LTDA, FLIXBUS TRANSPORTE E TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA, e ADAMANTINA EXPRESS TRANSPORTES LTDA, extinta sem resolução do mérito em relação a 10a ré (FLIXBUS TRANSPORTE E TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA), e **PROCEDENTE EM PARTE,** para condenar as demais reclamadas solidariamente ao pagamento das seguintes verbas e ao cumprimento das determinações supra:

Pagamento do vale-refeição, cesta básica, cesta natalina, PLR, nos limites e parâmetros insertos nas normas coletivas.

Multa normativa, nos limites e parâmetros da fundamentação;

Multa do artigo 477 da CLT.

Os valores devidos serão apurados em regular liquidação de sentença que deverá obedecer aos parâmetros colocados na motivação da presente decisão, observada a possibilidade de compensação pela reclamada.

Frise-se que, sendo a liquidação de sentença ato de acertamento da decisão cognitiva e não processo autônomo, este é o momento processual adequado para a definição pormenorizada da natureza salarial ou indenizatória de cada uma das verbas deferidas no julgado, nos moldes do art. 832 do texto consolidado.

Fixo honorários advocatícios, conforme fundamentação.

Documento assinado eletronicamente por ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE, em 28/10/2025, às 13:30:46 - 1eb82b8

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Recolhimentos fiscais e previdenciários na forma da fundamentação, bem como correção monetária e juros.

Custas pela ré, sobre o valor de R$ 10.000,00, arbitrado à condenação, no importe de R$ 200,00.

Defiro os benefícios da justiça gratuita à parte reclamante.

Recorda-se às partes que os embargos meramente protelatórios, assim entendidos aqueles que não aventarem real hipótese de omissão, contradição, obscuridade ou erro material no julgado, estarão sujeitos às penalidades previstas em lei. Atentem ainda os litigantes que o eventual erro na apreciação da prova não constitui matéria de embargos de declaração, nos termos da lei processual civil vigente.

Transitada em julgado, faça-se cumprir, executando-se na forma do art. 880 da CLT.

Intimem-se as partes na forma da lei.

Nada mais.

SAO PAULO/SP, 28 de outubro de 2025.

ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE
Juiz do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE, em 28/10/2025, às 13:30:46 - 1eb82b8
https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/25102812161877600000427606227?instancia=1
Número do processo: 1000822-23.2025.5.02.0322
Número do documento: 25102812161877600000427606227

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
1eb82b8	28/10/2025 13:30	Sentença	Sentença

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 17

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 1000822-23.2025.5.02.0322

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 16/05/2025
Valor da causa: R$ 46.148,29

Partes:
RECLAMANTE: RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA
ADVOGADO: DOUGLAS MACRINI FILHO
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: RAPIDO LINENSE LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: TRANSPORTES LABOR LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: JANUARIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: VAT - VIACAO ADAMANTINA DE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: ADAMANTINA EXPRESS TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 1000822-23.2025.5.02.0322
Cálculo: 1786

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA**
Reclamado: **MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**
Período do Cálculo: **24/10/2023 a 05/07/2024** Data Ajuizamento: **16/05/2025** Data Liquidação: **30/11/2025**

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	Juros	Total
CESTA ALIMENTAÇÃO	2.891,59	259,14	3.150,73
CESTA NATALINA	143,88	13,09	156,97
MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT	5.093,74	444,64	5.538,38
MULTA NORMATIVA	295,07	25,76	320,83
PLR CCT 2023 | 2024	649,88	57,64	707,52
PLR CCT 2024 | 2025	225,51	19,69	245,20
VALE REFEIÇÃO	3.437,99	307,97	3.745,96
Total	**12.737,66**	**1.127,93**	**13.865,59**

Percentual de Parcelas Remuneratórias: 0,00% - Percentual de Parcelas Tributáveis: 2,32%

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
VERBAS	13.865,59
Bruto Devido ao Reclamante	**13.865,59**
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
Total de Descontos	**0,00**
Líquido Devido ao Reclamante	**13.865,59**

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	13.865,59
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA PATRONO DO RECLAMANTE	1.386,56
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA PATRONO DO RECLAMANTE	0,00
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
Subtotal	**15.252,15**
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	200,00
Total Devido pelo Reclamado	**15.452,15**

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'IPCA-E' até 15/05/2025 e pelo índice 'Sem Correção' a partir de 16/05/2025, acumulados a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'IPCA-E' relativa a 05/2025.
2. Imposto de renda apurado através da 'tabela progressiva acumulada' vigente no mês da liquidação (Art. 12-A da Lei nº 7.713/1988).
3. Juros apurados desde o vencimento das verbas vencidas, em fase pré-judicial, conforme decisão do STF na ADC 58; juros simples TRD até 15/05/2025; e juros SELIC (Receita Federal) a partir de 16/05/2025.

PJe Documento assinado eletronicamente por DOUGLAS MACRINI FILHO, em 24/11/2025, às 16:07:45 - 2fb447e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Processo: 1000822-23.2025.5.02.0322
Cálculo: 1786

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA**
Reclamado: **MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**
Período do Cálculo: **24/10/2023 a 05/07/2024** Data Ajuizamento: **16/05/2025** Data Liquidação: **30/11/2025**

Dados do Cálculo

Estado: **SP** Município: **GUARULHOS**
Regime de Trabalho: **Tempo Integral**
Maior Remuneração: **4.875,00**
Prazo de Aviso Prévio: **Calculado**
Zerar Valor Negativo (Padrão): **Não**
Carga Horária (Padrão): **220,00**

Admissão: **24/10/2023**
Aplicar Prescrição Quinquenal: **Não**
Última Remuneração:
Projetar Aviso Prévio Indenizado: **Não**
Considerar Feriados Estaduais: **Sim**
Sábado como Dia Útil: **Sim**

Demissão: **05/07/2024**
Aplicar Prescrição Trintenária: **Não**
Limitar Avos ao Período de Cálculo: **Não**
Considerar Feriados **Sim**

PONTOS FACULTATIVOS	
Nome	**Abrangência**
CARNAVAL	Nacional
CORPUS CHRISTI	Nacional
SEXTA-FEIRA SANTA	Nacional

Histórico Salarial

OCORRÊNCIAS DO HISTÓRICO SALARIAL			
MÊS/ANO	**CESTA ALIMENTAÇÃO**	**CESTA NATALINA**	**VALE REFEIÇÃO**
10/2023	**267,84**	**0,00**	**15,00**
11/2023	**267,84**	**0,00**	**15,00**
12/2023	**267,84**	**133,92**	**15,00**
01/2024	**267,84**	**0,00**	**15,00**
02/2024	**267,84**	**0,00**	**15,00**
03/2024	**267,84**	**0,00**	**15,00**
04/2024	**267,84**	**0,00**	**15,00**
05/2024	**282,00**	**0,00**	**16,00**
06/2024	**282,00**	**0,00**	**16,00**
07/2024	**282,00**	**0,00**	**16,00**

Demonstrativo de Verbas

PJe Documento assinado eletronicamente por DOUGLAS MACRINI FILHO, em 24/11/2025, às 16:07:45 - 2fb447e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **CESTA ALIMENTAÇÃO**

Período: **24/10/2023 a 05/07/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((CESTA ALIMENTAÇÃO) / 1,0000) X 1,00000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
24 a 31/10/2023	267,84	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	267,84	0,00	267,84	1,082217973	289,86
01 a 30/11/2023	267,84	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	267,84	0,00	267,84	1,078658401	288,91
01 a 31/12/2023	267,84	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	267,84	0,00	267,84	1,074360957	287,76
01 a 31/01/2024	267,84	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	267,84	0,00	267,84	1,071040731	286,87
01 a 29/02/2024	267,84	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	267,84	0,00	267,84	1,062751271	284,65
01 a 31/03/2024	267,84	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	267,84	0,00	267,84	1,058939090	283,63
01 a 30/04/2024	267,84	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	267,84	0,00	267,84	1,056719978	283,03
01 a 31/05/2024	282,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	282,00	0,00	282,00	1,052090779	296,69
01 a 30/06/2024	282,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	282,00	0,00	282,00	1,048003565	295,54
01 a 05/07/2024	282,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	282,00	0,00	282,00	1,044868958	294,65
									Total	**2.891,59**

Nome: **CESTA NATALINA**

Período: **24/10/2023 a 05/07/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((CESTA NATALINA) / 1,0000) X 1,00000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
24 a 31/10/2023	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,082217973	0,00
01 a 30/11/2023	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,078658401	0,00
01 a 31/12/2023	133,92	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	133,92	0,00	133,92	1,074360957	143,88
01 a 31/01/2024	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,071040731	0,00
01 a 29/02/2024	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,062751271	0,00
01 a 31/03/2024	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,058939090	0,00
01 a 30/04/2024	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,056719978	0,00
01 a 31/05/2024	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,052090779	0,00
01 a 30/06/2024	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,048003565	0,00
01 a 05/07/2024	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,044868958	0,00
									Total	**143,88**

PJe Documento assinado eletronicamente por DOUGLAS MACRINI FILHO, em 24/11/2025, às 16:07:45 - 2fb447e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT**
Período: **24/10/2023 a 05/07/2024** Incidência(s): **Não há.**
Comentário: **-**

((((MAIOR REMUNERAÇÃO) / 1,0000) X 1,00000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 05/07/2024	4.875,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	4.875,00	0,00	4.875,00	1,044868958	5.093,74
									Total	**5.093,74**

Nome: **MULTA NORMATIVA**
Período: **24/10/2023 a 05/07/2024** Incidência(s): **IRPF**
Comentário: **PLR**
CESTA ALIMENTAÇÃO
VALE REFEIÇÃO
CESTA NATALINA

((((SALÁRIO MÍNIMO) / 1,0000) X 0,20000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 05/07/2024	1.412,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	282,40	0,00	282,40	1,044868958	295,07
									Total	**295,07**

Nome: **PLR CCT 2023 | 2024**
Período: **30/04/2024 a 30/04/2024** Incidência(s): **Não há.**
Comentário: **6/12**

Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
30 a 30/04/2024	-	-	-	-	-	615,00	0,00	615,00	1,056719978	649,88
									Total	**649,88**

Nome: **PLR CCT 2024 | 2025**
Período: **24/10/2023 a 05/07/2024** Incidência(s): **Não há.**
Comentário: **1295,00 - 2/12**

Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 05/07/2024	-	-	-	-	-	215,83	0,00	215,83	1,044868958	225,51
									Total	**225,51**

PJe Documento assinado eletronicamente por DOUGLAS MACRINI FILHO, em 24/11/2025, às 16:07:45 - 2fb447e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **VALE REFEIÇÃO**

Período: **24/10/2023 a 05/07/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((VALE REFEIÇÃO) / 1,0000) X 1,00000000) X DIAS ÚTEIS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
24 a 31/10/2023	15,00	1,0000	1,00000000	7,0000	Não	105,00	0,00	105,00	1,082217973	113,63
01 a 30/11/2023	15,00	1,0000	1,00000000	24,0000	Não	360,00	0,00	360,00	1,078658401	388,32
01 a 31/12/2023	15,00	1,0000	1,00000000	25,0000	Não	375,00	0,00	375,00	1,074360957	402,89
01 a 31/01/2024	15,00	1,0000	1,00000000	26,0000	Não	390,00	0,00	390,00	1,071040731	417,71
01 a 29/02/2024	15,00	1,0000	1,00000000	24,0000	Não	360,00	0,00	360,00	1,062751271	382,59
01 a 31/03/2024	15,00	1,0000	1,00000000	25,0000	Não	375,00	0,00	375,00	1,058939090	397,10
01 a 30/04/2024	15,00	1,0000	1,00000000	26,0000	Não	390,00	0,00	390,00	1,056719978	412,12
01 a 31/05/2024	16,00	1,0000	1,00000000	25,0000	Não	400,00	0,00	400,00	1,052090779	420,84
01 a 30/06/2024	16,00	1,0000	1,00000000	25,0000	Não	400,00	0,00	400,00	1,048003565	419,20
01 a 05/07/2024	16,00	1,0000	1,00000000	5,0000	Não	80,00	0,00	80,00	1,044868958	83,59
									Total	**3.437,99**

Demonstrativo de Juros sobre Verbas

Nome: JUROS SOBRE VERBAS

Ocorrência	Data Inicial	Total de Verbas	Contribuição Social	Previdência Privada	Capital	Taxa	Juros
10/2023	31/10/2023	403,49	0,00	0,00	403,49	9,2463 %	37,31
11/2023	30/11/2023	677,23	0,00	0,00	677,23	9,1688 %	62,09
12/2023	31/12/2023	834,53	0,00	0,00	834,53	9,0998 %	75,94
01/2024	31/01/2024	704,58	0,00	0,00	704,58	9,0124 %	63,50
02/2024	29/02/2024	667,24	0,00	0,00	667,24	9,0045 %	60,08
03/2024	31/03/2024	680,73	0,00	0,00	680,73	8,9714 %	61,07
04/2024	30/04/2024	1.345,03	0,00	0,00	1.345,03	8,8691 %	119,29
05/2024	31/05/2024	717,53	0,00	0,00	717,53	8,7822 %	63,01
06/2024	30/06/2024	714,74	0,00	0,00	714,74	8,7457 %	62,51
07/2024	05/07/2024	5.992,56	0,00	0,00	5.992,56	8,7296 %	523,13
						Total	**1.127,93**

Demonstrativo de Honorários

Nome: HONORÁRIOS DEVIDOS PELO RECLAMADO

Valores Calculados					C=(A x B)
Composição de Base: (Bruto) x 10,00%					
Ocorrência	**Descrição**	**Credor**	**Base (A)**	**Alíquota (B)**	**Valor (C)**

Cálculo liquidado por offline na versão 2.13.2 em 19/11/2025 às 13:00:44.

PJe Documento assinado eletronicamente por DOUGLAS MACRINI FILHO, em 24/11/2025, às 16:07:45 - 2fb447e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Valores Calculados				C=(A x B)	
Composição de Base: (Bruto) x 10,00%					
Ocorrência	**Descrição**	**Credor**	**Base (A)**	**Alíquota (B)**	**Valor (C)**
30/11/2025	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	PATRONO DO RECLAMANTE	13.865,59	10,00 %	1.386,56
				Total	**1.386,56**

Demonstrativo de Imposto de Renda

Rendimentos Recebidos Acumuladamente Relativos a Anos-Calendário Anteriores ao do Recebimento - 01/07/2024 a 05/07/2024

Nome: TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

MULTA NORMATIVA													
Verbas	**Juros**	**Quant. de Meses**	**Contribuição Social**	**Previdência Privada**	**Pensão Alimentícia**	**Honorários**	**Dependentes**	**Aposentado > 65 anos**	**Base**	**Faixa**	**Alíquota**	**Dedução**	**Devido**
295,07	-	1	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	295,07	0,00 à 2.428,80	0,00 %	0,00	0,00
												Total Devido	**0,00**

Demonstrativo de Custas Judiciais

Custas pelo Reclamado

Nome: CUSTAS DE CONHECIMENTO

F = [((A submetido a B) x D) +E]

Ocorrência	Valor (A)	Piso (B)	Teto (C)	Índice correção (D)	Valor corrigido	Juros (E)	Total (F)
28/10/2025	200,00	10,64	-	1,000000000	200,00	-	200,00

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Devido	Recolhido	Diferença
30/11/2025	200,00	0,00	200,00

Documento assinado eletronicamente por DOUGLAS MACRINI FILHO, em 24/11/2025, às 16:07:45 - 2fb447e
https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/25112416073871600000432459649?instancia=1
Número do processo: 1000822-23.2025.5.02.0322
Número do documento: 25112416073871600000432459649

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
2fb447e	24/11/2025 16:07	RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA - 1000822-23.2025.5.02.0322 - APRESENTAÇÃO DE CÁLCULO TRÂNSITO EM JULGADO	Planilha de Cálculos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 18

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 1000822-23.2025.5.02.0322

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 16/05/2025
Valor da causa: R$ 46.148,29

Partes:
RECLAMANTE: RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA
ADVOGADO: DOUGLAS MACRINI FILHO
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: RAPIDO LINENSE LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: TRANSPORTES LABOR LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: JANUARIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: VAT - VIACAO ADAMANTINA DE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: ADAMANTINA EXPRESS TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
43ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO
ATSum 1000822-23.2025.5.02.0322
RECLAMANTE: RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTROS (9)



CONCLUSÃO

Nesta data, faço o feito concluso ao(a) MM(a) Juiz(a) da 43ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP.

SAO PAULO/SP, 10 de fevereiro de 2026.

MARCEL ALVARO GUEDES

DECISÃO

Vistos.

Diante do silêncio das reclamadas, homologo os cálculos apresentados pelo reclamante(bruto), eis que em consonância com o r. julgado.

Fixo o crédito em R$ 13.865,59 (base R$ 12.737,66), ressalvada a atualização superveniente a 30/11/2025 (SELIC).

São devidos honorários sucumbenciais ao patrono do autor, no montante de 10% do crédito do reclamante (R$ 1.386,56).

PJe Documento assinado eletronicamente por VICTOR GOES DE ARAUJO COHIM SILVA, em 10/02/2026, às 18:38:47 - 397461c

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Dê-se ciência acerca desta decisão homologatória às partes.

Após, expeça-se certidão para habilitação do crédito do autor perante a recuperação judicial.

SAO PAULO/SP, 10 de fevereiro de 2026.

VICTOR GOES DE ARAUJO COHIM SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

Documento assinado eletronicamente por VICTOR GOES DE ARAUJO COHIM SILVA, em 10/02/2026, às 18:38:47 - 397461c
https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/26021016254520400000442842474?instancia=1
Número do processo: 1000822-23.2025.5.02.0322
Número do documento: 26021016254520400000442842474

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
397461c	10/02/2026 18:38	Decisão	Decisão

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 19

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 1001981-62.2025.5.02.0043

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 13/11/2025
Valor da causa: R$ 12.333,75

Partes:
RECLAMANTE: RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA
ADVOGADO: DOUGLAS MACRINI FILHO
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: RAPIDO LINENSE LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: TRANSPORTES LABOR LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: JANUARIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: ADAMANTINA EXPRESS TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: VAT - VIACAO ADAMANTINA DE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
22ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO
ATSum 1001981-62.2025.5.02.0043
RECLAMANTE: RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTROS (9)

SENTENÇA

I. RELATÓRIO

Relatório dispensado, nos termos do artigo 852-I da CLT.

II. FUNDAMENTAÇÃO

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

As reclamadas informam que se encontram em processo de recuperação judicial, Processo nº 1184729-04.2024.8.26.0100, em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP, e argumentam que, em caso de condenação, a execução deverá ser processada no juízo universal. A situação de recuperação judicial das empresas, embora relevante para a fase executória, não obsta o prosseguimento da presente ação em sua fase de conhecimento, até a apuração do crédito eventualmente devido.

Conforme dispõe o artigo 6º, §2º, da Lei nº 11.101/2005, as ações de natureza trabalhista serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que, após liquidado, será inscrito no quadro-geral de credores.

Portanto, a alegação não impede a análise do mérito da presente demanda.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO GAZZOLA BARELLA, em 20/02/2026, às 08:58:56 - a4c5db0

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

COISA JULGADA / MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT

As reclamadas arguem a existência de coisa julgada em relação ao pedido de multa do artigo 477 da CLT, sustentando que a referida verba já foi objeto de condenação em processo anterior, de nº 1000822-23.2025.5.02.0322.

A análise da sentença proferida naquele feito (id bb79193) revela que, de fato, houve condenação das reclamadas ao pagamento da multa do artigo 477 da CLT, fundamentada no atraso do pagamento das verbas rescisórias incontroversas (fls. 31). Contudo, a presente demanda, no que tange à multa em questão, fundamenta-se na ausência de recolhimento do FGTS durante a contratualidade, o que, segundo o autor, representaria uma quitação a menor das verbas devidas na rescisão.

Embora o fato gerador seja o mesmo (a rescisão contratual), a causa de pedir é distinta. Naquele processo, a controvérsia girou em torno do atraso no pagamento do que constava no TRCT. Nesta ação, discute-se se a ausência dos depósitos de FGTS configura pagamento incompleto das verbas rescisórias, a atrair nova incidência da multa.

Portanto, não há identidade de causa de pedir a justificar o acolhimento da preliminar de coisa julgada.

Rejeito a preliminar.

GRUPO ECONÔMICO E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

O reclamante postula o reconhecimento de grupo econômico entre as rés, com a consequente declaração de responsabilidade solidária.

As reclamadas, por sua vez, apresentaram contestação conjunta (id 6c8c95c), foram representadas pelo mesmo procurador (Dr. Valdemir da Silva Pinto) e pela mesma preposta (Sra. Beatriz Santos de Oliveira) na audiência de instrução (id c690e53), e, crucialmente, não impugnaram de forma específica e fundamentada a alegação de existência de grupo econômico em sua peça de defesa.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

A ausência de impugnação específica a este ponto torna incontroversa a matéria, motivo pelo qual, com fundamento no artigo 2º, §2º, da CLT, reconheço a existência de grupo econômico e condeno as reclamadas a responderem de forma solidária pelo adimplemento das obrigações objeto de condenação.

RECOLHIMENTOS DE FGTS

O reclamante alega que as reclamadas não efetuaram qualquer recolhimento a título de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) durante toda a contratualidade, afirmando inclusive que a conta vinculada sequer foi aberta.

A reclamada, em sua contestação, apresenta alegação genérica de que os depósitos estariam sendo regularizados, mas não junta aos autos qualquer documento, como o extrato analítico da conta vinculada do autor, que comprove a regularidade dos depósitos.

Conforme entendimento consolidado na Súmula 461 do TST, é ônus do empregador comprovar a regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato extintivo do direito do autor.

Diante da ausência de qualquer prova documental por parte das reclamadas que infirme a alegação inicial, presume-se verdadeira a ausência de recolhimentos.

Portanto, julgo procedente o pedido para condenar as reclamadas a procederem ao recolhimento do FGTS de todo o período contratual, incidente sobre as parcelas de natureza salarial pagas ao reclamante, conforme apurado nos holerites juntados aos autos e não impugnados pelo autor, valores a serem depositados na conta vinculada, sob pena de execução direta do montante equivalente.

Deverá a reclamada providenciar o recolhimento de todos os depósitos do FGTS devidos diretamente na conta vinculada do reclamante.

Neste sentido a tese vinculante nº 68 firmada pelo TST em sede de IRR: “Nas reclamações trabalhistas, os valores relativos aos recolhimentos do FGTS e da respectiva indenização de 40% devem ser depositados na conta vinculada, e não pagos diretamente ao trabalhador”.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO GAZZOLA BARELLA, em 20/02/2026, às 08:58:56 - a4c5db0

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

DANOS MORAIS

O reclamante postula indenização por danos morais, ao argumento de que a ausência de recolhimento do FGTS durante todo o contrato de trabalho teria lhe causado angústia e frustrado seus planos, violando sua dignidade.

O inadimplemento de obrigações trabalhistas, por si só, notadamente a ausência de depósitos do FGTS, configura um dano de natureza eminentemente patrimonial, cuja reparação se dá pelo cumprimento da obrigação.

Para que o descumprimento contratual enseje a condenação por danos morais, é imprescindível a comprovação de que tal fato transcendeu o mero aborrecimento e a esfera patrimonial, atingindo de forma contundente os direitos da personalidade do trabalhador, como sua honra, imagem ou dignidade, causando-lhe sofrimento ou humilhação que fujam à normalidade.

No caso em tela, o autor não produziu qualquer prova de que a conduta das reclamadas tenha lhe causado constrangimentos específicos, humilhações ou prejuízos de ordem extrapatrimonial que justifiquem a reparação pretendida.

A alegação genérica de que "tinha planos para o uso da quantia" não é suficiente para configurar o dano moral, que não se presume nesses casos, exigindo prova robusta do abalo sofrido, ônus do qual o reclamante não se desincumbiu.

Assim, julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais.

MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT

A multa do artigo 467 da CLT incide sobre o valor das verbas rescisórias incontroversas não pagas em primeira audiência. No caso dos autos, a principal verba postulada, o FGTS não recolhido, não possui natureza de verba rescisória stricto sensu, mas sim de obrigação contratual cujo inadimplemento se estendeu ao longo do pacto laboral.

Neste sentido:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Multa art. 477. FGTS. Inaplicabilidade. Não constituindo os depósitos do FGTS, tecnicamente, verbas rescisórias, a ausência de recolhimento na hipótese de discussão de vínculo empregatício não sujeita o empregador ao pagamento da multa prevista no art. 477 da CLT. Recurso do reclamante, a que se nega provimento. (TRT2, RO 1000821-52.2022.5.02.0319, 6ª Turma, Rel. Wilson Fernandes, 13 /02/2023).

Assim, julgo improcedente o pedido de aplicação da multa do artigo 467 da CLT.

MULTA DO §8º DO ARTIGO 477 DA CLT

Quanto à multa do artigo 477, §8º, da CLT, o autor a fundamenta na ausência dos depósitos de FGTS, o que configuraria pagamento a menor das verbas devidas na rescisão.

Conforme já analisado na preliminar, a matéria sobre o atraso no pagamento das verbas constantes do TRCT já foi objeto de apreciação judicial no processo 1000822-23.2025.5.02.0322, onde a multa foi deferida.

A multa do artigo 477 da CLT possui fato gerador único, qual seja, o desrespeito ao prazo para pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação. O reconhecimento judicial posterior de diferenças de verbas rescisórias, como os depósitos de FGTS, não tem o condão de atrair a incidência da multa novamente, sob pena de “bis in idem”.

A penalidade visa coibir a mora no pagamento das verbas rescisórias incontroversas e não reparar eventuais diferenças reconhecidas em juízo.

Desse modo, julgo improcedente o pedido de condenação ao pagamento da multa do artigo 477 da CLT.

JUSTIÇA GRATUITA

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita à parte reclamante, ante a declaração de hipossuficiência apresentada (artigo 99, §3º, do CPC e Súmula 463 do TST) e tendo em vista não haver prova de que aufira atualmente salário mensal

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO GAZZOLA BARELLA, em 20/02/2026, às 08:58:56 - a4c5db0

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

superior a 40% do limite máximo do Regime Geral de Previdência Social. No mesmo sentido, pela mera declaração, o Tema IRR 21 do E. TST.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS

Ajuizada a reclamação trabalhista na vigência da Lei 13.467/17, devidos honorários advocatícios aos patronos das partes, observando-se o critério da sucumbência recíproca e vedada a compensação, nos termos do artigo 791-A da CLT, observando-se, ainda o disposto no entendimento vinculante firmado no IRR 242 do TST: "Há sucumbência recíproca apenas quando julgado totalmente improcedente pelo menos um dos pedidos da inicial, sendo indevidos honorários de sucumbência, pela parte reclamante, sobre pedidos julgados parcialmente procedentes".

Ante a procedência parcial da demanda, os honorários da parte autora deverão ser calculados sobre o valor que resultar da liquidação de sentença, fixados no percentual de 10%. Por sua vez, os honorários da parte ré serão calculados sobre o valor atribuído na petição inicial (artigo 840, §1º, da CLT) em relação aos pedidos julgados integralmente improcedentes, também no importe de 10%.

Nos termos da decisão proferida pelo STF na ADI 5.766, que considerou inconstitucional a possibilidade de imposição de obrigação de pagamento de honorários advocatícios a beneficiário da Justiça Gratuita que tenha obtido crédito em processo judicial, nos termos da redação do artigo 791-A, §4º, da CLT, os honorários devidos à parte reclamada permanecerão sob condição suspensiva de exigibilidade pelo prazo de dois anos após o trânsito em julgado, período no qual poderá demonstrar a superação da condição de hipossuficiência que justificou a concessão do benefício.

PARÂMETROS DE LIQUIDAÇÃO

Os juros e a correção monetária deverão ser apurados de acordo com os parâmetros fixados pelo STF no julgamento conjunto das ADCs 58 e 59 e das ADIs 5.867 e 6.021, observando-se, as recentes alterações promovidas no Código Civil pela Lei 14.905/24.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO GAZZOLA BARELLA, em 20/02/2026, às 08:58:56 - a4c5db0

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Desta forma, os débitos serão corrigidos pelo IPCA-E tanto na fase pré-judicial, quanto na fase judicial (artigo 389, parágrafo único, do CC).

Os juros correrão a partir do ajuizamento da ação (artigo 883 da CLT), calculados pela SELIC, deduzida a taxa do IPCA-E (artigo 406, §1º, do CC).

Por fim, ressalto que não incidem juros na fase pré-judicial, porquanto ainda não constituída em mora a parte reclamada, além de encontrar-se em plena vigência o artigo 883 da CLT.

Determina-se que os recolhimentos fiscais e previdenciários, que se fizerem incidentes, sejam calculados na forma da Súmula 368 do TST e sejam suportados pelas partes, de acordo com suas respectivas cotas partes.

Para fins de delimitação da natureza jurídica das verbas sujeitas a incidência previdenciária, observar-se-á o disposto nos artigos 28 da Lei 8212/91 e 214 do Decreto n.º 3.048/99, eis que a definição das verbas sujeitas à tributação decorre de imperativo legal.

Eventual particularidade quanto aos recolhimentos devidos pela reclamada, bem como seu enquadramento jurídico em sistemática específica, deverá ser comprovada em liquidação de sentença, mediante apresentação dos respectivos cálculos.

LIMITAÇÃO DOS VALORES DA CONDENAÇÃO

As alterações promovidas pela Lei 13.467/17 no artigo 840, §1º, da CLT impuseram como obrigação ao reclamante única e tão somente a atribuição de valor específico a cada um dos pedidos formulados na petição inicial.

Não há, portanto, obrigação de liquidação prévia dos pedidos formulados, sob pena de lesão ao acesso à Justiça pelo trabalhador (artigo 5º, XXXV, da CRFB). Neste sentido, inclusive, já se manifestou o TST por meio da IN 41/18, ao apontar para a possibilidade de indicação dos valores por mera estimativa.

Logo, considerando que não é dado ao reclamante conhecer de maneira exata quais os valores lhe são efetivamente devidos, é ilógica a tese de que o valor apontado na inicial limitaria eventual condenação.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO GAZZOLA BARELLA, em 20/02/2026, às 08:58:56 - a4c5db0

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Neste sentido o entendimento firmado pela SDI-1 do TST (Emb-RR-555-36.2021.5.09.0024, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alberto Bastos Balazeiro, DEJT 07/12/2023).

III. DISPOSITIVO

Pelo exposto, na reclamação trabalhista movida por **RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA** em face de **MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (em Recuperação Judicial), EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial), M.G. TRANSPORTES JUNQUEIROPOLIS LTDA (em Recuperação Judicial), EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA, MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA (em Recuperação Judicial), RAPIDO LINENSE LTDA, TRANSPORTES LABOR LTDA, JANUARIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, ADAMANTINA EXPRESS TRANSPORTES LTDA e VAT VIACAO ADAMANTINA DE TRANSPORTES LTDA**, observados os termos e critérios fixados na fundamentação, que este dispositivo integra para todos os efeitos legais, decido:

I. Rejeitar a preliminar de coisa julgada;

II. Julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos formulados para condenar as reclamadas, de forma solidária, ao cumprimento da seguinte obrigação:

a) recolhimento do FGTS de todo o período contratual, incidente sobre as parcelas de natureza salarial, a ser depositado na conta vinculada do autor, nos termos da fundamentação.

Defiro ao reclamante os benefícios da justiça gratuita.

Liquidação por simples cálculos.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO GAZZOLA BARELLA, em 20/02/2026, às 08:58:56 - a4c5db0

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Honorários advocatícios sucumbenciais, juros, correção monetária, encargos previdenciários e fiscais nos termos da fundamentação.

Custas pelas reclamadas, no importe de R$ 80,00, calculadas sobre o valor de R$ 4.000,00, provisoriamente arbitrado à condenação (artigo 789, IV, da CLT).

Intimem-se as partes.

Nada mais.

SAO PAULO/SP, 20 de fevereiro de 2026.

GUSTAVO GAZZOLA BARELLA
Juiz do Trabalho Substituto

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO GAZZOLA BARELLA, em 20/02/2026, às 08:58:56 - a4c5db0
https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/26022008574849500000444228988?instancia=1
Número do processo: 1001981-62.2025.5.02.0043
Número do documento: 26022008574849500000444228988

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
a4c5db0	20/02/2026 08:58	Sentença	Sentença

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 20

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 1001981-62.2025.5.02.0043

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 13/11/2025
Valor da causa: R$ 12.333,75

Partes:
RECLAMANTE: RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA
ADVOGADO: DOUGLAS MACRINI FILHO
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: RAPIDO LINENSE LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: TRANSPORTES LABOR LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: JANUARIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: ADAMANTINA EXPRESS TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: VAT - VIACAO ADAMANTINA DE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Madi
(11)3104-5141 (11)99888-0874
atendimento@madipericia.com

Processo: 1001981-62.2025.5.02.0043
Cálculo: 2439

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA**
Reclamado: **MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA**
Período do Cálculo: **24/10/2023 a 05/07/2024** Data Ajuizamento: **13/11/2025** Data Liquidação: **30/04/2026**

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	Juros	Total
FGTS 8%	3.381,11	227,19	3.608,30
MULTA SOBRE FGTS 40%	1.352,44	86,97	1.439,41
Total	**4.733,55**	**314,16**	**5.047,71**

Percentual de Parcelas Remuneratórias e Tributáveis: 0,00%

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
FGTS	5.047,71
Bruto Devido ao Reclamante	**5.047,71**
DEPÓSITO FGTS	(5.047,71)
Total de Descontos	**(5.047,71)**
Líquido Devido ao Reclamante	**0,00**

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	0,00
DEPÓSITO FGTS	5.047,71
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA DOUGLAS MACRINI FILHO	504,77
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA DOUGLAS MACRINI FILHO	0,00
Subtotal	**5.552,48**
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	81,27
Total Devido pelo Reclamado	**5.633,75**

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'IPCA-E' até 12/11/2025 e pelo índice 'IPCA' a partir de 13/11/2025, acumulados a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'IPCA' relativa a 03/2026.
2. Juros apurados desde o vencimento das verbas vencidas, em fase pré-judicial, conforme decisão do STF na ADC 58; juros simples TRD até 12/11/2025; e juros Taxa Legal a partir de 13/11/2025 (Art. 406 do Código Civil).

PJe Documento assinado eletronicamente por DOUGLAS MACRINI FILHO, em 08/05/2026, às 14:59:43 - 82179cf

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Processo: 1001981-62.2025.5.02.0043
Cálculo: 2439

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA**
Reclamado: **MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA**
Período do Cálculo: **24/10/2023 a 05/07/2024** Data Ajuizamento: **13/11/2025** Data Liquidação: **30/04/2026**

Dados do Cálculo

Estado: **SP** Município: **GUARULHOS**
Regime de Trabalho: **Tempo Integral**
Maior Remuneração: **0,00**
Prazo de Aviso Prévio: **Calculado**
Zerar Valor Negativo (Padrão): **Não**
Carga Horária (Padrão): **220,00**

Admissão: **24/10/2023**
Aplicar Prescrição Quinquenal: **Não**
Última Remuneração:
Projetar Aviso Prévio Indenizado: **Sim**
Considerar Feriados Estaduais: **Sim**
Sábado como Dia Útil: **Sim**

Demissão: **05/07/2024**
Aplicar Prescrição Trintenária: **Não**
Limitar Avos ao Período de Cálculo: **Não**
Considerar Feriados **Sim**

PONTOS FACULTATIVOS	
Nome	**Abrangência**
SEXTA-FEIRA SANTA	Nacional
CORPUS CHRISTI	Nacional
CARNAVAL	Nacional

Demonstrativo de FGTS

Nome: **FGTS 8%**
Período: **10/2023 a 07/2024**
Comentário: **RECOLHER EM CONTA VINCULADA DO RECLAMANTE**

(0) X 8%									
Ocorrência	**Base**	**Alíquota**	**Devido**	**Recolhido**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**	**Juros**	**Total**
10/2023	933,27	8%	74,66	0,00	74,66	1,123163140	83,86	5,87	89,73
11/2023	4.662,31	8%	372,98	0,00	372,98	1,119468892	417,54	28,92	446,46
12/2023	4.876,20	8%	390,10	0,00	390,10	1,115008857	434,96	29,83	464,79
01/2024	4.373,53	8%	349,88	0,00	349,88	1,111563012	388,92	26,33	415,25
02/2024	4.500,00	8%	360,00	0,00	360,00	1,102959924	397,07	26,85	423,92
03/2024	4.565,89	8%	365,27	0,00	365,27	1,099003511	401,43	27,02	428,45
04/2024	4.593,46	8%	367,48	0,00	367,48	1,096700441	403,01	26,71	429,72
05/2024	4.552,91	8%	364,23	0,00	364,23	1,091896098	397,70	26,01	423,71
06/2024	4.500,00	8%	360,00	0,00	360,00	1,087654246	391,56	25,47	417,03
07/2024	750,00	8%	60,00	0,00	60,00	1,084401043	65,06	4,18	69,24

PJe Documento assinado eletronicamente por DOUGLAS MACRINI FILHO, em 08/05/2026, às 14:59:43 - 82179cf

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

	Total	**3.381,11**	**227,19**	**3.608,30**

Nome: MULTA DE 40% SOBRE FGTS (DEVIDO)

Comentário: RECOLHER EM CONTA VINCULADA DO RECLAMANTE

(FGTS (Total Devido) x 40%)							
Data Ocorrência	**Base**	**Percentual**	**Devido**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**	**Juros**	**Total**
05/07/2024	3.117,95	40%	1.247,18	1,084401043	1.352,44	86,97	1.439,41

eSocial - Evento S-2500

Período de Referência	Base de Cálculo - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - 13º Salário - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - FGTS
10/2023	0,00	0,00	933,27
11/2023	0,00	0,00	4.662,31
12/2023	0,00	0,00	4.876,20
01/2024	0,00	0,00	4.373,53
02/2024	0,00	0,00	4.500,00
03/2024	0,00	0,00	4.565,89
04/2024	0,00	0,00	4.593,46
05/2024	0,00	0,00	4.552,91
06/2024	0,00	0,00	4.500,00
07/2024	0,00	0,00	750,00

Demonstrativo de Honorários

Nome: HONORÁRIOS DEVIDOS PELO RECLAMADO

Valores Calculados					C=(A x B)
Composição de Base: (Bruto) x 10,00%					
Ocorrência	**Descrição**	**Credor**	**Base (A)**	**Alíquota (B)**	**Valor (C)**
30/04/2026	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	DOUGLAS MACRINI FILHO	5.047,71	10,00 %	504,77
				Total	**504,77**

Demonstrativo de Custas Judiciais

Custas pelo Reclamado

Nome: CUSTAS DE CONHECIMENTO **F = [((A submetido a B) x D) +E]**

Ocorrência	Valor (A)	Piso (B)	Teto (C)	Índice correção (D)	Valor corrigido	Juros (E)	Total (F)

PJe Documento assinado eletronicamente por DOUGLAS MACRINI FILHO, em 08/05/2026, às 14:59:43 - 82179cf

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

20/02/2026	80,00	10,64	-	1,015861600	81,27	-	81,27

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Devido	Recolhido	Diferença
30/04/2026	81,27	0,00	81,27

Documento assinado eletronicamente por DOUGLAS MACRINI FILHO, em 08/05/2026, às 14:59:43 - 82179cf
https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/26050814594174600000459532976?instancia=1
Número do processo: 1001981-62.2025.5.02.0043
Número do documento: 26050814594174600000459532976

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
82179cf	08/05/2026 14:59	rafael_da_gama_montezuma_-_1001981-62.2025.5.02.0043_-_liquidação_de_sentença	Planilha de Cálculos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 21

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 1001981-62.2025.5.02.0043

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 13/11/2025
Valor da causa: R$ 12.333,75

Partes:
RECLAMANTE: RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA
ADVOGADO: DOUGLAS MACRINI FILHO
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: RAPIDO LINENSE LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: TRANSPORTES LABOR LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: JANUARIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: ADAMANTINA EXPRESS TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: VAT - VIACAO ADAMANTINA DE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
22ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO
ATSum 1001981-62.2025.5.02.0043
RECLAMANTE: RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTROS (9)

CONCLUSÃO

Nesta data, faço o feito concluso ao(a) MM(a) Juiz(a) da 22ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP.

- ID 82179cf - cálculos de liquidação do reclamante;
- ID - concordância tácita das reclamadas, com decurso de prazo em 25/5/2026;
- ID a4c5db0 - sentença de mérito;
- ID 5a160e5- certidão de trânsito em julgado em 04/03/2026;
- Informo, por oportuno, que a presente execução é **DEFINITIVA**.

SAO PAULO/SP, data abaixo.

SELMA MIKI HANKE HARADA

HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO

Vistos etc.

Em face do acima certificado, sem mais delongas, **HOMOLOGO** os cálculos de liquidação apresentados pelo reclamante em ID 82179cf, para fixar o *quantum debeatur* em **R$ 5.047,71**, atualizado até 30/4/2026 pelo IPCA-E até 29/08/2024, juros simples TRD na fase pré-judicial e IPCA a partir de 30/08/2024 e juros Taxa Legal a partir o ajuizamento da ação, sendo **R$ 4.733,55** relativo ao principal e, **R$ 314,16** relativo aos juros de mora, a ser majorado até a data do efetivo pagamento, nos termos estabelecidos em lei e observando-se a atualização conforme planilha do PJE CALC juntada com a presente decisão.

A verba deferida trata-se de FGTS para depósito na conta vinculada.

Encargos Previdenciários não há;

Documento assinado eletronicamente por THATYANA CRISTINA DE REZENDE ESTEVES DE ANDRADE, em 26/05/2026, às 11:58:26 - c3beba2

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Honorários Advocatícios ao patrono do autor no valor de **R$ 504,77**, pelas reclamadas.

Custas processuais arbitradas em sentença, no valor de **R$ 81,27** pelas reclamadas.

Considerando que as reclamadas, devedoras solidárias, se encontram em processo de recuperação judicial, Processo nº 1184729-04.2024.8.26.0100, em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP, expeça-se certidão para habilitação do crédito de **R$ R$ 5.047,71** , atualizado até 30/4/2026, referente ao FGTS, **Honorários Advocatícios** ao patrono do autor no valor de **R$ 504,77**, e **Custas processuais** arbitradas em sentença, no valor de **R$ 80,00** pelas reclamadas. Total de R$ 5.632,48 atualizado até 30/04/2026.

Por medida de economia e celeridade processual, confiro à presente decisão de homologação de cálculos, força de certidão para a devida habilitação nos termos acima deferido, para cumprimento no e-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br , (ID b426dd9) para as providências cabíveis.

Após, aguarde-se na tarefa de sobrestamento, notícia quanto à habilitação.

Intimem-se.

SAO PAULO/SP, 26 de maio de 2026.

THATYANA CRISTINA DE REZENDE ESTEVES DE ANDRADE
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por THATYANA CRISTINA DE REZENDE ESTEVES DE ANDRADE, em 26/05/2026, às 11:58:26 - c3b6ba2
https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/26052610040638200000463184079?instancia=1
Número do processo: 1001981-62.2025.5.02.0043
Número do documento: 26052610040638200000463184079

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
c3beba2	26/05/2026 11:58	Decisão (HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS)	Decisão

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 22

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 1000822-23.2025.5.02.0322
Cálculo: 1236

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA**
Reclamado: **MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**
Período do Cálculo: **24/10/2023 a 05/07/2024** Data Ajuizamento: **10/11/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	Juros	Total
CESTA ALIMENTAÇÃO	2.808,56	15,93	2.824,49
CESTA NATALINA	139,75	0,98	140,73
MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT	4.947,51	16,55	4.964,06
MULTA NORMATIVA	286,60	0,96	287,56
PLR CCT 2023 | 2024	631,23	2,99	634,22
PLR CCT 2024 | 2025	219,04	0,73	219,77
VALE REFEIÇÃO	3.339,29	18,78	3.358,07
Total	**12.371,98**	**56,92**	**12.428,90**

Percentual de Parcelas Remuneratórias: 0,00% - Percentual de Parcelas Tributáveis: 2,32%

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
VERBAS	12.428,90
Bruto Devido ao Reclamante	**12.428,90**
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
Total de Descontos	**0,00**
Líquido Devido ao Reclamante	**12.428,90**

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	12.428,90
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA PATRONO DO RECLAMANTE	1.242,89
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA PATRONO DO RECLAMANTE	0,00
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
Subtotal	**13.671,79**
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	200,00
Total Devido pelo Reclamado	**13.871,79**

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'IPCA-E', acumulados a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'IPCA-E' relativa a 11/2024.
2. Imposto de renda apurado através da 'tabela progressiva mensal' vigente no mês da liquidação (Art. 12-B da Lei nº 7.713/1988).
3. Juros apurados desde o vencimento das verbas vencidas, em fase pré-judicial, conforme decisão do STF na ADC 58; juros simples TRD até 15/05/2025; e juros SELIC (Receita Federal) a partir de 16/05/2025.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Processo: 1000822-23.2025.5.02.0322

Cálculo: 1236

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA**

Reclamado: **MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**

Período do Cálculo: **24/10/2023 a 05/07/2024** Data Ajuizamento: **10/11/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Dados do Cálculo

Estado: **SP** Município: **GUARULHOS**
Regime de Trabalho: **Tempo Integral**
Maior Remuneração: **4.875,00**
Prazo de Aviso Prévio: **Calculado**
Zerar Valor Negativo (Padrão): **Não**
Carga Horária (Padrão): **220,00**

Admissão: **24/10/2023**
Aplicar Prescrição Quinquenal: **Não**
Última Remuneração:
Projetar Aviso Prévio Indenizado: **Não**
Considerar Feriados Estaduais: **Sim**
Sábado como Dia Útil: **Sim**

Demissão: **05/07/2024**
Aplicar Prescrição Trintenária: **Não**
Limitar Avos ao Período de Cálculo: **Não**
Considerar Feriados **Sim**

PONTOS FACULTATIVOS	
Nome	**Abrangência**
CARNAVAL	Nacional
CORPUS CHRISTI	Nacional
SEXTA-FEIRA SANTA	Nacional

Histórico Salarial

OCORRÊNCIAS DO HISTÓRICO SALARIAL			
MÊS/ANO	**CESTA ALIMENTAÇÃO**	**CESTA NATALINA**	**VALE REFEIÇÃO**
10/2023	**267,84**	**0,00**	**15,00**
11/2023	**267,84**	**0,00**	**15,00**
12/2023	**267,84**	**133,92**	**15,00**
01/2024	**267,84**	**0,00**	**15,00**
02/2024	**267,84**	**0,00**	**15,00**
03/2024	**267,84**	**0,00**	**15,00**
04/2024	**267,84**	**0,00**	**15,00**
05/2024	**282,00**	**0,00**	**16,00**
06/2024	**282,00**	**0,00**	**16,00**
07/2024	**282,00**	**0,00**	**16,00**

Demonstrativo de Verbas

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **CESTA ALIMENTAÇÃO**

Período: **24/10/2023 a 05/07/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((CESTA ALIMENTAÇÃO) / 1,0000) X 1,00000000) X 1,0000)

Período Mensal	Base	Divisor	Multiplicador	Quantidade	Dobra	Devido	Pago	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido
24 a 31/10/2023	267,84	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	267,84	0,00	267,84	1,051150018	281,54
01 a 30/11/2023	267,84	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	267,84	0,00	267,84	1,047692633	280,61
01 a 31/12/2023	267,84	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	267,84	0,00	267,84	1,043518558	279,50
01 a 31/01/2024	267,84	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	267,84	0,00	267,84	1,040293648	278,63
01 a 29/02/2024	267,84	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	267,84	0,00	267,84	1,032242159	276,48
01 a 31/03/2024	267,84	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	267,84	0,00	267,84	1,028539417	275,48
01 a 30/04/2024	267,84	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	267,84	0,00	267,84	1,026384011	274,91
01 a 31/05/2024	282,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	282,00	0,00	282,00	1,021887705	288,17
01 a 30/06/2024	282,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	282,00	0,00	282,00	1,017917825	287,05
01 a 05/07/2024	282,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	282,00	0,00	282,00	1,014873206	286,19
									Total	**2.808,56**

Nome: **CESTA NATALINA**

Período: **24/10/2023 a 05/07/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((CESTA NATALINA) / 1,0000) X 1,00000000) X 1,0000)

Período Mensal	Base	Divisor	Multiplicador	Quantidade	Dobra	Devido	Pago	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido
24 a 31/10/2023	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,051150018	0,00
01 a 30/11/2023	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,047692633	0,00
01 a 31/12/2023	133,92	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	133,92	0,00	133,92	1,043518558	139,75
01 a 31/01/2024	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,040293648	0,00
01 a 29/02/2024	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,032242159	0,00
01 a 31/03/2024	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,028539417	0,00
01 a 30/04/2024	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,026384011	0,00
01 a 31/05/2024	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,021887705	0,00
01 a 30/06/2024	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,017917825	0,00
01 a 05/07/2024	0,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,014873206	0,00
									Total	**139,75**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WUMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT**

Período: **24/10/2023 a 05/07/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

(((MAIOR REMUNERAÇÃO) / 1,0000) X 1,00000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 05/07/2024	4.875,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	4.875,00	0,00	4.875,00	1,014873206	4.947,51
									Total	**4.947,51**

Nome: **MULTA NORMATIVA**

Período: **24/10/2023 a 05/07/2024** Incidência(s): **IRPF**

Comentário: **PLR**
CESTA ALIMENTAÇÃO
VALE REFEIÇÃO
CESTA NATALINA

(((SALÁRIO MÍNIMO) / 1,0000) X 0,20000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 05/07/2024	1.412,00	1,0000	0,20000000	1,0000	Não	282,40	0,00	282,40	1,014873206	286,60
									Total	**286,60**

Nome: **PLR CCT 2023 | 2024**

Período: **30/04/2024 a 30/04/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **6/12**

Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
30 a 30/04/2024	-	-	-	-	-	615,00	0,00	615,00	1,026384011	631,23
									Total	**631,23**

Nome: **PLR CCT 2024 | 2025**

Período: **24/10/2023 a 05/07/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **1295,00 - 2/12**

Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 05/07/2024	-	-	-	-	-	215,83	0,00	215,83	1,014873206	219,04
									Total	**219,04**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **VALE REFEIÇÃO**

Período: **24/10/2023 a 05/07/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((VALE REFEIÇÃO) / 1,0000) X 1,00000000) X DIAS ÚTEIS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
24 a 31/10/2023	15,00	1,0000	1,00000000	7,0000	Não	105,00	0,00	105,00	1,051150018	110,37
01 a 30/11/2023	15,00	1,0000	1,00000000	24,0000	Não	360,00	0,00	360,00	1,047692633	377,17
01 a 31/12/2023	15,00	1,0000	1,00000000	25,0000	Não	375,00	0,00	375,00	1,043518558	391,32
01 a 31/01/2024	15,00	1,0000	1,00000000	26,0000	Não	390,00	0,00	390,00	1,040293648	405,71
01 a 29/02/2024	15,00	1,0000	1,00000000	24,0000	Não	360,00	0,00	360,00	1,032242159	371,61
01 a 31/03/2024	15,00	1,0000	1,00000000	25,0000	Não	375,00	0,00	375,00	1,028539417	385,70
01 a 30/04/2024	15,00	1,0000	1,00000000	26,0000	Não	390,00	0,00	390,00	1,026384011	400,29
01 a 31/05/2024	16,00	1,0000	1,00000000	25,0000	Não	400,00	0,00	400,00	1,021887705	408,76
01 a 30/06/2024	16,00	1,0000	1,00000000	25,0000	Não	400,00	0,00	400,00	1,017917825	407,17
01 a 05/07/2024	16,00	1,0000	1,00000000	5,0000	Não	80,00	0,00	80,00	1,014873206	81,19
									Total	**3.339,29**

Demonstrativo de Juros sobre Verbas

Nome: JUROS SOBRE VERBAS

Ocorrência	Data Inicial	Total de Verbas	Contribuição Social	Previdência Privada	Capital	Taxa	Juros
10/2023	31/10/2023	391,91	0,00	0,00	391,91	0,8513 %	3,34
11/2023	30/11/2023	657,78	0,00	0,00	657,78	0,7738 %	5,09
12/2023	31/12/2023	810,57	0,00	0,00	810,57	0,7048 %	5,71
01/2024	31/01/2024	684,34	0,00	0,00	684,34	0,6174 %	4,22
02/2024	29/02/2024	648,09	0,00	0,00	648,09	0,6095 %	3,95
03/2024	31/03/2024	661,18	0,00	0,00	661,18	0,5764 %	3,81
04/2024	30/04/2024	1.306,43	0,00	0,00	1.306,43	0,4741 %	6,19
05/2024	31/05/2024	696,93	0,00	0,00	696,93	0,3872 %	2,70
06/2024	30/06/2024	694,22	0,00	0,00	694,22	0,3507 %	2,43
07/2024	05/07/2024	5.820,53	0,00	0,00	5.820,53	0,3346 %	19,48
						Total	**56,92**

Demonstrativo de Honorários

Nome: HONORÁRIOS DEVIDOS PELO RECLAMADO

Valores Calculados					C=(A x B)
Composição de Base: (Bruto) x 10,00%					
Ocorrência	**Descrição**	**Credor**	**Base (A)**	**Alíquota (B)**	**Valor (C)**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WUMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Valores Calculados				C=(A x B)	
Composição de Base: (Bruto) x 10,00%					
Ocorrência	**Descrição**	**Credor**	**Base (A)**	**Alíquota (B)**	**Valor (C)**
20/11/2024	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	PATRONO DO RECLAMANTE	12.428,90	10,00 %	1.242,89
				Total	**1.242,89**

Demonstrativo de Imposto de Renda

Nome: TRIBUTAÇÃO NORMAL

MULTA NORMATIVA												
Verbas	**Juros**	**Contribuição Social**	**Previdência Privada**	**Pensão Alimentícia**	**Honorários**	**Dependentes**	**Aposentado > 65 anos**	**Base**	**Faixa**	**Alíquota**	**Dedução**	**Devido**
286,60	-	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	286,60	0,00 à 2.259,20	0,00 %	0,00	0,00
											Total Devido	**0,00**

Demonstrativo de Custas Judiciais

Custas pelo Reclamado

Nome: CUSTAS DE CONHECIMENTO **F = [((A submetido a B) x D) +E]**

Ocorrência	Valor (A)	Piso (B)	Teto (C)	Índice correção (D)	Valor corrigido	Juros (E)	Total (F)
28/10/2025	200,00	10,64	-	1,000000000	200,00	-	200,00

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Devido	Recolhido	Diferença
20/11/2024	200,00	0,00	200,00

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WBMJ26407914483 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 1001981-62.2025.5.02.0049
Cálculo: 1237

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA**
Reclamado: **MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA**
Período do Cálculo: **24/10/2023 a 05/07/2024** Data Ajuizamento: **10/11/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	Juros	Total
FGTS 8%	3.164,33	17,92	3.182,25
MULTA SOBRE FGTS 40%	1.265,73	3,50	1.269,23
Total	**4.430,06**	**21,42**	**4.451,48**

Percentual de Parcelas Remuneratórias e Tributáveis: 0,00%

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
FGTS	4.451,48
Bruto Devido ao Reclamante	**4.451,48**
DEPÓSITO FGTS	(4.451,48)
Total de Descontos	**(4.451,48)**
Líquido Devido ao Reclamante	**0,00**

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	0,00
DEPÓSITO FGTS	4.451,48
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA DOUGLAS MACRINI FILHO	445,15
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA DOUGLAS MACRINI FILHO	0,00
Subtotal	**4.896,63**
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	80,00
Total Devido pelo Reclamado	**4.976,63**

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'IPCA-E', acumulados a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'IPCA-E' relativa a 11/2024.
2. Juros apurados desde o vencimento das verbas vencidas, em fase pré-judicial, conforme decisão do STF na ADC 58; juros simples TRD até 12/11/2025; e juros Taxa Legal a partir de 13/11/2025 (Art. 406, parágrafo único, do Código Civil).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Processo: 1001981-62.2025.5.02.0043

Cálculo: 1237

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **RAFAEL DA GAMA MONTEZUMA**

Reclamado: **MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA**

Período do Cálculo: **24/10/2023 a 05/07/2024** Data Ajuizamento: **10/11/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Dados do Cálculo

Estado: **SP** Município: **GUARULHOS**
Regime de Trabalho: **Tempo Integral**
Maior Remuneração: **0,00**
Prazo de Aviso Prévio: **Calculado**
Zerar Valor Negativo (Padrão): **Não**
Carga Horária (Padrão): **220,00**

Admissão: **24/10/2023**
Aplicar Prescrição Quinquenal: **Não**
Última Remuneração:
Projetar Aviso Prévio Indenizado: **Sim**
Considerar Feriados Estaduais: **Sim**
Sábado como Dia Útil: **Sim**

Demissão: **05/07/2024**
Aplicar Prescrição Trintenária: **Não**
Limitar Avos ao Período de Cálculo: **Não**
Considerar Feriados **Sim**

PONTOS FACULTATIVOS	
Nome	**Abrangência**
CARNAVAL	Nacional
SEXTA-FEIRA SANTA	Nacional
CORPUS CHRISTI	Nacional

Demonstrativo de FGTS

Nome: **FGTS 8%**

Período: **10/2023 a 07/2024**

Comentário: **RECOLHER EM CONTA VINCULADA DO RECLAMANTE**

(0) X 8%

Ocorrência	Base	Alíquota	Devido	Recolhido	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Total
10/2023	933,27	8%	74,66	0,00	74,66	1,051150018	78,48	0,67	79,15
11/2023	4.662,31	8%	372,98	0,00	372,98	1,047692633	390,77	3,02	393,79
12/2023	4.876,20	8%	390,10	0,00	390,10	1,043518558	407,07	2,87	409,94
01/2024	4.373,53	8%	349,88	0,00	349,88	1,040293648	363,98	2,25	366,23
02/2024	4.500,00	8%	360,00	0,00	360,00	1,032242159	371,61	2,26	373,87
03/2024	4.565,89	8%	365,27	0,00	365,27	1,028539417	375,70	2,17	377,87
04/2024	4.593,46	8%	367,48	0,00	367,48	1,026384011	377,17	1,79	378,96
05/2024	4.552,91	8%	364,23	0,00	364,23	1,021887705	372,21	1,44	373,65
06/2024	4.500,00	8%	360,00	0,00	360,00	1,017917825	366,45	1,28	367,73
07/2024	750,00	8%	60,00	0,00	60,00	1,014873206	60,89	0,17	61,06

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

	Total	**3.164,33**	**17,92**	**3.182,25**

Nome: MULTA DE 40% SOBRE FGTS (DEVIDO)

Comentário: RECOLHER EM CONTA VINCULADA DO RECLAMANTE

(FGTS (Total Devido) x 40%)							
Data Ocorrência	**Base**	**Percentual**	**Devido**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**	**Juros**	**Total**
05/07/2024	3.117,96	40%	1.247,18	1,014873206	1.265,73	3,50	1.269,23

eSocial - Evento S-2500

Período de Referência	Base de Cálculo - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - 13º Salário - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - FGTS
10/2023	0,00	0,00	933,27
11/2023	0,00	0,00	4.662,31
12/2023	0,00	0,00	4.876,20
01/2024	0,00	0,00	4.373,53
02/2024	0,00	0,00	4.500,00
03/2024	0,00	0,00	4.565,89
04/2024	0,00	0,00	4.593,46
05/2024	0,00	0,00	4.552,91
06/2024	0,00	0,00	4.500,00
07/2024	0,00	0,00	750,00

Demonstrativo de Honorários

Nome: HONORÁRIOS DEVIDOS PELO RECLAMADO

Valores Calculados					C=(A x B)
Composição de Base: (Bruto) x 10,00%					
Ocorrência	**Descrição**	**Credor**	**Base (A)**	**Alíquota (B)**	**Valor (C)**
20/11/2024	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	DOUGLAS MACRINI FILHO	4.451,48	10,00 %	445,15
				Total	**445,15**

Demonstrativo de Custas Judiciais

Custas pelo Reclamado

Nome: CUSTAS DE CONHECIMENTO **F = [((A submetido a B) x D) +E]**

Ocorrência	Valor (A)	Piso (B)	Teto (C)	Índice correção (D)	Valor corrigido	Juros (E)	Total (F)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

20/02/2026	80,00	10,64	-	1,000000000	80,00	-	80,00

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Devido	Recolhido	Diferença
20/11/2024	80,00	0,00	80,00

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WMJ26407914483 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 23

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0010880-83.2024.5.15.0061

Tramitação Preferencial

- Idoso
- Falência ou Recuperação Judicial

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 22/08/2024
Valor da causa: R$ 382.650,00

Partes:
AUTOR: CELSO ERVOLINO
ADVOGADO: JAIRO FREITAS DE OLIVEIRA JUNIOR
ADVOGADO: CLAUDEMIRO CANDIDO DE OLIVEIRA NETO
ADVOGADO: MAIRA SILVA DE OLIVEIRA SANTOS
RÉU: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
PERITO: JOAO LUIS MARTINS PEREZ
TERCEIRO INTERESSADO: CAVALLARO E MICHELMAN-ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO: NATALIA MARIA NEVES BAST

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE ARAÇATUBA
ATOrd 0010880-83.2024.5.15.0061
AUTOR: CELSO ERVOLINO
RÉU: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA

I – Relatório

Com as razões da exordial e documentos, postula a parte reclamante a condenação da reclamada ao pagamento de horas extras e reflexos pela extrapolação da jornada e supressão do intervalo interjornada; integração de parcela salarial nas demais verbas, adicional de insalubridade e/ou periculosidade e reflexos, integração do adicional noturno quitado e indenização do aviso prévio proporcional. Requereu ainda a concessão da gratuidade da prestação jurisdicional e condenação da parte adversa ao pagamento de honorários advocatícios. Deu à causa o valor de R$382.650,00.

Devidamente notificada a parte reclamada compareceu a audiência inaugural, oportunidade em que frustrada a tentativa conciliatória, apresentou defesa escrita, na qual refutou os pedidos pugnando pela improcedência total da ação. A peça foi instruída com documentos.

Na mesma sessão foi deferido prazo para manifestação sobre defesa e documentos, determinada a realização de prova pericial no local de trabalho e designada data para a audiência de instrução.

O laudo pericial foi juntado às fls. 513/543. Após as impugnações do reclamante o perito apresentou os esclarecimentos de fls. 550/553.

Por ocasião da audiência em prosseguimento, foram dispensados os depoimentos das partes e inquirida uma testemunha.

Instrução processual encerrada.

Razões finais remissivas.

Proposta conciliatória final recusada.

II – Fundamentação1

PRESCRIÇÃO

Documento assinado eletronicamente por SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA, em 28/07/2025, às 14:00:28 - e923057

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Ajuizada a reclamação aos 22/08/2024, observados os termos do art. 7º, inc. XXIX, da Constituição Federal, acolhe-se a arguição da reclamada, declarando-se prescrita a pretensão da parte reclamante quanto aos créditos anteriores a 22/08/2019, extinguindo-se o processo, no particular, com efeito de julgamento do mérito, nos moldes do art. 487, inc. II, do CPC.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

O laudo pericial de fls. 513/543 e esclarecimentos de fls. 550/553 são conclusivos nos sentido de que as atividades do reclamante não se enquadram dentre aquelas consideradas insalubres e que nos últimos 6 meses o reclamante trabalhou em atividades e operações perigosas com inflamáveis.

No tocante a impugnação do reclamante, o perito prestou os esclarecimentos necessários, não merecendo reparo.

Cabe ressaltar que o reclamante alegou como causa de pedir que o adicional de periculosidade seria devido por trabalhar em veículo com tanque superior a 200l e pela troca de óleo diesel entre as frotas, permanecendo em área de risco. Por ocasião da perícia declarou ao perito que *nos últimos 6 meses laborados realizava o abastecimento diário de uma van e um ônibus na garagem da empresa, onde trazia combustível no galão e realizava o abastecimento*, não podendo ser acolhida a afirmação da testemunha de que ele abastecia o ônibus desde um mês e meio de sua admissão.

Importante registrar que, conforme recente decisão proferida nos autos do processo n. TST-RR – 804-11.2021.5.07.0034, na qual é indeferido o pedido de adicional de periculosidade, relativamente à condução de **veículo equipado com tanques de combustível originais de fábrica e suplementares,** restou reconhecido que a Portaria SEPRT nº 1.357/2019 não alterou a legislação vigente, mas apenas deixou mais clara a situação que já se encontrava regulamentada na NR16, senão veja-se:

> "I - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA RECLAMADA. INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467 /2017. 1. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. CONDUÇÃO DE VEÍCULO COM TANQUE SUPLEMENTAR. CONSUMO PRÓPRIO. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Considerando a existência de questão nova a respeito da aplicação do disposto no item 16.6.1.1 da NR-16, incluído pela Portaria da SEPRT n° 1.357/2019, deve ser reconhecida a transcendência jurídica da causa, nos termos do

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

artigo 896-A, § 1°, IV, da CLT. Ante a possível violação do artigo 5°, II, da Constituição Federal, o processamento do recurso de revista é medida que se impõe. Agravo de instrumento a que se dá provimento. II – RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA. 1. **ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. CONDUÇÃO DE VEÍCULO COM TANQUE SUPLEMENTAR. CONSUMO PRÓPRIO. PROVIMENTO**. A controvérsia dos autos centra-se em definir se o empregado que conduz veículo equipado com tanque suplementar de combustível, ainda que para consumo próprio, com capacidade superior a 200 litros, faz jus ao recebimento do adicional de periculosidade. O tema em discussão encontra-se disciplinado na Norma Regulamentadora nº 16 do MTE, aprovada pela Portaria nº 3.214/1978, que, em seu item 16.6. estabeleceu que " as operações de transporte de inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos, em quaisquer vasilhames e a granel, são consideradas em condições de periculosidade, exclusão para o transporte em pequenas quantidades, até o limite de 200 (duzentos) litros para os inflamáveis líquidos e 135 (cento e trinta e cinco) quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos ". No tocante aos tanques de consumo próprio dos veículos, o subitem 16.6.1. da própria Norma Regulamentadora estipulou uma exceção, ao esclarecer que as quantidades de inflamáveis neles contidas não devem ser consideradas para efeito de reconhecimento do labor em condições perigosas, independentemente da capacidade dos tanques. Tal limitação foi inserida originariamente na Portaria nº 608, de 26.10.1965 e restou mantida mesmo após a revisão da NR-16, em 1978. Percebe-se, pois, que a intenção da norma de excluir o tanque de consumo próprio se deu justamente porque este não é destinado a armazenamento, nos moldes da regra do item 16.6 da aludida NR. A egrégia SBDI-1, desta Corte Superior, todavia, no julgamento do processo E-RR-50-74.2015.2015.5.04.0871, na sessão de julgamento de 18/10/2018, ao interpretar os itens 16.6 e 16.6.1 da Norma Regulamentadora nº 16 do MTE, firmou entendimento no sentido de que considera-se devido o adicional de periculosidade ao empregado motorista que conduz veículo com tanque suplementar de combustível, mesmo que para consumo próprio, em quantidade superior a 200 litros. Considerou-se, de tal sorte, irrelevante o fato de o armazenamento do combustível ser feito em tanques originais de fábrica, suplementares ou alterados para aumentar a capacidade do tanque original, porquanto o que possibilitaria o risco equiparado ao que decorre da operação de transporte de inflamável seria a capacidade total dos tanques, se superior a 200

Documento assinado eletronicamente por SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA, em 28/07/2025, às 14:00:28 - e923057

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

litros. Em tais casos, contudo, a norma regulamentadora é expressa quando afasta a possibilidade de reconhecimento do labor em condições perigosas. Tanto é que posteriormente ao aludido julgamento proclamado pela SBDI-1, a NR nº 16 foi alterada pela Portaria SEPRT nº 1.357/2019, que inseriu o subitem 16.6.1.1., para afastar a aplicação do item 16.6 às quantidades de inflamáveis contidas nos tanques de combustível originais de fábrica e suplementares, certificados pelo órgão competente. O referido subitem, ao excluir a incidência do item 16.6., excepcionou a regra geral para a classificação da operação como perigosa, erradicando, de tal forma, a possibilidade de alteração clandestina da capacidade dos tanques. Isso porque o subitem em questão versou especificamente sobre o requisito de os tanques de combustível voltados ao consumo próprio dos veículos serem originais de fábrica e suplementares, certificados pelo órgão competente, para que se pudesse refutar a periculosidade da condição da operação. Sobreleva notar, por oportuno, que a entrada em vigência do novo subitem não configurou a criação de uma nova situação jurídica, porquanto, conforme antes registrado o item 16.6.1. já previa que as quantidades de inflamáveis contidas nos tanques suplementares para o consumo próprio não ensejariam o pagamento do adicional de periculosidade por transporte de inflamáveis. Depreende-se, pois, que o novo subitem (16.6.1.1) veio acrescentar uma interpretação mais detalhada a fim de sanar eventuais lacunas acerca da abrangência da norma, notadamente no tocante aos tanques originais de fábrica e suplementares os quais afastam a condição perigosa a ensejar o pagamento do adicional de periculosidade. No caso em análise, **o egrégio Tribunal Regional registrou que o reclamante conduzia caminhão equipado com tanques de combustível originais de fábrica e suplementares (de consumo próprio de veículos transportadores), certificados por órgão competente**. Decidiu, diante desse cenário, manter a condenação da reclamada ao pagamento do adicional de periculosidade apenas no período de 04.12.2017 a 10.12.2019, por entender que a partir da entrada em vigor da Portaria SEPRT nº 1.357/2019, o adicional não seria mais devido. Ressaltou, nesse aspecto, que a referida alteração legislativa não poderia retroagir para alcançar fatos anteriores. Sucede, todavia, que como exaustivamente explicitado nas razões acima, não se está a tratar de direito que deixou de existir somente após a inserção do novo subitem 16.6.1.1, mas de ausência de direito desde a redação original da NR16, aprovada pela Portaria nº 3.214/1978, sendo certo

Documento assinado eletronicamente por SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA, em 28/07/2025, às 14:00:28 - e923057

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

que o novo subitem veio apenas a aclarar ainda mais a situação que já se encontrava regulamentada. Assim, **tendo em vista o disposto no artigo 193 da CLT que exige que, para que sejam consideradas perigosas, as operações devem estar previstas na regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e uma vez que a condição a que está submetido o reclamante nunca esteve enquadrada na Norma Regulamentadora nº 16 do MTE, é forçoso reconhecer que o egrégio Tribunal Regional do Trabalho proferiu decisão ao arrepio do princípio da legalidade, insculpido no artigo 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento**" (RR-804-11.2021.5.07.0034, 8ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT **02/02/2024**).

Por conseguinte, com base na conclusão do laudo pericial defiro ao autor, pelos meses de março de 2023 a agosto de 2023, o adicional de periculosidade, calculado à razão de 30% sobre o salário, que em face da indiscutível natureza salarial do adicional ora deferido e observados os limites do pedido, os valores respectivos integram a remuneração do obreiro, inclusive gerando os reflexos nas férias + 1/3, 13ºs salários e FGTS.

Sucumbentes no objeto da perícia, arcará a reclamada com os honorários periciais que, observado o tempo despendido; grau de dificuldade das matérias e o zelo profissional, são arbitrados em R$3.200,00. Do referido valor poderá ser deduzida a importância eventualmente depositada pela reclamada a título de honorários periciais prévios, mediante juntada aos autos do respectivo comprovante.

Registre-se que, no entender deste Juízo, as disposições contidas na Resolução n. 66/2010 foram elaboradas com o propósito de conciliar o impacto das despesas com honorários periciais à disponibilidade orçamentária e não de remunerar adequadamente o trabalho dos auxiliares da Justiça, razão pela qual têm aplicação restrita às hipóteses de concessão de gratuidade de justiça, não se prestando a fixar limite máximo dos honorários periciais a serem arbitrados pelo juiz, que deverá ser objeto de regramento próprio.

Assim, tenho que o art. 790-B, §1º, da CLT, constitui norma de eficácia contida, pois depende de regulamentação, que defina critérios objetivos para sua implementação.

PREMIO X ADICIONAL DE FUNÇÃO

Documento assinado eletronicamente por SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA, em 28/07/2025, às 14:00:28 - e923057

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Embora tenha a reclamada negado que o reclamante foi líder e que pela responsabilidade passou receber acréscimo salarial consignado nos recibos como “prêmio”, a tese restou contrariada pela prova testemunhal.

Outrossim, competia a reclamada indicar e comprovar qual o desempenho superior ao ordinariamente esperado que alcançou o reclamante e para tanto foi mensalmente recompensado, e, como nenhuma prova produziu no particular, reputo que o valor consignado de R$ 500,00 sob a rubrica de prêmio tem evidente natureza de salário e para tanto deve integrar no cálculo do 13º salário, férias + 1/3, DSR, Horas extras, adicional de periculosidade e FGTS + 40%.

JORNADA DE TRABALHO

O reclamante alegou que pelo período imprescrito trabalhou no transporte para as Usinas da Mata e Raizen (Univalem), das 4h30min às 9h30min e das 20h às 0h30min em escala 5x1; por quatro meses para a Usina Raizen (Benalcool) e Faculdades de Adamantina das 15h às 17h30min e das 18h às 0h e das 4h30 as 8h30min, das 12h30min às 15h e das 17h30min às 1h, em escala 6x1, sem a última pegada e sábado; na pandemia, no trasporte da Usina Raizen e Ajinomoto, das 4h30min às 8h30min, das 12h30min às 15h e das 16h às 18h30min e, por fim, no transporte entre Ajinomoto e Faculdade das 4h30min as 8h30min, das 12h30min as 15h, das 16h00 as 18h20min e das 18h30min as 01h30min.

Como os cartões de ponto juntados pela reclamada a fls. 174 /183 (até 16/12/2019) trazem horários de entrada e saída uniformes, os mesmos revelam-se imprestáveis como meio de prova, nos termos da Súmula 338 do C. TST, inciso III: “Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbiu.”

Com relação à falta de assinatura do empregado nos cartões de ponto, em face da ausência de previsão legal (o art. 74 da CLT não exige essa formalidade), é predominante na doutrina e na jurisprudência entendimento segundo o qual a ausência de assinatura do trabalhador no controle de ponto, por si só, não o invalida como meio de prova, tampouco transfere ao empregador o ônus da prova da jornada de trabalho (Súmula 57 do Egrégio TRT da 15ª Região).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Assim, tenho que era da reclamada o ônus de comprovar a jornada de trabalho indicada na defesa, no período imprescrito até 16/12/2019 e do reclamante o ônus de comprovar a jornada declinada na petição inicial, no período seguinte.

Em audiência, o reclamante afirmou que: *que fez transportes para as usinas Univalem e Da Mata, ambas de Valparaíso; que saia da cidade e ia até a unidade e às vezes em lavouras próximas; que também trabalhou para a Usina Benalcool em Bento de Abreu; que* ***saía as 4h30 da garagem e chegava na usina ou nos locais rurais entre 8h30/9h****; que saía de Valparaiso às* ***16h*** *e chegava na Benalcool* ***após 01h****; que melhor esclarecendo, 8h30/9h, já tinha retornado para a garagem; que a* ***linha dos estudantes*** *iniciava por volta das* ***18h/18h05*** *e finalizava na garagem as 24h se o destino fosse Adamantina ou 4h40/****1h15, se Araçatuba;*** *que encerrava a última escola por volta das 19h30,* ***tinha 01h de janta e após, por volta das 21h, iniciava o trajeto até as escolas a medida que os alunos iam saindo****; que após a pegada das 9h30, ia para casa, fazia o almoço e retornava ao meio dia; que na* ***indústria da Univalem, a pegada começava as 13h****; que da Univalem começava às 16h30 e tinham vários horários; que nas linhas rurais entre uma pegada e outra, ia para casa; que nos últimos cinco anos fez as linhas das indústrias e faculdade e Ajinomoto, também.*

A única testemunha ouvida disse que: *que a depoente trabalhava das 8h às 18h, de segunda a sexta feira. que nem todos os motoristas faziam o* ***check list*** *no caminhão e aqueles que não faziam, o reclamante ia lá e fazia; que para fazer do seu ônibus,* ***o reclamante demorava de 20 a 30 minutos*** *e se tivesse mais ônibus, demorava mais; que o reclamante tinha cartão de ponto e era a depoente quem lançava; todo dia o reclamante fazia o cartão dele; que dependendo da linha, o sistema não aceitava os lançamentos corretos, então a depoente pedia que o reclamante reduzisse em média 01h dos apontamentos. [...] que no período em que trabalhou com o reclamante,* ***as linhas dele eram para Ajinomoto e para as faculdade de Araçatuba****; que não havendo linha para faculdade de Araçatuba, ia para linha da faculdade de Adamantina; que em razão do sistema, era retirado do apontamento, 01h por dia; que saindo da linha da Ajinomoto o reclamante ia direto para a linha da faculdade,* ***em horário corrido e por isso tinha que tirar 01h****.*

Não obstante o depoimento da testemunha, tem-se que o reclamante confessou em depoimento que na linha das Faculdades realizava 1h de janta, e de fato, considerando essa condição, efetivamente há que se excluir da duração da pegada esse tempo de pausa.

O reclamante não comprovou que tinha que estar a disposição do empregador para responder em grupos de whatsapp de trabalho, restando rejeitada a pretensão no particular.

Documento assinado eletronicamente por SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA, em 28/07/2025, às 14:00:28 - e923057

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Em decorrência reputo que a exceção dos controles de jornada fls. 174/183 que contam com anotações uniformes, tem-se que no tocante aos demais são válidos os acostados para comprovar a jornada realizada, sendo que no transporte para as Faculdades deve ser considerado o intervalo intrajornada de 1h (das 20h às 21h).

No tocante ao período em que inválidos os apontamentos, de jornada, na falta de outras prova e a par do depoimento pessoal do reclamante, tem-se que pelo imprescrito até outubro de 2019 o reclamante cumpriu jornada da 4h30min às 8h45min (8h30min/9h) e das 20h às 0h30min, em escala 5x1 (Da Mata e Univalem) e de novembro de 2019 até dezembro de 2019, das 16h às 17h e das 18h às 0h com 1h de janta das 20h/21h (Benalcool e Faculdade de Adamantina) em escala 5x1.

Ainda, restou comprovado que o reclamante realizava o check list do veículo antes do início da 1ª primeira pegada, despendendo 20min, sem apontamento nos controles, pelo que deve ser acrescido na duração do trabalho reconhecida.

Não tendo nenhuma das partes se desvencilhado integralmente do ônus que sobre elas recaía, com relação aos horários de trabalho do reclamante, resta declarado que cumpriu pelo imprescrito até outubro de 2019 a jornada da 4h10min às 8h45min (8h30min/9h) e das 20h às 0h30min, em escala 5x1, de novembro de 2019 até dezembro de 2019, a das 16h às 17h e das 18h às 0h com 1h de janta das 20h/21h em escala 5x1 e no restante do período a jornada consignada nos controles de jornada, antecipando-se o horário de anotação da primeira pegada em 20min e na linha da faculdade com pausa para janta de 1h.

Logo, importando as jornadas declaradas em excesso aos limites legais de duração do trabalho, devidas as horas extras, assim consideradas as excedentes de 7h20min diárias, respeitado o limite de 44 semanais, com o adicional de 50%, exceto para aquelas laboradas nos domingos e feriados, sem folga compensatória, que serão remuneradas com o adicional de 100%, nos moldes da Lei 605/49 (a apuração das horas extras deve observar ou o limite **diário** ou o limite **semanal**, a fim de evitar o bis in idem, devendo ser considerado o quantitativo mais favorável ao trabalhador). Sobre o labor extraordinário realizado entre 22h e 5h, incide o adicional noturno de 20%.

Em face da habitualidade, as horas extras e adicionais deverão integrar a remuneração do reclamante e repercutir no cálculo dos DSR's (nestes compreendidos os domingos e feriados - Lei 605/1949, art. 7º, "a"; Súmula 172/TST e OJ

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

nº 394 da SDI-1, do C. TST), férias + 1/3 (CLT, art. 142, § 5º), aviso prévio indenizado (487, § 5º, da CLT), 13os salários (Súmula 45/TST) e FGTS + 40% (Lei 8.036/1990, art. 15, "caput"; Súmula 63/TST).

A apuração dar-se-á em liquidação por cálculos, observando-se a evolução da remuneração do reclamante, nos moldes da Súmula 264, do C. TST, o divisor 220, a redução ficta da hora noturna, tomando-se como época própria, para efeito de correção monetária, os índices do mês subsequente ao da competência, conforme entendimento cristalizado na Súmula 381 do Colendo TST, desconsiderando-se o tempo até cinco minutos que antecede e sucede a jornada de trabalho, computando-se, porém, como horário extraordinário, todo o excesso após esse limite, conforme previsto no § 1º do art. 58 da CLT e Súmula 366 do C. TST e **deduzindo-se os valores pagos sob iguais títulos ora deferidos – nos termos da OJ n. 415 da SBDI-I do C. TST**, para se obstar o enriquecimento sem causa, bem como desconsiderando-se eventuais dias não trabalhados pelo autor, tais como períodos de licença, faltas injustificadas e quaisquer outros afastamentos legais e, finalmente, os critérios de cálculo previstos nas súmulas 347 e 376 do C. TST. Para evitar distorções na quantificação das horas extraordinárias efetivamente prestadas, deve ser observado o período de fechamento dos cartões de ponto.

Pela jornada reconhecida, não resta evidenciada a supressão do intervalo intrajornada, pelo que resta improcedente a pretensão.

Tem em vista os horários de trabalho indicados nos cartões de ponto e considerando as disposições normativas no sentido de que nos intervalos que o motorista estiver isento de qualquer responsabilidade no tocante a guarda do veículo e desobrigado, com liberdade pessoal de ir e vir, não será computado como tempo de atividade ou à disposição, julgo improcedente o pedido de condenação da reclamada ao pagamento do intervalo intrajornada e reflexos.

Considerando que para apuração da real jornada declarada serão considerados os adicionais noturnos devidos e seus consecutivos reflexos, prestando a verba então quitada para dedução, resta prejudicada a pretensão de reflexo em DSR dos valores quitados a esse título.

AVISO PRÉVIO INDENIZADO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

O reclamante trabalhou para reclamada por 4 anos completos, não comprovando a reclamada pelo TRCT de fls. 117/118 que remunerou o aviso prévio proporcional de 42 dias (conforme nota técnica nº 184/2012/CGRT/SRT/MTE).

Resta condenado a indenizar o 12 dias suprimidos.

GRATUIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Ante o disposto no § 3º do artigo 790 da CLT e artigo 99, § 2º do CPC, este último de aplicação subsidiária no processo do trabalho (art. 769 da CLT), entendo que deve ser presumida verdadeira a declaração de pobreza apresentada pelo (a) empregado(a) que recebe salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social, cabendo à parte impugnante a comprovação de que o(a) requerente conta com recursos suficientes para arcar com as despesas processuais.

Assim, não havendo prova em contrário de tais declarações de miserabilidade, concedo a parte reclamante os benefícios da justiça gratuita.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA

Ante os termos do artigo 791-A da CLT, ao patrono da parte reclamante são devidos os honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da condenação (a apurar em liquidação por cálculos), a cargo da reclamada.

Ao patrono da reclamada, os honorários advocatícios, são fixados em 10% sobre a diferença entre o valor pleiteado de R$ 382.650,00 e o valor apurado em liquidação devido à parte autora. Entretanto, em razão da decisão proferida nos autos da ADI nº 5.766, do Supremo Tribunal Federal, determino a suspensão de exigibilidade dos honorários advocatícios de sucumbência devidos pela parte beneficiária de justiça gratuita, admitindo a execução do crédito apenas se provado o afastamento da condição de miserabilidade jurídica da(o) reclamante no prazo de 2 (dois anos).

Registre que o C. TST, em recente decisão proferida nos autos do Recurso de Revista n. TST-RR-425-24.2018.5.12.0006, adotou tese jurídica contrária àquela estabelecida no Simpósio – Reforma Trabalhista e Justiça do Trabalho, promovido pelo Egrégio TRT da 15ª Região, em 09 e 10 de novembro de 2017, que culminou no enunciado: SUCUMBÊNCIA HONORÁRIOS – REGRAS DE

Documento assinado eletronicamente por SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA, em 28/07/2025, às 14:00:28 - e923057

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

INTERTEMPORANEIDADE; segundo o qual a sucumbência do empregado será apurada por títulos (não valores).

Nesses termos, diante do entendimento adotado pelo C. TST, se a reclamação trabalhista foi ajuizada após a vigência da Lei n. 13.467/2017, ainda que julgado procedente em parte o pedido, a parte reclamante estará sujeito ao pagamento de honorários ao advogado da parte reclamada, não havendo se falar em sucumbência por títulos, ressalvado apenas o disposto na Súmula 326 do STJ ("Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca").

IMPOSTO DE RENDA – RETENÇÃO

A(s) reclamada(s) deverá(ão) comprovar nos autos os recolhimentos fiscais, acaso incidentes, nos termos do artigo 46 da Lei número 8.541 /1992.

A apuração deve ser feita mês a mês, aplicando-se as alíquotas pertinentes a cada mês, consoante pacífica jurisprudência nos E. TRF's e STJ nesse sentido, qual seja, de tributação do imposto de renda pelo regime de competência em ações judiciais que importem em parcelas atrasadas recebidas acumuladamente, atentando ao Ato Declaratório nº 01/2009, do Procurador-Geral da Fazenda Nacional e, no mesmo sentido, a Instrução Normativa n. 1.127/2011 da Secretaria da Receita Federal, artigo 3º.

Os juros de mora não devem ser considerados para a aferição da base de cálculo do imposto de renda na fonte (OJ nº 400 da SDI-1, do C. TST), por não representar acréscimo patrimonial do contribuinte, aos quais há que se atribuir a natureza indenizatória, ante o disposto no artigo 404 e seu parágrafo único do Código Civil de 2002.

RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO

A(s) reclamada(s) deverá(ão), nos termos do artigo 43 da lei 8.212 /91, recolher a contribuição previdenciária devida ao INSS, englobando tanto as parcelas devidas diretamente pelo empregador (artigo 22, incisos I e II da lei de custeio)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

quanto àquelas a cargo do empregado (artigo 20 do mesmo dispositivo legal), autorizado o desconto destas últimas, na forma do disposto no artigo 30, inciso I, alínea 'a', da lei 8.212/91.

A apuração do crédito previdenciário deverá observar o regime de competência (cálculo mês a mês dos montantes devidos), excluindo as parcelas elencadas no parágrafo 9º, do artigo 28, da lei de custeio, da base de cálculo, observando ainda as alíquotas e, exclusivamente para a contribuição a cargo do empregado, o limite máximo do salário de contribuição, ambos vigentes em cada mês de apuração.

Anote-se que o fato da parte reclamante estar recebendo as parcelas em juízo, não lhe retira a condição de contribuinte, não havendo que se falar em responsabilização exclusiva do empregador.

CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA

Aos 07/04/2021, o Supremo Tribunal Federal decidiu no julgamento conjunto das ADC e ADI, 58 e 59, que é inconstitucional a aplicação da Taxa Referencial (TR) para a correção monetária de débitos trabalhistas no âmbito da Justiça do Trabalho e, ao modular os efeitos da decisão, estabeleceu que, até que o Poder Legislativo delibere sobre a questão, na fase extrajudicial, ou seja, antes do ajuizamento (distribuição da reclamação trabalhista), deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE) e os juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991 - ou seja, a TRD acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento) e a na fase judicial, a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC (arts. 13 da Lei 9.065 /95; 84 da Lei 8.981/95; 39, § 4º, da Lei 9.250/95; 61, § 3º, da Lei 9.430/96; e 30 da Lei 10.522/02), sem acréscimos de juros, posto que a incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria *bis in idem*.

Desta forma e considerando o efeito vinculante das decisões proferidas, tais parâmetros deverão ser observados para a atualização dos créditos trabalhistas reconhecidos na presente sentença, até o advento da Lei nº 14.905/2024, que alterou os artigos 389 e 406 do Código Civil, para estabelecer o IPCA como índice de correção monetária e fixar os juros de acordo com a taxa legal, que corresponderá à taxa Selic deduzido o IPCA, nas condenações cíveis.

Assim, o crédito trabalhista deferido na presente ação será atualizado pelo IPCA-E e juros legais (art. 39, caput , da Lei 8.177/1991), na fase pré-

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

judicial, e, a partir do ajuizamento da ação, pela taxa SELIC, que abarca correção monetária e juros de mora (art. 406 do CC, na sua redação anterior), até agosto de 2024, e, após, pelo IPCA e juros de mora conforme a taxa legal, nos termos da nova redação dos artigos 389 e 406 do CC (vigente 60 dias após a publicação da Lei nº 14.905 /2024).

LIMITES DA CONDENAÇÃO

Registre-se, finalmente que, diante da previsão do artigo 840, § 1º, da CLT e artigo 492 do CPC, este último de aplicação subsidiária no processo do trabalho (art. 769 do CPC) é defeso ao juiz condenar o réu em quantidade superior ao que lhe foi demandado, de modo que o valor atribuído pelo reclamante a cada uma de suas pretensões integra o respectivo pedido e restringe o âmbito de atuação do magistrado, motivo pelo qual a condenação no pagamento de valores que extrapolem aqueles atribuídos pela(o) própria(o) reclamante, importa em julgamento *ultra petita*.

Desta forma, os valores da condenação referentes aos **pedidos deferidos** ficam limitados aos indicados pela parte autora na inicial (inclusive emenda à petição inicial).

A limitação ora determinada não abarcará, todavia, os juros de mora e a correção monetária, os quais decorrem diretamente de preceito legal.

Importante registrar que, conforme parecer da comissão especial ao Projeto de Lei n. 6.787/2016, posteriormente transformada na Lei n. 13.467 /2017 (reforma trabalhista), ao expor os motivos da alteração da redação do artigo 840 da CLT, declarou que: "As alterações promovidas no art. 840 têm como fundamento principal exigir que o pedido, nas ações trabalhistas, seja certo, determinado e que tenha o seu valor devidamente indicado. A exigência de que o pedido seja feito de forma precisa e como conteúdo explícito é regra essencial para garantia da boa-fé processual, pois permite que todos os envolvidos na lide tenham pleno conhecimento do que está sendo proposto, além de contribuir para a celeridade processual com a prévia liquidação dos pedidos na fase de execução judicial, evitando-se novas discussões e, consequentemente, atrasos para que o reclamante receba o crédito que lhe é devido. Vale ressaltar que o tratamento dado à matéria nesse artigo é o mesmo já estabelecido no CPC." grifo nosso

Como se nota da exposição de motivos acima, evidente é o propósito do legislador de eliminar a indeterminação (valores ilíquidos, valores estimados, a apurar) dos valores indicados nas reclamações trabalhistas, o que impede

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

o pleno conhecimento dos envolvidos do que está sendo proposto.
Logo, no entender deste Juízo, a partir da edição da Lei n. 13.467/2017, os valores indicados na inicial representam o conteúdo preciso e explícito dos pedidos, não podendo a condenação extrapolá-los, em vista do limites objetivos da lide (artigos 141 e 492 do CPC).

Entender de outro modo, aceitar a proposição de reclamações com pedidos ilíquidos, torna letra morta as alterações realizadas pela Lei n. 13.467 /2017 e afrontam os motivos pelos quais foram estabelecidas a reforma do artigo 840 da CLT (se os valores indicados não representam limite à condenação – não permitem que os envolvidos tenham pleno conhecimento do que está sendo proposto e todo o propósito do legislado se perde).

Nessa esteira vem seguindo o C. TST, senão veja-se:

> ***RECURSO DE REVISTA SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015 /2014. REQUISITOS DO ARTIGO 896, § 1º-A, DA CLT, ATENDIDOS. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES PEDIDOS NA INICIAL. JULGAMENTO ULTRA PETITA.*** *A controvérsia cinge-se sobre, no processo do trabalho, o juiz estar adstrito aos valores indicados na exordial. O Regional entendeu que, em razão da informalidade típica do processo do trabalho, a aplicação do art. 460 do CPC de 1973 deve se dar na medida da sua compatibilidade. Consignou a Corte de origem que o juízo deve se ater aos pedidos formulados, mas não está adstrito aos valores indicados na exordial, que servem apenas de referência e estimativa para fixação do valor da causa e de outras bases. No entanto,* ***a jurisprudência desta Corte tem se firmado no sentido de haver julgamento ultra petita na decisão que não observa os valores líquidos indicados pelo autor na petição inicial, extrapolando os limites da lide****. Precedentes das Turmas do TST. Recurso de Revista conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. REQUISITOS DO ARTIGO 896, § 1º-A, DA CLT, NÃO ATENDIDOS. O recurso de revista, interposto sob a égide da Lei 13.015/2014, não atendeu aos requisitos estabelecidos no art. 896, § 1º-A, da CLT, em especial no que se refere à indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido. (TST - RR: 100980520135150080, Relator: Augusto César Leite de Carvalho, Data de Julgamento: 05/02/2020, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/02/2020) grifo nosso*

> ***RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. 1. JULGAMENTO ULTRA***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

*PETITA . LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES ATRIBUÍDOS A CADA UM DOS PEDIDOS DA PETIÇÃO INICIAL. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. I. A Corte Regional decidiu que, "quanto à limitação da condenação aos valores discriminados na petição inicial, a liquidação da sentença não está vinculada ao valor dado ao pedido pela peça inicial, **pois os valores atribuídos na inicial representam apenas uma estimativa do conteúdo econômico dos pedidos e são formulados para fins de fixação da alçada, não havendo falar em limite do valor dos pedidos**". II. Este Tribunal Superior firmou entendimento de que, **na hipótese em que existe pedido líquido e certo na petição inicial, o julgador fica adstrito aos valores atribuídos a cada um desses pedidos, de maneira que a condenação em quantia superior àquela fixada pelo Reclamante na reclamação trabalhista caracteriza violação dos arts. 128 e 460 do CPC/1973. III.** Recurso de revista de que se conhece, por divergência jurisprudencial, e a que se dá provimento. (...) III. Recurso de revista de que não se conhece" (RR- 087-48.2012.5.03.0029, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 28/06/2019).*

RECURSO DE REVISTA SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015 /2014. REQUISITOS DO ARTIGO 896, § 1º-A, DA CLT, ATENDIDOS. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES PEDIDOS NA INICIAL. JULGAMENTO ULTRA PETITA. A controvérsia cinge-se sobre, no processo do trabalho, o juiz estar adstrito aos valores indicados na exordial. O Regional entendeu que, em razão da informalidade típica do processo do trabalho, a aplicação do art. 460 do CPC de 1973 deve se dar na medida da sua compatibilidade. Consignou a Corte de origem que o juízo deve se ater aos pedidos formulados, mas não está adstrito aos valores indicados na exordial, que servem apenas de referência e estimativa para fixação do valor da causa e de outras bases. No entanto, **a jurisprudência desta Corte tem se firmado no sentido de haver julgamento ultra petita na decisão que não observa os valores líquidos indicados pelo autor na petição inicial, extrapolando os limites da lide**. Precedentes das Turmas do TST. Recurso de Revista conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. REQUISITOS DO ARTIGO 896, § 1º-A, DA CLT, NÃO ATENDIDOS. O recurso de revista, interposto sob a égide da Lei 13.015/2014, não atendeu aos requisitos estabelecidos no art. 896, § 1º-A, da CLT, em especial no que se refere à indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido. (TST - RR: 100980520135150080, Relator: Augusto César Leite de Carvalho, Data de Julgamento: 05/02/2020, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/02/2020) grifo nosso

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Registro que o Egrégio Tribunal Regional da 12ª Região, ao analisar Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR 0000323-49.2020.5.12.0000), fixou a Tese Jurídica n. 06, segundo a qual: "Os valores indicados aos pedidos constantes da petição inicial limitam o montante a ser auferido em eventual condenação."

Finalmente, anoto que o Supremo Tribunal Federal, em decisão monocrática na Reclamação Constitucional (Rcl) nº 79.034, anulou acórdão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que considerava os valores indicados na inicial de uma reclamação trabalhista como mera estimativa, sem limitar o valor da condenação, por violação do disposto na súmula vinculante 10 do STF (reserva de plenário).

HABILITAÇÃO

Oportunamente, na hipótese de execução em face da primeira reclamada, expeça a Secretaria certidão para habilitação do crédito da reclamante, de seu advogado e da Previdência Social2, na forma do disposto no Provimento CGJT n. 01 /2012, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

1 **As referências aos números de folhas dos documentos foram indicadas considerando o download integral do processo no sistema PJE-JT, em arquivo no formato pdf, na ordem crescente.**

2AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. UNIÃO. HABILITAÇÃO DO CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO NO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. Partindo-se da interpretação sistemática do artigo 114 da Constituição da República com os artigos 6º, 76 e 83 da Lei n.º 11.101/2005 - Lei de Falências - conclui-se que a Justiça do Trabalho é incompetente para proceder à execução dos créditos oriundos de suas decisões proferidas contra a empresa em recuperação judicial. 2. Do exame conjunto dos referidos dispositivos extrai-se ilação no sentido de que a competência desta Justiça Especial, em casos tais, exaure-se com a quantificação do crédito, que, em seguida, deverá ser habilitado no quadro geral de credores do Juízo Universal Falimentar. 3. Nesse contexto, não ofende, de forma direta e literal, o art. 114, VIII, da Constituição da República, a decisão do Tribunal Regional que determinou a habilitação do crédito previdenciário no Juízo da Recuperação Judicial, tal como se verifica com o crédito principal, o trabalhista, que goza de maior privilégio na classificação dos créditos da massa falida. Agravo de instrumento a que se

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

nega provimento. (Processo: AIRR - 87200-89.2009.5.15.0033, Relator Ministro: Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, 1ª Turma, Data de Julgamento: 22/10/2014, Data de Publicação: DEJT 24/10/2014).

III – Dispositivo

POSTO ISTO, pelos fundamentos expendidos, julgo a reclamação **PROCEDENTE EM PARTE**, para, no que acolhido das pretensões iniciais da parte autora, condenar a reclamada, **EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA**, a pagar ao reclamante, **CELSO ERVOLINO**, os títulos deferidos na fundamentação supra, parte integrante deste dispositivo, a serem apurados em liquidação por cálculos, observando-se os parâmetros ali estabelecidos e a prescrição dos direitos exigíveis anteriormente a **22/08/2019.**

Concedido ao reclamante a gratuidade da prestação jurisdicional.

Honorários advocatícios conforme tópico da fundamentação.

Honorários periciais de R$ 3.200,00 a cargo da reclamada.

Para atualização monetária, na fase extrajudicial, deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE) e os juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991) e a na fase judicial, a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC (arts. 13 da Lei 9.065/95; 84 da Lei 8.981/95; 39, § 4º, da Lei 9.250/95; 61, § 3º, da Lei 9.430/96; e 30 da Lei 10.522/02), sem acréscimos de juros, até agosto de 2024, e, após, pelo IPCA e juros de mora conforme a taxa legal, nos termos da nova redação dos artigos 389 e 406 do CC (vigente 60 dias após a publicação da Lei nº 14.905/2024). Tendo em vista o disposto no artigo 1º, da Lei n. 6.899/81 e considerando o teor da Lei nº 14.905/2024, o valor dos honorários de sucumbência e dos honorários periciais será atualizado pelo IPCA, a partir do ajuizamento da demanda (Súmula 14 do STJ). Os honorários advocatícios deverão incidir sobre o valor da condenação, apurado na fase de liquidação de sentença, sem a dedução dos descontos fiscais e previdenciários, excluída a cota-parte do empregador, na forma da OJ n. 348 da SBDI-I, do C. TST (nova interpretação da referida OJ - TST - RR: 200574920185040009). Nos termos do art. 39 da lei nº 8.177/1991, a atualização de valores será aplicada até a data do efetivo pagamento.

Caberá à(ao) reclamada(o) comprovar nos autos, nos prazos legais, os recolhimentos de contribuições previdenciárias da parte do empregado e do empregador incidentes sobre as verbas salariais objeto da condenação, bem como eventual imposto de renda devido pelo(a) reclamante, facultada a retenção dos tributos devidos pelo(a) obreiro(a) do montante condenatório.

Documento assinado eletronicamente por SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA, em 28/07/2025, às 14:00:28 - e923057

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Contribuição previdenciária com base no artigo 43, da Lei 8.212, de 1991, com as alterações da Lei 8.620 de 1993 e do Provimento n.º 1 de 1996 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, devendo cada parte suportar seu encargo.

Oportunamente, na hipótese de execução em face da reclamada, expeça a Secretaria certidão para habilitação do crédito da reclamante, de seu advogado e da Previdência Social, na forma do disposto no Provimento CGJT n. 01 /2012, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Ficam os litigantes cientes de que inexiste, em sede de primeiro grau, o prequestionamento de que trata a Súmula nº 297, do C. TST., diante do "alcance" e da "profundidade" garantidos ao recurso ordinário pelo artigo 1.013, do Código de Processo Civil (parágrafo 1º), aplicável, subsidiariamente, ao Processo do Trabalho (art. 769, da CLT). Os Embargos Declaratórios devem, portanto, indicar de forma precisa e objetiva, a ocorrência de uma das hipóteses previstas nos artigos 897-A, da Consolidação das Leis do Trabalho. Sendo assim, eventuais embargos declaratórios calcados em mera justificativa de prequestionamento, ou, ainda, fundados em falsa existência de omissão, contradição ou obscuridade, serão tidos como procrastinatórios, ensejando, pois, a aplicação da pertinente multa, além de eventual indenização compensatória, na forma dos artigos 80, 81 e 1.026, §2º, todos do Código de Processo Civil.

Custas pela(o) reclamada(o) sobre o valor provisório arbitrado à condenação de R$ 25.000,00, no importe de R$ 500,00.

Intimem-se as partes.

ARACATUBA/SP, 28 de julho de 2025.

SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA
Juíza do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA, em 28/07/2025, às 14:00:28 - e923057
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25072518453805200000265945811?instancia=1
Número do processo: 0010880-83.2024.5.15.0061
Número do documento: 25072518453805200000265945811

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 24

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0010880-83.2024.5.15.0061
Cálculo: 5144

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **CELSO ERVOLINO**
Reclamado: **EMPRESA DE ÔNIBUS ROMEIRO LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**
Período do Cálculo: **22/08/2019 a 31/08/2023** Data Ajuizamento: **22/08/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	Juros	Total
13º SALÁRIO SOBRE PRÊMIO PAGO	718,21	23,33	741,54
FÉRIAS + 1/3 SOBRE PRÊMIO PAGO	1.295,61	40,69	1.336,30
REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE PRÊMIO PAGO	1.778,28	68,75	1.847,03
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%	5.049,82	148,87	5.198,69
13º SALÁRIO SOBRE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%	568,51	14,42	582,93
FÉRIAS + 1/3 SOBRE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%	1.610,77	44,17	1.654,94
DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023	3.207,01	97,32	3.304,33
REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023	648,72	19,76	668,48
13º SALÁRIO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO	318,51	8,08	326,59
FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO	388,18	10,65	398,83
DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023	8.200,57	392,82	8.593,39
13º SALÁRIO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023	711,69	30,36	742,05
FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023	1.148,07	41,16	1.189,23
REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023	1.707,64	82,11	1.789,75
DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023	(209,63)	(5,52)	(215,15)
REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023	(33,76)	(0,89)	(34,65)
13º SALÁRIO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO	(3,42)	(0,09)	(3,51)
FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO	(0,62)	(0,02)	(0,64)
DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023	1.783,01	94,24	1.877,25
13º SALÁRIO SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023	146,28	7,76	154,04
FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023	220,71	11,37	232,08
REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023	442,45	23,40	465,85
AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL (12 DIAS)	1.484,20	40,70	1.524,90
FGTS 8%	2.383,56	99,94	2.483,50
MULTA SOBRE FGTS 40%	953,43	26,15	979,58

Cálculo liquidado por offline na versão 2.13.2 em 28/01/2026 às 18:30:43.

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Total	**34.517,80**	**1.319,53**	**35.837,33**

Percentual de Parcelas Remuneratórias e Tributáveis: 75,44%

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
VERBAS	32.374,25
FGTS	3.463,08
Bruto Devido ao Reclamante	**35.837,33**
DEPÓSITO FGTS	(3.463,08)
DEDUÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.067,73)
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
Total de Descontos	**(5.530,81)**
Líquido Devido ao Reclamante	**30.306,52**

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	30.306,52
DEPÓSITO FGTS	3.463,08
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	10.131,67
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA ENGº. JOÃO LUIS MARTINS PEREZ	3.200,00
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA ENGº. JOÃO LUIS MARTINS PEREZ	0,00
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA JAIRO FREITAS DE OLIVEIRA JÚNIOR	3.583,73
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA JAIRO FREITAS DE OLIVEIRA JÚNIOR	0,00
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
Subtotal	**50.685,00**
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	1.013,70
Total Devido pelo Reclamado	**51.698,70**

Verbas que não compõem o Principal	Valor
PRÊMIO PAGO	8.618,66
Total	**8.618,66**

RECLAMADA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL DESDE 20.11.2024.

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Sem Correção' até 29/08/2024 e pelo índice 'IPCA' a partir de 30/08/2024, acumulados a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'IPCA' relativa a 11/2024.
2. Alíquota de contribuição social empresa fixada em 20% durante todo o período.
3. Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula nº 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
4. Imposto de renda apurado através da 'tabela progressiva acumulada' vigente no mês da liquidação (Art. 12-A da Lei nº 7.713/1988).
5. Honorários informados corrigidos pelo índice "SELIC Simples", acumulado a partir do mês subseqüente ao vencimento.
6. Juros apurados desde o vencimento das verbas vencidas, em fase pré-judicial, conforme decisão do STF na ADC 58; juros simples TRD até 21/08/2024; juros SELIC simples até 29/08/2024; e juros Taxa Legal a partir de 30/08/2024 (Art. 406, parágrafo único, do Código Civil).
7. Juros de mora sobre verbas apurados após a dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Processo: 0010880-83.2024.5.15.0061
Cálculo: 5144

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **CELSO ERVOLINO**
Reclamado: **EMPRESA DE ÔNIBUS ROMEIRO LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**
Período do Cálculo: **22/08/2019 a 31/08/2023** Data Ajuizamento: **22/08/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Dados do Cálculo

Estado: **SP** Município: **ARACATUBA**
Regime de Trabalho: **Tempo Integral**
Maior Remuneração:
Prazo de Aviso Prévio: **Não apurar**
Zerar Valor Negativo (Padrão): **Não**
Carga Horária (Padrão): **220,00**

Admissão: **11/04/2019**
Aplicar Prescrição Quinquenal: **Não**
Última Remuneração:
Projetar Aviso Prévio Indenizado: **Não**
Considerar Feriados Estaduais: **Sim**
Sábado como Dia Útil: **Sim**

Demissão: **31/08/2023**
Aplicar Prescrição Trintenária: **Não**
Limitar Avos ao Período de Cálculo: **Não**
Considerar Feriados **Sim**

PONTOS FACULTATIVOS	
Nome	**Abrangência**
SEXTA-FEIRA SANTA	Nacional
CARNAVAL	Nacional
CORPUS CHRISTI	Nacional

Faltas e Férias

FÉRIAS								
Relativa	**Período Aquisitivo**	**Período Concessívo**	**Prazo**	**Situação**	**Abono**	**Período de Gozo 1**	**Período de Gozo 2**	**Período de Gozo 3**
2019/2020	11/04/2019 a 10/04/2020	11/04/2020 a 10/04/2021	30	Gozadas	Não	11/03/2021 a 09/04/2021	-	-
2020/2021	11/04/2020 a 10/04/2021	11/04/2021 a 10/04/2022	30	Gozadas	Não	10/03/2022 a 08/04/2022	-	-
2021/2022	11/04/2021 a 10/04/2022	11/04/2022 a 10/04/2023	30	Gozadas	Não	04/10/2022 a 02/11/2022	-	-
2022/2023	11/04/2022 a 10/04/2023	11/04/2023 a 10/04/2024	30	Indenizadas	Não	-	-	-

Cartão de Ponto Diário

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
22/08/2019	**Quinta**	**04:10-08:45 20:00-00:30**	**9,56**	**2,23**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
23/08/2019	**Sexta**	**04:10-08:45 20:00-00:30**	**9,56**	**2,23**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
24/08/2019	**Sábado**	**04:10-08:45 20:00-00:30**	**9,56**	**2,23**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
25/08/2019	Domingo	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	0,00	0,00	2,23	0,00
26/08/2019	Segunda	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
27/08/2019	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28/08/2019	Quarta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
29/08/2019	Quinta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
30/08/2019	Sexta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
31/08/2019	Sábado	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
01/09/2019	Domingo	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	0,00	0,00	2,23	0,00
02/09/2019	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/09/2019	Terça	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
04/09/2019	Quarta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
05/09/2019	Quinta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
06/09/2019	Sexta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
07/09/2019	Feriado	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	0,00	0,00	0,00	9,56
08/09/2019	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/09/2019	Segunda	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
10/09/2019	Terça	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
11/09/2019	Quarta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
12/09/2019	Quinta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
13/09/2019	Sexta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
14/09/2019	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15/09/2019	Domingo	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	0,00	0,00	2,23	0,00
16/09/2019	Segunda	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
17/09/2019	Terça	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
18/09/2019	Quarta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
19/09/2019	Quinta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
20/09/2019	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21/09/2019	Sábado	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
22/09/2019	Domingo	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	0,00	0,00	2,23	0,00
23/09/2019	Segunda	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
24/09/2019	Terça	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
25/09/2019	Quarta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
26/09/2019	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27/09/2019	Sexta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
28/09/2019	Sábado	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
29/09/2019	Domingo	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	0,00	0,00	2,23	0,00
30/09/2019	Segunda	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
01/10/2019	Terça	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
02/10/2019	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/10/2019	Quinta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
04/10/2019	Sexta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
05/10/2019	Sábado	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
06/10/2019	Domingo	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	0,00	0,00	2,23	0,00
07/10/2019	Segunda	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
08/10/2019	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/10/2019	Quarta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
10/10/2019	Quinta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
11/10/2019	Sexta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
12/10/2019	Feriado	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	0,00	0,00	0,00	9,56
13/10/2019	Domingo	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	0,00	0,00	2,23	0,00
14/10/2019	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15/10/2019	Terça	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
16/10/2019	Quarta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
17/10/2019	Quinta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
18/10/2019	Sexta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
19/10/2019	Sábado	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
20/10/2019	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21/10/2019	Segunda	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
22/10/2019	Terça	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
23/10/2019	Quarta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
24/10/2019	Quinta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
25/10/2019	Sexta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
26/10/2019	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27/10/2019	Domingo	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	0,00	0,00	2,23	0,00
28/10/2019	Segunda	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
29/10/2019	Terça	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
30/10/2019	Quarta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
31/10/2019	Quinta	04:10-08:45 20:00-00:30	9,56	2,23	0,00	0,00	0,00
01/11/2019	Sexta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
02/11/2019	Feriado	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	7,29
03/11/2019	Domingo	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
04/11/2019	Segunda	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
05/11/2019	Terça	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
06/11/2019	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/11/2019	Quinta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
08/11/2019	Sexta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
09/11/2019	Sábado	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
10/11/2019	Domingo	16:00-20:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
		21:00-00:00					
11/11/2019	Segunda	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
12/11/2019	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/11/2019	Quarta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
14/11/2019	Quinta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
15/11/2019	Feriado	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	7,29
16/11/2019	Sábado	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
17/11/2019	Domingo	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
18/11/2019	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/11/2019	Terça	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
20/11/2019	Feriado	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	7,29
21/11/2019	Quinta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
22/11/2019	Sexta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
23/11/2019	Sábado	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
24/11/2019	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/11/2019	Segunda	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
26/11/2019	Terça	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
27/11/2019	Quarta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
28/11/2019	Quinta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
29/11/2019	Sexta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
30/11/2019	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/12/2019	Domingo	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
02/12/2019	Feriado	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	7,29
03/12/2019	Terça	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
04/12/2019	Quarta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
05/12/2019	Quinta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
06/12/2019	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/12/2019	Sábado	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
08/12/2019	Domingo	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
09/12/2019	Segunda	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
10/12/2019	Terça	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
11/12/2019	Quarta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
12/12/2019	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/12/2019	Sexta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
14/12/2019	Sábado	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
15/12/2019	Domingo	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
16/12/2019	Segunda	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
17/12/2019	Terça	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
18/12/2019	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/12/2019	Quinta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
20/12/2019	Sexta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
21/12/2019	Sábado	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
22/12/2019	Domingo	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
23/12/2019	Segunda	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
24/12/2019	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/12/2019	Feriado	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	7,29
26/12/2019	Quinta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
27/12/2019	Sexta	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
28/12/2019	Sábado	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
29/12/2019	Domingo	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00
30/12/2019	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31/12/2019	Terça	16:00-20:00 21:00-00:00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
01/01/2020	Feriado	05:22-08:30	3,13	0,00	0,00	0,00	3,13
02/01/2020	Quinta	05:25-08:05 15:35-16:45	3,83	0,00	0,00	0,00	0,00
03/01/2020	Sexta	05:24-07:40 15:00-16:10	3,43	0,00	0,00	0,00	0,00
04/01/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/01/2020	Domingo	14:50-18:55	4,08	0,00	0,00	0,00	0,00
06/01/2020	Segunda	05:20-08:00 15:30-16:30	3,67	0,00	0,00	0,00	0,00
07/01/2020	Terça	05:25-14:10 15:35-16:40	9,83	2,50	0,00	0,00	0,00
08/01/2020	Quarta	05:30-11:00 12:00-17:15	10,75	3,42	0,00	0,00	0,00
09/01/2020	Quinta	05:25-11:00 12:00-17:30	11,08	3,75	0,00	0,00	0,00
10/01/2020	Sexta	06:25-11:00 12:00-17:00	9,58	2,25	0,00	0,00	0,00
11/01/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/01/2020	Domingo	21:22-00:10	3,11	0,00	0,00	0,00	0,00
13/01/2020	Segunda	05:20-11:00 12:00-17:56	11,60	4,27	0,00	0,00	0,00
14/01/2020	Terça	05:22-08:00 13:59-17:10	5,82	0,00	0,00	0,00	0,00
15/01/2020	Quarta	05:40-09:30 16:00-19:30	7,33	0,00	0,00	0,00	0,00
16/01/2020	Quinta	05:25-08:05 14:30-16:57	5,12	0,00	0,00	0,00	0,00
17/01/2020	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18/01/2020	Sábado	04:20-08:00 13:00-15:00	5,76	0,00	0,00	0,00	0,00
19/01/2020	Domingo	05:15-07:58 15:30-17:58	5,18	0,00	0,00	0,00	0,00
20/01/2020	Segunda	05:20-07:55 15:35-17:56	4,93	0,00	0,00	0,00	0,00
21/01/2020	Terça	05:25-08:30 15:35-20:08	7,63	0,30	0,00	0,00	0,00
22/01/2020	Quarta	05:20-08:20 15:40-17:58	5,30	0,00	0,00	0,00	0,00
23/01/2020	Quinta	05:21-07:40 15:00-16:54	4,22	0,00	0,00	0,00	0,00
24/01/2020	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/01/2020	Sábado	04:15-12:06	7,96	0,62	0,00	0,00	0,00
26/01/2020	Domingo	05:20-08:30 15:30-16:05	3,75	0,00	0,00	0,00	0,00
27/01/2020	Segunda	05:22-10:30 15:40-16:10	5,63	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	Dia	Frequência	Hs Trabalhadas	Hs Ext Diárias	Hs Ext Semanais	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados
28/01/2020	Terça	05:21-08:38 15:41-16:05	3,68	0,00	0,00	0,00	0,00
29/01/2020	Quarta	05:21-08:58 15:40-16:15	4,20	0,00	0,00	0,00	0,00
30/01/2020	Quinta	14:20-16:53	2,55	0,00	0,00	0,00	0,00
31/01/2020	Sexta	05:20-08:20 15:30-16:40	4,17	0,00	0,00	0,00	0,00
01/02/2020	Sábado	05:20-08:20 15:30-16:40	4,17	0,00	0,00	0,00	0,00
02/02/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/02/2020	Segunda	15:10-19:51 20:50-21:30	5,35	0,00	0,00	0,00	0,00
04/02/2020	Terça	15:15-19:05 20:05-21:00	4,75	0,00	0,00	0,00	0,00
05/02/2020	Quarta	15:11-19:30 20:30-21:30	5,32	0,00	0,00	0,00	0,00
06/02/2020	Quinta	15:15-19:00 20:00-21:00	4,75	0,00	0,00	0,00	0,00
07/02/2020	Sexta	15:34-19:02 20:02-21:30	4,93	0,00	0,00	0,00	0,00
08/02/2020	Sábado	05:10-10:15 11:15-14:20	8,17	0,83	0,00	0,00	0,00
09/02/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/02/2020	Segunda	15:15-19:00 20:00-21:30	5,25	0,00	0,00	0,00	0,00
11/02/2020	Terça	15:11-19:02 20:02-21:30	5,32	0,00	0,00	0,00	0,00
12/02/2020	Quarta	15:15-19:05 20:05-21:31	5,27	0,00	0,00	0,00	0,00
13/02/2020	Quinta	15:10-19:00 20:00-21:35	5,42	0,00	0,00	0,00	0,00
14/02/2020	Sexta	13:55-19:00 20:00-21:33	6,63	0,00	0,00	0,00	0,00
15/02/2020	Sábado	05:11-10:12 11:12-13:40	7,48	0,15	0,00	0,00	0,00
16/02/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17/02/2020	Segunda	15:15-19:01 20:01-21:30	5,25	0,00	0,00	0,00	0,00
18/02/2020	Terça	14:40-19:00 20:00-21:31	5,85	0,00	0,00	0,00	0,00
19/02/2020	Quarta	15:10-18:58 19:58-21:32	5,37	0,00	0,00	0,00	0,00
20/02/2020	Quinta	15:11-19:01 20:01-21:30	5,32	0,00	0,00	0,00	0,00
21/02/2020	Sexta	14:10-19:00 20:00-21:31	6,35	0,00	0,00	0,00	0,00
22/02/2020	Sábado	05:10-07:30	2,33	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
23/02/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24/02/2020	Segunda	05:15-17:50	12,58	5,25	0,00	0,00	0,00
25/02/2020	Feriado	05:10-17:52	12,70	0,00	0,00	0,00	12,70
26/02/2020	Quarta	15:20-19:01 20:01-21:20	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27/02/2020	Quinta	15:21-19:00 20:00-21:30	5,15	0,00	0,00	0,00	0,00
28/02/2020	Sexta	15:20-19:02 20:02-21:31	5,18	0,00	0,00	0,00	0,00
29/02/2020	Sábado	05:10-19:02 20:02-21:31	15,35	8,02	0,00	0,00	0,00
01/03/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/03/2020	Segunda	15:20-19:00 20:00-21:30	5,17	0,00	0,00	0,00	0,00
03/03/2020	Terça	15:25-19:02 20:02-21:31	5,10	0,00	0,00	0,00	0,00
04/03/2020	Quarta	15:26-19:05 20:05-21:32	5,10	0,00	0,00	0,00	0,00
05/03/2020	Quinta	15:22-19:00 20:00-21:30	5,13	0,00	0,00	0,00	0,00
06/03/2020	Sexta	14:20-19:02 20:02-21:31	6,18	0,00	0,00	0,00	0,00
07/03/2020	Sábado	05:15-12:40	7,42	0,08	0,00	0,00	0,00
08/03/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/03/2020	Segunda	15:21-19:02 20:02-21:30	5,15	0,00	0,00	0,00	0,00
10/03/2020	Terça	15:20-18:04 20:04-21:31	4,18	0,00	0,00	0,00	0,00
11/03/2020	Quarta	15:22-19:03 20:03-21:32	5,17	0,00	0,00	0,00	0,00
12/03/2020	Quinta	15:21-19:00 20:00-21:30	5,15	0,00	0,00	0,00	0,00
13/03/2020	Sexta	14:15-19:05 20:05-21:33	6,30	0,00	0,00	0,00	0,00
14/03/2020	Sábado	05:10-13:40	8,50	1,17	0,00	0,00	0,00
15/03/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16/03/2020	Segunda	15:15-19:05 20:05-21:30	5,25	0,00	0,00	0,00	0,00
17/03/2020	Terça	15:20-19:05 20:05-21:32	5,20	0,00	0,00	0,00	0,00
18/03/2020	Quarta	15:41-18:55	3,23	0,00	0,00	0,00	0,00
19/03/2020	Quinta	05:15-07:50 16:20-18:50	5,08	0,00	0,00	0,00	0,00
20/03/2020	Sexta	05:20-08:00 14:21-16:53	5,20	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
21/03/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22/03/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23/03/2020	Segunda	05:21-07:48 14:40-18:58	6,75	0,00	0,00	0,00	0,00
24/03/2020	Terça	05:22-08:20 21:45-00:20	5,88	0,00	0,00	0,00	0,00
25/03/2020	Quarta	05:22-08:01 20:00-00:14	7,20	0,00	0,00	0,00	0,00
26/03/2020	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27/03/2020	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28/03/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29/03/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30/03/2020	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31/03/2020	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/04/2020	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/04/2020	Quinta	05:20-08:20 15:45-17:58	5,22	0,00	0,00	0,00	0,00
03/04/2020	Sexta	05:15-08:25 14:00-16:57	6,12	0,00	0,00	0,00	0,00
04/04/2020	Sábado	05:14-08:30 14:01-16:20	5,58	0,00	0,00	0,00	0,00
05/04/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/04/2020	Segunda	05:30-08:30 16:00-17:50	4,83	0,00	0,00	0,00	0,00
07/04/2020	Terça	05:20-08:00 16:10-17:58	4,47	0,00	0,00	0,00	0,00
08/04/2020	Quarta	05:25-08:20 16:00-17:51	4,77	0,00	0,00	0,00	0,00
09/04/2020	Quinta	05:20-07:50 16:00-18:00	4,50	0,00	0,00	0,00	0,00
10/04/2020	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/04/2020	Sábado	05:25-08:00 14:00-16:20	4,92	0,00	0,00	0,00	0,00
12/04/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/04/2020	Segunda	20:25-23:15 04:40-07:55	6,31	0,00	0,00	0,00	0,00
14/04/2020	Terça	20:26-23:20 04:45-08:05	6,46	0,00	0,00	0,00	0,00
15/04/2020	Quarta	20:24-23:30 04:04-08:00	7,38	0,05	0,00	0,00	0,00
16/04/2020	Quinta	20:20-23:14 04:40-08:20	6,79	0,00	0,00	0,00	0,00
17/04/2020	Sexta	20:22-23:20 04:42-10:00	8,50	1,17	0,00	0,00	0,00

Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
18/04/2020	Sábado	20:21-23:17 04:38-08:15	6,79	0,00	0,00	0,00	0,00
19/04/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20/04/2020	Segunda	20:21-00:55 04:35-08:20	8,79	1,46	0,00	0,00	0,00
21/04/2020	Feriado	18:20-23:15 04:45-07:15	7,63	0,00	0,00	0,00	7,63
22/04/2020	Quarta	20:20-23:16 04:41-10:30	8,98	1,64	0,00	0,00	0,00
23/04/2020	Quinta	20:25-23:15 04:40-08:20	6,73	0,00	0,00	0,00	0,00
24/04/2020	Sexta	20:22-23:10 04:42-08:05	6,39	0,00	0,00	0,00	0,00
25/04/2020	Sábado	20:28-23:12 04:40-10:15	8,54	1,20	0,00	0,00	0,00
26/04/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27/04/2020	Segunda	12:20-16:50 20:42-21:53	5,68	0,00	0,00	0,00	0,00
28/04/2020	Terça	12:21-18:30 20:40-22:00	7,48	0,15	0,00	0,00	0,00
29/04/2020	Quarta	20:20-23:15 04:45-07:20	5,71	0,00	0,00	0,00	0,00
30/04/2020	Quinta	12:20-16:10 20:41-21:56	5,08	0,00	0,00	0,00	0,00
01/05/2020	Feriado	12:21-17:30 20:42-21:55	6,37	0,00	0,00	0,00	6,37
02/05/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/05/2020	Domingo	12:20-15:15 20:40-21:54	4,15	0,00	0,00	0,00	0,00
04/05/2020	Segunda	12:21-18:28 20:43-21:55	7,32	0,00	0,00	0,00	0,00
05/05/2020	Terça	12:18-15:55 20:41-21:56	4,87	0,00	0,00	0,00	0,00
06/05/2020	Quarta	12:20-18:30 20:40-21:55	7,42	0,08	0,00	0,00	0,00
07/05/2020	Quinta	12:21-18:28 20:35-21:58	7,50	0,17	0,00	0,00	0,00
08/05/2020	Sexta	12:20-15:55 16:30-19:05	6,17	0,00	0,00	0,00	0,00
09/05/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/05/2020	Domingo	04:25-07:20 12:40-13:55	4,25	0,00	0,00	0,00	0,00
11/05/2020	Segunda	12:20-17:40 20:45-21:55	6,50	0,00	0,00	0,00	0,00
12/05/2020	Terça	13:00-18:30 20:44-21:50	6,60	0,00	0,00	0,00	0,00
13/05/2020	Quarta	12:25-18:20 20:50-21:51	6,93	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	Dia	Frequência	Hs Trabalhadas	Hs Ext Diárias	Hs Ext Semanais	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados
14/05/2020	Quinta	12:18-18:27 20:42-21:55	7,37	0,03	0,00	0,00	0,00
15/05/2020	Sexta	12:20-17:30 20:46-21:52	6,27	0,00	0,00	0,00	0,00
16/05/2020	Sábado	12:20-15:20 20:42-21:55	4,22	0,00	0,00	0,00	0,00
17/05/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18/05/2020	Segunda	12:21-17:20 20:45-21:54	6,13	0,00	0,00	0,00	0,00
19/05/2020	Terça	12:22-17:22 20:44-21:55	6,18	0,00	0,00	0,00	0,00
20/05/2020	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21/05/2020	Quinta	12:20-17:30 20:43-21:38	6,08	0,00	0,00	0,00	0,00
22/05/2020	Sexta	12:25-17:55 20:40-21:55	6,75	0,00	0,00	0,00	0,00
23/05/2020	Sábado	12:24-15:15 20:41-21:56	4,10	0,00	0,00	0,00	0,00
24/05/2020	Domingo	12:25-15:20 20:42-21:58	4,18	0,00	0,00	0,00	0,00
25/05/2020	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26/05/2020	Terça	12:20-16:55 20:40-21:55	5,83	0,00	0,00	0,00	0,00
27/05/2020	Quarta	12:22-18:30 20:42-21:56	7,37	0,03	0,00	0,00	0,00
28/05/2020	Quinta	12:25-18:29 20:46-21:58	7,27	0,00	0,00	0,00	0,00
29/05/2020	Sexta	12:20-17:27 20:40-21:55	6,37	0,00	0,00	0,00	0,00
30/05/2020	Sábado	12:23-16:30 20:48-21:54	5,22	0,00	0,00	0,00	0,00
31/05/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/06/2020	Segunda	04:40-18:35	13,96	6,63	0,00	0,00	0,00
02/06/2020	Terça	05:10-18:28	13,30	5,97	0,00	0,00	0,00
03/06/2020	Quarta	12:20-15:15 16:00-22:45	9,77	2,44	0,00	0,00	0,00
04/06/2020	Quinta	12:21-15:15 17:40-21:45	6,98	0,00	0,00	0,00	0,00
05/06/2020	Sexta	12:22-15:20 16:45-17:30	3,72	0,00	0,00	0,00	0,00
06/06/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/06/2020	Domingo	12:20-15:15 20:25-21:55	4,42	0,00	0,00	0,00	0,00
08/06/2020	Segunda	12:10-15:14 16:00-16:50	3,90	0,00	0,00	0,00	0,00
09/06/2020	Terça	12:22-15:17	3,55	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
		16:10-16:48					
10/06/2020	Quarta	12:25-15:56 16:15-16:52	4,13	0,00	0,00	0,00	0,00
11/06/2020	Feriado	12:20-15:16 20:45-21:54	4,08	0,00	0,00	0,00	4,08
12/06/2020	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/06/2020	Sábado	12:25-15:20 20:42-21:55	4,13	0,00	0,00	0,00	0,00
14/06/2020	Domingo	12:20-15:18 20:30-21:53	4,35	0,00	0,00	0,00	0,00
15/06/2020	Segunda	12:26-18:20 20:43-23:20	8,71	1,37	0,00	0,00	0,00
16/06/2020	Terça	12:25-15:15 16:00-17:30	4,33	0,00	0,00	0,00	0,00
17/06/2020	Quarta	12:30-15:20 16:01-17:31	4,33	0,00	0,00	0,00	0,00
18/06/2020	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/06/2020	Sexta	12:20-16:45 20:45-21:53	5,55	0,00	0,00	0,00	0,00
20/06/2020	Sábado	12:25-15:10 18:48-19:55	3,87	0,00	0,00	0,00	0,00
21/06/2020	Domingo	12:20-15:10 20:42-21:55	4,05	0,00	0,00	0,00	0,00
22/06/2020	Segunda	12:20-18:20 20:48-21:56	7,13	0,00	0,00	0,00	0,00
23/06/2020	Terça	12:26-16:45 20:42-21:57	5,57	0,00	0,00	0,00	0,00
24/06/2020	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/06/2020	Quinta	12:22-15:50 17:20-21:50	7,97	0,63	0,00	0,00	0,00
26/06/2020	Sexta	12:20-15:40 16:20-19:40	6,67	0,00	0,00	0,00	0,00
27/06/2020	Sábado	12:21-15:15 20:45-21:55	4,07	0,00	0,00	0,00	0,00
28/06/2020	Domingo	12:22-15:12 20:40-21:56	4,10	0,00	0,00	0,00	0,00
29/06/2020	Segunda	12:23-17:40 20:48-21:55	6,40	0,00	0,00	0,00	0,00
30/06/2020	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/07/2020	Quarta	12:22-15:45 17:00-21:45	8,13	0,80	0,00	0,00	0,00
02/07/2020	Quinta	12:30-18:20 20:42-21:54	7,03	0,00	0,00	0,00	0,00
03/07/2020	Sexta	12:31-15:16 16:00-16:35	3,33	0,00	0,00	0,00	0,00
04/07/2020	Sábado	12:22-15:15 20:48-21:54	3,98	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	Dia	Frequência	Hs Trabalhadas	Hs Ext Diárias	Hs Ext Semanais	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados
05/07/2020	Domingo	12:22-15:12 20:51-21:55	3,90	0,00	0,00	0,00	0,00
06/07/2020	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/07/2020	Terça	12:20-17:45 20:45-21:56	6,60	0,00	0,00	0,00	0,00
08/07/2020	Quarta	12:30-16:20 20:48-21:57	4,98	0,00	0,00	0,00	0,00
09/07/2020	Feriado	12:25-15:20 16:30-20:58	7,38	0,00	0,00	0,00	7,38
10/07/2020	Sexta	12:26-18:15 20:45-21:55	6,98	0,00	0,00	0,00	0,00
11/07/2020	Sábado	12:30-15:10 20:44-21:56	3,87	0,00	0,00	0,00	0,00
12/07/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/07/2020	Segunda	12:28-16:27 20:45-21:55	5,15	0,00	0,00	0,00	0,00
14/07/2020	Terça	12:30-16:48 20:48-22:30	6,07	0,00	0,00	0,00	0,00
15/07/2020	Quarta	12:31-15:20 16:00-16:40	3,48	0,00	0,00	0,00	0,00
16/07/2020	Quinta	12:28-16:50 20:45-21:55	5,53	0,00	0,00	0,00	0,00
17/07/2020	Sexta	14:40-16:46 20:50-21:56	3,20	0,00	0,00	0,00	0,00
18/07/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/07/2020	Domingo	12:41-15:20 20:48-21:52	3,72	0,00	0,00	0,00	0,00
20/07/2020	Segunda	12:45-17:15 18:48-19:52	5,57	0,00	0,00	0,00	0,00
21/07/2020	Terça	12:42-17:00	4,30	0,00	0,00	0,00	0,00
22/07/2020	Quarta	12:40-16:50 20:50-21:55	5,25	0,00	0,00	0,00	0,00
23/07/2020	Quinta	12:41-17:15 20:52-21:53	5,58	0,00	0,00	0,00	0,00
24/07/2020	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/07/2020	Sábado	12:30-15:56 20:48-21:56	4,57	0,00	0,00	0,00	0,00
26/07/2020	Domingo	12:25-15:15 20:50-21:55	3,92	0,00	0,00	0,00	0,00
27/07/2020	Segunda	12:31-15:12 15:50-16:50	3,68	0,00	0,00	0,00	0,00
28/07/2020	Terça	12:25-15:15 15:52-16:51	3,82	0,00	0,00	0,00	0,00
29/07/2020	Quarta	12:30-15:15 15:51-16:50	3,73	0,00	0,00	0,00	0,00
30/07/2020	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31/07/2020	Sexta	12:31-15:15	3,23	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
		15:30-16:00					
01/08/2020	Sábado	12:35-15:20 20:50-21:54	3,82	0,00	0,00	0,00	0,00
02/08/2020	Domingo	20:30-23:15 04:30-05:45	4,25	0,00	0,00	0,00	0,00
03/08/2020	Segunda	12:35-16:50	4,25	0,00	0,00	0,00	0,00
04/08/2020	Terça	12:28-15:13 15:50-16:40	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00
05/08/2020	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/08/2020	Quinta	04:40-08:30 12:50-15:10	6,21	0,00	0,00	0,00	0,00
07/08/2020	Sexta	12:35-16:10	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00
08/08/2020	Sábado	12:30-15:13 20:48-21:55	3,83	0,00	0,00	0,00	0,00
09/08/2020	Domingo	12:25-15:20 20:45-21:56	4,10	0,00	0,00	0,00	0,00
10/08/2020	Segunda	12:30-15:15 16:00-16:50	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00
11/08/2020	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/08/2020	Quarta	04:25-08:45 16:00-16:50	5,25	0,00	0,00	0,00	0,00
13/08/2020	Quinta	12:25-15:45 16:00-16:50	4,17	0,00	0,00	0,00	0,00
14/08/2020	Sexta	12:25-15:20 15:45-16:20	3,50	0,00	0,00	0,00	0,00
15/08/2020	Sábado	12:27-15:13 20:50-21:56	3,87	0,00	0,00	0,00	0,00
16/08/2020	Domingo	14:40-15:20 16:00-16:45	1,42	0,00	0,00	0,00	0,00
17/08/2020	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18/08/2020	Terça	12:41-16:50	4,15	0,00	0,00	0,00	0,00
19/08/2020	Quarta	12:40-15:16 15:50-16:30	3,27	0,00	0,00	0,00	0,00
20/08/2020	Quinta	12:42-15:17 16:00-16:40	3,25	0,00	0,00	0,00	0,00
21/08/2020	Sexta	12:40-16:00	3,33	0,00	0,00	0,00	0,00
22/08/2020	Sábado	12:41-15:15 20:50-21:56	3,67	0,00	0,00	0,00	0,00
23/08/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24/08/2020	Segunda	12:42-15:20 16:00-16:50	3,47	0,00	0,00	0,00	0,00
25/08/2020	Terça	12:40-16:58	4,30	0,00	0,00	0,00	0,00
26/08/2020	Quarta	12:41-16:56	4,25	0,00	0,00	0,00	0,00
27/08/2020	Quinta	06:10-10:20 12:50-13:55	5,25	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
28/08/2020	Sexta	06:15-10:25 12:48-13:56	5,30	0,00	0,00	0,00	0,00
29/08/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30/08/2020	Domingo	04:40-07:20 13:00-13:57	3,66	0,00	0,00	0,00	0,00
31/08/2020	Segunda	06:25-08:30 16:00-16:30	2,58	0,00	0,00	0,00	0,00
01/09/2020	Terça	06:10-08:10 12:45-13:58	3,22	0,00	0,00	0,00	0,00
02/09/2020	Quarta	06:11-08:15 13:00-13:56	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/09/2020	Quinta	06:08-08:10 12:46-13:57	3,22	0,00	0,00	0,00	0,00
04/09/2020	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/09/2020	Sábado	04:40-07:20 13:05-13:58	3,60	0,00	0,00	0,00	0,00
06/09/2020	Domingo	06:10-17:25	11,25	0,00	0,00	3,92	0,00
07/09/2020	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/09/2020	Terça	06:11-07:28 16:00-17:30	2,78	0,00	0,00	0,00	0,00
09/09/2020	Quarta	06:10-08:00 16:01-17:25	3,23	0,00	0,00	0,00	0,00
10/09/2020	Quinta	06:05-08:10 15:55-18:30	4,67	0,00	0,00	0,00	0,00
11/09/2020	Sexta	20:25-23:25 06:28-10:30	7,81	0,48	0,00	0,00	0,00
12/09/2020	Sábado	10:35-13:56	3,35	0,00	0,00	0,00	0,00
13/09/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14/09/2020	Segunda	06:05-08:30 16:00-18:20	4,75	0,00	0,00	0,00	0,00
15/09/2020	Terça	06:06-07:30 20:30-23:20	4,42	0,00	0,00	0,00	0,00
16/09/2020	Quarta	06:10-07:30 15:45-18:20	3,92	0,00	0,00	0,00	0,00
17/09/2020	Quinta	06:05-07:58 16:00-18:21	4,23	0,00	0,00	0,00	0,00
18/09/2020	Sexta	06:10-07:55 15:00-17:30	4,25	0,00	0,00	0,00	0,00
19/09/2020	Sábado	06:12-07:50 15:00-17:30	4,13	0,00	0,00	0,00	0,00
20/09/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21/09/2020	Segunda	06:10-07:55 16:01-18:20	4,07	0,00	0,00	0,00	0,00
22/09/2020	Terça	06:05-07:50 16:01-18:25	4,15	0,00	0,00	0,00	0,00
23/09/2020	Quarta	06:08-07:50	4,13	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
		16:00-18:26					
24/09/2020	Quinta	06:00-07:55 16:02-18:20	4,22	0,00	0,00	0,00	0,00
25/09/2020	Sexta	06:10-07:50 15:30-17:20	3,50	0,00	0,00	0,00	0,00
26/09/2020	Sábado	04:25-07:30 12:46-13:56	4,33	0,00	0,00	0,00	0,00
27/09/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28/09/2020	Segunda	06:10-07:50 16:00-18:30	4,17	0,00	0,00	0,00	0,00
29/09/2020	Terça	06:09-09:00 16:02-18:20	5,15	0,00	0,00	0,00	0,00
30/09/2020	Quarta	06:30-07:50 16:00-18:30	3,83	0,00	0,00	0,00	0,00
01/10/2020	Quinta	06:00-08:20 15:10-18:29	5,65	0,00	0,00	0,00	0,00
02/10/2020	Sexta	06:08-08:15 15:00-17:20	4,45	0,00	0,00	0,00	0,00
03/10/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/10/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/10/2020	Segunda	06:00-08:30 15:30-18:15	5,25	0,00	0,00	0,00	0,00
06/10/2020	Terça	06:05-08:31 15:00-18:14	5,67	0,00	0,00	0,00	0,00
07/10/2020	Quarta	06:01-08:25 15:15-18:20	5,48	0,00	0,00	0,00	0,00
08/10/2020	Quinta	06:05-08:30 15:20-18:16	5,35	0,00	0,00	0,00	0,00
09/10/2020	Sexta	05:58-08:25 15:00-17:20	4,78	0,00	0,00	0,00	0,00
10/10/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/10/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/10/2020	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/10/2020	Terça	06:00-08:30 15:10-18:25	5,75	0,00	0,00	0,00	0,00
14/10/2020	Quarta	06:01-08:20 15:20-18:30	5,48	0,00	0,00	0,00	0,00
15/10/2020	Quinta	06:05-08:15 15:30-18:29	5,15	0,00	0,00	0,00	0,00
16/10/2020	Sexta	06:00-08:10 15:00-17:30	4,67	0,00	0,00	0,00	0,00
17/10/2020	Sábado	12:30-15:30 20:50-21:58	4,13	0,00	0,00	0,00	0,00
18/10/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/10/2020	Segunda	06:00-08:31 15:11-18:30	5,83	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
20/10/2020	Terça	06:05-08:20 15:00-18:25	5,67	0,00	0,00	0,00	0,00
21/10/2020	Quarta	06:04-08:25 15:15-18:20	5,43	0,00	0,00	0,00	0,00
22/10/2020	Quinta	06:01-08:30 15:21-18:30	5,63	0,00	0,00	0,00	0,00
23/10/2020	Sexta	06:00-08:31 15:00-17:30	5,02	0,00	0,00	0,00	0,00
24/10/2020	Sábado	04:20-07:30 12:41-13:59	4,56	0,00	0,00	0,00	0,00
25/10/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26/10/2020	Segunda	06:05-08:00 15:30-18:30	4,92	0,00	0,00	0,00	0,00
27/10/2020	Terça	06:00-08:15 15:25-18:30	5,33	0,00	0,00	0,00	0,00
28/10/2020	Quarta	06:02-08:20 15:25-18:25	5,30	0,00	0,00	0,00	0,00
29/10/2020	Quinta	06:05-08:25 15:20-18:20	5,33	0,00	0,00	0,00	0,00
30/10/2020	Sexta	06:02-08:20 15:00-17:30	4,80	0,00	0,00	0,00	0,00
31/10/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/11/2020	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/11/2020	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/11/2020	Terça	06:00-08:20 15:00-18:30	5,83	0,00	0,00	0,00	0,00
04/11/2020	Quarta	06:05-08:30 15:00-18:25	5,83	0,00	0,00	0,00	0,00
05/11/2020	Quinta	06:06-08:20 15:05-18:32	5,68	0,00	0,00	0,00	0,00
06/11/2020	Sexta	06:00-08:25 15:00-17:30	4,92	0,00	0,00	0,00	0,00
07/11/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/11/2020	Domingo	12:00-15:15	3,25	0,00	0,00	0,00	0,00
09/11/2020	Segunda	05:55-08:30 21:30-23:15	4,51	0,00	0,00	0,00	0,00
10/11/2020	Terça	05:54-08:30 15:00-18:20	5,93	0,00	0,00	0,00	0,00
11/11/2020	Quarta	06:00-08:25 15:01-18:22	5,77	0,00	0,00	0,00	0,00
12/11/2020	Quinta	06:02-08:30 15:01-18:32	5,98	0,00	0,00	0,00	0,00
13/11/2020	Sexta	06:00-08:50 15:01-17:31	5,33	0,00	0,00	0,00	0,00
14/11/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15/11/2020	Feriado	04:00-07:30	6,55	0,00	0,00	6,55	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
		20:20-23:05					
16/11/2020	Segunda	06:00-12:00 15:00-18:30	9,50	2,17	0,00	0,00	0,00
17/11/2020	Terça	06:05-07:02 15:01-18:25	4,35	0,00	0,00	0,00	0,00
18/11/2020	Quarta	06:01-08:20 15:10-18:30	5,65	0,00	0,00	0,00	0,00
19/11/2020	Quinta	06:02-08:15 15:15-18:30	5,47	0,00	0,00	0,00	0,00
20/11/2020	Feriado	06:00-08:15 15:01-17:30	4,73	0,00	0,00	0,00	4,73
21/11/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22/11/2020	Domingo	03:55-06:30 20:15-23:00	5,63	0,00	0,00	0,00	0,00
23/11/2020	Segunda	05:55-07:20 15:01-18:30	4,90	0,00	0,00	0,00	0,00
24/11/2020	Terça	06:00-08:30 15:00-18:25	5,92	0,00	0,00	0,00	0,00
25/11/2020	Quarta	06:01-08:25 15:02-18:22	5,73	0,00	0,00	0,00	0,00
26/11/2020	Quinta	05:50-08:20 15:10-18:30	5,83	0,00	0,00	0,00	0,00
27/11/2020	Sexta	06:51-08:15 15:01-17:30	3,88	0,00	0,00	0,00	0,00
28/11/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29/11/2020	Domingo	03:55-07:15 12:20-14:15	5,40	0,00	0,00	0,00	0,00
30/11/2020	Segunda	05:50-08:20 15:10-18:22	5,70	0,00	0,00	0,00	0,00
01/12/2020	Terça	05:51-08:30 15:10-18:30	5,98	0,00	0,00	0,00	0,00
02/12/2020	Feriado	05:50-08:25 15:15-18:25	5,75	0,00	0,00	0,00	5,75
03/12/2020	Quinta	05:51-08:22 15:10-18:30	5,85	0,00	0,00	0,00	0,00
04/12/2020	Sexta	05:50-08:25 14:50-17:20	5,08	0,00	0,00	0,00	0,00
05/12/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/12/2020	Domingo	19:50-23:20	3,69	0,00	0,00	0,00	0,00
07/12/2020	Segunda	06:05-08:30 15:10-18:30	5,75	0,00	0,00	0,00	0,00
08/12/2020	Terça	05:55-08:20 15:10-18:30	5,75	0,00	0,00	0,00	0,00
09/12/2020	Quarta	05:40-08:22 15:12-18:28	5,97	0,00	0,00	0,00	0,00
10/12/2020	Quinta	05:48-08:15 15:20-18:30	5,62	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	Dia	Frequência	Hs Trabalhadas	Hs Ext Diárias	Hs Ext Semanais	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados
11/12/2020	Sexta	05:50-08:30 15:00-17:30	5,17	0,00	0,00	0,00	0,00
12/12/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/12/2020	Domingo	11:55-15:15 20:10-23:25	6,79	0,00	0,00	0,00	0,00
14/12/2020	Segunda	05:52-08:27 15:14-18:30	5,85	0,00	0,00	0,00	0,00
15/12/2020	Terça	05:50-08:30 15:16-18:28	5,87	0,00	0,00	0,00	0,00
16/12/2020	Quarta	06:10-08:30 15:15-18:30	5,58	0,00	0,00	0,00	0,00
17/12/2020	Quinta	05:53-08:20 15:18-18:20	5,48	0,00	0,00	0,00	0,00
18/12/2020	Sexta	05:58-08:30 14:40-17:30	5,37	0,00	0,00	0,00	0,00
19/12/2020	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20/12/2020	Domingo	19:55-23:20	3,61	0,00	0,00	0,00	0,00
21/12/2020	Segunda	05:58-08:30 15:12-18:27	5,78	0,00	0,00	0,00	0,00
22/12/2020	Terça	05:58-08:28 15:14-18:32	5,80	0,00	0,00	0,00	0,00
23/12/2020	Quarta	05:55-08:40 15:20-18:25	5,83	0,00	0,00	0,00	0,00
24/12/2020	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/12/2020	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26/12/2020	Sábado	19:51-23:15	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00
27/12/2020	Domingo	03:55-07:15 12:13-15:11	6,45	0,00	0,00	0,00	0,00
28/12/2020	Segunda	05:55-08:20 15:18-18:22	5,48	0,00	0,00	0,00	0,00
29/12/2020	Terça	06:00-08:20 15:20-18:25	5,42	0,00	0,00	0,00	0,00
30/12/2020	Quarta	05:55-08:25 15:20-18:40	5,83	0,00	0,00	0,00	0,00
31/12/2020	Quinta	04:00-07:20 20:10-23:15	6,74	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2021	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/01/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/01/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/01/2021	Segunda	05:55-08:25 15:15-18:18	5,55	0,00	0,00	0,00	0,00
05/01/2021	Terça	05:58-08:30 15:12-18:24	5,73	0,00	0,00	0,00	0,00
06/01/2021	Quarta	05:52-08:28 15:30-18:28	5,57	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	Dia	Frequência	Hs Trabalhadas	Hs Ext Diárias	Hs Ext Semanais	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados
07/01/2021	Quinta	05:51-08:26 15:18-18:36	5,88	0,00	0,00	0,00	0,00
08/01/2021	Sexta	05:47-08:30 15:11-18:35	6,12	0,00	0,00	0,00	0,00
09/01/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/01/2021	Domingo	11:55-15:11	3,27	0,00	0,00	0,00	0,00
11/01/2021	Segunda	05:51-08:18 15:17-18:15	5,42	0,00	0,00	0,00	0,00
12/01/2021	Terça	05:50-08:24 15:22-18:28	5,67	0,00	0,00	0,00	0,00
13/01/2021	Quarta	06:00-08:18 15:20-18:16	5,23	0,00	0,00	0,00	0,00
14/01/2021	Quinta	05:49-08:28 15:10-18:23	5,87	0,00	0,00	0,00	0,00
15/01/2021	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16/01/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17/01/2021	Domingo	19:49-23:15 04:20-07:15	6,62	0,00	0,00	0,00	0,00
18/01/2021	Segunda	07:16-08:20 15:11-18:30	4,38	0,00	0,00	0,00	0,00
19/01/2021	Terça	05:50-08:18 15:20-18:22	5,50	0,00	0,00	0,00	0,00
20/01/2021	Quarta	05:51-08:15 15:18-18:25	5,52	0,00	0,00	0,00	0,00
21/01/2021	Quinta	05:58-08:15 15:15-18:28	5,50	0,00	0,00	0,00	0,00
22/01/2021	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23/01/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24/01/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/01/2021	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26/01/2021	Terça	05:52-09:15 15:16-18:35	6,70	0,00	0,00	0,00	0,00
27/01/2021	Quarta	05:59-08:30 15:19-18:28	5,67	0,00	0,00	0,00	0,00
28/01/2021	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29/01/2021	Sexta	06:51-08:18 10:12-18:24	9,65	2,32	0,00	0,00	0,00
30/01/2021	Sábado	05:50-08:00 10:10-18:00	10,00	2,67	0,00	0,00	0,00
31/01/2021	Domingo	05:00-07:00 20:11-23:18	5,30	0,00	0,00	0,00	0,00
01/02/2021	Segunda	05:54-08:25 15:18-18:32	5,75	0,00	0,00	0,00	0,00
02/02/2021	Terça	05:55-08:30 15:20-18:22	5,62	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
03/02/2021	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/02/2021	Quinta	05:57-08:35 15:12-18:24	5,83	0,00	0,00	0,00	0,00
05/02/2021	Sexta	05:51-08:15 11:51-18:25	8,97	1,63	0,00	0,00	0,00
06/02/2021	Sábado	05:59-08:18 20:17-23:25	5,65	0,00	0,00	0,00	0,00
07/02/2021	Domingo	11:57-15:18	3,35	0,00	0,00	0,00	0,00
08/02/2021	Segunda	05:48-08:15 15:26-18:25	5,43	0,00	0,00	0,00	0,00
09/02/2021	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/02/2021	Quarta	05:52-08:10 15:15-18:26	5,48	0,00	0,00	0,00	0,00
11/02/2021	Quinta	20:30-23:15	2,93	0,00	0,00	0,00	0,00
12/02/2021	Sexta	20:31-23:10	2,82	0,00	0,00	0,00	0,00
13/02/2021	Sábado	05:50-08:00 15:10-18:00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14/02/2021	Domingo	04:00-07:08 20:20-23:16	6,39	0,00	0,00	0,00	0,00
15/02/2021	Segunda	06:00-08:10 15:20-18:12	5,03	0,00	0,00	0,00	0,00
16/02/2021	Feriado	05:58-08:10 15:12-18:10	5,17	0,00	0,00	0,00	5,17
17/02/2021	Quarta	05:52-08:20 15:18-18:22	5,53	0,00	0,00	0,00	0,00
18/02/2021	Quinta	05:58-08:15 15:22-18:10	5,08	0,00	0,00	0,00	0,00
19/02/2021	Sexta	06:05-08:18 15:20-18:15	5,13	0,00	0,00	0,00	0,00
20/02/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21/02/2021	Domingo	11:52-15:10	3,30	0,00	0,00	0,00	0,00
22/02/2021	Segunda	05:58-08:10 15:16-18:12	5,13	0,00	0,00	0,00	0,00
23/02/2021	Terça	04:45-08:15 15:14-18:15	6,55	0,00	0,00	0,00	0,00
24/02/2021	Quarta	05:56-09:15 15:20-18:10	6,15	0,00	0,00	0,00	0,00
25/02/2021	Quinta	05:58-08:12 15:25-18:15	5,07	0,00	0,00	0,00	0,00
26/02/2021	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27/02/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28/02/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/03/2021	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/03/2021	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
03/03/2021	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/03/2021	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/03/2021	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/03/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/03/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/03/2021	Segunda	04:40-08:00 15:20-18:00	6,05	0,00	0,00	0,00	0,00
09/03/2021	Terça	12:40-17:30	4,83	0,00	0,00	0,00	0,00
10/03/2021	Quarta	04:40-08:26	3,81	0,00	0,00	0,00	0,00
11/03/2021	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/03/2021	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/03/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14/03/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15/03/2021	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16/03/2021	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17/03/2021	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18/03/2021	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/03/2021	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20/03/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21/03/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22/03/2021	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23/03/2021	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24/03/2021	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/03/2021	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26/03/2021	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27/03/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28/03/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29/03/2021	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30/03/2021	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31/03/2021	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/04/2021	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/04/2021	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/04/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/04/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/04/2021	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/04/2021	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
07/04/2021	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/04/2021	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/04/2021	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/04/2021	Sábado	20:02-23:12 04:20-07:36	6,70	0,00	0,00	0,00	0,00
11/04/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/04/2021	Segunda	04:02-08:15 16:20-18:18	6,32	0,00	0,00	0,00	0,00
13/04/2021	Terça	04:01-08:12 15:18-18:25	7,44	0,11	0,00	0,00	0,00
14/04/2021	Quarta	04:00-08:15 15:25-18:30	7,48	0,14	0,00	0,00	0,00
15/04/2021	Quinta	03:58-08:22 15:20-18:35	7,80	0,46	0,00	0,00	0,00
16/04/2021	Sexta	20:00-23:15 04:20-09:50	9,02	1,69	0,00	0,00	0,00
17/04/2021	Sábado	20:02-23:05 04:25-07:15	6,12	0,00	0,00	0,00	0,00
18/04/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/04/2021	Segunda	04:02-08:12 15:15-18:12	7,25	0,00	0,00	0,00	0,00
20/04/2021	Terça	04:06-08:15 15:20-18:15	7,20	0,00	0,00	0,00	0,00
21/04/2021	Feriado	04:00-07:42	3,84	0,00	0,00	0,00	3,84
22/04/2021	Quinta	04:04-08:15 15:35-18:12	6,93	0,00	0,00	0,00	0,00
23/04/2021	Sexta	04:08-08:10 15:18-18:14	7,09	0,00	0,00	0,00	0,00
24/04/2021	Sábado	20:02-23:12 04:24-07:15	6,27	0,00	0,00	0,00	0,00
25/04/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26/04/2021	Segunda	20:01-23:15 04:24-08:10	7,26	0,00	0,00	0,00	0,00
27/04/2021	Terça	08:11-09:00 15:15-18:15	3,82	0,00	0,00	0,00	0,00
28/04/2021	Quarta	05:06-08:05 15:18-18:15	5,93	0,00	0,00	0,00	0,00
29/04/2021	Quinta	05:08-08:00 15:15-18:17	5,90	0,00	0,00	0,00	0,00
30/04/2021	Sexta	20:02-23:15 04:28-08:50	7,84	0,50	0,00	0,00	0,00
01/05/2021	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/05/2021	Domingo	20:05-23:15	3,35	0,00	0,00	0,00	0,00
03/05/2021	Segunda	05:55-08:10 15:20-18:15	5,17	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
04/05/2021	Terça	05:58-08:00 15:25-18:12	4,82	0,00	0,00	0,00	0,00
05/05/2021	Quarta	05:55-08:05 15:25-18:18	5,05	0,00	0,00	0,00	0,00
06/05/2021	Quinta	05:58-08:25 15:16-18:20	5,52	0,00	0,00	0,00	0,00
07/05/2021	Sexta	06:02-08:40 15:15-20:45	8,13	0,80	0,00	0,00	0,00
08/05/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/05/2021	Domingo	11:58-15:17	3,32	0,00	0,00	0,00	0,00
10/05/2021	Segunda	03:05-08:40 15:20-20:23	10,91	3,57	0,00	0,00	0,00
11/05/2021	Terça	03:08-08:45 15:25-20:25	10,88	3,55	0,00	0,00	0,00
12/05/2021	Quarta	06:02-08:10 15:20-18:15	5,05	0,00	0,00	0,00	0,00
13/05/2021	Quinta	06:05-08:05 15:25-18:12	4,78	0,00	0,00	0,00	0,00
14/05/2021	Sexta	06:06-08:10 15:22-18:23	5,08	0,00	0,00	0,00	0,00
15/05/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16/05/2021	Domingo	20:02-23:10 04:20-07:15	6,31	0,00	0,00	0,00	0,00
17/05/2021	Segunda	07:16-08:10 15:30-18:15	3,65	0,00	0,00	0,00	0,00
18/05/2021	Terça	05:58-08:12 15:28-18:10	4,93	0,00	0,00	0,00	0,00
19/05/2021	Quarta	06:00-12:45 13:20-18:30	11,92	4,58	0,00	0,00	0,00
20/05/2021	Quinta	06:02-08:15 15:25-18:22	5,17	0,00	0,00	0,00	0,00
21/05/2021	Sexta	06:26-08:10 15:26-18:25	4,72	0,00	0,00	0,00	0,00
22/05/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23/05/2021	Domingo	13:20-15:15	1,92	0,00	0,00	0,00	0,00
24/05/2021	Segunda	05:40-11:15	5,58	0,00	0,00	0,00	0,00
25/05/2021	Terça	05:59-08:10 15:25-18:20	5,10	0,00	0,00	0,00	0,00
26/05/2021	Quarta	05:58-08:20 15:20-19:50	6,87	0,00	0,00	0,00	0,00
27/05/2021	Quinta	06:00-08:15 15:20-18:22	5,28	0,00	0,00	0,00	0,00
28/05/2021	Sexta	06:02-08:12 15:18-18:25	5,28	0,00	0,00	0,00	0,00
29/05/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30/05/2021	Domingo	20:00-23:15	6,44	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
		04:20-07:15					
31/05/2021	Segunda	07:16-08:21 15:20-18:22	4,12	0,00	0,00	0,00	0,00
01/06/2021	Terça	06:00-08:15 15:21-18:25	5,32	0,00	0,00	0,00	0,00
02/06/2021	Quarta	05:58-08:30 15:22-18:30	5,67	0,00	0,00	0,00	0,00
03/06/2021	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/06/2021	Sexta	06:00-12:50	6,83	0,00	0,00	0,00	0,00
05/06/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/06/2021	Domingo	12:00-15:20 18:00-20:30	5,83	0,00	0,00	0,00	0,00
07/06/2021	Segunda	03:25-09:00 15:20-20:30	10,98	3,64	0,00	0,00	0,00
08/06/2021	Terça	03:20-08:50 15:25-20:31	10,84	3,50	0,00	0,00	0,00
09/06/2021	Quarta	03:25-08:45 15:20-20:35	10,81	3,48	0,00	0,00	0,00
10/06/2021	Quinta	03:20-08:50 15:21-20:55	11,30	3,97	0,00	0,00	0,00
11/06/2021	Sexta	03:28-08:40 12:25-20:40	13,67	6,34	0,00	0,00	0,00
12/06/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/06/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14/06/2021	Segunda	03:30-08:30 15:30-20:48	10,51	3,18	0,00	0,00	0,00
15/06/2021	Terça	03:25-08:31 15:25-20:50	10,74	3,41	0,00	0,00	0,00
16/06/2021	Quarta	04:30-08:30 15:15-19:30	8,32	0,99	0,00	0,00	0,00
17/06/2021	Quinta	04:31-08:50 15:30-19:20	8,22	0,89	0,00	0,00	0,00
18/06/2021	Sexta	04:40-08:45 15:31-19:45	8,36	1,03	0,00	0,00	0,00
19/06/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20/06/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21/06/2021	Segunda	04:30-08:30 15:30-19:45	8,32	0,99	0,00	0,00	0,00
22/06/2021	Terça	04:35-08:10 15:35-20:55	8,98	1,64	0,00	0,00	0,00
23/06/2021	Quarta	04:33-08:28 15:26-20:48	9,35	2,01	0,00	0,00	0,00
24/06/2021	Quinta	04:32-08:25 15:20-20:50	9,45	2,12	0,00	0,00	0,00
25/06/2021	Sexta	06:00-08:30 15:22-18:30	5,63	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
26/06/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27/06/2021	Domingo	20:00-23:15 04:20-07:18	6,49	0,00	0,00	0,00	0,00
28/06/2021	Segunda	07:19-08:35 15:20-18:30	4,43	0,00	0,00	0,00	0,00
29/06/2021	Terça	05:58-08:30 15:20-18:25	5,62	0,00	0,00	0,00	0,00
30/06/2021	Quarta	06:02-08:38 15:25-18:31	5,70	0,00	0,00	0,00	0,00
01/07/2021	Quinta	20:00-23:15 06:20-11:50	9,71	2,38	0,00	0,00	0,00
02/07/2021	Sexta	11:51-18:19	6,47	0,00	0,00	0,00	0,00
03/07/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/07/2021	Domingo	12:00-15:15	3,25	0,00	0,00	0,00	0,00
05/07/2021	Segunda	06:05-08:30 15:30-18:25	5,33	0,00	0,00	0,00	0,00
06/07/2021	Terça	05:58-09:30 14:40-18:30	7,37	0,03	0,00	0,00	0,00
07/07/2021	Quarta	20:05-23:15 06:20-11:31	9,27	1,94	0,00	0,00	0,00
08/07/2021	Quinta	11:32-18:32	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/07/2021	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/07/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/07/2021	Domingo	20:00-23:20 04:20-07:20	6,62	0,00	0,00	0,00	0,00
12/07/2021	Segunda	07:21-08:15 15:15-18:20	3,98	0,00	0,00	0,00	0,00
13/07/2021	Terça	06:00-08:18 15:15-18:15	5,30	0,00	0,00	0,00	0,00
14/07/2021	Quarta	05:58-08:16 15:20-18:18	5,27	0,00	0,00	0,00	0,00
15/07/2021	Quinta	05:55-08:15 15:30-18:16	5,10	0,00	0,00	0,00	0,00
16/07/2021	Sexta	06:00-08:15 15:20-18:19	5,23	0,00	0,00	0,00	0,00
17/07/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18/07/2021	Domingo	04:02-07:15	3,35	0,00	0,00	0,00	0,00
19/07/2021	Segunda	20:02-23:15 06:22-11:12	8,92	1,59	0,00	0,00	0,00
20/07/2021	Terça	11:13-18:12	6,98	0,00	0,00	0,00	0,00
21/07/2021	Quarta	06:03-08:06 15:30-18:15	4,80	0,00	0,00	0,00	0,00
22/07/2021	Quinta	06:00-08:10 12:30-18:10	7,83	0,50	0,00	0,00	0,00
23/07/2021	Sexta	06:02-08:05	4,82	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
		15:30-18:16					
24/07/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/07/2021	Domingo	20:00-23:18 04:20-07:20	6,58	0,00	0,00	0,00	0,00
26/07/2021	Segunda	07:21-08:15 15:30-18:22	3,77	0,00	0,00	0,00	0,00
27/07/2021	Terça	05:58-08:20 15:30-18:20	5,20	0,00	0,00	0,00	0,00
28/07/2021	Quarta	06:02-08:15 15:31-18:25	5,12	0,00	0,00	0,00	0,00
29/07/2021	Quinta	06:00-08:10 15:30-18:16	4,93	0,00	0,00	0,00	0,00
30/07/2021	Sexta	06:01-08:15 15:31-18:20	5,05	0,00	0,00	0,00	0,00
31/07/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/08/2021	Domingo	12:00-15:20	3,33	0,00	0,00	0,00	0,00
02/08/2021	Segunda	06:02-08:20 15:30-18:20	5,13	0,00	0,00	0,00	0,00
03/08/2021	Terça	05:55-08:15 15:31-18:16	5,08	0,00	0,00	0,00	0,00
04/08/2021	Quarta	06:00-08:16 15:30-18:17	5,05	0,00	0,00	0,00	0,00
05/08/2021	Quinta	19:56-23:06 06:23-11:10	8,79	1,46	0,00	0,00	0,00
06/08/2021	Sexta	11:11-18:20	7,15	0,00	0,00	0,00	0,00
07/08/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/08/2021	Domingo	19:55-23:10	3,42	0,00	0,00	0,00	0,00
09/08/2021	Segunda	05:50-08:10 15:30-18:18	5,13	0,00	0,00	0,00	0,00
10/08/2021	Terça	05:58-08:12 15:30-18:20	5,07	0,00	0,00	0,00	0,00
11/08/2021	Quarta	05:55-08:10 15:30-18:12	4,95	0,00	0,00	0,00	0,00
12/08/2021	Quinta	05:58-08:10 15:31-18:16	4,95	0,00	0,00	0,00	0,00
13/08/2021	Sexta	06:00-08:12 15:30-18:18	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14/08/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15/08/2021	Domingo	12:00-15:08	3,13	0,00	0,00	0,00	0,00
16/08/2021	Segunda	06:00-08:10 16:30-18:15	3,92	0,00	0,00	0,00	0,00
17/08/2021	Terça	05:58-08:12 15:30-18:18	5,03	0,00	0,00	0,00	0,00
18/08/2021	Quarta	05:56-08:10 15:35-18:20	4,98	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
19/08/2021	Quinta	06:00-08:15 15:30-18:15	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20/08/2021	Sexta	05:55-08:10 15:31-18:20	5,07	0,00	0,00	0,00	0,00
21/08/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22/08/2021	Domingo	20:00-23:15 04:25-07:15	6,35	0,00	0,00	0,00	0,00
23/08/2021	Segunda	07:16-08:16 15:30-18:18	3,80	0,00	0,00	0,00	0,00
24/08/2021	Terça	06:00-08:10 15:31-18:14	4,88	0,00	0,00	0,00	0,00
25/08/2021	Quarta	05:53-08:12 15:29-18:20	5,17	0,00	0,00	0,00	0,00
26/08/2021	Quinta	05:58-08:15 15:30-18:25	5,20	0,00	0,00	0,00	0,00
27/08/2021	Sexta	06:00-08:20 15:30-18:22	5,20	0,00	0,00	0,00	0,00
28/08/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29/08/2021	Domingo	11:58-15:10	3,20	0,00	0,00	0,00	0,00
30/08/2021	Segunda	06:05-08:05 15:30-18:25	4,92	0,00	0,00	0,00	0,00
31/08/2021	Terça	05:58-08:12 15:31-18:20	5,05	0,00	0,00	0,00	0,00
01/09/2021	Quarta	06:00-08:10 15:30-18:15	4,92	0,00	0,00	0,00	0,00
02/09/2021	Quinta	06:05-08:12 15:29-18:18	4,93	0,00	0,00	0,00	0,00
03/09/2021	Sexta	06:02-08:08 15:30-18:22	4,97	0,00	0,00	0,00	0,00
04/09/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/09/2021	Domingo	20:05-23:12 04:20-07:15	6,30	0,00	0,00	0,00	0,00
06/09/2021	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/09/2021	Feriado	12:00-15:12	3,20	0,00	0,00	0,00	3,20
08/09/2021	Quarta	06:00-08:15 15:30-18:13	4,97	0,00	0,00	0,00	0,00
09/09/2021	Quinta	06:02-08:10 15:30-18:18	4,93	0,00	0,00	0,00	0,00
10/09/2021	Sexta	06:05-08:12 15:31-18:20	4,93	0,00	0,00	0,00	0,00
11/09/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/09/2021	Domingo	12:00-15:15	3,25	0,00	0,00	0,00	0,00
13/09/2021	Segunda	06:05-08:12 15:30-18:18	4,92	0,00	0,00	0,00	0,00
14/09/2021	Terça	06:02-10:00 15:30-18:20	6,80	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
15/09/2021	Quarta	06:05-08:10 15:31-18:22	4,93	0,00	0,00	0,00	0,00
16/09/2021	Quinta	06:00-08:10 15:30-18:20	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17/09/2021	Sexta	06:01-08:12 15:29-18:19	5,02	0,00	0,00	0,00	0,00
18/09/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/09/2021	Domingo	19:58-23:20 04:20-07:15	6,57	0,00	0,00	0,00	0,00
20/09/2021	Segunda	07:16-08:10 15:35-18:22	3,68	0,00	0,00	0,00	0,00
21/09/2021	Terça	06:03-08:12 15:28-18:20	5,02	0,00	0,00	0,00	0,00
22/09/2021	Quarta	06:35-10:30 15:30-18:22	6,78	0,00	0,00	0,00	0,00
23/09/2021	Quinta	06:00-08:10 15:31-18:20	4,98	0,00	0,00	0,00	0,00
24/09/2021	Sexta	05:55-08:05 15:30-18:21	5,02	0,00	0,00	0,00	0,00
25/09/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26/09/2021	Domingo	11:50-15:20	3,50	0,00	0,00	0,00	0,00
27/09/2021	Segunda	05:58-08:10 15:25-18:16	5,05	0,00	0,00	0,00	0,00
28/09/2021	Terça	06:00-08:15 15:30-18:20	5,08	0,00	0,00	0,00	0,00
29/09/2021	Quarta	05:56-08:10 15:28-18:18	5,07	0,00	0,00	0,00	0,00
30/09/2021	Quinta	06:00-08:12 15:30-21:20	8,03	0,70	0,00	0,00	0,00
01/10/2021	Sexta	06:02-08:10 15:31-18:20	4,95	0,00	0,00	0,00	0,00
02/10/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/10/2021	Domingo	20:00-23:12 04:22-07:15	6,35	0,00	0,00	0,00	0,00
04/10/2021	Segunda	07:16-08:10 15:25-18:22	3,85	0,00	0,00	0,00	0,00
05/10/2021	Terça	05:55-08:08 15:35-18:20	4,97	0,00	0,00	0,00	0,00
06/10/2021	Quarta	05:55-08:12 15:30-18:18	5,08	0,00	0,00	0,00	0,00
07/10/2021	Quinta	06:00-08:10 15:30-18:15	4,92	0,00	0,00	0,00	0,00
08/10/2021	Sexta	06:02-08:11 15:31-18:20	4,97	0,00	0,00	0,00	0,00
09/10/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/10/2021	Domingo	09:10-11:15 11:18-12:30	3,28	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
11/10/2021	Segunda	06:40-12:00	5,33	0,00	0,00	0,00	0,00
12/10/2021	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/10/2021	Quarta	06:05-10:20 15:30-18:19	7,07	0,00	0,00	0,00	0,00
14/10/2021	Quinta	06:03-08:10 15:35-18:20	4,87	0,00	0,00	0,00	0,00
15/10/2021	Sexta	06:02-08:15 15:32-18:21	5,03	0,00	0,00	0,00	0,00
16/10/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17/10/2021	Domingo	20:00-23:15 04:20-07:20	6,52	0,00	0,00	0,00	0,00
18/10/2021	Segunda	07:21-08:10 15:28-18:18	3,65	0,00	0,00	0,00	0,00
19/10/2021	Terça	05:55-08:12 15:30-18:20	5,12	0,00	0,00	0,00	0,00
20/10/2021	Quarta	06:00-08:13 15:31-18:22	5,07	0,00	0,00	0,00	0,00
21/10/2021	Quinta	05:54-10:15 15:30-18:20	7,18	0,00	0,00	0,00	0,00
22/10/2021	Sexta	06:00-08:10 15:25-18:22	5,12	0,00	0,00	0,00	0,00
23/10/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24/10/2021	Domingo	11:55-15:15	3,33	0,00	0,00	0,00	0,00
25/10/2021	Segunda	06:00-08:10 12:30-18:20	8,00	0,67	0,00	0,00	0,00
26/10/2021	Terça	06:02-08:10 15:18-18:15	5,08	0,00	0,00	0,00	0,00
27/10/2021	Quarta	06:05-08:55 15:20-18:18	5,80	0,00	0,00	0,00	0,00
28/10/2021	Quinta	06:00-08:20 15:30-18:20	5,17	0,00	0,00	0,00	0,00
29/10/2021	Sexta	06:01-08:10 15:31-18:22	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30/10/2021	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31/10/2021	Domingo	11:55-15:12	3,28	0,00	0,00	0,00	0,00
01/11/2021	Segunda	05:35-13:00	7,42	0,08	0,00	0,00	0,00
02/11/2021	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/11/2021	Quarta	06:00-08:10 15:20-18:20	5,17	0,00	0,00	0,00	0,00
04/11/2021	Quinta	06:02-10:58 15:30-18:22	7,80	0,47	0,00	0,00	0,00
05/11/2021	Sexta	06:05-08:10 15:20-18:20	5,08	0,00	0,00	0,00	0,00
06/11/2021	Sábado	11:55-15:16	3,35	0,00	0,00	0,00	0,00
07/11/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
08/11/2021	Segunda	06:00-11:00 15:20-18:25	8,08	0,75	0,00	0,00	0,00
09/11/2021	Terça	06:02-08:10 15:21-18:20	5,12	0,00	0,00	0,00	0,00
10/11/2021	Quarta	06:01-09:15	3,23	0,00	0,00	0,00	0,00
11/11/2021	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/11/2021	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/11/2021	Sábado	11:40-15:15	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00
14/11/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15/11/2021	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16/11/2021	Terça	06:00-10:15 15:20-18:25	7,33	0,00	0,00	0,00	0,00
17/11/2021	Quarta	19:41-23:15 06:18-08:15	5,97	0,00	0,00	0,00	0,00
18/11/2021	Quinta	08:16-09:10 15:25-18:22	3,85	0,00	0,00	0,00	0,00
19/11/2021	Sexta	06:01-08:10 15:00-17:25	4,57	0,00	0,00	0,00	0,00
20/11/2021	Feriado	11:55-15:12	3,28	0,00	0,00	0,00	3,28
21/11/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22/11/2021	Segunda	06:02-08:15 15:20-18:25	5,30	0,00	0,00	0,00	0,00
23/11/2021	Terça	06:00-08:16 15:21-18:20	5,25	0,00	0,00	0,00	0,00
24/11/2021	Quarta	06:01-08:20 15:25-18:18	5,20	0,00	0,00	0,00	0,00
25/11/2021	Quinta	05:58-08:15	2,28	0,00	0,00	0,00	0,00
26/11/2021	Sexta	06:05-08:12 15:00-17:17	4,40	0,00	0,00	0,00	0,00
27/11/2021	Sábado	11:50-15:25	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00
28/11/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29/11/2021	Segunda	06:00-08:15 15:20-18:25	5,33	0,00	0,00	0,00	0,00
30/11/2021	Terça	05:58-08:10 15:23-18:22	5,18	0,00	0,00	0,00	0,00
01/12/2021	Quarta	06:01-08:16 15:21-18:24	5,30	0,00	0,00	0,00	0,00
02/12/2021	Feriado	05:58-08:10 15:15-18:26	5,38	0,00	0,00	0,00	5,38
03/12/2021	Sexta	06:00-08:20 15:00-17:25	4,75	0,00	0,00	0,00	0,00
04/12/2021	Sábado	11:50-15:10	3,33	0,00	0,00	0,00	0,00
05/12/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/12/2021	Segunda	05:55-08:15	5,50	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
		15:15-18:25					
07/12/2021	Terça	06:00-08:10 15:20-18:22	5,20	0,00	0,00	0,00	0,00
08/12/2021	Quarta	05:58-08:20 12:10-18:25	8,62	1,28	0,00	0,00	0,00
09/12/2021	Quinta	06:00-08:10 15:20-18:25	5,25	0,00	0,00	0,00	0,00
10/12/2021	Sexta	05:58-08:25 14:00-17:20	5,78	0,00	0,00	0,00	0,00
11/12/2021	Sábado	12:10-15:10	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/12/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/12/2021	Segunda	05:55-08:00 15:15-18:05	4,92	0,00	0,00	0,00	0,00
14/12/2021	Terça	05:55-08:07 15:12-18:17	5,28	0,00	0,00	0,00	0,00
15/12/2021	Quarta	05:56-08:06 15:12-18:19	5,28	0,00	0,00	0,00	0,00
16/12/2021	Quinta	05:50-08:10 15:18-18:22	5,40	0,00	0,00	0,00	0,00
17/12/2021	Sexta	05:58-08:15 14:15-17:26	5,47	0,00	0,00	0,00	0,00
18/12/2021	Sábado	11:50-15:10	3,33	0,00	0,00	0,00	0,00
19/12/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20/12/2021	Segunda	06:01-08:10 15:16-18:25	5,30	0,00	0,00	0,00	0,00
21/12/2021	Terça	05:55-08:12 15:20-18:25	5,37	0,00	0,00	0,00	0,00
22/12/2021	Quarta	05:55-08:12 15:18-18:26	5,42	0,00	0,00	0,00	0,00
23/12/2021	Quinta	05:58-08:10 15:15-18:25	5,37	0,00	0,00	0,00	0,00
24/12/2021	Sexta	13:50-16:30	2,67	0,00	0,00	0,00	0,00
25/12/2021	Feriado	11:50-15:10	3,33	0,00	0,00	0,00	3,33
26/12/2021	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27/12/2021	Segunda	05:50-08:08 15:15-18:27	5,50	0,00	0,00	0,00	0,00
28/12/2021	Terça	05:55-08:18 15:10-18:30	5,72	0,00	0,00	0,00	0,00
29/12/2021	Quarta	05:52-08:20 15:10-18:30	5,80	0,00	0,00	0,00	0,00
30/12/2021	Quinta	05:55-08:10 15:15-18:25	5,42	0,00	0,00	0,00	0,00
31/12/2021	Sexta	05:40-12:00	6,33	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2022	Feriado	11:43-16:00	4,28	0,00	0,00	0,00	4,28
02/01/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Cálculo liquidado por offline na versão 2.13.2 em 28/01/2026 às 18:30:43.

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
03/01/2022	Segunda	05:55-08:18 15:20-18:20	5,38	0,00	0,00	0,00	0,00
04/01/2022	Terça	06:00-08:15 15:13-18:27	5,48	0,00	0,00	0,00	0,00
05/01/2022	Quarta	05:52-08:20 15:10-18:50	6,13	0,00	0,00	0,00	0,00
06/01/2022	Quinta	05:50-08:20 15:15-18:30	5,75	0,00	0,00	0,00	0,00
07/01/2022	Sexta	05:40-08:18 15:15-18:27	5,83	0,00	0,00	0,00	0,00
08/01/2022	Sábado	12:30-15:15	2,75	0,00	0,00	0,00	0,00
09/01/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/01/2022	Segunda	05:48-08:20 15:10-18:30	5,87	0,00	0,00	0,00	0,00
11/01/2022	Terça	05:52-08:25 15:05-18:30	5,97	0,00	0,00	0,00	0,00
12/01/2022	Quarta	05:48-08:30 15:10-18:31	6,05	0,00	0,00	0,00	0,00
13/01/2022	Quinta	05:45-08:31 15:00-18:30	6,27	0,00	0,00	0,00	0,00
14/01/2022	Sexta	05:52-10:10 15:10-18:32	7,67	0,33	0,00	0,00	0,00
15/01/2022	Sábado	12:10-15:25	3,25	0,00	0,00	0,00	0,00
16/01/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17/01/2022	Segunda	05:50-08:30 15:00-18:30	6,17	0,00	0,00	0,00	0,00
18/01/2022	Terça	05:49-08:28 15:01-18:35	6,22	0,00	0,00	0,00	0,00
19/01/2022	Quarta	05:48-08:30 15:05-18:29	6,10	0,00	0,00	0,00	0,00
20/01/2022	Quinta	05:50-08:31 15:10-18:30	6,02	0,00	0,00	0,00	0,00
21/01/2022	Sexta	05:45-08:25 15:15-18:28	5,88	0,00	0,00	0,00	0,00
22/01/2022	Sábado	11:45-15:20	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00
23/01/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24/01/2022	Segunda	05:48-08:20 15:20-18:30	5,70	0,00	0,00	0,00	0,00
25/01/2022	Terça	05:52-08:15 15:00-18:27	5,83	0,00	0,00	0,00	0,00
26/01/2022	Quarta	05:47-08:15 15:05-18:32	5,92	0,00	0,00	0,00	0,00
27/01/2022	Quinta	05:52-10:30 15:20-18:30	7,80	0,47	0,00	0,00	0,00
28/01/2022	Sexta	05:50-08:15 15:00-18:28	5,88	0,00	0,00	0,00	0,00
29/01/2022	Sábado	11:40-15:15	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
30/01/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31/01/2022	Segunda	05:45-08:20 09:30-14:30	7,58	0,25	0,00	0,00	0,00
01/02/2022	Terça	05:44-08:30 17:00-19:25	5,18	0,00	0,00	0,00	0,00
02/02/2022	Quarta	05:48-08:20 17:20-01:20	11,01	3,68	0,00	0,00	0,00
03/02/2022	Quinta	05:48-08:25 15:00-18:30	6,12	0,00	0,00	0,00	0,00
04/02/2022	Sexta	05:52-08:25 17:00-00:58	10,94	3,61	0,00	0,00	0,00
05/02/2022	Sábado	11:45-15:20	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00
06/02/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/02/2022	Segunda	05:55-08:30 15:05-19:30	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/02/2022	Terça	05:40-08:30 15:00-18:35	6,42	0,00	0,00	0,00	0,00
09/02/2022	Quarta	05:45-08:25 15:10-18:30	6,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/02/2022	Quinta	05:55-08:30 15:15-18:32	5,87	0,00	0,00	0,00	0,00
11/02/2022	Sexta	05:40-08:25 16:50-00:45	11,06	3,73	0,00	0,00	0,00
12/02/2022	Sábado	11:40-15:15	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00
13/02/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14/02/2022	Segunda	05:50-08:20 15:00-18:26	5,93	0,00	0,00	0,00	0,00
15/02/2022	Terça	05:52-08:25	2,55	0,00	0,00	0,00	0,00
16/02/2022	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17/02/2022	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18/02/2022	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/02/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20/02/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21/02/2022	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22/02/2022	Terça	05:40-10:30 17:00-01:10	13,45	6,12	0,00	0,00	0,00
23/02/2022	Quarta	16:40-01:01	8,78	1,45	0,00	0,00	0,00
24/02/2022	Quinta	11:40-17:01 19:21-01:22	11,85	4,51	0,00	0,00	0,00
25/02/2022	Sexta	16:40-00:50	8,57	1,24	0,00	0,00	0,00
26/02/2022	Sábado	11:40-18:00	6,33	0,00	0,00	0,00	0,00
27/02/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28/02/2022	Segunda	06:00-12:01	6,02	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	Dia	Frequência	Hs Trabalhadas	Hs Ext Diárias	Hs Ext Semanais	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados
01/03/2022	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/03/2022	Quarta	05:40-13:38	7,97	0,63	0,00	0,00	0,00
03/03/2022	Quinta	16:41-00:40	8,36	1,03	0,00	0,00	0,00
04/03/2022	Sexta	16:40-00:34	8,27	0,93	0,00	0,00	0,00
05/03/2022	Sábado	05:40-13:45	8,08	0,75	0,00	0,00	0,00
06/03/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/03/2022	Segunda	16:41-00:43	8,42	1,09	0,00	0,00	0,00
08/03/2022	Terça	16:40-00:58	8,72	1,39	0,00	0,00	0,00
09/03/2022	Quarta	16:39-00:53	8,65	1,31	0,00	0,00	0,00
10/03/2022	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/03/2022	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/03/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/03/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14/03/2022	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15/03/2022	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16/03/2022	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17/03/2022	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18/03/2022	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/03/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20/03/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21/03/2022	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22/03/2022	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23/03/2022	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24/03/2022	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/03/2022	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26/03/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27/03/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28/03/2022	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29/03/2022	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30/03/2022	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31/03/2022	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/04/2022	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/04/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/04/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/04/2022	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	Dia	Frequência	Hs Trabalhadas	Hs Ext Diárias	Hs Ext Semanais	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados
05/04/2022	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/04/2022	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/04/2022	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/04/2022	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/04/2022	Sábado	19:40-21:45 22:15-23:18	3,28	0,00	0,00	0,00	0,00
10/04/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/04/2022	Segunda	05:55-08:16 15:30-19:30 22:15-00:27	8,86	1,53	0,00	0,00	0,00
12/04/2022	Terça	05:58-08:30 15:30-18:13	5,25	0,00	0,00	0,00	0,00
13/04/2022	Quarta	05:55-08:40 15:15-00:57	12,87	5,54	0,00	0,00	0,00
14/04/2022	Quinta	05:58-08:55 15:00-18:28	6,42	0,00	0,00	0,00	0,00
15/04/2022	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16/04/2022	Sábado	11:40-13:48 14:15-15:30	3,38	0,00	0,00	0,00	0,00
17/04/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18/04/2022	Segunda	17:55-00:15 06:15-07:24	7,97	0,00	0,00	0,00	0,00
19/04/2022	Terça	14:40-19:30 22:15-00:58 06:12-08:30	10,24	0,00	0,00	0,00	0,00
20/04/2022	Quarta	15:10-00:37 06:15-08:30	12,40	0,00	0,00	0,00	0,00
21/04/2022	Feriado	11:52-15:16	3,40	0,00	0,00	0,00	3,40
22/04/2022	Sexta	07:10-11:32 12:15-16:30	8,62	0,00	0,00	0,00	0,00
23/04/2022	Sábado	07:09-13:08 20:00-23:10	9,32	0,00	0,00	0,00	0,00
24/04/2022	Domingo	-	0,00	0,00	11,88	0,00	0,00
25/04/2022	Segunda	05:55-08:20 15:31-20:15	7,15	0,00	0,00	0,00	0,00
26/04/2022	Terça	05:51-08:32 15:15-20:31	7,95	0,00	0,00	0,00	0,00
27/04/2022	Quarta	05:55-08:45 15:00-20:31	8,35	0,00	0,00	0,00	0,00
28/04/2022	Quinta	15:00-22:15 00:30-06:12	13,63	0,00	0,00	0,00	0,00
29/04/2022	Sexta	14:40-00:15 06:12-08:15	12,25	0,00	0,00	0,00	0,00
30/04/2022	Sábado	08:16-09:30 12:00-13:05	2,32	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
01/05/2022	Feriado	11:55-16:30	4,58	0,00	14,98	4,58	0,00
02/05/2022	Segunda	05:50-11:15 15:30-19:45	9,67	2,33	0,00	0,00	0,00
03/05/2022	Terça	05:52-08:30 15:00-20:15	7,88	0,55	0,00	0,00	0,00
04/05/2022	Quarta	05:50-08:25 15:15-19:45 22:15-00:15	9,37	2,04	0,00	0,00	0,00
05/05/2022	Quinta	05:50-08:50 13:00-20:30 22:15-23:20	11,74	4,40	0,00	0,00	0,00
06/05/2022	Sexta	05:50-08:55 13:00-20:00	10,08	2,75	0,00	0,00	0,00
07/05/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/05/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/05/2022	Segunda	03:25-08:48 15:00-19:37 20:00-21:05	11,31	3,98	0,00	0,00	0,00
10/05/2022	Terça	05:50-08:30 15:00-18:30	6,17	0,00	0,00	0,00	0,00
11/05/2022	Quarta	05:55-08:25 12:00-16:50 16:55-18:52	9,28	1,95	0,00	0,00	0,00
12/05/2022	Quinta	06:52-08:30 15:00-18:27	5,08	0,00	0,00	0,00	0,00
13/05/2022	Sexta	04:40-08:49 08:55-14:30 15:00-18:30	13,28	5,95	0,00	0,00	0,00
14/05/2022	Sábado	07:40-10:38	2,97	0,00	0,00	0,00	0,00
15/05/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16/05/2022	Segunda	05:30-08:30 12:00-14:40 15:00-21:48	12,47	5,13	0,00	0,00	0,00
17/05/2022	Terça	02:55-08:35 11:40-13:30 15:00-21:15	14,05	6,71	0,00	0,00	0,00
18/05/2022	Quarta	03:20-08:30 12:00-14:40 16:00-20:40	12,74	5,40	0,00	0,00	0,00
19/05/2022	Quinta	03:25-08:30 15:00-20:45	11,06	3,73	0,00	0,00	0,00
20/05/2022	Sexta	03:25-04:17 15:00-21:25	7,41	0,07	0,00	0,00	0,00
21/05/2022	Sábado	07:40-12:00	4,33	0,00	0,00	0,00	0,00
22/05/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23/05/2022	Segunda	03:20-08:50	10,70	3,37	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
		15:00-19:58					
24/05/2022	Terça	04:40-11:40 12:00-18:00	13,05	5,71	0,00	0,00	0,00
25/05/2022	Quarta	03:25-08:45 15:30-19:55	9,98	2,64	0,00	0,00	0,00
26/05/2022	Quinta	03:25-08:53 15:05-20:20	10,94	3,61	0,00	0,00	0,00
27/05/2022	Sexta	03:20-08:58 15:00-21:12	12,07	4,74	0,00	0,00	0,00
28/05/2022	Sábado	05:40-09:38	3,97	0,00	0,00	0,00	0,00
29/05/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30/05/2022	Segunda	09:40-12:00 12:30-16:22	6,20	0,00	0,00	0,00	0,00
31/05/2022	Terça	06:00-08:30 10:00-12:00	4,50	0,00	0,00	0,00	0,00
01/06/2022	Quarta	06:10-12:00 13:00-16:50	9,67	2,33	0,00	0,00	0,00
02/06/2022	Quinta	06:12-12:00 13:00-16:00	8,80	1,47	0,00	0,00	0,00
03/06/2022	Sexta	06:00-12:00 13:00-16:00	9,00	1,67	0,00	0,00	0,00
04/06/2022	Sábado	07:40-09:47	2,12	0,00	0,00	0,00	0,00
05/06/2022	Domingo	19:40-23:10	3,67	0,00	0,00	0,00	0,00
06/06/2022	Segunda	15:00-19:50 22:10-00:32	7,54	0,20	0,00	0,00	0,00
07/06/2022	Terça	21:40-00:47	3,51	0,00	0,00	0,00	0,00
08/06/2022	Quarta	06:00-08:50 15:00-19:50	7,67	0,33	0,00	0,00	0,00
09/06/2022	Quinta	05:40-13:25 15:30-19:30	11,75	4,42	0,00	0,00	0,00
10/06/2022	Sexta	14:40-18:20	3,67	0,00	0,00	0,00	0,00
11/06/2022	Sábado	07:41-10:00	2,32	0,00	0,00	0,00	0,00
12/06/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/06/2022	Segunda	11:55-18:00 19:50-21:50	8,08	0,75	0,00	0,00	0,00
14/06/2022	Terça	08:10-11:00 15:00-18:30	6,33	0,00	0,00	0,00	0,00
15/06/2022	Quarta	12:40-15:15 15:20-18:30	5,75	0,00	0,00	0,00	0,00
16/06/2022	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17/06/2022	Sexta	06:40-10:00 13:00-14:20	4,67	0,00	0,00	0,00	0,00
18/06/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/06/2022	Domingo	11:10-14:45	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	Dia	Frequência	Hs Trabalhadas	Hs Ext Diárias	Hs Ext Semanais	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados
20/06/2022	Segunda	14:40-19:45 22:00-00:48	8,28	0,95	0,00	0,00	0,00
21/06/2022	Terça	05:40-08:00 15:00-18:40	6,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22/06/2022	Quarta	05:40-08:00 12:00-18:30	8,83	1,50	0,00	0,00	0,00
23/06/2022	Quinta	05:50-10:00 10:50-12:30 15:30-18:40	9,00	1,67	0,00	0,00	0,00
24/06/2022	Sexta	14:40-18:40	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/06/2022	Sábado	05:40-10:30 13:00-16:10	8,00	0,67	0,00	0,00	0,00
26/06/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27/06/2022	Segunda	14:40-18:40	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28/06/2022	Terça	05:55-09:30 15:00-18:45	7,33	0,00	0,00	0,00	0,00
29/06/2022	Quarta	11:40-15:15 16:00-18:50	6,42	0,00	0,00	0,00	0,00
30/06/2022	Quinta	06:00-08:30 15:00-18:45	6,25	0,00	0,00	0,00	0,00
01/07/2022	Sexta	06:40-08:30 15:00-18:40	5,50	0,00	0,00	0,00	0,00
02/07/2022	Sábado	07:40-10:00	2,33	0,00	0,00	0,00	0,00
03/07/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/07/2022	Segunda	05:40-09:00 15:00-19:10	7,50	0,17	0,00	0,00	0,00
05/07/2022	Terça	06:00-08:40 15:00-18:30	6,17	0,00	0,00	0,00	0,00
06/07/2022	Quarta	11:40-14:50 15:30-18:27	6,12	0,00	0,00	0,00	0,00
07/07/2022	Quinta	06:10-12:45 15:00-17:10	8,75	1,42	0,00	0,00	0,00
08/07/2022	Sexta	05:40-09:45 11:00-13:35	6,67	0,00	0,00	0,00	0,00
09/07/2022	Feriado	07:40-10:45	3,08	0,00	0,00	0,00	3,08
10/07/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/07/2022	Segunda	06:00-08:30 15:30-18:27	5,45	0,00	0,00	0,00	0,00
12/07/2022	Terça	05:40-08:15 08:30-12:30	6,58	0,00	0,00	0,00	0,00
13/07/2022	Quarta	05:40-08:40 12:00-13:15	4,25	0,00	0,00	0,00	0,00
14/07/2022	Quinta	05:41-08:30 09:15-11:30	5,07	0,00	0,00	0,00	0,00
15/07/2022	Sexta	08:55-11:30 15:00-18:40	6,25	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	Dia	Frequência	Hs Trabalhadas	Hs Ext Diárias	Hs Ext Semanais	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados
16/07/2022	Sábado	07:40-10:00	2,33	0,00	0,00	0,00	0,00
17/07/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18/07/2022	Segunda	05:40-08:26 15:00-18:30	6,27	0,00	0,00	0,00	0,00
19/07/2022	Terça	14:40-18:36	3,93	0,00	0,00	0,00	0,00
20/07/2022	Quarta	05:41-08:30 15:00-18:45	6,57	0,00	0,00	0,00	0,00
21/07/2022	Quinta	14:50-18:36	3,77	0,00	0,00	0,00	0,00
22/07/2022	Sexta	14:40-18:30	3,83	0,00	0,00	0,00	0,00
23/07/2022	Sábado	07:49-09:55	2,10	0,00	0,00	0,00	0,00
24/07/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/07/2022	Segunda	07:40-11:15 15:00-18:36	7,18	0,00	0,00	0,00	0,00
26/07/2022	Terça	14:40-18:45	4,08	0,00	0,00	0,00	0,00
27/07/2022	Quarta	14:41-18:28	3,78	0,00	0,00	0,00	0,00
28/07/2022	Quinta	14:42-18:35	3,88	0,00	0,00	0,00	0,00
29/07/2022	Sexta	06:00-11:15	5,25	0,00	0,00	0,00	0,00
30/07/2022	Sábado	07:40-09:15	1,58	0,00	0,00	0,00	0,00
31/07/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/08/2022	Segunda	11:25-13:00 16:50-19:30 20:30-00:35	8,70	1,37	0,00	0,00	0,00
02/08/2022	Terça	16:30-19:25 20:25-00:20	7,17	0,00	0,00	0,00	0,00
03/08/2022	Quarta	11:40-19:30 20:30-21:49	9,15	1,82	0,00	0,00	0,00
04/08/2022	Quinta	16:30-19:25 20:25-00:05	6,88	0,00	0,00	0,00	0,00
05/08/2022	Sexta	14:30-17:45	3,25	0,00	0,00	0,00	0,00
06/08/2022	Sábado	07:40-09:20	1,67	0,00	0,00	0,00	0,00
07/08/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/08/2022	Segunda	15:00-19:45 20:45-00:42	9,09	1,75	0,00	0,00	0,00
09/08/2022	Terça	14:40-19:40 20:40-00:40	9,38	2,05	0,00	0,00	0,00
10/08/2022	Quarta	15:10-19:30 20:30-00:50	9,07	1,74	0,00	0,00	0,00
11/08/2022	Quinta	14:25-17:30 18:00-19:35 20:40-00:10	8,48	1,14	0,00	0,00	0,00
12/08/2022	Sexta	14:10-17:30 18:00-19:30 20:30-00:10	8,81	1,48	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
13/08/2022	Sábado	07:40-10:30	2,83	0,00	0,00	0,00	0,00
14/08/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15/08/2022	Segunda	07:10-12:00 13:00-17:15	9,08	1,75	0,00	0,00	0,00
16/08/2022	Terça	00:30-15:30 19:30-20:30 21:45-22:45	17,75	10,42	0,00	0,00	0,00
17/08/2022	Quarta	15:10-19:20 20:40-00:46	8,66	1,33	0,00	0,00	0,00
18/08/2022	Quinta	15:10-19:35 20:35-21:50 21:51-00:55	9,15	1,82	0,00	0,00	0,00
19/08/2022	Sexta	14:20-19:30 20:30-21:50	6,50	0,00	0,00	0,00	0,00
20/08/2022	Sábado	07:40-09:30	1,83	0,00	0,00	0,00	0,00
21/08/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22/08/2022	Segunda	14:40-19:35 20:35-00:36	9,30	1,97	0,00	0,00	0,00
23/08/2022	Terça	14:55-19:25 20:25-00:30	8,94	1,61	0,00	0,00	0,00
24/08/2022	Quarta	14:40-19:35 20:35-00:50	9,57	2,24	0,00	0,00	0,00
25/08/2022	Quinta	14:55-19:30 20:30-00:25	8,85	1,51	0,00	0,00	0,00
26/08/2022	Sexta	14:30-19:35 20:35-22:15	6,79	0,00	0,00	0,00	0,00
27/08/2022	Sábado	07:40-10:00	2,33	0,00	0,00	0,00	0,00
28/08/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29/08/2022	Segunda	14:55-19:35 20:35-00:38	9,09	1,76	0,00	0,00	0,00
30/08/2022	Terça	15:00-19:30 20:30-00:50	9,24	1,90	0,00	0,00	0,00
31/08/2022	Quarta	14:55-19:30 20:30-00:58	9,47	2,14	0,00	0,00	0,00
01/09/2022	Quinta	06:10-08:25	2,25	0,00	0,00	0,00	0,00
02/09/2022	Sexta	14:10-16:15	2,08	0,00	0,00	0,00	0,00
03/09/2022	Sábado	06:10-11:55	5,75	0,00	0,00	0,00	0,00
04/09/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/09/2022	Segunda	14:40-19:30 20:30-00:48	9,53	2,20	0,00	0,00	0,00
06/09/2022	Terça	14:55-19:25 20:30-00:36	8,97	1,64	0,00	0,00	0,00
07/09/2022	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/09/2022	Quinta	14:50-19:35 20:35-00:40	9,21	1,88	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	Dia	Frequência	Hs Trabalhadas	Hs Ext Diárias	Hs Ext Semanais	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados
09/09/2022	Sexta	14:10-17:30 18:00-19:30 20:30-00:50	9,57	2,24	0,00	0,00	0,00
10/09/2022	Sábado	07:10-10:30	3,33	0,00	0,00	0,00	0,00
11/09/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/09/2022	Segunda	06:00-08:30	2,50	0,00	0,00	0,00	0,00
13/09/2022	Terça	15:15-19:30 20:30-00:28	8,57	1,24	0,00	0,00	0,00
14/09/2022	Quarta	15:05-19:50 20:50-00:45	9,06	1,73	0,00	0,00	0,00
15/09/2022	Quinta	15:10-19:25 20:25-00:55	9,17	1,83	0,00	0,00	0,00
16/09/2022	Sexta	14:30-19:30 20:30-22:40	7,26	0,00	0,00	0,00	0,00
17/09/2022	Sábado	07:00-09:00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18/09/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/09/2022	Segunda	06:30-07:45 15:30-19:30 20:30-00:35	9,70	2,37	0,00	0,00	0,00
20/09/2022	Terça	15:00-19:35 20:35-00:30	8,86	1,52	0,00	0,00	0,00
21/09/2022	Quarta	15:30-19:28 20:30-00:50	8,70	1,37	0,00	0,00	0,00
22/09/2022	Quinta	06:15-08:30 15:30-19:30 20:30-00:28	10,57	3,24	0,00	0,00	0,00
23/09/2022	Sexta	14:50-17:30 17:45-19:30 20:30-00:30	8,77	1,44	0,00	0,00	0,00
24/09/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/09/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26/09/2022	Segunda	15:40-19:35 20:35-00:38	8,34	1,01	0,00	0,00	0,00
27/09/2022	Terça	15:30-19:45 20:45-00:40	8,55	1,21	0,00	0,00	0,00
28/09/2022	Quarta	15:30-19:25 20:25-00:30	8,36	1,02	0,00	0,00	0,00
29/09/2022	Quinta	15:20-19:40 20:40-00:28	8,49	1,15	0,00	0,00	0,00
30/09/2022	Sexta	14:45-17:30 18:00-19:40 20:40-00:25	8,51	1,18	0,00	0,00	0,00
01/10/2022	Sábado	08:30-13:30	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/10/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/10/2022	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	Dia	Frequência	Hs Trabalhadas	Hs Ext Diárias	Hs Ext Semanais	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados
04/10/2022	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/10/2022	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/10/2022	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/10/2022	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/10/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/10/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/10/2022	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/10/2022	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/10/2022	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/10/2022	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14/10/2022	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15/10/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16/10/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17/10/2022	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18/10/2022	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/10/2022	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20/10/2022	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21/10/2022	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22/10/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23/10/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24/10/2022	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/10/2022	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26/10/2022	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27/10/2022	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28/10/2022	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29/10/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30/10/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31/10/2022	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/11/2022	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/11/2022	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/11/2022	Quinta	15:30-19:30 20:30-00:26	8,28	0,95	0,00	0,00	0,00
04/11/2022	Sexta	14:30-19:30 20:30-00:05	8,88	1,55	0,00	0,00	0,00
05/11/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/11/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
07/11/2022	Segunda	15:15-19:25 20:25-00:30	8,61	1,27	0,00	0,00	0,00
08/11/2022	Terça	15:20-19:30 20:30-00:35	8,62	1,29	0,00	0,00	0,00
09/11/2022	Quarta	15:20-19:35 20:35-00:35	8,62	1,29	0,00	0,00	0,00
10/11/2022	Quinta	15:15-19:30 20:30-00:20	8,42	1,08	0,00	0,00	0,00
11/11/2022	Sexta	14:30-20:00	5,50	0,00	0,00	0,00	0,00
12/11/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/11/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14/11/2022	Segunda	07:30-14:50	7,33	0,00	0,00	0,00	0,00
15/11/2022	Feriado	16:00-20:40	4,67	0,00	0,00	0,00	4,67
16/11/2022	Quarta	07:00-10:59 16:00-19:30 20:30-00:50	12,22	4,89	0,00	0,00	0,00
17/11/2022	Quinta	06:00-08:45 15:30-19:30 20:30-00:45	11,39	4,06	0,00	0,00	0,00
18/11/2022	Sexta	10:30-11:30 14:30-00:30	11,36	4,02	0,00	0,00	0,00
19/11/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20/11/2022	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21/11/2022	Segunda	12:05-15:00 15:30-19:30 20:30-00:30	11,27	3,94	0,00	0,00	0,00
22/11/2022	Terça	15:30-19:30 20:30-00:30	8,36	1,02	0,00	0,00	0,00
23/11/2022	Quarta	15:30-19:40 20:40-00:28	8,32	0,99	0,00	0,00	0,00
24/11/2022	Quinta	12:30-15:00 17:30-19:00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/11/2022	Sexta	06:20-08:00 14:30-17:30	4,67	0,00	0,00	0,00	0,00
26/11/2022	Sábado	17:30-23:00	5,64	0,00	0,00	0,00	0,00
27/11/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28/11/2022	Segunda	15:30-18:00	2,50	0,00	0,00	0,00	0,00
29/11/2022	Terça	15:30-18:15 20:00-23:20	6,27	0,00	0,00	0,00	0,00
30/11/2022	Quarta	04:15-08:20	4,19	0,00	0,00	0,00	0,00
01/12/2022	Quinta	03:55-08:20 15:15-18:20	7,65	0,32	0,00	0,00	0,00
02/12/2022	Feriado	12:40-15:30	2,83	0,00	0,00	0,00	2,83
03/12/2022	Sábado	19:40-23:30	4,05	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
04/12/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/12/2022	Segunda	14:40-18:20	3,67	0,00	0,00	0,00	0,00
06/12/2022	Terça	14:55-18:30	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00
07/12/2022	Quarta	14:40-18:30	3,83	0,00	0,00	0,00	0,00
08/12/2022	Quinta	08:00-12:10 15:30-18:30	7,17	0,00	0,00	0,00	0,00
09/12/2022	Sexta	13:55-19:45	5,83	0,00	0,00	0,00	0,00
10/12/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/12/2022	Domingo	07:10-08:30	1,33	0,00	0,00	0,00	0,00
12/12/2022	Segunda	06:40-09:00 15:30-18:30	5,33	0,00	0,00	0,00	0,00
13/12/2022	Terça	06:40-08:40 15:30-18:25	4,92	0,00	0,00	0,00	0,00
14/12/2022	Quarta	15:10-18:20	3,17	0,00	0,00	0,00	0,00
15/12/2022	Quinta	08:10-14:20	6,17	0,00	0,00	0,00	0,00
16/12/2022	Sexta	14:10-17:15	3,08	0,00	0,00	0,00	0,00
17/12/2022	Sábado	06:40-11:50	5,17	0,00	0,00	0,00	0,00
18/12/2022	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/12/2022	Segunda	06:40-12:30 15:15-18:25	9,00	1,67	0,00	0,00	0,00
20/12/2022	Terça	15:00-18:40	3,67	0,00	0,00	0,00	0,00
21/12/2022	Quarta	14:40-18:35	3,92	0,00	0,00	0,00	0,00
22/12/2022	Quinta	06:40-09:00 15:15-18:30	5,58	0,00	0,00	0,00	0,00
23/12/2022	Sexta	14:10-17:26	3,27	0,00	0,00	0,00	0,00
24/12/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/12/2022	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26/12/2022	Segunda	06:10-08:45	2,58	0,00	0,00	0,00	0,00
27/12/2022	Terça	14:40-18:40	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28/12/2022	Quarta	14:50-18:30	3,67	0,00	0,00	0,00	0,00
29/12/2022	Quinta	14:55-18:35	3,67	0,00	0,00	0,00	0,00
30/12/2022	Sexta	13:40-17:30	3,83	0,00	0,00	0,00	0,00
31/12/2022	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2023	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/01/2023	Segunda	06:00-08:30 15:15-18:40	5,92	0,00	0,00	0,00	0,00
03/01/2023	Terça	06:40-08:30 15:00-18:30	5,33	0,00	0,00	0,00	0,00
04/01/2023	Quarta	05:55-08:30 15:30-18:45	5,83	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
05/01/2023	Quinta	06:10-08:00 15:15-18:30	5,08	0,00	0,00	0,00	0,00
06/01/2023	Sexta	14:40-18:30	3,83	0,00	0,00	0,00	0,00
07/01/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/01/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/01/2023	Segunda	14:40-18:40	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/01/2023	Terça	14:40-18:40	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/01/2023	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/01/2023	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/01/2023	Sexta	15:10-18:30	3,33	0,00	0,00	0,00	0,00
14/01/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15/01/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16/01/2023	Segunda	15:10-18:35	3,42	0,00	0,00	0,00	0,00
17/01/2023	Terça	14:40-18:30	3,83	0,00	0,00	0,00	0,00
18/01/2023	Quarta	06:40-13:40 15:30-21:15	12,75	5,42	0,00	0,00	0,00
19/01/2023	Quinta	06:40-08:30 15:30-18:30	4,83	0,00	0,00	0,00	0,00
20/01/2023	Sexta	06:40-10:40 15:30-18:30	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21/01/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22/01/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23/01/2023	Segunda	15:10-18:30	3,33	0,00	0,00	0,00	0,00
24/01/2023	Terça	14:40-18:50	4,17	0,00	0,00	0,00	0,00
25/01/2023	Quarta	06:40-08:00 15:30-18:30	4,33	0,00	0,00	0,00	0,00
26/01/2023	Quinta	07:40-09:00 15:30-18:30	4,33	0,00	0,00	0,00	0,00
27/01/2023	Sexta	06:40-11:00 15:30-18:50	7,67	0,33	0,00	0,00	0,00
28/01/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29/01/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30/01/2023	Segunda	05:55-12:00 15:30-18:30	9,08	1,75	0,00	0,00	0,00
31/01/2023	Terça	15:10-18:40	3,50	0,00	0,00	0,00	0,00
01/02/2023	Quarta	15:10-19:30 20:30-01:20	9,64	2,31	0,00	0,00	0,00
02/02/2023	Quinta	15:10-19:26 20:20-00:15	8,50	1,17	0,00	0,00	0,00
03/02/2023	Sexta	14:55-18:30	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00
04/02/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
05/02/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/02/2023	Segunda	14:55-18:30 20:30-01:10	8,70	1,37	0,00	0,00	0,00
07/02/2023	Terça	15:00-19:27 22:30-00:50	7,12	0,00	0,00	0,00	0,00
08/02/2023	Quarta	14:55-19:30 22:30-00:55	7,35	0,01	0,00	0,00	0,00
09/02/2023	Quinta	15:00-19:34 22:15-00:35	7,23	0,00	0,00	0,00	0,00
10/02/2023	Sexta	15:00-18:50	3,83	0,00	0,00	0,00	0,00
11/02/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/02/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/02/2023	Segunda	15:10-19:29 22:30-01:10	7,36	0,03	0,00	0,00	0,00
14/02/2023	Terça	15:10-19:30 22:30-01:00	7,19	0,00	0,00	0,00	0,00
15/02/2023	Quarta	15:10-19:30	4,33	0,00	0,00	0,00	0,00
16/02/2023	Quinta	15:10-19:35 22:30-00:20	6,51	0,00	0,00	0,00	0,00
17/02/2023	Sexta	15:10-18:30	3,33	0,00	0,00	0,00	0,00
18/02/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/02/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20/02/2023	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21/02/2023	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22/02/2023	Quarta	07:40-10:30 15:15-18:35	6,17	0,00	0,00	0,00	0,00
23/02/2023	Quinta	05:00-06:00 15:20-19:27 21:45-00:15	7,94	0,60	0,00	0,00	0,00
24/02/2023	Sexta	14:50-18:35	3,75	0,00	0,00	0,00	0,00
25/02/2023	Sábado	06:10-09:25	3,25	0,00	0,00	0,00	0,00
26/02/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27/02/2023	Segunda	15:10-19:30 22:00-01:05	7,86	0,52	0,00	0,00	0,00
28/02/2023	Terça	15:10-19:27 22:00-01:10	7,90	0,57	0,00	0,00	0,00
01/03/2023	Quarta	15:10-19:30 20:30-01:15	9,55	2,21	0,00	0,00	0,00
02/03/2023	Quinta	14:40-19:30 20:30-00:23	9,06	1,72	0,00	0,00	0,00
03/03/2023	Sexta	14:40-19:35 20:35-23:20	7,86	0,52	0,00	0,00	0,00
04/03/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
05/03/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/03/2023	Segunda	15:10-19:30 20:30-01:05	9,36	2,02	0,00	0,00	0,00
07/03/2023	Terça	15:15-19:38 20:35-01:05	9,32	1,99	0,00	0,00	0,00
08/03/2023	Quarta	15:15-19:35 20:35-00:53	9,05	1,71	0,00	0,00	0,00
09/03/2023	Quinta	15:10-19:30 20:35-00:08	8,19	0,85	0,00	0,00	0,00
10/03/2023	Sexta	15:10-19:30 20:30-00:25	8,60	1,26	0,00	0,00	0,00
11/03/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/03/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/03/2023	Segunda	15:10-19:30 20:30-01:10	9,45	2,12	0,00	0,00	0,00
14/03/2023	Terça	15:20-19:27 20:30-01:10	9,24	1,90	0,00	0,00	0,00
15/03/2023	Quarta	15:10-19:38 20:30-00:58	9,36	2,02	0,00	0,00	0,00
16/03/2023	Quinta	15:10-19:30 20:30-00:20	8,50	1,17	0,00	0,00	0,00
17/03/2023	Sexta	15:10-19:35 20:30-00:20	8,58	1,25	0,00	0,00	0,00
18/03/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/03/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20/03/2023	Segunda	15:15-19:31 20:30-01:10	9,39	2,05	0,00	0,00	0,00
21/03/2023	Terça	16:40-19:30 20:30-01:10	7,95	0,62	0,00	0,00	0,00
22/03/2023	Quarta	14:10-19:30 20:30-01:05	10,36	3,02	0,00	0,00	0,00
23/03/2023	Quinta	15:15-19:30 20:30-00:10	8,23	0,89	0,00	0,00	0,00
24/03/2023	Sexta	15:10-19:40 20:40-00:20	8,50	1,17	0,00	0,00	0,00
25/03/2023	Sábado	06:10-11:50	5,67	0,00	0,00	0,00	0,00
26/03/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27/03/2023	Segunda	15:10-19:30 20:30-01:05	9,36	2,02	0,00	0,00	0,00
28/03/2023	Terça	15:00-19:30 20:30-01:15	9,71	2,38	0,00	0,00	0,00
29/03/2023	Quarta	14:55-19:33 22:30-01:15	7,78	0,44	0,00	0,00	0,00
30/03/2023	Quinta	15:10-19:35 20:30-00:50	9,15	1,82	0,00	0,00	0,00
31/03/2023	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	Dia	Frequência	Hs Trabalhadas	Hs Ext Diárias	Hs Ext Semanais	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados
01/04/2023	Sábado	06:10-08:00	1,83	0,00	0,00	0,00	0,00
02/04/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/04/2023	Segunda	15:10-19:33 20:30-01:15	9,60	2,26	0,00	0,00	0,00
04/04/2023	Terça	15:10-01:15	10,55	3,21	0,00	0,00	0,00
05/04/2023	Quarta	15:00-19:30 20:30-00:55	9,33	2,00	0,00	0,00	0,00
06/04/2023	Quinta	14:40-18:30	3,83	0,00	0,00	0,00	0,00
07/04/2023	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/04/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/04/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/04/2023	Segunda	15:10-19:30 20:30-00:50	9,07	1,74	0,00	0,00	0,00
11/04/2023	Terça	15:10-19:35 20:35-01:20	9,64	2,31	0,00	0,00	0,00
12/04/2023	Quarta	15:10-19:28 20:30-01:15	9,51	2,18	0,00	0,00	0,00
13/04/2023	Quinta	15:15-19:35 20:30-00:35	8,79	1,45	0,00	0,00	0,00
14/04/2023	Sexta	15:10-18:30	3,33	0,00	0,00	0,00	0,00
15/04/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16/04/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17/04/2023	Segunda	15:10-19:26 20:30-00:58	9,16	1,82	0,00	0,00	0,00
18/04/2023	Terça	15:10-19:26 20:30-01:05	9,29	1,96	0,00	0,00	0,00
19/04/2023	Quarta	15:10-19:35 20:30-01:10	9,54	2,20	0,00	0,00	0,00
20/04/2023	Quinta	14:55-19:30 20:30-00:50	9,32	1,99	0,00	0,00	0,00
21/04/2023	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22/04/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23/04/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24/04/2023	Segunda	15:10-19:28 20:30-01:08	9,38	2,05	0,00	0,00	0,00
25/04/2023	Terça	15:15-19:25 20:30-01:10	9,29	1,95	0,00	0,00	0,00
26/04/2023	Quarta	15:20-19:30 20:00-01:00	9,60	2,26	0,00	0,00	0,00
27/04/2023	Quinta	15:15-19:26 20:30-00:30	8,54	1,21	0,00	0,00	0,00
28/04/2023	Sexta	15:10-19:30 20:30-00:25	8,60	1,26	0,00	0,00	0,00
29/04/2023	Sábado	06:40-13:40	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	Dia	Frequência	Hs Trabalhadas	Hs Ext Diárias	Hs Ext Semanais	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados
30/04/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/05/2023	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/05/2023	Terça	15:10-19:35 20:30-01:10	9,54	2,20	0,00	0,00	0,00
03/05/2023	Quarta	15:10-19:36 20:36-01:00	9,26	1,93	0,00	0,00	0,00
04/05/2023	Quinta	15:15-19:30 20:30-00:20	8,42	1,08	0,00	0,00	0,00
05/05/2023	Sexta	15:15-19:40 20:20-23:50	8,18	0,85	0,00	0,00	0,00
06/05/2023	Sábado	05:25-13:30	8,08	0,75	0,00	0,00	0,00
07/05/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/05/2023	Segunda	15:00-19:26 20:26-01:10	9,62	2,29	0,00	0,00	0,00
09/05/2023	Terça	15:15-19:25 20:20-01:05	9,36	2,02	0,00	0,00	0,00
10/05/2023	Quarta	15:10-18:15 20:30-01:10	8,20	0,87	0,00	0,00	0,00
11/05/2023	Quinta	15:10-18:20 20:30-01:10	8,29	0,95	0,00	0,00	0,00
12/05/2023	Sexta	15:20-19:26 20:30-00:20	8,27	0,93	0,00	0,00	0,00
13/05/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14/05/2023	Domingo	07:10-07:50 09:40-10:00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15/05/2023	Segunda	15:10-19:50 19:51-01:10	10,44	3,10	0,00	0,00	0,00
16/05/2023	Terça	15:10-20:00 22:00-01:10	8,45	1,12	0,00	0,00	0,00
17/05/2023	Quarta	15:06-20:30 22:00-01:00	8,83	1,50	0,00	0,00	0,00
18/05/2023	Quinta	15:15-20:30 22:00-00:20	7,92	0,58	0,00	0,00	0,00
19/05/2023	Sexta	15:10-18:12 19:25-20:30 21:45-00:10	6,84	0,00	0,00	0,00	0,00
20/05/2023	Sábado	07:00-08:40 08:41-13:00	5,98	0,00	0,00	0,00	0,00
21/05/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22/05/2023	Segunda	00:48-15:30 18:15-22:00	19,05	11,72	0,00	0,00	0,00
23/05/2023	Terça	15:05-20:30 21:15-01:05	9,69	2,36	0,00	0,00	0,00
24/05/2023	Quarta	17:10-20:50	3,67	0,00	0,00	0,00	0,00
25/05/2023	Quinta	15:05-20:30 21:45-00:20	8,33	1,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
26/05/2023	Sexta	15:00-20:30 21:45-00:20	8,42	1,08	0,00	0,00	0,00
27/05/2023	Sábado	17:00-20:20 21:45-23:10	4,92	0,00	0,00	0,00	0,00
28/05/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29/05/2023	Segunda	15:10-20:30 21:50-01:12	9,16	1,82	0,00	0,00	0,00
30/05/2023	Terça	07:10-13:08	5,97	0,00	0,00	0,00	0,00
31/05/2023	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/06/2023	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/06/2023	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/06/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/06/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/06/2023	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/06/2023	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/06/2023	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/06/2023	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/06/2023	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/06/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/06/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/06/2023	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/06/2023	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14/06/2023	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15/06/2023	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16/06/2023	Sexta	14:40-18:30	3,83	0,00	0,00	0,00	0,00
17/06/2023	Sábado	17:10-19:15 22:00-23:55	4,27	0,00	0,00	0,00	0,00
18/06/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19/06/2023	Segunda	15:10-20:42	5,53	0,00	0,00	0,00	0,00
20/06/2023	Terça	06:40-09:00 11:45-12:55 15:30-18:11	6,18	0,00	0,00	0,00	0,00
21/06/2023	Quarta	06:40-08:31 15:30-20:45	7,10	0,00	0,00	0,00	0,00
22/06/2023	Quinta	15:00-20:30 21:30-00:30	8,86	1,52	0,00	0,00	0,00
23/06/2023	Sexta	15:06-20:00 21:05-23:50	7,91	0,58	0,00	0,00	0,00
24/06/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25/06/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	**Dia**	**Frequência**	**Hs Trabalhadas**	**Hs Ext Diárias**	**Hs Ext Semanais**	**Hs Ext Diárias em Repousos**	**Hs Ext Diárias em Feriados**
26/06/2023	Segunda	15:10-23:50	8,93	1,60	0,00	0,00	0,00
27/06/2023	Terça	17:55-19:30 21:00-23:35	4,39	0,00	0,00	0,00	0,00
28/06/2023	Quarta	11:56-20:00 20:15-23:48	11,87	4,54	0,00	0,00	0,00
29/06/2023	Quinta	15:00-20:00 21:15-00:15	8,32	0,99	0,00	0,00	0,00
30/06/2023	Sexta	06:40-09:00 14:40-18:15	5,92	0,00	0,00	0,00	0,00
01/07/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/07/2023	Domingo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/07/2023	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/07/2023	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/07/2023	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/07/2023	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/07/2023	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/07/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/07/2023	Feriado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/07/2023	Segunda	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/07/2023	Terça	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/07/2023	Quarta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/07/2023	Quinta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14/07/2023	Sexta	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15/07/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16/07/2023	Domingo	11:50-15:10 20:15-23:15	6,51	0,00	0,00	0,00	0,00
17/07/2023	Segunda	11:50-15:12 15:30-18:30	6,37	0,00	0,00	0,00	0,00
18/07/2023	Terça	05:50-08:25 15:15-18:30	5,83	0,00	0,00	0,00	0,00
19/07/2023	Quarta	11:50-15:10 15:30-18:25	6,25	0,00	0,00	0,00	0,00
20/07/2023	Quinta	11:52-15:15 16:05-18:15	5,55	0,00	0,00	0,00	0,00
21/07/2023	Sexta	11:50-15:10 15:30-18:50	6,67	0,00	0,00	0,00	0,00
22/07/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23/07/2023	Domingo	11:50-15:15	3,42	0,00	0,00	0,00	0,00
24/07/2023	Segunda	04:56-14:48	9,88	2,54	0,00	0,00	0,00
25/07/2023	Terça	07:25-14:10	6,75	0,00	0,00	0,00	0,00
26/07/2023	Quarta	11:50-15:20	3,50	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	Dia	Frequência	Hs Trabalhadas	Hs Ext Diárias	Hs Ext Semanais	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados
27/07/2023	Quinta	11:48-15:15	3,45	0,00	0,00	0,00	0,00
28/07/2023	Sexta	11:50-15:12	3,37	0,00	0,00	0,00	0,00
29/07/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30/07/2023	Domingo	11:50-15:12 20:05-23:15	6,71	0,00	0,00	0,00	0,00
31/07/2023	Segunda	11:52-15:10	3,30	0,00	0,00	0,00	0,00
01/08/2023	Terça	11:50-15:12	3,37	0,00	0,00	0,00	0,00
02/08/2023	Quarta	11:50-15:00	3,17	0,00	0,00	0,00	0,00
03/08/2023	Quinta	11:52-15:18 15:30-17:40	5,60	0,00	0,00	0,00	0,00
04/08/2023	Sexta	11:50-15:18 15:30-17:40	5,63	0,00	0,00	0,00	0,00
05/08/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/08/2023	Domingo	11:40-15:20	3,67	0,00	0,00	0,00	0,00
07/08/2023	Segunda	05:55-14:30 15:30-18:30	11,58	4,25	0,00	0,00	0,00
08/08/2023	Terça	11:40-15:15 15:30-18:30	6,58	0,00	0,00	0,00	0,00
09/08/2023	Quarta	11:50-15:12 15:30-18:36	6,47	0,00	0,00	0,00	0,00
10/08/2023	Quinta	11:45-15:10 15:30-18:30	6,42	0,00	0,00	0,00	0,00
11/08/2023	Sexta	11:40-15:10 15:30-18:35	6,58	0,00	0,00	0,00	0,00
12/08/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13/08/2023	Domingo	11:40-15:30 20:05-23:10	7,08	0,00	0,00	0,00	0,00
14/08/2023	Segunda	11:45-15:15 15:30-18:18	6,30	0,00	0,00	0,00	0,00
15/08/2023	Terça	05:40-11:50	6,17	0,00	0,00	0,00	0,00
16/08/2023	Quarta	11:40-15:15 15:30-18:28	6,55	0,00	0,00	0,00	0,00
17/08/2023	Quinta	11:50-15:12 15:30-18:30	6,37	0,00	0,00	0,00	0,00
18/08/2023	Sexta	11:45-15:12 15:30-18:30	6,45	0,00	0,00	0,00	0,00
19/08/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20/08/2023	Domingo	11:40-15:10	3,50	0,00	0,00	0,00	0,00
21/08/2023	Segunda	11:40-15:15 15:30-18:28	6,55	0,00	0,00	0,00	0,00
22/08/2023	Terça	11:40-18:35	6,92	0,00	0,00	0,00	0,00
23/08/2023	Quarta	11:40-18:38	6,97	0,00	0,00	0,00	0,00
24/08/2023	Quinta	11:40-18:45	7,08	0,00	0,00	0,00	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO DIÁRIO							
Data	Dia	Frequência	Hs Trabalhadas	Hs Ext Diárias	Hs Ext Semanais	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados
25/08/2023	Sexta	07:40-13:15 15:15-20:25	10,75	3,42	0,00	0,00	0,00
26/08/2023	Sábado	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27/08/2023	Domingo	11:45-15:15 20:00-23:20	7,02	0,00	0,00	0,00	0,00
28/08/2023	Segunda	03:45-08:30	4,93	0,00	0,00	0,00	0,00
29/08/2023	Terça	11:50-15:12 15:30-18:30	6,37	0,00	0,00	0,00	0,00
30/08/2023	Quarta	19:40-23:15	3,76	0,00	0,00	0,00	0,00
31/08/2023	Quinta	11:50-15:15 15:30-18:30	6,42	0,00	0,00	0,00	0,00

Cartão de Ponto Mensal

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO MENSAL						
Mês/Ano	Hs Trabalhadas	Hs EXT	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados	Hs Ext em Repousos e Feriados	Dias Trabalhados
08/2019	-	-	-	-	-	-
09/2019	200,76	37,91	6,69	9,56	16,25	21,00
10/2019	239,00	44,60	8,92	9,56	18,48	25,00
11/2019	228,61	28,99	2,23	14,58	16,81	27,00
12/2019	182,25	0,00	0,00	14,58	14,58	25,00
01/2020	182,01	16,19	0,00	10,42	10,42	26,00
02/2020	142,89	1,90	0,00	0,00	0,00	27,00
03/2020	154,98	14,52	0,00	12,70	12,70	24,00
04/2020	104,35	0,05	0,00	0,00	0,00	19,00
05/2020	174,81	5,90	0,00	14,00	14,00	26,00
06/2020	154,70	16,44	0,00	4,08	4,08	25,00
07/2020	134,92	1,43	0,00	7,38	7,38	25,00
08/2020	110,09	0,00	0,00	0,00	0,00	26,00
09/2020	103,20	0,48	3,92	0,00	3,92	25,00
10/2020	107,09	0,00	0,00	0,00	0,00	23,00
11/2020	126,20	0,00	6,55	0,00	6,55	24,00
12/2020	145,81	2,17	0,00	10,48	10,48	26,00
01/2021	125,26	0,00	0,00	0,00	0,00	23,00
02/2021	133,09	6,62	0,00	0,00	0,00	23,00
03/2021	61,80	0,00	0,00	5,17	5,17	12,00
04/2021	35,74	0,71	0,00	0,00	0,00	5,00
05/2021	156,53	10,11	0,00	3,84	3,84	25,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO CARTÃO DE PONTO MENSAL						
Mês/Ano	Hs Trabalhadas	Hs EXT	Hs Ext Diárias em Repousos	Hs Ext Diárias em Feriados	Hs Ext em Repousos e Feriados	Dias Trabalhados
06/2021	179,79	32,10	0,00	0,00	0,00	25,00
07/2021	163,54	14,02	0,00	0,00	0,00	24,00
08/2021	138,76	3,55	0,00	0,00	0,00	26,00
09/2021	126,82	0,00	0,00	3,20	3,20	26,00
10/2021	129,47	0,70	0,00	0,00	0,00	25,00
11/2021	117,15	1,97	0,00	0,00	0,00	22,00
12/2021	129,11	1,28	0,00	8,66	8,66	26,00
01/2022	141,11	0,33	0,00	7,61	7,61	27,00
02/2022	161,50	11,74	0,00	0,00	0,00	26,00
03/2022	113,47	20,45	0,00	0,00	0,00	13,00
04/2022	36,68	7,07	0,00	0,00	0,00	5,00
05/2022	208,39	50,81	4,58	3,40	7,98	25,00
06/2022	223,35	52,28	0,00	0,00	0,00	28,00
07/2022	150,08	6,38	0,00	3,08	3,08	25,00
08/2022	148,11	13,10	0,00	0,00	0,00	26,00
09/2022	197,46	39,46	0,00	0,00	0,00	26,00
10/2022	103,11	15,51	0,00	0,00	0,00	13,00
11/2022	68,93	7,43	0,00	4,67	4,67	9,00
12/2022	149,72	19,24	0,00	2,83	2,83	25,00
01/2023	88,76	1,67	0,00	0,00	0,00	20,00
02/2023	143,07	12,39	0,00	0,00	0,00	23,00
03/2023	145,75	20,01	0,00	0,00	0,00	19,00
04/2023	178,66	31,98	0,00	0,00	0,00	22,00
05/2023	188,38	33,67	0,00	0,00	0,00	22,00
06/2023	107,23	21,18	0,00	0,00	0,00	13,00
07/2023	83,11	9,23	0,00	0,00	0,00	12,00
08/2023	245,82	10,21	0,00	0,00	0,00	41,00

Histórico Salarial

OCORRÊNCIAS DO HISTÓRICO SALARIAL						
MÊS/ANO	ADICIONAL NOTURNO PAGO	BASE CÁLCULO INSS RECTE - FOLHA PAGTO.	HORAS EXTRAS PAGAS 100%	HORAS EXTRAS PAGAS 50%	PRÊMIO PAGO	SALÁRIO BASE
08/2019	56,43	1.999,39	56,43	0,00	-	1.804,50
09/2019	82,42	1.972,94	52,33	0,00	-	1.804,50
10/2019	87,67	1.951,48	35,60	0,00	-	1.804,50
11/2019	74,21	1.937,39	56,10	0,00	-	1.804,50

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO HISTÓRICO SALARIAL						
MÊS/ANO	ADICIONAL NOTURNO PAGO	BASE CÁLCULO INSS RECTE - FOLHA PAGTO.	HORAS EXTRAS PAGAS 100%	HORAS EXTRAS PAGAS 50%	PRÊMIO PAGO	SALÁRIO BASE
12/2019	0,00	1.684,25	0,00	0,00	-	1.804,50
01/2020	14,40	1.976,09	88,91	0,00	-	1.804,50
02/2020	43,60	1.862,29	0,00	0,00	-	1.804,50
03/2020	73,79	1.905,02	0,00	0,00	-	1.804,50
04/2020	24,20	1.839,08	0,00	0,00	-	1.804,50
05/2020	60,73	2.150,60	209,65	0,00	-	1.804,50
06/2020	40,90	1.947,20	72,18	0,00	-	1.804,50
07/2020	37,62	1.886,13	0,00	0,00	-	1.804,50
08/2020	30,96	1.962,27	61,02	0,00	-	1.804,50
09/2020	6,23	1.813,06	0,00	0,00	-	1.804,50
10/2020	0,41	1.805,07	0,00	0,00	-	1.804,50
11/2020	8,69	1.816,93	0,00	0,00	-	1.804,50
12/2020	8,61	1.816,23	0,00	0,00	-	1.804,50
01/2021	8,61	1.816,70	0,00	0,00	-	1.804,50
02/2021	14,73	1.937,45	0,00	0,00	-	1.804,50
03/2021	0,00	2.393,35	0,00	0,00	-	1.804,50
04/2021	7,41	2.067,47	0,00	0,00	-	1.804,50
05/2021	26,87	1.911,15	55,28	0,00	-	1.894,73
06/2021	20,29	2.059,12	181,76	0,00	-	1.894,73
07/2021	11,86	1.820,06	0,00	0,00	-	1.894,73
08/2021	10,54	1.909,11	0,00	0,00	-	1.894,73
09/2021	6,37	1.962,79	49,44	0,00	-	1.894,73
10/2021	6,60	1.904,09	0,00	0,00	-	1.894,73
11/2021	3,31	1.899,46	0,00	0,00	-	1.894,73
12/2021	2,15	1.897,66	0,00	0,00	-	1.894,73
01/2022	0,00	2.099,82	125,82	0,00	-	1.943,80
02/2022	15,96	1.965,08	0,00	0,00	-	1.943,80
03/2022	46,26	2.555,69	0,00	0,00	-	1.943,80
04/2022	10,96	2.159,84	0,00	0,00	500,00	1.943,80
05/2022	36,01	2.201,25	132,18	0,00	500,00	2.069,56
06/2022	28,89	2.320,56	56,02	0,00	500,00	2.069,56
07/2022	4,95	1.950,55	0,00	0,00	500,00	2.069,56
08/2022	40,86	2.476,98	94,07	0,00	500,00	2.069,56
09/2022	97,89	2.203,76	0,00	0,00	500,00	2.069,56
10/2022	55,78	2.906,17	0,00	0,00	500,00	2.193,73
11/2022	28,76	2.431,17	139,60	0,00	500,00	2.193,73

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO HISTÓRICO SALARIAL						
MÊS/ANO	ADICIONAL NOTURNO PAGO	BASE CÁLCULO INSS RECTE - FOLHA PAGTO.	HORAS EXTRAS PAGAS 100%	HORAS EXTRAS PAGAS 50%	PRÊMIO PAGO	SALÁRIO BASE
12/2022	44,41	2.251,98	0,00	0,00	500,00	2.193,73
01/2023	0,00	2.193,73	0,00	0,00	500,00	2.193,73
02/2023	46,61	2.255,83	0,00	0,00	500,00	2.193,73
03/2023	79,83	2.298,46	0,00	0,00	500,00	2.193,73
04/2023	108,79	2.621,33	0,00	198,93	500,00	2.193,73
05/2023	108,89	2.395,89	13,36	0,00	500,00	2.303,42
06/2023	90,74	2.416,52	39,89	0,00	500,00	2.303,42
07/2023	28,73	2.342,56	0,00	0,00	500,00	2.303,42
08/2023	15,01	2.774,98	153,49	31,41	500,00	2.303,42

Demonstrativo de Verbas

Nome: **PRÊMIO PAGO**

Período: **01/04/2022 a 31/08/2023** Incidência(s): **FGTS**

Comentário: **-**

((((PRÊMIO PAGO) / 1,0000) X 1,00000000) X 1,0000)										
Período Mensal	Base	Divisor	Multiplicador	Quantidade	Dobra	Devido	Pago	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido
01 a 30/04/2022	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 31/05/2022	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 30/06/2022	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 31/07/2022	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 31/08/2022	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 30/09/2022	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 31/10/2022	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 30/11/2022	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 31/12/2022	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 31/01/2023	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 28/02/2023	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 31/03/2023	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 30/04/2023	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 31/05/2023	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 30/06/2023	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 31/07/2023	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
01 a 31/08/2023	500,00	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	500,00	0,00	500,00	1,013950651	506,98
									Total	**8.618,66**

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **13º SALÁRIO SOBRE PRÊMIO PAGO**

Período: **01/04/2022 a 31/08/2023** Incidência(s): **Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((PRÊMIO PAGO) / 12,0000) X 1,00000000) X AVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
20 a 20/12/2022	375,00	12,0000	1,00000000	12,0000	Não	375,00	0,00	375,00	1,013950651	380,23
31 a 31/08/2023	500,00	12,0000	1,00000000	8,0000	Não	333,33	0,00	333,33	1,013950651	337,98
									Total	**718,21**

Nome: **FÉRIAS + 1/3 SOBRE PRÊMIO PAGO**

Período: **01/04/2022 a 31/08/2023** Incidência(s): **Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((PRÊMIO PAGO) / 12,0000) X 1,33333333) X AVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
04/10 a 02/11/2022	250,00	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	333,33	0,00	333,33	1,013950651	337,98
31 a 31/08/2023	500,00	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	666,67	0,00	666,67	1,013950651	675,97
31 a 31/08/2023	500,00	12,0000	1,33333333	5,0000	Não	277,78	0,00	277,78	1,013950651	281,66
									Total	**1.295,61**

Nome: **REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE PRÊMIO PAGO**

Período: **01/04/2022 a 31/08/2023** Incidência(s): **Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((PRÊMIO PAGO) / DIAS ÚTEIS) X 1,00000000) X REPOUSOS E FERIADOS/PONTOS FACULTATIVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 30/04/2022	500,00	24,0000	1,00000000	6,0000	Não	125,00	0,00	125,00	1,013950651	126,74
01 a 31/05/2022	500,00	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	96,15	0,00	96,15	1,013950651	97,49
01 a 30/06/2022	500,00	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	100,00	0,00	100,00	1,013950651	101,40
01 a 31/07/2022	500,00	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	120,00	0,00	120,00	1,013950651	121,67
01 a 31/08/2022	500,00	27,0000	1,00000000	4,0000	Não	74,07	0,00	74,07	1,013950651	75,10
01 a 30/09/2022	500,00	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	100,00	0,00	100,00	1,013950651	101,40
01 a 31/10/2022	500,00	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	120,00	0,00	120,00	1,013950651	121,67
01 a 30/11/2022	500,00	24,0000	1,00000000	6,0000	Não	125,00	0,00	125,00	1,013950651	126,74
01 a 31/12/2022	500,00	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	96,15	0,00	96,15	1,013950651	97,49
01 a 31/01/2023	500,00	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	96,15	0,00	96,15	1,013950651	97,49
01 a 28/02/2023	500,00	23,0000	1,00000000	5,0000	Não	108,70	0,00	108,70	1,013950651	110,22
01 a 31/03/2023	500,00	27,0000	1,00000000	4,0000	Não	74,07	0,00	74,07	1,013950651	75,10

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

((((PRÊMIO PAGO) / DIAS ÚTEIS) X 1,00000000) X REPOUSOS E FERIADOS/PONTOS FACULTATIVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 30/04/2023	500,00	23,0000	1,00000000	7,0000	Não	152,17	0,00	152,17	1,013950651	154,29
01 a 31/05/2023	500,00	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	96,15	0,00	96,15	1,013950651	97,49
01 a 30/06/2023	500,00	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	100,00	0,00	100,00	1,013950651	101,40
01 a 31/07/2023	500,00	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	96,15	0,00	96,15	1,013950651	97,49
01 a 31/08/2023	500,00	27,0000	1,00000000	4,0000	Não	74,07	0,00	74,07	1,013950651	75,10
									Total	**1.778,28**

Nome: **ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%**

Período: **01/03/2023 a 31/08/2023** Incidência(s): **FGTS** / **Contribuição Social** / **IRPF**

Comentário: **-**

((((SALÁRIO BASE + PRÊMIO PAGO) / 1,0000) X 0,30000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 31/03/2023	2.693,73	1,0000	0,30000000	1,0000	Não	808,12	0,00	808,12	1,013950651	819,39
01 a 30/04/2023	2.693,73	1,0000	0,30000000	1,0000	Não	808,12	0,00	808,12	1,013950651	819,39
01 a 31/05/2023	2.803,42	1,0000	0,30000000	1,0000	Não	841,03	0,00	841,03	1,013950651	852,76
01 a 30/06/2023	2.803,42	1,0000	0,30000000	1,0000	Não	841,03	0,00	841,03	1,013950651	852,76
01 a 31/07/2023	2.803,42	1,0000	0,30000000	1,0000	Não	841,03	0,00	841,03	1,013950651	852,76
01 a 31/08/2023	2.803,42	1,0000	0,30000000	1,0000	Não	841,03	0,00	841,03	1,013950651	852,76
									Total	**5.049,82**

Nome: **13º SALÁRIO SOBRE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%**

Período: **01/03/2023 a 31/08/2023** Incidência(s): **Contribuição Social** / **IRPF**

Comentário: **-**

((((ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%) / 12,0000) X 1,00000000) X AVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
31 a 31/08/2023	841,03	12,0000	1,00000000	8,0000	Não	560,69	0,00	560,69	1,013950651	568,51
									Total	**568,51**

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **FÉRIAS + 1/3 SOBRE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%**

Período: **01/03/2023 a 31/08/2023** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%) / 12,0000) X 1,33333333) X AVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
31 a 31/08/2023	841,03	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	1.121,37	0,00	1.121,37	1,013950651	1.137,01
31 a 31/08/2023	841,03	12,0000	1,33333333	5,0000	Não	467,24	0,00	467,24	1,013950651	473,76
									Total	**1.610,77**

Nome: **DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023**

Período: **20/03/2023 a 31/08/2023** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((SALÁRIO BASE + ADICIONAL NOTURNO PAGO + PRÊMIO PAGO + ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%) / CARGA HORÁRIA) X 1,50000000) X IMPORTADA DO CARTÃO DE PONTO)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
20 a 31/03/2023	3.581,68	220,0000	1,50000000	20,0100	Não	488,66	0,00	488,66	1,013950651	495,48
01 a 30/04/2023	3.610,64	220,0000	1,50000000	31,9800	Não	787,28	0,00	787,28	1,013950651	798,26
01 a 31/05/2023	3.753,34	220,0000	1,50000000	33,6700	Não	861,65	0,00	861,65	1,013950651	873,67
01 a 30/06/2023	3.735,19	220,0000	1,50000000	21,1800	Não	539,40	0,00	539,40	1,013950651	546,92
01 a 31/07/2023	3.673,18	220,0000	1,50000000	9,2300	Não	231,16	0,00	231,16	1,013950651	234,38
01 a 31/08/2023	3.659,46	220,0000	1,50000000	10,2100	Não	254,75	0,00	254,75	1,013950651	258,30
									Total	**3.207,01**

Nome: **REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023**

Período: **20/03/2023 a 31/08/2023** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023) / DIAS ÚTEIS) X 1,00000000) X REPOUSOS E FERIADOS/PONTOS FACULTATIVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
20 a 31/03/2023	488,66	11,0000	1,00000000	1,0000	Não	44,42	0,00	44,42	1,013950651	45,04
01 a 30/04/2023	787,28	23,0000	1,00000000	7,0000	Não	239,61	0,00	239,61	1,013950651	242,95
01 a 31/05/2023	861,65	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	165,70	0,00	165,70	1,013950651	168,01
01 a 30/06/2023	539,40	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	107,88	0,00	107,88	1,013950651	109,38
01 a 31/07/2023	231,16	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	44,45	0,00	44,45	1,013950651	45,07
01 a 31/08/2023	254,75	27,0000	1,00000000	4,0000	Não	37,74	0,00	37,74	1,013950651	38,27
									Total	**648,72**

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **13º SALÁRIO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO**

Período: **20/03/2023 a 31/08/2023** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023) / 12,0000) X 1,00000000) X AVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
31 a 31/08/2023	471,20	12,0000	1,00000000	8,0000	Não	314,13	0,00	314,13	1,013950651	318,51
									Total	**318,51**

Nome: **FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO**

Período: **20/03/2023 a 31/08/2023** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023) / 12,0000) X 1,33333333) X AVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
31 a 31/08/2023	42,52	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	56,69	0,00	56,69	1,013950651	57,48
31 a 31/08/2023	587,07	12,0000	1,33333333	5,0000	Não	326,15	0,00	326,15	1,013950651	330,70
									Total	**388,18**

Nome: **DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023**

Período: **22/08/2019 a 19/03/2023** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((SALÁRIO BASE + ADICIONAL NOTURNO PAGO + PRÊMIO PAGO + ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%) / CARGA HORÁRIA) X 1,50000000) X IMPORTADA DO CARTÃO DE PONTO)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
22 a 31/08/2019	1.860,93	220,0000	1,50000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/09/2019	1.886,92	220,0000	1,50000000	37,9100	Não	487,73	0,00	487,73	1,013950651	494,53
01 a 31/10/2019	1.892,17	220,0000	1,50000000	44,6000	Não	575,39	0,00	575,39	1,013950651	583,42
01 a 30/11/2019	1.878,71	220,0000	1,50000000	28,9900	Não	371,34	0,00	371,34	1,013950651	376,52
01 a 31/12/2019	1.804,50	220,0000	1,50000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/01/2020	1.818,90	220,0000	1,50000000	16,1900	Não	200,78	0,00	200,78	1,013950651	203,58
01 a 29/02/2020	1.848,10	220,0000	1,50000000	1,9000	Não	23,94	0,00	23,94	1,013950651	24,27
01 a 31/03/2020	1.878,29	220,0000	1,50000000	14,5200	Não	185,95	0,00	185,95	1,013950651	188,54
01 a 30/04/2020	1.828,70	220,0000	1,50000000	0,0500	Não	0,62	0,00	0,62	1,013950651	0,63
01 a 31/05/2020	1.865,23	220,0000	1,50000000	5,9000	Não	75,03	0,00	75,03	1,013950651	76,08
01 a 30/06/2020	1.845,40	220,0000	1,50000000	16,4400	Não	206,85	0,00	206,85	1,013950651	209,74
01 a 31/07/2020	1.842,12	220,0000	1,50000000	1,4300	Não	17,96	0,00	17,96	1,013950651	18,21
01 a 31/08/2020	1.835,46	220,0000	1,50000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/09/2020	1.810,73	220,0000	1,50000000	0,4800	Não	5,93	0,00	5,93	1,013950651	6,01

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

((((SALÁRIO BASE + ADICIONAL NOTURNO PAGO + PRÊMIO PAGO + ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%) / CARGA HORÁRIA) X 1,50000000) X IMPORTADA DO CARTÃO DE PONTO)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 31/10/2020	1.804,91	220,0000	1,50000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/11/2020	1.813,19	220,0000	1,50000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/12/2020	1.813,11	220,0000	1,50000000	2,1700	Não	26,83	0,00	26,83	1,013950651	27,20
01 a 31/01/2021	1.813,11	220,0000	1,50000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 28/02/2021	1.819,23	220,0000	1,50000000	6,6200	Não	82,11	0,00	82,11	1,013950651	83,26
01 a 31/03/2021	1.804,50	220,0000	1,50000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/04/2021	1.811,91	220,0000	1,50000000	0,7100	Não	8,77	0,00	8,77	1,013950651	8,89
01 a 31/05/2021	1.921,60	220,0000	1,50000000	10,1100	Não	132,46	0,00	132,46	1,013950651	134,31
01 a 30/06/2021	1.915,02	220,0000	1,50000000	32,1000	Não	419,13	0,00	419,13	1,013950651	424,98
01 a 31/07/2021	1.906,59	220,0000	1,50000000	14,0200	Não	182,25	0,00	182,25	1,013950651	184,79
01 a 31/08/2021	1.905,27	220,0000	1,50000000	3,5500	Não	46,12	0,00	46,12	1,013950651	46,76
01 a 30/09/2021	1.901,10	220,0000	1,50000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/10/2021	1.901,33	220,0000	1,50000000	0,7000	Não	9,07	0,00	9,07	1,013950651	9,20
01 a 30/11/2021	1.898,04	220,0000	1,50000000	1,9700	Não	25,49	0,00	25,49	1,013950651	25,85
01 a 31/12/2021	1.896,88	220,0000	1,50000000	1,2800	Não	16,55	0,00	16,55	1,013950651	16,78
01 a 31/01/2022	1.943,80	220,0000	1,50000000	0,3300	Não	4,37	0,00	4,37	1,013950651	4,43
01 a 28/02/2022	1.959,76	220,0000	1,50000000	11,7400	Não	156,87	0,00	156,87	1,013950651	159,06
01 a 31/03/2022	1.990,06	220,0000	1,50000000	20,4500	Não	277,48	0,00	277,48	1,013950651	281,35
01 a 30/04/2022	2.454,76	220,0000	1,50000000	7,0700	Não	118,33	0,00	118,33	1,013950651	119,98
01 a 31/05/2022	2.605,57	220,0000	1,50000000	50,8100	Não	902,65	0,00	902,65	1,013950651	915,24
01 a 30/06/2022	2.598,45	220,0000	1,50000000	52,2800	Não	926,23	0,00	926,23	1,013950651	939,15
01 a 31/07/2022	2.574,51	220,0000	1,50000000	6,3800	Não	111,99	0,00	111,99	1,013950651	113,55
01 a 31/08/2022	2.610,42	220,0000	1,50000000	13,1000	Não	233,16	0,00	233,16	1,013950651	236,41
01 a 30/09/2022	2.667,45	220,0000	1,50000000	39,4600	Não	717,67	0,00	717,67	1,013950651	727,68
01 a 31/10/2022	2.749,51	220,0000	1,50000000	15,5100	Não	290,76	0,00	290,76	1,013950651	294,82
01 a 30/11/2022	2.722,49	220,0000	1,50000000	7,4300	Não	137,92	0,00	137,92	1,013950651	139,84
01 a 31/12/2022	2.738,14	220,0000	1,50000000	19,2400	Não	359,19	0,00	359,19	1,013950651	364,20
01 a 31/01/2023	2.693,73	220,0000	1,50000000	1,6700	Não	30,67	0,00	30,67	1,013950651	31,10
01 a 28/02/2023	2.740,34	220,0000	1,50000000	12,3900	Não	231,50	0,00	231,50	1,013950651	234,73
01 a 19/03/2023	3.581,68	220,0000	1,50000000	20,0100	Não	488,66	0,00	488,66	1,013950651	495,48
									Total	**8.200,57**

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **13º SALÁRIO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023**

Período: **22/08/2019 a 31/08/2023** Incidência(s): **Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023) / 12,0000) X 1,00000000) X AVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
20 a 20/12/2019	152,43	12,0000	1,00000000	9,0000	Não	114,32	0,00	114,32	1,013950651	115,91
20 a 20/12/2020	60,86	12,0000	1,00000000	12,0000	Não	60,86	0,00	60,86	1,013950651	61,71
20 a 20/12/2021	76,59	12,0000	1,00000000	12,0000	Não	76,59	0,00	76,59	1,013950651	77,66
20 a 20/12/2022	379,29	12,0000	1,00000000	12,0000	Não	379,29	0,00	379,29	1,013950651	384,58
31 a 31/08/2023	106,26	12,0000	1,00000000	8,0000	Não	70,84	0,00	70,84	1,013950651	71,83
									Total	**711,69**

Nome: **FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023**

Período: **22/08/2019 a 31/08/2023** Incidência(s): **Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023) / 12,0000) X 1,33333333) X AVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
11/03 a 09/04/2021	147,94	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	197,25	0,00	197,25	1,013950651	200,00
10/03 a 08/04/2022	39,75	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	53,00	0,00	53,00	1,013950651	53,74
04/10 a 02/11/2022	151,37	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	201,83	0,00	201,83	1,013950651	204,65
31 a 31/08/2023	510,14	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	680,19	0,00	680,19	1,013950651	689,68
									Total	**1.148,07**

Nome: **REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023**

Período: **22/08/2019 a 19/03/2023** Incidência(s): **Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023) / DIAS ÚTEIS) X 1,00000000) X REPOUSOS E FERIADOS/PONTOS FACULTATIVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
22 a 31/08/2019	0,00	9,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/09/2019	487,73	24,0000	1,00000000	6,0000	Não	121,93	0,00	121,93	1,013950651	123,63
01 a 31/10/2019	575,39	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	110,65	0,00	110,65	1,013950651	112,19
01 a 30/11/2019	371,34	23,0000	1,00000000	7,0000	Não	113,02	0,00	113,02	1,013950651	114,60
01 a 31/12/2019	0,00	24,0000	1,00000000	7,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/01/2020	200,78	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	38,61	0,00	38,61	1,013950651	39,15
01 a 29/02/2020	23,94	24,0000	1,00000000	5,0000	Não	4,99	0,00	4,99	1,013950651	5,06
01 a 31/03/2020	185,95	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	35,76	0,00	35,76	1,013950651	36,26

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

((((DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023) / DIAS ÚTEIS) X 1,00000000) X REPOUSOS E FERIADOS/PONTOS FACULTATIVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 30/04/2020	0,62	24,0000	1,00000000	6,0000	Não	0,16	0,00	0,16	1,013950651	0,16
01 a 31/05/2020	75,03	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	18,01	0,00	18,01	1,013950651	18,26
01 a 30/06/2020	206,85	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	41,37	0,00	41,37	1,013950651	41,95
01 a 31/07/2020	17,96	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	3,45	0,00	3,45	1,013950651	3,50
01 a 31/08/2020	0,00	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/09/2020	5,93	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	1,19	0,00	1,19	1,013950651	1,21
01 a 31/10/2020	0,00	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/11/2020	0,00	23,0000	1,00000000	7,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/12/2020	26,83	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	6,44	0,00	6,44	1,013950651	6,53
01 a 31/01/2021	0,00	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 28/02/2021	82,11	23,0000	1,00000000	5,0000	Não	17,85	0,00	17,85	1,013950651	18,10
01 a 31/03/2021	0,00	27,0000	1,00000000	4,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/04/2021	8,77	24,0000	1,00000000	6,0000	Não	2,19	0,00	2,19	1,013950651	2,22
01 a 31/05/2021	132,46	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	31,79	0,00	31,79	1,013950651	32,23
01 a 30/06/2021	419,13	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	83,83	0,00	83,83	1,013950651	85,00
01 a 31/07/2021	182,25	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	35,05	0,00	35,05	1,013950651	35,54
01 a 31/08/2021	46,12	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	8,87	0,00	8,87	1,013950651	8,99
01 a 30/09/2021	0,00	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/10/2021	9,07	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	2,18	0,00	2,18	1,013950651	2,21
01 a 30/11/2021	25,49	23,0000	1,00000000	7,0000	Não	7,76	0,00	7,76	1,013950651	7,87
01 a 31/12/2021	16,55	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	3,97	0,00	3,97	1,013950651	4,03
01 a 31/01/2022	4,37	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	1,05	0,00	1,05	1,013950651	1,06
01 a 28/02/2022	156,87	24,0000	1,00000000	4,0000	Não	26,14	0,00	26,14	1,013950651	26,50
01 a 31/03/2022	277,48	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	53,36	0,00	53,36	1,013950651	54,10
01 a 30/04/2022	118,33	24,0000	1,00000000	6,0000	Não	29,58	0,00	29,58	1,013950651	29,99
01 a 31/05/2022	902,65	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	173,59	0,00	173,59	1,013950651	176,01
01 a 30/06/2022	926,23	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	185,25	0,00	185,25	1,013950651	187,83
01 a 31/07/2022	111,99	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	26,88	0,00	26,88	1,013950651	27,25
01 a 31/08/2022	233,16	27,0000	1,00000000	4,0000	Não	34,54	0,00	34,54	1,013950651	35,02
01 a 30/09/2022	717,67	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	143,53	0,00	143,53	1,013950651	145,53
01 a 31/10/2022	290,76	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	69,78	0,00	69,78	1,013950651	70,75
01 a 30/11/2022	137,92	24,0000	1,00000000	6,0000	Não	34,48	0,00	34,48	1,013950651	34,96
01 a 31/12/2022	359,19	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	69,08	0,00	69,08	1,013950651	70,04
01 a 31/01/2023	30,67	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	5,90	0,00	5,90	1,013950651	5,98
01 a 28/02/2023	231,50	23,0000	1,00000000	5,0000	Não	50,33	0,00	50,33	1,013950651	51,03
01 a 19/03/2023	488,66	16,0000	1,00000000	3,0000	Não	91,62	0,00	91,62	1,013950651	92,90

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

	Total	**1.707,64**

Nome: **DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023**

Período: **20/03/2023 a 31/08/2023** Incidência(s): **FGTS** / **Contribuição Social** / **IRPF**

Comentário: **-**

((((SALÁRIO BASE + ADICIONAL NOTURNO PAGO + PRÊMIO PAGO + ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%) / CARGA HORÁRIA) X 2,00000000) X IMPORTADA DO CARTÃO DE PONTO)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
20 a 31/03/2023	3.581,68	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/04/2023	3.610,64	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/05/2023	3.753,34	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	13,36	(13,36)	1,013950651	(13,55)
01 a 30/06/2023	3.735,19	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	39,89	(39,89)	1,013950651	(40,45)
01 a 31/07/2023	3.673,18	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/08/2023	3.659,46	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	153,49	(153,49)	1,013950651	(155,63)
									Total	**(209,63)**

Nome: **REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023**

Período: **20/03/2023 a 31/08/2023** Incidência(s): **FGTS** / **Contribuição Social** / **IRPF**

Comentário: **-**

((((DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023) / DIAS ÚTEIS) X 1,00000000) X REPOUSOS E FERIADOS/PONTOS FACULTATIVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
20 a 31/03/2023	0,00	11,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/04/2023	0,00	23,0000	1,00000000	7,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/05/2023	(13,36)	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	(2,57)	0,00	(2,57)	1,013950651	(2,61)
01 a 30/06/2023	(39,89)	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	(7,98)	0,00	(7,98)	1,013950651	(8,09)
01 a 31/07/2023	0,00	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/08/2023	(153,49)	27,0000	1,00000000	4,0000	Não	(22,74)	0,00	(22,74)	1,013950651	(23,06)
									Total	**(33,76)**

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **13º SALÁRIO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO**

Período: **20/03/2023 a 31/08/2023** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023) / 12,0000) X 1,00000000) X AVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
31 a 31/08/2023	(5,06)	12,0000	1,00000000	8,0000	Não	(3,37)	0,00	(3,37)	1,013950651	(3,42)
									Total	**(3,42)**

Nome: **FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO**

Período: **20/03/2023 a 31/08/2023** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023) / 12,0000) X 1,33333330) X AVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
31 a 31/08/2023	(0,02)	12,0000	1,33333330	12,0000	Não	(0,03)	0,00	(0,03)	1,013950651	(0,03)
31 a 31/08/2023	(1,04)	12,0000	1,33333330	5,0000	Não	(0,58)	0,00	(0,58)	1,013950651	(0,59)
									Total	**(0,62)**

Nome: **DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023**

Período: **22/08/2019 a 19/03/2023** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((SALÁRIO BASE + ADICIONAL NOTURNO PAGO + PRÊMIO PAGO + ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%) / CARGA HORÁRIA) X 2,00000000) X IMPORTADA DO CARTÃO DE PONTO)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
22 a 31/08/2019	1.860,93	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	56,43	(56,43)	1,013950651	(57,22)
01 a 30/09/2019	1.886,92	220,0000	2,00000000	16,2500	Não	278,75	52,33	226,42	1,013950651	229,58
01 a 31/10/2019	1.892,17	220,0000	2,00000000	18,4800	Não	317,88	35,60	282,28	1,013950651	286,22
01 a 30/11/2019	1.878,71	220,0000	2,00000000	16,8100	Não	287,10	56,10	231,00	1,013950651	234,22
01 a 31/12/2019	1.804,50	220,0000	2,00000000	14,5800	Não	239,18	0,00	239,18	1,013950651	242,52
01 a 31/01/2020	1.818,90	220,0000	2,00000000	10,4200	Não	172,30	88,91	83,39	1,013950651	84,55
01 a 29/02/2020	1.848,10	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/03/2020	1.878,29	220,0000	2,00000000	12,7000	Não	216,86	0,00	216,86	1,013950651	219,89
01 a 30/04/2020	1.828,70	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/05/2020	1.865,23	220,0000	2,00000000	14,0000	Não	237,39	209,65	27,74	1,013950651	28,13
01 a 30/06/2020	1.845,40	220,0000	2,00000000	4,0800	Não	68,45	72,18	(3,73)	1,013950651	(3,78)
01 a 31/07/2020	1.842,12	220,0000	2,00000000	7,3800	Não	123,59	0,00	123,59	1,013950651	125,31
01 a 31/08/2020	1.835,46	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	61,02	(61,02)	1,013950651	(61,87)
01 a 30/09/2020	1.810,73	220,0000	2,00000000	3,9200	Não	64,53	0,00	64,53	1,013950651	65,43

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

((((SALÁRIO BASE + ADICIONAL NOTURNO PAGO + PRÊMIO PAGO + ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%) / CARGA HORÁRIA) X 2,00000000) X IMPORTADA DO CARTÃO DE PONTO)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 31/10/2020	1.804,91	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/11/2020	1.813,19	220,0000	2,00000000	6,5500	Não	107,97	0,00	107,97	1,013950651	109,48
01 a 31/12/2020	1.813,11	220,0000	2,00000000	10,4800	Não	172,74	0,00	172,74	1,013950651	175,15
01 a 31/01/2021	1.813,11	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 28/02/2021	1.819,23	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/03/2021	1.804,50	220,0000	2,00000000	5,1700	Não	84,81	0,00	84,81	1,013950651	85,99
01 a 30/04/2021	1.811,91	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/05/2021	1.921,60	220,0000	2,00000000	3,8400	Não	67,08	55,28	11,80	1,013950651	11,96
01 a 30/06/2021	1.915,02	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	181,76	(181,76)	1,013950651	(184,30)
01 a 31/07/2021	1.906,59	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/08/2021	1.905,27	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/09/2021	1.901,10	220,0000	2,00000000	3,2000	Não	55,30	49,44	5,86	1,013950651	5,94
01 a 31/10/2021	1.901,33	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/11/2021	1.898,04	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/12/2021	1.896,88	220,0000	2,00000000	8,6600	Não	149,34	0,00	149,34	1,013950651	151,42
01 a 31/01/2022	1.943,80	220,0000	2,00000000	7,6100	Não	134,48	125,82	8,66	1,013950651	8,78
01 a 28/02/2022	1.959,76	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/03/2022	1.990,06	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/04/2022	2.454,76	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/05/2022	2.605,57	220,0000	2,00000000	7,9800	Não	189,02	132,18	56,84	1,013950651	57,63
01 a 30/06/2022	2.598,45	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	56,02	(56,02)	1,013950651	(56,80)
01 a 31/07/2022	2.574,51	220,0000	2,00000000	3,0800	Não	72,09	0,00	72,09	1,013950651	73,10
01 a 31/08/2022	2.610,42	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	94,07	(94,07)	1,013950651	(95,38)
01 a 30/09/2022	2.667,45	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/10/2022	2.749,51	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/11/2022	2.722,49	220,0000	2,00000000	4,6700	Não	115,58	139,60	(24,02)	1,013950651	(24,36)
01 a 31/12/2022	2.738,14	220,0000	2,00000000	2,8300	Não	70,44	0,00	70,44	1,013950651	71,42
01 a 31/01/2023	2.693,73	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 28/02/2023	2.740,34	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 19/03/2023	3.581,68	220,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
									Total	**1.783,01**

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **13º SALÁRIO SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023**

Período: **22/08/2019 a 31/08/2023** Incidência(s): **Contribuição Social** / **IRPF**

Comentário: **-**

((((DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023) / 12,0000) X 1,00000000) X AVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
20 a 20/12/2019	98,93	12,0000	1,00000000	9,0000	Não	74,20	0,00	74,20	1,013950651	75,24
20 a 20/12/2020	60,14	12,0000	1,00000000	12,0000	Não	60,14	0,00	60,14	1,013950651	60,98
20 a 20/12/2021	6,19	12,0000	1,00000000	12,0000	Não	6,19	0,00	6,19	1,013950651	6,28
20 a 20/12/2022	3,73	12,0000	1,00000000	12,0000	Não	3,73	0,00	3,73	1,013950651	3,78
									Total	**146,28**

Nome: **FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023**

Período: **22/08/2019 a 31/08/2023** Incidência(s): **Contribuição Social** / **IRPF**

Comentário: **-**

((((DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023) / 12,0000) X 1,33333330) X AVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
11/03 a 09/04/2021	98,58	12,0000	1,33333330	12,0000	Não	131,44	0,00	131,44	1,013950651	133,27
10/03 a 08/04/2022	50,83	12,0000	1,33333330	12,0000	Não	67,77	0,00	67,77	1,013950651	68,72
04/10 a 02/11/2022	6,01	12,0000	1,33333330	12,0000	Não	8,01	0,00	8,01	1,013950651	8,12
31 a 31/08/2023	7,84	12,0000	1,33333330	12,0000	Não	10,45	0,00	10,45	1,013950651	10,60
									Total	**220,71**

Nome: **REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023**

Período: **22/08/2019 a 19/03/2023** Incidência(s): **Contribuição Social** / **IRPF**

Comentário: **-**

((((DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023) / DIAS ÚTEIS) X 1,00000000) X REPOUSOS E FERIADOS/PONTOS FACULTATIVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
22 a 31/08/2019	(56,43)	9,0000	1,00000000	1,0000	Não	(6,27)	0,00	(6,27)	1,013950651	(6,36)
01 a 30/09/2019	226,42	24,0000	1,00000000	6,0000	Não	56,60	0,00	56,60	1,013950651	57,39
01 a 31/10/2019	282,28	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	54,28	0,00	54,28	1,013950651	55,04
01 a 30/11/2019	231,00	23,0000	1,00000000	7,0000	Não	70,30	0,00	70,30	1,013950651	71,28
01 a 31/12/2019	239,18	24,0000	1,00000000	7,0000	Não	69,76	0,00	69,76	1,013950651	70,73
01 a 31/01/2020	83,39	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	16,04	0,00	16,04	1,013950651	16,26
01 a 29/02/2020	0,00	24,0000	1,00000000	5,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/03/2020	216,86	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	41,70	0,00	41,70	1,013950651	42,28
01 a 30/04/2020	0,00	24,0000	1,00000000	6,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

((((DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023) / DIAS ÚTEIS) X 1,00000000) X REPOUSOS E FERIADOS/PONTOS FACULTATIVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 31/05/2020	27,74	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	6,66	0,00	6,66	1,013950651	6,75
01 a 30/06/2020	(3,73)	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	(0,75)	0,00	(0,75)	1,013950651	(0,76)
01 a 31/07/2020	123,59	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	23,77	0,00	23,77	1,013950651	24,10
01 a 31/08/2020	(61,02)	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	(11,73)	0,00	(11,73)	1,013950651	(11,89)
01 a 30/09/2020	64,53	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	12,91	0,00	12,91	1,013950651	13,09
01 a 31/10/2020	0,00	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/11/2020	107,97	23,0000	1,00000000	7,0000	Não	32,86	0,00	32,86	1,013950651	33,32
01 a 31/12/2020	172,74	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	41,46	0,00	41,46	1,013950651	42,04
01 a 31/01/2021	0,00	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 28/02/2021	0,00	23,0000	1,00000000	5,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/03/2021	84,81	27,0000	1,00000000	4,0000	Não	12,56	0,00	12,56	1,013950651	12,74
01 a 30/04/2021	0,00	24,0000	1,00000000	6,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/05/2021	11,80	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	2,83	0,00	2,83	1,013950651	2,87
01 a 30/06/2021	(181,76)	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	(36,35)	0,00	(36,35)	1,013950651	(36,86)
01 a 31/07/2021	0,00	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/08/2021	0,00	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/09/2021	5,86	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	1,17	0,00	1,17	1,013950651	1,19
01 a 31/10/2021	0,00	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/11/2021	0,00	23,0000	1,00000000	7,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/12/2021	149,34	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	35,84	0,00	35,84	1,013950651	36,34
01 a 31/01/2022	8,66	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	2,08	0,00	2,08	1,013950651	2,11
01 a 28/02/2022	0,00	24,0000	1,00000000	4,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/03/2022	0,00	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/04/2022	0,00	24,0000	1,00000000	6,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/05/2022	56,84	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	10,93	0,00	10,93	1,013950651	11,08
01 a 30/06/2022	(56,02)	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	(11,20)	0,00	(11,20)	1,013950651	(11,36)
01 a 31/07/2022	72,09	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	17,30	0,00	17,30	1,013950651	17,54
01 a 31/08/2022	(94,07)	27,0000	1,00000000	4,0000	Não	(13,94)	0,00	(13,94)	1,013950651	(14,13)
01 a 30/09/2022	0,00	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 31/10/2022	0,00	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 30/11/2022	(24,02)	24,0000	1,00000000	6,0000	Não	(6,00)	0,00	(6,00)	1,013950651	(6,08)
01 a 31/12/2022	70,44	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	13,55	0,00	13,55	1,013950651	13,74
01 a 31/01/2023	0,00	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 28/02/2023	0,00	23,0000	1,00000000	5,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
01 a 19/03/2023	0,00	16,0000	1,00000000	3,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00
									Total	**442,45**

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL (12 DIAS)**

Período: **31/08/2023 a 31/08/2023** Incidência(s): **FGTS**

Comentário: **-**

((((SALÁRIO BASE + ADICIONAL NOTURNO PAGO + PRÊMIO PAGO + ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30%) / 30,0000) X 1,00000000) X QUANTIDADE)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
31 a 31/08/2023	3.659,46	30,0000	1,00000000	12,0000	Não	1.463,78	0,00	1.463,78	1,013950651	1.484,20
									Total	**1.484,20**

Demonstrativo de Juros sobre Verbas

Nome: JUROS SOBRE VERBAS

Ocorrência	Data Inicial	Total de Verbas	Contribuição Social	Previdência Privada	Capital	Taxa	Juros
08/2019	31/08/2019	(63,58)	0,00	0,00	(63,58)	5,7894 %	(3,68)
09/2019	30/09/2019	905,13	72,41	0,00	832,72	5,7894 %	48,21
10/2019	31/10/2019	1.036,87	82,95	0,00	953,92	5,7894 %	55,23
11/2019	30/11/2019	796,62	63,73	0,00	732,89	5,7894 %	42,43
12/2019	20/12/2019	191,15	15,29	0,00	175,86	5,7894 %	10,18
12/2019	31/12/2019	313,25	25,06	0,00	288,19	5,7894 %	16,68
01/2020	31/01/2020	343,54	27,48	0,00	316,06	5,7894 %	18,30
02/2020	29/02/2020	29,33	2,35	0,00	26,98	5,7894 %	1,56
03/2020	31/03/2020	486,97	36,52	0,00	450,45	5,7894 %	26,08
04/2020	30/04/2020	0,79	0,06	0,00	0,73	5,7894 %	0,04
05/2020	31/05/2020	129,22	9,69	0,00	119,53	5,7894 %	6,92
06/2020	30/06/2020	247,15	18,54	0,00	228,61	5,7894 %	13,24
07/2020	31/07/2020	171,12	12,83	0,00	158,29	5,7894 %	9,16
08/2020	31/08/2020	(73,76)	0,00	0,00	(73,76)	5,7894 %	(4,27)
09/2020	30/09/2020	85,74	6,43	0,00	79,31	5,7894 %	4,59
10/2020	31/10/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	5,7894 %	0,00
11/2020	30/11/2020	142,80	10,71	0,00	132,09	5,7894 %	7,65
12/2020	20/12/2020	122,69	9,20	0,00	113,49	5,7894 %	6,57
12/2020	31/12/2020	250,92	18,82	0,00	232,10	5,7894 %	13,44
01/2021	31/01/2021	0,00	0,00	0,00	0,00	5,7894 %	0,00
02/2021	28/02/2021	101,36	7,60	0,00	93,76	5,7894 %	5,43
03/2021	11/03/2021	333,27	25,00	0,00	308,27	5,7894 %	17,85
03/2021	31/03/2021	98,73	7,40	0,00	91,33	5,7894 %	5,29
04/2021	30/04/2021	11,11	0,83	0,00	10,28	5,7894 %	0,60
05/2021	31/05/2021	181,37	13,60	0,00	167,77	5,7894 %	9,71
06/2021	30/06/2021	288,82	21,66	0,00	267,16	5,7894 %	15,47

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: JUROS SOBRE VERBAS

Ocorrência	Data Inicial	Total de Verbas	Contribuição Social	Previdência Privada	Capital	Taxa	Juros
07/2021	31/07/2021	220,33	16,52	0,00	203,81	5,7894 %	11,80
08/2021	31/08/2021	55,75	4,18	0,00	51,57	5,7894 %	2,99
09/2021	30/09/2021	7,13	0,53	0,00	6,60	5,7894 %	0,38
10/2021	31/10/2021	11,41	0,86	0,00	10,55	5,7894 %	0,61
11/2021	30/11/2021	33,72	2,53	0,00	31,19	5,7894 %	1,81
12/2021	20/12/2021	83,94	6,30	0,00	77,64	5,7597 %	4,47
12/2021	31/12/2021	208,57	15,64	0,00	192,93	5,7406 %	11,08
01/2022	31/01/2022	16,38	1,23	0,00	15,15	5,6801 %	0,86
02/2022	28/02/2022	185,56	13,92	0,00	171,64	5,6801 %	9,75
03/2022	10/03/2022	122,46	9,18	0,00	113,28	5,6492 %	6,40
03/2022	31/03/2022	335,45	25,16	0,00	310,29	5,5831 %	17,32
04/2022	30/04/2022	276,71	20,75	0,00	255,96	5,5276 %	14,15
05/2022	31/05/2022	1.257,45	94,74	0,00	1.162,71	5,3614 %	62,34
06/2022	30/06/2022	1.160,22	87,02	0,00	1.073,20	5,2131 %	55,95
07/2022	31/07/2022	353,11	26,48	0,00	326,63	5,0501 %	16,50
08/2022	31/08/2022	237,02	17,78	0,00	219,24	4,8095 %	10,54
09/2022	30/09/2022	974,61	73,10	0,00	901,51	4,6292 %	41,73
10/2022	04/10/2022	550,75	41,31	0,00	509,44	4,6142 %	23,51
10/2022	31/10/2022	487,24	36,54	0,00	450,70	4,4799 %	20,19
11/2022	30/11/2022	271,10	20,34	0,00	250,76	4,3293 %	10,86
12/2022	20/12/2022	768,59	57,64	0,00	710,95	4,1976 %	29,84
12/2022	31/12/2022	616,89	46,27	0,00	570,62	4,1223 %	23,52
01/2023	31/01/2023	134,57	10,09	0,00	124,48	3,9144 %	4,87
02/2023	28/02/2023	395,98	29,70	0,00	366,28	3,8314 %	14,03
03/2023	19/03/2023	588,38	47,19	0,00	541,19	3,6964 %	20,00
03/2023	31/03/2023	1.435,01	115,11	0,00	1.319,90	3,5925 %	47,42
04/2023	30/04/2023	2.014,89	161,54	0,00	1.853,35	3,5104 %	65,06
05/2023	31/05/2023	1.975,77	157,91	0,00	1.817,86	3,2960 %	59,92
06/2023	30/06/2023	1.561,92	121,11	0,00	1.440,81	3,1162 %	44,90
07/2023	31/07/2023	1.229,70	92,23	0,00	1.137,47	2,9582 %	33,65
08/2023	31/08/2023	7.479,59	175,43	0,00	7.304,16	2,7424 %	200,31
						Total	**1.193,44**

Demonstrativo de FGTS

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: FGTS 8%

Período: 04/2019 a 08/2023

Comentário: RECOLHER EM CONTA VINCULADA DO RECLAMANTE

(13º SALÁRIO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + 13º SALÁRIO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30% + AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL (12 DIAS) + DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 + DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 + DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + PRÊMIO PAGO + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023) X 8%

Ocorrência	Base	Alíquota	Devido	Recolhido	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Total
08/2019	0,00	8%	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00	0,00	0,00
09/2019	714,15	8%	57,13	0,00	57,13	1,013950651	57,93	3,35	61,28
10/2019	857,67	8%	68,61	0,00	68,61	1,013950651	69,57	4,03	73,60
11/2019	602,34	8%	48,19	0,00	48,19	1,013950651	48,86	2,83	51,69
12/2019	239,18	8%	19,13	0,00	19,13	1,013950651	19,40	1,12	20,52
01/2020	284,17	8%	22,73	0,00	22,73	1,013950651	23,05	1,33	24,38
02/2020	23,94	8%	1,92	0,00	1,92	1,013950651	1,94	0,11	2,05
03/2020	402,81	8%	32,22	0,00	32,22	1,013950651	32,67	1,89	34,56
04/2020	0,62	8%	0,05	0,00	0,05	1,013950651	0,05	0,00	0,05
05/2020	102,77	8%	8,22	0,00	8,22	1,013950651	8,34	0,48	8,82
06/2020	206,85	8%	16,55	0,00	16,55	1,013950651	16,78	0,97	17,75
07/2020	141,55	8%	11,32	0,00	11,32	1,013950651	11,48	0,66	12,14
08/2020	0,00	8%	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00	0,00	0,00
09/2020	70,46	8%	5,64	0,00	5,64	1,013950651	5,72	0,33	6,05
10/2020	0,00	8%	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00	0,00	0,00
11/2020	107,97	8%	8,64	0,00	8,64	1,013950651	8,76	0,51	9,27
12/2020	199,57	8%	15,97	0,00	15,97	1,013950651	16,19	0,94	17,13
01/2021	0,00	8%	0,00	0,00	0,00	1,013950651	0,00	0,00	0,00
02/2021	82,11	8%	6,57	0,00	6,57	1,013950651	6,66	0,39	7,05
03/2021	84,81	8%	6,78	0,00	6,78	1,013950651	6,88	0,40	7,28
04/2021	8,77	8%	0,70	0,00	0,70	1,013950651	0,71	0,04	0,75
05/2021	144,26	8%	11,54	0,00	11,54	1,013950651	11,70	0,68	12,38
06/2021	419,13	8%	33,53	0,00	33,53	1,013950651	34,00	1,97	35,97
07/2021	182,25	8%	14,58	0,00	14,58	1,013950651	14,78	0,86	15,64
08/2021	46,12	8%	3,69	0,00	3,69	1,013950651	3,74	0,22	3,96
09/2021	5,86	8%	0,47	0,00	0,47	1,013950651	0,48	0,03	0,51
10/2021	9,07	8%	0,73	0,00	0,73	1,013950651	0,74	0,04	0,78
11/2021	25,49	8%	2,04	0,00	2,04	1,013950651	2,07	0,12	2,19
12/2021	165,89	8%	13,27	0,00	13,27	1,013950651	13,46	0,77	14,23
01/2022	13,03	8%	1,04	0,00	1,04	1,013950651	1,06	0,06	1,12

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Ocorrência	Base	Alíquota	Devido	Recolhido	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Total
02/2022	156,87	8%	12,55	0,00	12,55	1,013950651	12,72	0,72	13,44
03/2022	277,48	8%	22,20	0,00	22,20	1,013950651	22,51	1,26	23,77
04/2022	618,33	8%	49,47	0,00	49,47	1,013950651	50,16	2,77	52,93
05/2022	1.459,49	8%	116,76	0,00	116,76	1,013950651	118,39	6,35	124,74
06/2022	1.426,23	8%	114,10	0,00	114,10	1,013950651	115,69	6,03	121,72
07/2022	684,08	8%	54,73	0,00	54,73	1,013950651	55,49	2,80	58,29
08/2022	733,16	8%	58,65	0,00	58,65	1,013950651	59,47	2,86	62,33
09/2022	1.217,67	8%	97,41	0,00	97,41	1,013950651	98,77	4,57	103,34
10/2022	790,76	8%	63,26	0,00	63,26	1,013950651	64,14	2,87	67,01
11/2022	637,92	8%	51,03	0,00	51,03	1,013950651	51,75	2,24	53,99
12/2022	929,63	8%	74,37	0,00	74,37	1,013950651	75,41	3,11	78,52
01/2023	530,67	8%	42,45	0,00	42,45	1,013950651	43,05	1,69	44,74
02/2023	731,50	8%	58,52	0,00	58,52	1,013950651	59,34	2,27	61,61
03/2023	2.329,86	8%	186,39	0,00	186,39	1,013950651	188,99	6,79	195,78
04/2023	2.335,01	8%	186,80	0,00	186,80	1,013950651	189,41	6,65	196,06
05/2023	2.368,38	8%	189,47	0,00	189,47	1,013950651	192,11	6,33	198,44
06/2023	1.988,31	8%	159,06	0,00	159,06	1,013950651	161,28	5,03	166,31
07/2023	1.616,64	8%	129,33	0,00	129,33	1,013950651	131,14	3,88	135,02
08/2023	3.411,43	8%	272,91	0,00	272,91	1,013950651	276,72	7,59	284,31
						Total	**2.383,56**	**99,94**	**2.483,50**

Nome: MULTA DE 40% SOBRE FGTS (DEVIDO)

Comentário: RECOLHER EM CONTA VINCULADA DO RECLAMANTE

(FGTS (Total Devido) x 40%)							
Data Ocorrência	Base	Percentual	Devido	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Total
31/08/2023	2.350,77	40%	940,31	1,013950651	953,43	26,15	979,58

Demonstrativo de Contribuição Social

Contribuição Social sobre Salários Devidos - Período 22/08/2019 a 31/08/2023

Nome: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SEGURADO (DESCONTAR DO PRINCIPAL)

Base(s) para Salário Pago:	
Base(s) para Salário Devido:	13º SALÁRIO SOBRE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30% + 13º SALÁRIO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + 13º SALÁRIO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + 13º SALÁRIO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + 13º SALÁRIO SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + 13º SALÁRIO SOBRE PRÊMIO PAGO + ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30% + DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 + DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 + DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE PRÊMIO PAGO + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE PRÊMIO PAGO + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50%

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

ATÉ 19.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023										
Ocorrência	**Salário Pago (A)**	**Alíquota (B)**	**Teto Segurado (C)**	**Contribuição Social Salário Pago (D)**	**Salário Devido (E)**	**Salário de Contribuição**	**Alíquota (F)**	**Devido Segurado (G)**	**Índice correção**	**Valor corrigido**
09/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	892,68	892,68	8,00 %	71,41	1,013950651	72,41
10/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	1.022,60	1.022,60	8,00 %	81,81	1,013950651	82,95
11/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	785,66	785,66	8,00 %	62,85	1,013950651	63,73
12/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	308,94	308,94	8,00 %	24,72	1,013950651	25,06
12/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	188,52	188,52	8,00 %	15,08	1,013950651	15,29
01/2020	0,00	8,00 %	671,12	0,00	338,82	338,82	8,00 %	27,11	1,013950651	27,48
02/2020	0,00	8,00 %	671,12	0,00	28,93	28,93	8,00 %	2,31	1,013950651	2,35
03/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	480,27	480,27	7,50 %	36,02	1,013950651	36,52
04/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	0,78	0,78	7,50 %	0,06	1,013950651	0,06
05/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	127,44	127,44	7,50 %	9,56	1,013950651	9,69
06/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	248,22	248,22	7,50 %	18,62	1,013950651	18,88
07/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	168,77	168,77	7,50 %	12,66	1,013950651	12,83
09/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	84,56	84,56	7,50 %	6,34	1,013950651	6,43
11/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	140,83	140,83	7,50 %	10,56	1,013950651	10,71
12/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	247,47	247,47	7,50 %	18,56	1,013950651	18,82
12/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	121,00	121,00	7,50 %	9,08	1,013950651	9,20
02/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	99,96	99,96	7,50 %	7,50	1,013950651	7,60
03/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	426,06	426,06	7,50 %	31,95	1,013950651	32,40
04/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	10,96	10,96	7,50 %	0,82	1,013950651	0,83
05/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	178,88	178,88	7,50 %	13,42	1,013950651	13,60
06/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	502,96	502,96	7,50 %	37,72	1,013950651	38,25
07/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	217,30	217,30	7,50 %	16,30	1,013950651	16,52
08/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	54,99	54,99	7,50 %	4,12	1,013950651	4,18
09/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	7,03	7,03	7,50 %	0,53	1,013950651	0,53
10/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	11,25	11,25	7,50 %	0,84	1,013950651	0,86
11/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	33,25	33,25	7,50 %	2,49	1,013950651	2,53
12/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	205,70	205,70	7,50 %	15,43	1,013950651	15,64
12/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	82,78	82,78	7,50 %	6,21	1,013950651	6,30
01/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	16,16	16,16	7,50 %	1,21	1,013950651	1,23
02/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	183,01	183,01	7,50 %	13,73	1,013950651	13,92
03/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	451,61	451,61	7,50 %	33,87	1,013950651	34,34
04/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	272,91	272,91	7,50 %	20,47	1,013950651	20,75
05/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	1.240,16	1.240,16	7,53 %	93,44	1,013950651	94,74
06/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	1.211,48	1.211,48	7,50 %	90,86	1,013950651	92,13

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Ocorrência	Salário Pago (A)	Alíquota (B)	Teto Segurado (C)	Contribuição Social Salário Pago (D)	Salário Devido (E)	Salário de Contribuição	Alíquota (F)	Devido Segurado (G)	Índice correção	Valor corrigido
07/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	348,26	348,26	7,50 %	26,12	1,013950651	26,48
08/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	341,77	341,77	7,50 %	25,63	1,013950651	25,99
09/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	961,20	961,20	7,50 %	72,09	1,013950651	73,10
10/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	1.023,71	1.023,71	7,50 %	76,78	1,013950651	77,85
11/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	297,40	297,40	7,50 %	22,30	1,013950651	22,62
12/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	608,41	608,41	7,50 %	45,63	1,013950651	46,27
12/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	758,02	758,02	7,50 %	56,85	1,013950651	57,64
01/2023	0,00	7,50 %	877,24	0,00	132,72	132,72	7,50 %	9,95	1,013950651	10,09
02/2023	0,00	7,50 %	877,24	0,00	390,53	390,53	7,50 %	29,29	1,013950651	29,70
03/2023	0,00	7,50 %	877,24	0,00	1.995,55	1.995,55	8,02 %	160,07	1,013950651	162,30
04/2023	0,00	7,50 %	877,24	0,00	1.987,18	1.987,18	8,02 %	159,32	1,013950651	161,54
05/2023	0,00	7,50 %	876,98	0,00	1.964,53	1.964,53	7,99 %	157,01	1,013950651	159,20
06/2023	0,00	7,50 %	876,98	0,00	1.588,31	1.588,31	7,75 %	123,15	1,013950651	124,87
07/2023	0,00	7,50 %	876,98	0,00	1.212,79	1.212,79	7,50 %	90,96	1,013950651	92,23
08/2023	0,00	7,50 %	876,98	0,00	1.207,59	1.207,59	7,50 %	90,57	1,013950651	91,83
08/2023	0,00	7,50 %	876,98	0,00	1.278,99	1.278,99	7,50 %	95,92	1,013950651	97,26
Observação: D = A x B limitado a C e G = menor valor entre (C - D) e (E x F)									**Total**	**2.067,73**

A partir de Março/2020, na coluna Alíquota, consta a alíquota efetiva de apuração da contribuição social.

Nome: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SEGURADO (RECOLHER À PREVIDÊNCIA)

Base(s) para Salário Pago:

Base(s) para Salário Devido: 13º SALÁRIO SOBRE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30% + 13º SALÁRIO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + 13º SALÁRIO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + 13º SALÁRIO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + 13º SALÁRIO SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + 13º SALÁRIO SOBRE PRÊMIO PAGO + ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30% + DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 + DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 + DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE PRÊMIO PAGO + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE PRÊMIO PAGO + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023

Ocorrência	Salário Pago (A)	Alíquota (B)	Teto Segurado (C)	Cont. Social Sal. Pago (D)	Salário Devido (E)	Salário de Contribuição	Alíquota (F)	Devido Segurado (G)	Índice correção	Valor corrigido	Juros	Multa	Total
09/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	892,68	892,68	8,00 %	71,41	1,000000000	71,41	29,64	-	101,05
10/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	1.022,60	1.022,60	8,00 %	81,81	1,000000000	81,81	33,65	-	115,46
11/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	785,66	785,66	8,00 %	62,85	1,000000000	62,85	25,62	-	88,47
12/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	308,94	308,94	8,00 %	24,72	1,000000000	24,72	9,98	-	34,70
12/2019	0,00	8,00 %	642,34	0,00	188,52	188,52	8,00 %	15,08	1,000000000	15,08	6,14	-	21,22
01/2020	0,00	8,00 %	671,12	0,00	338,82	338,82	8,00 %	27,11	1,000000000	27,11	10,87	-	37,98

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Ocorrência	Salário Pago (A)	Alíquota (B)	Teto Segurado (C)	Cont. Social Sal. Pago (D)	Salário Devido (E)	Salário de Contribuição	Alíquota (F)	Devido Segurado (G)	Índice correção	Valor corrigido	Juros	Multa	Total
02/2020	0,00	8,00 %	671,12	0,00	28,93	28,93	8,00 %	2,31	1,000000000	2,31	0,91	-	3,22
03/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	480,27	480,27	7,50 %	36,02	1,000000000	36,02	14,22	-	50,24
04/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	0,78	0,78	7,50 %	0,06	1,000000000	0,06	0,02	-	0,08
05/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	127,44	127,44	7,50 %	9,56	1,000000000	9,56	3,73	-	13,29
06/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	248,22	248,22	7,50 %	18,62	1,000000000	18,62	7,23	-	25,85
07/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	168,77	168,77	7,50 %	12,66	1,000000000	12,66	4,89	-	17,55
09/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	84,56	84,56	7,50 %	6,34	1,000000000	6,34	2,43	-	8,77
11/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	140,83	140,83	7,50 %	10,56	1,000000000	10,56	4,01	-	14,57
12/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	247,47	247,47	7,50 %	18,56	1,000000000	18,56	7,03	-	25,59
12/2020	0,00	7,50 %	713,10	0,00	121,00	121,00	7,50 %	9,08	1,000000000	9,08	3,45	-	12,53
02/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	99,96	99,96	7,50 %	7,50	1,000000000	7,50	2,81	-	10,31
03/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	426,06	426,06	7,50 %	31,95	1,000000000	31,95	11,93	-	43,88
04/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	10,96	10,96	7,50 %	0,82	1,000000000	0,82	0,30	-	1,12
05/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	178,88	178,88	7,50 %	13,42	1,000000000	13,42	4,93	-	18,35
06/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	502,96	502,96	7,50 %	37,72	1,000000000	37,72	13,73	-	51,45
07/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	217,30	217,30	7,50 %	16,30	1,000000000	16,30	5,86	-	22,16
08/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	54,99	54,99	7,50 %	4,12	1,000000000	4,12	1,46	-	5,58
09/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	7,03	7,03	7,50 %	0,53	1,000000000	0,53	0,18	-	0,71
10/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	11,25	11,25	7,50 %	0,84	1,000000000	0,84	0,28	-	1,12
11/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	33,25	33,25	7,50 %	2,49	1,000000000	2,49	0,83	-	3,32
12/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	205,70	205,70	7,50 %	15,43	1,000000000	15,43	5,08	-	20,51
12/2021	0,00	7,50 %	751,99	0,00	82,78	82,78	7,50 %	6,21	1,000000000	6,21	2,09	-	8,30
01/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	16,16	16,16	7,50 %	1,21	1,000000000	1,21	0,38	-	1,59
02/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	183,01	183,01	7,50 %	13,73	1,000000000	13,73	4,29	-	18,02
03/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	451,61	451,61	7,50 %	33,87	1,000000000	33,87	10,31	-	44,18
04/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	272,91	272,91	7,50 %	20,47	1,000000000	20,47	6,02	-	26,49
05/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	1.240,16	1.240,16	7,53 %	93,44	1,000000000	93,44	26,53	-	119,97
06/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	1.211,48	1.211,48	7,50 %	90,86	1,000000000	90,86	24,86	-	115,72
07/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	348,26	348,26	7,50 %	26,12	1,000000000	26,12	6,84	-	32,96
08/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	341,77	341,77	7,50 %	25,63	1,000000000	25,63	6,44	-	32,07
09/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	961,20	961,20	7,50 %	72,09	1,000000000	72,09	17,38	-	89,47
10/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	1.023,71	1.023,71	7,50 %	76,78	1,000000000	76,78	17,72	-	94,50
11/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	297,40	297,40	7,50 %	22,30	1,000000000	22,30	4,89	-	27,19
12/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	608,41	608,41	7,50 %	45,63	1,000000000	45,63	9,51	-	55,14
12/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	758,02	758,02	7,50 %	56,85	1,000000000	56,85	12,48	-	69,33
01/2023	0,00	7,50 %	877,24	0,00	132,72	132,72	7,50 %	9,95	1,000000000	9,95	1,98	-	11,93

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Ocorrência	Salário Pago (A)	Alíquota (B)	Teto Segurado (C)	Cont. Social Sal. Pago (D)	Salário Devido (E)	Salário de Contribuição	Alíquota (F)	Devido Segurado (G)	Índice correção	Valor corrigido	Juros	Multa	Total
02/2023	0,00	7,50 %	877,24	0,00	390,53	390,53	7,50 %	29,29	1,000000000	29,29	5,49	-	34,78
03/2023	0,00	7,50 %	877,24	0,00	1.995,55	1.995,55	8,02 %	160,07	1,000000000	160,07	28,55	-	188,62
04/2023	0,00	7,50 %	877,24	0,00	1.987,18	1.987,18	8,02 %	159,32	1,000000000	159,32	26,63	-	185,95
05/2023	0,00	7,50 %	876,98	0,00	1.964,53	1.964,53	7,99 %	157,01	1,000000000	157,01	24,57	-	181,58
06/2023	0,00	7,50 %	876,98	0,00	1.588,31	1.588,31	7,75 %	123,15	1,000000000	123,15	17,95	-	141,10
07/2023	0,00	7,50 %	876,98	0,00	1.212,79	1.212,79	7,50 %	90,96	1,000000000	90,96	12,22	-	103,18
08/2023	0,00	7,50 %	876,98	0,00	1.207,59	1.207,59	7,50 %	90,57	1,000000000	90,57	11,29	-	101,86
08/2023	0,00	7,50 %	876,98	0,00	1.278,99	1.278,99	7,50 %	95,92	1,000000000	95,92	11,96	-	107,88
Observação:	**D = A x B limitado a C**		**e**	**G = menor valor entre (C - D) e (E x F)**					**Total**	**2.039,30**	**501,59**	**0,00**	**2.540,89**

A partir de Março/2020, na coluna Alíquota, consta a alíquota efetiva de apuração da contribuição social.

Nome: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL EMPRESA

Base(s) para Salário Devido: 13º SALÁRIO SOBRE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30% + 13º SALÁRIO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + 13º SALÁRIO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + 13º SALÁRIO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + 13º SALÁRIO SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + 13º SALÁRIO SOBRE PRÊMIO PAGO + ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30% + DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 + DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 + DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE PRÊMIO PAGO + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE PRÊMIO PAGO + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023

Ocorrência	Salário Devido (A)	Alíquota (B)	Devido Empresa (C)	Índice correção	Valor corrigido	Juros	Multa	Total
09/2019	892,68	20,0000 %	178,54	1,000000000	178,54	74,12	-	252,66
10/2019	1.022,60	20,0000 %	204,52	1,000000000	204,52	84,13	-	288,65
11/2019	785,66	20,0000 %	157,13	1,000000000	157,13	64,06	-	221,19
12/2019	308,94	20,0000 %	61,79	1,000000000	61,79	24,95	-	86,74
12/2019	188,52	20,0000 %	37,70	1,000000000	37,70	15,37	-	53,07
01/2020	338,82	20,0000 %	67,76	1,000000000	67,76	27,17	-	94,93
02/2020	28,93	20,0000 %	5,79	1,000000000	5,79	2,30	-	8,09
03/2020	480,27	20,0000 %	96,05	1,000000000	96,05	37,92	-	133,97
04/2020	0,78	20,0000 %	0,16	1,000000000	0,16	0,06	-	0,22
05/2020	127,44	20,0000 %	25,49	1,000000000	25,49	9,94	-	35,43
06/2020	248,22	20,0000 %	49,64	1,000000000	49,64	19,28	-	68,92
07/2020	168,77	20,0000 %	33,75	1,000000000	33,75	13,05	-	46,80
09/2020	84,56	20,0000 %	16,91	1,000000000	16,91	6,48	-	23,39
11/2020	140,83	20,0000 %	28,17	1,000000000	28,17	10,71	-	38,88
12/2020	247,47	20,0000 %	49,49	1,000000000	49,49	18,75	-	68,24
12/2020	121,00	20,0000 %	24,20	1,000000000	24,20	9,20	-	33,40

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Ocorrência	Salário Devido (A)	Alíquota (B)	Devido Empresa (C)	Índice correção	Valor corrigido	Juros	Multa	Total
02/2021	99,96	20,0000 %	19,99	1,000000000	19,99	7,51	-	27,50
03/2021	426,06	20,0000 %	85,21	1,000000000	85,21	31,83	-	117,04
04/2021	10,96	20,0000 %	2,19	1,000000000	2,19	0,81	-	3,00
05/2021	178,88	20,0000 %	35,78	1,000000000	35,78	13,15	-	48,93
06/2021	502,96	20,0000 %	100,59	1,000000000	100,59	36,63	-	137,22
07/2021	217,30	20,0000 %	43,46	1,000000000	43,46	15,64	-	59,10
08/2021	54,99	20,0000 %	11,00	1,000000000	11,00	3,91	-	14,91
09/2021	7,03	20,0000 %	1,41	1,000000000	1,41	0,49	-	1,90
10/2021	11,25	20,0000 %	2,25	1,000000000	2,25	0,77	-	3,02
11/2021	33,25	20,0000 %	6,65	1,000000000	6,65	2,24	-	8,89
12/2021	205,70	20,0000 %	41,14	1,000000000	41,14	13,56	-	54,70
12/2021	82,78	20,0000 %	16,56	1,000000000	16,56	5,58	-	22,14
01/2022	16,16	20,0000 %	3,23	1,000000000	3,23	1,04	-	4,27
02/2022	183,01	20,0000 %	36,60	1,000000000	36,60	11,44	-	48,04
03/2022	451,61	20,0000 %	90,32	1,000000000	90,32	27,50	-	117,82
04/2022	272,91	20,0000 %	54,58	1,000000000	54,58	16,05	-	70,63
05/2022	1.240,16	20,0000 %	248,03	1,000000000	248,03	70,44	-	318,47
06/2022	1.211,48	20,0000 %	242,30	1,000000000	242,30	66,31	-	308,61
07/2022	348,26	20,0000 %	69,65	1,000000000	69,65	18,24	-	87,89
08/2022	341,77	20,0000 %	68,35	1,000000000	68,35	17,17	-	85,52
09/2022	961,20	20,0000 %	192,24	1,000000000	192,24	46,34	-	238,58
10/2022	1.023,71	20,0000 %	204,74	1,000000000	204,74	47,27	-	252,01
11/2022	297,40	20,0000 %	59,48	1,000000000	59,48	13,06	-	72,54
12/2022	608,41	20,0000 %	121,68	1,000000000	121,68	25,37	-	147,05
12/2022	758,02	20,0000 %	151,60	1,000000000	151,60	33,30	-	184,90
01/2023	132,72	20,0000 %	26,54	1,000000000	26,54	5,28	-	31,82
02/2023	390,53	20,0000 %	78,11	1,000000000	78,11	14,65	-	92,76
03/2023	1.995,55	20,0000 %	399,11	1,000000000	399,11	71,20	-	470,31
04/2023	1.987,18	20,0000 %	397,44	1,000000000	397,44	66,45	-	463,89
05/2023	1.964,53	20,0000 %	392,91	1,000000000	392,91	61,49	-	454,40
06/2023	1.588,31	20,0000 %	317,66	1,000000000	317,66	46,31	-	363,97
07/2023	1.212,79	20,0000 %	242,56	1,000000000	242,56	32,60	-	275,16
08/2023	1.207,59	20,0000 %	241,52	1,000000000	241,52	30,11	-	271,63
08/2023	1.278,99	20,0000 %	255,80	1,000000000	255,80	31,89	-	287,69
Observação: C = A x B				**Total**	**5.297,77**	**1.303,12**	**0,00**	**6.600,89**

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO (SAT)

Base(s) para Salário Devido: 13º SALÁRIO SOBRE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30% + 13º SALÁRIO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + 13º SALÁRIO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + 13º SALÁRIO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + 13º SALÁRIO SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + 13º SALÁRIO SOBRE PRÊMIO PAGO + ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30% + DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 + DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 + DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE PRÊMIO PAGO + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE PRÊMIO PAGO + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023

Ocorrência	Salário Devido (A)	Alíquota (B)	Devido SAT (C)	Índice correção	Valor corrigido	Juros	Multa	Total
09/2019	892,68	3,0000 %	26,78	1,000000000	26,78	11,11	-	37,89
10/2019	1.022,60	3,0000 %	30,68	1,000000000	30,68	12,62	-	43,30
11/2019	785,66	3,0000 %	23,57	1,000000000	23,57	9,60	-	33,17
12/2019	308,94	3,0000 %	9,27	1,000000000	9,27	3,74	-	13,01
12/2019	188,52	3,0000 %	5,66	1,000000000	5,66	2,30	-	7,96
01/2020	338,82	3,0000 %	10,16	1,000000000	10,16	4,07	-	14,23
02/2020	28,93	3,0000 %	0,87	1,000000000	0,87	0,34	-	1,21
03/2020	480,27	3,0000 %	14,41	1,000000000	14,41	5,68	-	20,09
04/2020	0,78	3,0000 %	0,02	1,000000000	0,02	0,00	-	0,02
05/2020	127,44	3,0000 %	3,82	1,000000000	3,82	1,49	-	5,31
06/2020	248,22	3,0000 %	7,45	1,000000000	7,45	2,89	-	10,34
07/2020	168,77	3,0000 %	5,06	1,000000000	5,06	1,95	-	7,01
09/2020	84,56	3,0000 %	2,54	1,000000000	2,54	0,97	-	3,51
11/2020	140,83	3,0000 %	4,22	1,000000000	4,22	1,60	-	5,82
12/2020	247,47	3,0000 %	7,42	1,000000000	7,42	2,81	-	10,23
12/2020	121,00	3,0000 %	3,63	1,000000000	3,63	1,38	-	5,01
02/2021	99,96	3,0000 %	3,00	1,000000000	3,00	1,12	-	4,12
03/2021	426,06	3,0000 %	12,78	1,000000000	12,78	4,77	-	17,55
04/2021	10,96	3,0000 %	0,33	1,000000000	0,33	0,12	-	0,45
05/2021	178,88	3,0000 %	5,37	1,000000000	5,37	1,97	-	7,34
06/2021	502,96	3,0000 %	15,09	1,000000000	15,09	5,49	-	20,58
07/2021	217,30	3,0000 %	6,52	1,000000000	6,52	2,34	-	8,86
08/2021	54,99	3,0000 %	1,65	1,000000000	1,65	0,58	-	2,23
09/2021	7,03	3,0000 %	0,21	1,000000000	0,21	0,07	-	0,28
10/2021	11,25	3,0000 %	0,34	1,000000000	0,34	0,11	-	0,45
11/2021	33,25	3,0000 %	1,00	1,000000000	1,00	0,33	-	1,33
12/2021	205,70	3,0000 %	6,17	1,000000000	6,17	2,03	-	8,20
12/2021	82,78	3,0000 %	2,48	1,000000000	2,48	0,83	-	3,31
01/2022	16,16	3,0000 %	0,48	1,000000000	0,48	0,15	-	0,63

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Ocorrência	Salário Devido (A)	Alíquota (B)	Devido SAT (C)	Índice correção	Valor corrigido	Juros	Multa	Total
02/2022	183,01	3,0000 %	5,49	1,000000000	5,49	1,71	-	7,20
03/2022	451,61	3,0000 %	13,55	1,000000000	13,55	4,12	-	17,67
04/2022	272,91	3,0000 %	8,19	1,000000000	8,19	2,40	-	10,59
05/2022	1.240,16	3,0000 %	37,20	1,000000000	37,20	10,56	-	47,76
06/2022	1.211,48	3,0000 %	36,34	1,000000000	36,34	9,94	-	46,28
07/2022	348,26	3,0000 %	10,45	1,000000000	10,45	2,73	-	13,18
08/2022	341,77	3,0000 %	10,25	1,000000000	10,25	2,57	-	12,82
09/2022	961,20	3,0000 %	28,84	1,000000000	28,84	6,95	-	35,79
10/2022	1.023,71	3,0000 %	30,71	1,000000000	30,71	7,09	-	37,80
11/2022	297,40	3,0000 %	8,92	1,000000000	8,92	1,95	-	10,87
12/2022	608,41	3,0000 %	18,25	1,000000000	18,25	3,80	-	22,05
12/2022	758,02	3,0000 %	22,74	1,000000000	22,74	4,99	-	27,73
01/2023	132,72	3,0000 %	3,98	1,000000000	3,98	0,79	-	4,77
02/2023	390,53	3,0000 %	11,72	1,000000000	11,72	2,19	-	13,91
03/2023	1.995,55	3,0000 %	59,87	1,000000000	59,87	10,68	-	70,55
04/2023	1.987,18	3,0000 %	59,62	1,000000000	59,62	9,96	-	69,58
05/2023	1.964,53	3,0000 %	58,94	1,000000000	58,94	9,22	-	68,16
06/2023	1.588,31	3,0000 %	47,65	1,000000000	47,65	6,94	-	54,59
07/2023	1.212,79	3,0000 %	36,38	1,000000000	36,38	4,88	-	41,26
08/2023	1.207,59	3,0000 %	36,23	1,000000000	36,23	4,51	-	40,74
08/2023	1.278,99	3,0000 %	38,37	1,000000000	38,37	4,78	-	43,15
Observação: C = A x B				**Total**	**794,67**	**195,22**	**0,00**	**989,89**

eSocial - Evento S-2500

Período de Referência	Base de Cálculo - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - 13º Salário - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - FGTS
08/2019	0,00	0,00	0,00
09/2019	892,68	0,00	714,15
10/2019	1.022,60	0,00	857,67
11/2019	785,66	0,00	602,34
12/2019	308,94	188,52	239,18
01/2020	338,82	0,00	284,17
02/2020	28,93	0,00	23,94
03/2020	480,27	0,00	402,81
04/2020	0,78	0,00	0,62
05/2020	127,44	0,00	102,77

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Período de Referência	Base de Cálculo - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - 13º Salário - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - FGTS
06/2020	248,22	0,00	206,85
07/2020	168,77	0,00	141,55
08/2020	0,00	0,00	0,00
09/2020	84,56	0,00	70,46
10/2020	0,00	0,00	0,00
11/2020	140,83	0,00	107,97
12/2020	247,47	121,00	199,57
01/2021	0,00	0,00	0,00
02/2021	99,96	0,00	82,11
03/2021	426,06	0,00	84,81
04/2021	10,96	0,00	8,77
05/2021	178,88	0,00	144,26
06/2021	502,96	0,00	419,13
07/2021	217,30	0,00	182,25
08/2021	54,99	0,00	46,12
09/2021	7,03	0,00	5,86
10/2021	11,25	0,00	9,07
11/2021	33,25	0,00	25,49
12/2021	205,70	82,78	165,89
01/2022	16,16	0,00	13,03
02/2022	183,01	0,00	156,87
03/2022	451,61	0,00	277,48
04/2022	272,91	0,00	618,33
05/2022	1.240,16	0,00	1.459,49
06/2022	1.211,48	0,00	1.426,23
07/2022	348,26	0,00	684,08
08/2022	341,77	0,00	733,16
09/2022	961,20	0,00	1.217,67
10/2022	1.023,71	0,00	790,76
11/2022	297,40	0,00	637,92
12/2022	608,41	758,02	929,63
01/2023	132,72	0,00	530,67
02/2023	390,53	0,00	731,50
03/2023	1.995,55	0,00	2.329,86
04/2023	1.987,18	0,00	2.335,01
05/2023	1.964,53	0,00	2.368,38

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Período de Referência	Base de Cálculo - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - 13º Salário - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - FGTS
06/2023	1.588,31	0,00	1.988,31
07/2023	1.212,79	0,00	1.616,64
08/2023	1.207,59	1.278,99	3.411,43

Demonstrativo de Honorários

Nome: HONORÁRIOS DEVIDOS PELO RECLAMADO

Valores Informados							D = [(A x B) + C]
Ocorrência	**Descrição**	**Credor**	**Valor (A)**	**Índice correção (B)**	**Valor corrigido**	**Juros (C)**	**Total (D)**
13/05/2025	HONORÁRIOS PERICIAIS - ENGENHEIRO	ENGº. JOÃO LUIS MARTINS PEREZ	3.200,00	1,000000000	3.200,00	-	3.200,00
Valores Calculados							C=(A x B)
Composição de Base: (Bruto) x 10,00%							
Ocorrência	**Descrição**	**Credor**	**Base (A)**		**Alíquota (B)**		**Valor (C)**
20/11/2024	HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	JAIRO FREITAS DE OLIVEIRA JÚNIOR	35.837,33		10,00 %		3.583,73
					Total		**6.783,73**

Demonstrativo de Imposto de Renda

Rendimentos Recebidos Acumuladamente Relativos a Anos-Calendário Anteriores ao do Recebimento - 22/08/2019 a 31/08/2023

Nome: TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

13º SALÁRIO SOBRE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30% + 13º SALÁRIO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + 13º SALÁRIO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + 13º SALÁRIO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO + 13º SALÁRIO SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + 13º SALÁRIO SOBRE PRÊMIO PAGO + ADICIONAL DE PERICULOSIDADE 30% + DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 + DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 + DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023 + FÉRIAS + 1/3 SOBRE PRÊMIO PAGO + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE PRÊMIO PAGO + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% A PARTIR DE 20.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFERENÇAS H EXTS 50% ATÉ 19.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% A PARTIR DE 20.03.2023 + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE DIFS H EXTS 100% ATÉ 19.03.2023

Verbas	Juros	Quant. de Meses	Contribuição Social	Previdência Privada	Pensão Alimentícia	Honorários	Dependentes	Aposentado > 65 anos	Base	Faixa	Alíquota	Dedução	Devido
26.040,37	-	52	2.067,73	0,00	0,00	0,00	-	-	23.972,64	0,00 à 117.478,40	0,00 %	0,00	0,00
												Total Devido	**0,00**

Demonstrativo de Custas Judiciais

Custas pelo Reclamado

Nome: CUSTAS DE CONHECIMENTO **E = [(A x B) submetido a C e D]**

Cálculo liquidado por offline na versão 2.13.2 em 28/01/2026 às 18:30:43.

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Composição de Base: Bruto Devido ao Reclamante + Outros Débitos do Reclamado					
Ocorrência	**Base (A)**	**Taxa (B)**	**Piso (C)**	**Teto (D)**	**Total (E)**
20/11/2024	50.685,00	2,00 %	10,64	31.144,08	1.013,70

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Devido	Recolhido	Diferença
20/11/2024	1.013,70	0,00	1013,70

Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 29/01/2026, às 13:58:05 - 99a8a46
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/26012913571987400000281785257?instancia=1
Número do processo: 0010880-83.2024.5.15.0061
Número do documento: 26012913571987400000281785257

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 25

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
LIQ2 - PRESIDENTE PRUDENTE
ATOrd 0010880-83.2024.5.15.0061
AUTOR: CELSO ERVOLINO
RÉU: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Órgão Julgador de Origem: 2ª VARA DO TRABALHO DE ARAÇATUBA

Prioridade(s): Idoso

DECISÃO

DECISÃO LIQUIDAÇÃO DEFINITIVA

RECUPERAÇÃO JUDICIAL/CONCURSAL/EXTRACONCURSAL

A parte reclamada apresentou o demonstrativo de apuração dos valores devidos. A parte reclamante manifestou expressamente sua concordância. Analisando os cálculos, efetuo a correção no que se refere às custas processuais, para adequação ao valor fixado na sentença de mérito.

Observado o teor do artigo 879 da CLT, HOMOLOGO os cálculos de liquidação de sentença apresentados pela reclamada (Id. 99a8a46), cujos valores estão todos atualizados até 20/11/2024, e fixo a condenação nos seguintes valores:

CRÉDITO CONCURSAL

Valor bruto devido à parte exequente em R$ 35.837,33, correspondente às seguintes parcelas: a) capital - R$ 34.517,80; b) juros – R$ 1.319,53.

A parte executada deverá pagar os honorários advocatícios sucumbenciais ao advogado da parte reclamante, no valor de R$ 3.583,73.

Nos termos do artigo 43, da lei n° 8.212/91, deverá a executada recolher a contribuição previdenciária, englobando tanto as parcelas devidas diretamente pelo empregador, no valor de R$ 8.063,94, quanto àquelas a cargo do empregado, no valor de R$ 2.067,73, autorizado o desconto desta última do crédito da reclamante, em harmonia com o disposto no artigo 30, inciso I, alínea 'a', da lei de custeio, sem acréscimo de juros ou multa.

Documento assinado eletronicamente por SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA, em 02/03/2026, às 18:56:46 - 17ddaba

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

De acordo com o artigo 12-A da lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, em harmonia com a Instrução Normativa RFB 1.500, de 29 de outubro de 2014, não há imposto de renda a ser retido na fonte e recolhido aos cofres públicos.

Fica dispensada a intimação da União, nos termos da Portaria Normativa PGF.AGU n. 47, de 7 de julho de 2023.

CRÉDITO EXTRACONCURSAL

A executada deverá pagar ainda os honorários periciais arbitrados na r. sentença, em favor do perito JOAO LUIS MARTINS PEREZ, no valor de R$ 3.200,00, atualizado até 28/07/2025.

Custas processuais arbitradas no comando decisório, no valor de R$ 500,00, a cargo da executada.

Quanto ao crédito extraconcursal: fica a parte reclamada notificada para pagar os débitos ora liquidados em 15 (quinze) dias, conforme requerido pela parte exequente (Id. 05223bf), devidamente atualizados até a data do efetivo pagamento, ou garantir a execução, inclusive em relação as contribuições previdenciárias e demais obrigações apuradas, nos termos do artigo 880 da Consolidação das Leis do Trabalho. Em caso de garantia da execução deverá ser observada a ordem preferencial do artigo 835 do Código de Processo Civil, consoante determina o artigo 882 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Depositado o montante para pagamento da obrigação, libere-se a quem de direito.

Descumprida a obrigação, iniciem-se os atos expropriatórios.

Quanto ao crédito concursal: expeçam-se as competentes certidões de habilitação no Juízo Competente.

Deverá a parte credora informar nos autos o número da conta e agência bancária para transferência de valores quando do efetivo pagamento.

Intimem-se, por intermédio dos advogados constituídos nos autos, ou, na ausência de advogados, por domicílio judicial eletrônico ou Correio, com aviso de recebimento, conforme o caso.

Fica desde já autorizada a expedição de edital em caso de devolução da notificação postal.

PRESIDENTE PRUDENTE/SP, 02 de março de 2026.

Documento assinado eletronicamente por SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA, em 02/03/2026, às 18:56:46 - 17ddaba

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA
Juíza do Trabalho Titular

MHM

Documento assinado eletronicamente por SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA, em 02/03/2026, às 18:56:46 - 17ddaba
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/26030217340125400000285073183?instancia=1
Número do processo: 0010880-83.2024.5.15.0061
Número do documento: 26030217340125400000285073183

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 26

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 1000831-97.2024.5.02.0005

Tramitação Preferencial

- Falência ou Recuperação Judicial

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 27/05/2024
Valor da causa: R$ 50.688,43

Partes:
RECLAMANTE: JEFFERSON DENER PORTELA PEREIRA
ADVOGADO: BEATRIZ APARECIDA DE GODOY GARCIA CRUDELI
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
PERITO: RODRIGO RODRIGUES

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO
ATSum 1000831-97.2024.5.02.0005
RECLAMANTE: JEFFERSON DENER PORTELA PEREIRA
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS EIRELI E OUTROS (1)

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

Dispensado conforme autoriza art. 852-I da CLT, introduzido pela Lei 9.957/2000

II – FUNDAMENTAÇÃO

NULIDADE DO PEDIDO DE DEMISSÃO

As fls. 3 o reclamante informa que pediu demissão em razão das irregularidades perpetradas pela reclamada. Todavia não há pedido de nulidade do pedido de demissão, na petição inicial, seja no rol dos pedidos ou na fundamentação. Observo que reclamante acrescenta o pedido somente em réplica.

Tendo em vista a impossibilidade de inovação em réplica e a ausência de pedido especifico na petição inicial, deixo de analisar eventual nulidade do pedido de demissão.

ACÚMULO DE FUNÇÃO

O reclamante afirma que, além da função de porteiro, exercia também as funções de vigilante e controlador de acesso, solicitando um adicional de 20% sobre o salário base.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe Documento assinado eletronicamente por GESSICA OSORICA GRECCHI AMANDIO, em 04/11/2024, às 09:58:08 - 7d53d7a

A reclamada argumenta que as atividades alegadas pelo reclamante são compatíveis com a função de Controlador de Fluxo e que ele não exercia a função de vigilante, pois esta exige requisitos específicos.

Conforme descrição das funções constantes do laudo pericial, as quais foram informadas pelas partes no momento da perícia, sem qualquer impugnação especifica destas em suas manifestações sobre o laudo, o reclamante exercia as seguintes atividades: Arrumar ao local de trabalho; controlar o acesso e saída dos ônibus pelo portão de entrada, diariamente; realizar vistoria nos ônibus, anotando condição de itens em uma lista, diariamente; trocar o tacógrafo dos veículos, diariamente; auxiliar na higienização interna dos veículos, eventualmente; passar limpador nos pneus dos veículos, eventualmente; e retornar para sua residência.

Verifico que as funções acima descritas não são funções típicas de vigilante. Ademais, para exercer as funções de vigilante há a necessidade de realização de curso de formação, conforme determinação Legal, curso este não comprovado pelo reclamante. Assim, não há como considerar que o autor exercesse as funções típicas de Vigilante.

Pelo exposto, indefiro o pedido.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

O reclamante alega que trabalhava em condições perigosas devido à presença de tanques inflamáveis e bomba de gasolina no local de trabalho, requerendo adicional de 30%.

A reclamada nega a existência de tanques de combustível para gerador de energia e afirma que o tanque de combustível para ônibus fica distante da guarita, local de trabalho do autor.

O laudo pericial confirma a existência de um reservatório de combustível com capacidade para 7.533 litros, porém, situado a mais de 7,5 metros da guarita. Conclui, assim, que não há periculosidade por exposição a inflamáveis nas atividades do reclamante.

Considero a conclusão exarada pelo perito, uma vez que abordou com segurança e clareza todos os aspectos necessários ao convencimento do juízo. Ademais não há nos autos qualquer elemento que permita concluir pelo desacerto da prova técnica colhida, fato que leva a sua total credibilidade.

Dessa forma, indefiro o pedido.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

HORAS EXTRAS

O reclamante alega ter trabalhado em escala 6x1, das 6h às 19h, com 15 minutos de intervalo, e sem intervalo aos domingos. Requer o pagamento de horas extras com adicional de 50% e pagamento em dobro pelos domingos trabalhados.

A reclamada impugna a jornada alegada pelo reclamante, afirmando que o correto era de 12x36, das 6h às 18h, com 1 hora de intervalo, e que todas as horas extras foram pagas ou compensadas, conforme comprovam os cartões de ponto.

O reclamante confessa, em seu depoimento pessoal, a correta marcação da jornada de trabalho nos cartões de ponto ao afirmar que "registrava o ponto exatamente no momento que chegava para trabalhar; que registrava o ponto na hora que ia sair para o intervalo; que registrava o ponto na hora que retornava do intervalo; que no término da jornada registrava o ponto e ia embora para casa". Embora mencione em seu depoimento pessoal que não tinha acesso aos cartões de ponto, em nenhum momento afirma que existia a manipulação destes, apenas alega a existência de trabalho em sobrejornada, o que, inclusive é constatada pelos próprios cartões de ponto ao demonstrar o labor, em alguns casos, em horário similar aquele informado em petição inicial, a exemplo do dia 14.03.2023, fls 146. Assim, considero válidos os cartões de ponto, inclusive em relação ao intervalo intrajornada.

Em analise aos recibos de pagamento verifico que em diversos meses há pagamento de horas extras a 100% e a 50%. O reclamante não aponta diferenças, nem em relação ao pagamento, nem ao banco de horas. Dessa forma, entendo que as horas extras trabalhadas foram pagas ou compensadas.

Pelo exposto, indefiro o pedido de pagamento de horas extras e reflexos.

DEVOLUÇÃO DE DESCONTOS - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

O reclamante pede a devolução dos valores descontados a título de contribuição assistencial.

Diferentemente da contribuição sindical, que tem origem legal e natureza tributária determinada pela Constituição Federal (art. 149), revestindo-se de compulsoriedade, a assistencial não constitui tributo.

Instituída pela assembleia geral da entidade sindical (art. 8º, IV, da Constituição da República), deve ser cobrada tão-somente dos filiados ao sindicato. Assim ocorre em respeito ao princípio da liberdade sindical, agasalhado na

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Constituição Federal, pois não se pode impor àquele que não quis filiar-se ou associar-se qualquer ônus, no qual se inclui o de natureza financeira.

Os descontos foram realizados, sob o código 209 (contribuição associativa), conforme pode ser verificado dos comprovantes de pagamento juntados. Não há qualquer demonstração de que o reclamante seja associado ao Sindicato da categoria. Assim, considero ilegais os descontos efetuados, devendo a reclamada arcar com a restituição dos valores.

Portanto, defiro o pedido de restituição dos valores descontados do salário do reclamante a título de contribuição assistencial.

CONVENÇÃO COLETIVA:

A reclamada argumenta que a CCT juntada pelo reclamante não se aplica ao caso, pois a atividade preponderante da reclamada é o transporte de passageiros.

O reclamante reitera a aplicabilidade da CCT juntada com a inicial, alegando que a reclamada terceiriza serviços e que o nome da segunda reclamada consta no extrato do banco de horas.

Conforme documentos acostados aos autos verifico que o sindicato representante da categoria do reclamante é aquele afirmado pela reclamada (STTRADR). Assim, inaplicável as convenções coletivas do trabalho juntadas com a petição inicial.

AUXÍLIO-REFEIÇÃO. CESTA BÁSICA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O reclamante requer o pagamento de auxílio-refeição, cesta básica e Participação nos Lucros e Resultados, com base na CCT SINDEEPRES.

Conforme fundamento supra verifico que as verbas eram pagas de acordo com o sindicato em quer pertencente o reclamante, convenção coletiva do trabalho acostadas com a contestação. O reclamante não aponta diferenças. Assim entendo que as verbas foram devidamente quitadas.

Indefiro.

VALE-TRANSPORTE

O reclamante requer indenização pelo vale-transporte não pago nos últimos três meses do contrato.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

A reclamada impugna o pedido, alegando que os recibos de pagamento comprovam o pagamento do vale-transporte.

O reclamante, em replica, não se manifesta sobre a impugnação específica da reclamada em relação ao vale-transporte. Igualmente, não apresenta diferença. Assim entendo que o vale transporte foi devidamente quitado.

Pelo exposto, indefiro o pedido.

MULTA CONVENCIONAL

O reclamante requer a aplicação de multa por infração de cláusulas da CCT, como descontos salariais e falta de pagamento de cesta básica e auxílio-refeição.

Indeferidos os pedidos, conforme fundamento supra, não há falar em pagamento de multa convencional.

Indefiro.

MULTA DO ART. 467 e 477 DA Consolidação das Leis do Trabalho

O reclamante requer a aplicação das multas constantes da Consolidação das Leis do Trabalho.

Os documentos de fls 175 e 176 demonstram o pagamento das verbas rescisórias fora do prazo Legal. Na data da primeira audiência realizada (28 de junho de 2024) a reclamada não efetua o pagamento das verbas incontroversas. Assim devido o pagamento das multas pleiteadas.

O calculo para o pagamento da multa do art 467 da Consolidação das Leis do Trabalho deve considerar o valor das parcelas de 5 a 8, da fl. 176. Não há como considerar a totalidade das verbas rescisórias, uma vez que na audiência realizada em 28 de junho de 2024 o reclamante nada menciona em relação a inadimplência do acordo, o que faz presumir que as parcelas de 1 a 5 do acordo firmado tenham sido corretamente quitadas.

Pelo exposto, defiro o pagamento das multas dos arts. 467 e 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.

DANO MORAL

Assim como ocorre com a nulidade do pedido de demissão, o pedido de indenização por dano moral somente conta da réplica. Assim, deixo de analisar o pedido, tendo em vista que não se pode inovar em réplica.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

FGTS

A reclamada não demonstra a existência de correto recolhimento do FGTS. Assim A reclamada deve, recolher o FGTS faltante. Não foram deferidas parcelas de natureza salarial, razão pela qual não há falar em recolhimento em relação as parcelas deferidas.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E IMPOSTO DE RENDA (IR)

Não foram deferidas parcelas com incidência de contribuição previdenciária e IR.

JUSTIÇA GRATUITA

Defiro ao reclamante o benefício da justiça gratuita, com base no §3º do art. 790 da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Por derradeiro, observo que, devidamente esclarecida a controvérsia, eventual interposição de embargos declaratórios sobre o mérito do deferimento do benefício será interpretada como medida protelatória.

HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

Em observação ao artigo 791-A, caput e § 3º, da CLT, e à vista dos requisitos do § 2º de referido dispositivo legal, a reclamada deverá arcar com os honorários do patrono do reclamante, arbitrados em 10% sobre valor líquido da condenação homologado em fase de liquidação de sentença (OJ 348 da SDI do TST), devendo a reclamante arcar os honorários dos advogados das reclamadas, fixado em 10%, sobre o valor atribuído na petição inicial aos pedidos improcedentes, cujo valor já abarca a sucumbência em relação a eventuais pedidos sem cunho econômico, devidamente atualizados, cuja exigibilidade fica suspensa, pelo prazo de dois anos, nos termos do § 4º do artigo 791-A da CLT, ante a concessão da justiça gratuita, e enquanto perdurar o benefício, ainda que deferidos créditos trabalhistas na presente demanda, tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade da expressão “desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa”, na ADI 5766, julgada em 20/10/2021.

HONORÁRIOS PERICIAIS

Nos termos do art. 790-B da CLT, a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais médicos é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, no caso, a reclamante.

Documento assinado eletronicamente por GESSICA OSORICA GRECCHI AMANDIO, em 04/11/2024, às 09:58:08 - 7d53d7a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Tendo em vista que a reclamante é beneficiária da justiça gratuita, fixo o valor dos honorários periciais em R$ 806,00, para o perito nos termos da Resolução 66/2010 do CSJT, observado o ato GP/CR 02/2021 desta Corte, diante do zelo do perito, complexidade e diligências realizadas, que deverão ser suportados pela União tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade do parágrafo 4º e da expressão "ainda que beneficiária da justiça gratuita" do caput do art. 790-B da CLT, na ADI 5766, julgada em 20/10/2021.

JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Os créditos da reclamante serão oportunamente apurados em liquidação de sentença e acrescidos de juros e correção monetária na forma da lei aplicável ao tempo da liquidação, devendo ser observado, em qualquer caso, o índice de atualização monetária do mês subsequente ao da prestação de serviços e a Súmula 200 do TST.

Por derradeiro, observo que, devidamente esclarecida a controvérsia, eventual interposição de embargos declaratórios sobre o mérito da questão será interpretada como medida protelatória, face a ausência de prejuízo atual às partes.

COMPENSAÇÃO

Não há falar em compensação, tendo em vista que não há pagamento sob a rubrica dos pedidos deferidos.

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Inaplicável a multa por litigância de má-fé, pois não vislumbro tenha o reclamante incorrido em quaisquer das hipóteses previstas o art. 793-B de CLT, mormente porque o deferimento dos pedidos afasta a arguição de que utilizou do processo como forma de enriquecimento sem causa.

O autor se valeu de seu direito constitucional de ação, viabilizando a formação do contraditório e da ampla defesa pela ré. O mero exercício de um direito não enseja a cominação imposta, sob pena de banalizar o instituto.

Indefiro.

III – DISPOSITIVO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Ante o exposto, na forma da fundamentação, parte integrante deste dispositivo, JULGO **PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS,** para; conceder o benefício da justiça gratuita ao reclamante; e condenar a reclamada, **: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS EIRELI, com responsabilidade subsidiária de EXPRESSO ADAMANTINA LTDA,** a pagar a **JEFFERSON DENER PORTELA PEREIRA** o valor – a ser apurado em liquidação de sentença com juros e correção monetária, observados os critérios supra, correspondente à parcela:

- valores descontados do salário do reclamante a título de contribuição assistencial.

- multas dos arts. 467 e 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Condeno, também, a reclamada a pagar as custas de R$ 174,00, calculadas sobre o valor da condenação arbitrado em R$ 8.700,00, sujeito à adequação.

Honorários de sucumbência são devidos nos termos da fundamentação.

Oficie-se a E. TRT2 para pagamento dos honorários periciais

Cumpra-se, após trânsito em julgado.

Intimem-se as partes e o perito.

Nada mais.

SAO PAULO/SP, 04 de novembro de 2024.

GESSICA OSORICA GRECCHI AMANDIO
Juíza do Trabalho Substituta

Documento assinado eletronicamente por GESSICA OSORICA GRECCHI AMANDIO, em 04/11/2024, às 09:58:08 - 7d53d7a
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIAO:03241738000139
https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/24110409573286600000374602045?instancia=1
Número do processo: 1000831-97.2024.5.02.0005
Número do documento: 24110409573286600000374602045

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 27

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 1000831-97.2024.5.02.0005

Tramitação Preferencial

- Falência ou Recuperação Judicial

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 27/05/2024
Valor da causa: R$ 50.688,43

Partes:
RECLAMANTE: JEFFERSON DENER PORTELA PEREIRA
ADVOGADO: BEATRIZ APARECIDA DE GODOY GARCIA CRUDELI
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
PERITO: RODRIGO RODRIGUES

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 1000831-97.2024.5.02.0005
Cálculo: 1381

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **JEFFERSON DENER PORTELA PEREIRA**
Reclamado: **MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS EIRELI**
Período do Cálculo: **26/12/2022 a 09/02/2024** Data Ajuizamento: **27/05/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	Juros	Total
A - DEVOLUÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS'CONT.ASSIST."	432,47	26,40	458,87
B - MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT	2.117,22	120,36	2.237,58
C - MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT	3.007,21	170,94	3.178,15
Total	**5.556,90**	**317,70**	**5.874,60**

Percentual de Parcelas Remuneratórias e Tributáveis: 0,00%

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
VERBAS	5.874,60
Bruto Devido ao Reclamante	**5.874,60**
Total de Descontos	**0,00**
Líquido Devido ao Reclamante	**5.874,60**

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	5.874,60
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA BEATRIZ APARECIDA DE GODOY GARCIA	587,46
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA BEATRIZ APARECIDA DE GODOY GARCIA	0,00
Subtotal	**6.462,06**
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	129,24
Total Devido pelo Reclamado	**6.591,30**

CALC D.S

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'IPCA-E' até 26/05/2024 e pelo índice 'Sem Correção' a partir de 27/05/2024, acumulados a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'IPCA-E' relativa a 05/2024.
2. Juros apurados desde o vencimento das verbas vencidas, em fase pré-judicial, conforme decisão do STF na ADC 58; juros simples TRD até 26/05/2024; e juros SELIC (Receita Federal) a partir de 27/05/2024.

PJe Documento assinado eletronicamente por BEATRIZ APARECIDA DE GODOY GARCIA CRUDELI, em 17/12/2025, às 10:52:20 - 0ad564e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Processo: 1000831-97.2024.5.02.0005
Cálculo: 1381

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **JEFFERSON DENER PORTELA PEREIRA**
Reclamado: **MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS EIRELI**
Período do Cálculo: **26/12/2022 a 09/02/2024** Data Ajuizamento: **27/05/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Dados do Cálculo

Estado: **SP** Município: **SAO PAULO**
Regime de Trabalho: **Tempo Integral**
Maior Remuneração: **2.097,47**
Prazo de Aviso Prévio: **Calculado**
Zerar Valor Negativo (Padrão): **Não**
Carga Horária (Padrão): **220,00**

Admissão: **26/12/2022**
Aplicar Prescrição Quinquenal: **Não**
Última Remuneração:
Projetar Aviso Prévio Indenizado: **Sim**
Considerar Feriados Estaduais: **Sim**
Sábado como Dia Útil: **Sim**

Demissão: **09/02/2024**
Aplicar Prescrição Trintenária: **Não**
Limitar Avos ao Período de Cálculo: **Não**
Considerar Feriados **Sim**

PONTOS FACULTATIVOS	
Nome	**Abrangência**
CARNAVAL	Nacional
CORPUS CHRISTI	Nacional
SEXTA-FEIRA SANTA	Nacional

Faltas e Férias

FÉRIAS								
Relativa	**Período Aquisitivo**	**Período Concessívo**	**Prazo**	**Situação**	**Abono**	**Período de Gozo 1**	**Período de Gozo 2**	**Período de Gozo 3**
2022/2023	26/12/2022 a 25/12/2023	26/12/2023 a 25/12/2024	30	Indenizadas	Não	-	-	-

Demonstrativo de Verbas

Nome: **A - DEVOLUÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS'CONT.ASSIST."**
Período: **26/12/2022 a 09/02/2024** Incidência(s): **Não há.**
Comentário: **-**

Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
26 a 31/12/2022	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	1,068564219	0,00
01 a 31/01/2023	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	1,062719263	0,00
01 a 28/02/2023	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	1,054703517	0,00
01 a 31/03/2023	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	1,047475933	0,00
01 a 30/04/2023	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	1,041539160	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por BEATRIZ APARECIDA DE GODOY GARCIA CRUDELI, em 17/12/2025, às 10:52:20 - 0ad564e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Período Mensal	Base	Divisor	Multiplicador	Quantidade	Dobra	Devido	Pago	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido
01 a 31/05/2023	-	-	-	-	-	44,95	0,00	44,95	1,036254263	46,58
01 a 30/06/2023	-	-	-	-	-	44,95	0,00	44,95	1,035839927	46,56
01 a 31/07/2023	-	-	-	-	-	47,19	0,00	47,19	1,036565523	48,92
01 a 31/08/2023	-	-	-	-	-	47,19	0,00	47,19	1,033671243	48,78
01 a 30/09/2023	-	-	-	-	-	47,19	0,00	47,19	1,030066012	48,61
01 a 31/10/2023	-	-	-	-	-	47,19	0,00	47,19	1,027907407	48,51
01 a 30/11/2023	-	-	-	-	-	47,19	0,00	47,19	1,024526469	48,35
01 a 31/12/2023	-	-	-	-	-	47,19	0,00	47,19	1,020444691	48,15
01 a 31/01/2024	-	-	-	-	-	47,19	0,00	47,19	1,017291088	48,01
01 a 09/02/2024	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	1,009417631	0,00
									Total	**432,47**

Nome: **B - MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT**

Período: **26/12/2022 a 09/02/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((MAIOR REMUNERAÇÃO) / 1,0000) X 1,00000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 09/02/2024	-	-	-	-	-	2.097,47	0,00	2.097,47	1,009417631	2.117,22
									Total	**2.117,22**

Nome: **C - MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT**

Período: **26/12/2022 a 09/02/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((MAIOR REMUNERAÇÃO) / 1,0000) X 1,00000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 09/02/2024	-	-	-	-	-	2.979,15	0,00	2.979,15	1,009417631	3.007,21
									Total	**3.007,21**

Demonstrativo de Juros sobre Verbas

Nome: JUROS SOBRE VERBAS

Ocorrência	Data Inicial	Total de Verbas	Contribuição Social	Previdência Privada	Capital	Taxa	Juros
12/2022	31/12/2022	0,00	0,00	0,00	0,00	7,5198 %	0,00
01/2023	31/01/2023	0,00	0,00	0,00	0,00	7,3119 %	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por BEATRIZ APARECIDA DE GODOY GARCIA CRUDELI, em 17/12/2025, às 10:52:20 - 0ad564e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: JUROS SOBRE VERBAS

Ocorrência	Data Inicial	Total de Verbas	Contribuição Social	Previdência Privada	Capital	Taxa	Juros
02/2023	28/02/2023	0,00	0,00	0,00	0,00	7,2289 %	0,00
03/2023	31/03/2023	0,00	0,00	0,00	0,00	6,9900 %	0,00
04/2023	30/04/2023	0,00	0,00	0,00	0,00	6,9079 %	0,00
05/2023	31/05/2023	46,58	0,00	0,00	46,58	6,6934 %	3,12
06/2023	30/06/2023	46,56	0,00	0,00	46,56	6,5137 %	3,03
07/2023	31/07/2023	48,92	0,00	0,00	48,92	6,3557 %	3,11
08/2023	31/08/2023	48,78	0,00	0,00	48,78	6,1399 %	3,00
09/2023	30/09/2023	48,61	0,00	0,00	48,61	6,0270 %	2,93
10/2023	31/10/2023	48,51	0,00	0,00	48,51	5,9214 %	2,87
11/2023	30/11/2023	48,35	0,00	0,00	48,35	5,8440 %	2,83
12/2023	31/12/2023	48,15	0,00	0,00	48,15	5,7750 %	2,78
01/2024	31/01/2024	48,01	0,00	0,00	48,01	5,6875 %	2,73
02/2024	09/02/2024	5.124,43	0,00	0,00	5.124,43	5,6846 %	291,30
						Total	**317,70**

Demonstrativo de Honorários

Nome: HONORÁRIOS DEVIDOS PELO RECLAMADO

Valores Calculados					C=(A x B)
Composição de Base: (Bruto) x 10,00%					
Ocorrência	**Descrição**	**Credor**	**Base (A)**	**Alíquota (B)**	**Valor (C)**
20/11/2024	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	BEATRIZ APARECIDA DE GODOY GARCIA	5.874,60	10,00 %	587,46
				Total	**587,46**

Demonstrativo de Custas Judiciais

Custas pelo Reclamado

Nome: CUSTAS DE CONHECIMENTO

E = [(A x B) submetido a C e D]

Composição de Base: Bruto Devido ao Reclamante + Outros Débitos do Reclamado					
Ocorrência	**Base (A)**	**Taxa (B)**	**Piso (C)**	**Teto (D)**	**Total (E)**
20/11/2024	6.462,06	2,00 %	10,64	31.144,08	129,24

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Devido	Recolhido	Diferença
20/11/2024	129,24	0,00	129,24

Documento assinado eletronicamente por BEATRIZ APARECIDA DE GODOY GARCIA CRUDELI, em 17/12/2025, às 10:52:20 - 0ad564e
https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/25121710521921100000436760093?instancia=1
Número do processo: 1000831-97.2024.5.02.0005
Número do documento: 25121710521921100000436760093

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 28

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 1000831-97.2024.5.02.0005

Tramitação Preferencial

- Falência ou Recuperação Judicial

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 27/05/2024
Valor da causa: R$ 50.688,43

Partes:
RECLAMANTE: JEFFERSON DENER PORTELA PEREIRA
ADVOGADO: BEATRIZ APARECIDA DE GODOY GARCIA CRUDELI
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RECLAMADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
PERITO: RODRIGO RODRIGUES

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO
ATSum 1000831-97.2024.5.02.0005
RECLAMANTE: JEFFERSON DENER PORTELA PEREIRA
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTROS (1)

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz do Trabalho para deliberações.

EVELYN ROMERO NOGUEIRA SOARES

DESPACHO

Vistos.

Considerando que o autor deu cumprimento aos termos do r. despacho de Id 0e9be2a, homologo os cálculos de Id 0ad564e, fixando o principal bruto em R$ 5.556,90, em 20/11/2024, atualizável até a data do efetivo pagamento.

Juros TRD da fase pré-judicial até 26/05/2024 e SELIC a partir de 27/05/2025, a serem computados na ocasião do pagamento, sobre o principal atualizado (Enunciado 200 do C.TST), cujo valor importa em R$ 317,70, em 20/11/2024.

Ante a natureza indenizatória das verbas, não há recolhimentos previdenciários e fiscais.

Custas a cargo da reclamada, fixadas na r. Sentença, no importe de R$ 174,00, vigentes em 04/11/2024, atualizável até a data do efetivo pagamento.

Honorários advocatícios a cargo da reclamada, no montante de R$ 587,46 (10%), vigentes em 20/11/2024, atualizáveis até a data do efetivo pagamento.

Consigne-se que os valores encontram-se atualizados pelo IPCA-E na fase pré-judicial e depois dessa data a SELIC corrige o valor, além de servir como juros de mora.

Em atenção aos princípios da economia e celeridade processual, intime-se a reclamada.

PJe Documento assinado eletronicamente por CARLOS EDUARDO FERREIRA DE SOUZA DUARTE SAAD, em 05/01/2026, às 08:41:07 - 8624609

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Decorrido o prazo legal, expeça-se certidão para habilitação do crédito junto ao Juízo da Recuperação Judicial, 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS FORO CENTRAL CÍVEL, processo nº 1184729-04.2024.8.26.0100.

Desnecessário o encaminhamento dos autos para intimação da Procuradoria Geral Federal responsável pela Execução Trabalhista, ante os termos da Portaria MF n° 582/2013.

Dê-se ciência ao(a) reclamante.

SAO PAULO/SP, 05 de janeiro de 2026.

CARLOS EDUARDO FERREIRA DE SOUZA DUARTE SAAD
Juiz do Trabalho Titular

Documento assinado eletronicamente por CARLOS EDUARDO FERREIRA DE SOUZA DUARTE SAAD, em 05/01/2026, às 08:41:07 - 8624c09
https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/25122919383622400000437513755?instancia=1
Número do processo: 1000831-97.2024.5.02.0005
Número do documento: 25122919383622400000437513755

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 29

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0010171-04.2024.5.03.0022

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 28/02/2024
Valor da causa: R$ 108.522,72

Partes:
AUTOR: ANTONIO MARCIO FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO: SAULO MOREIRA GROSSI
RÉU: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RÉU: CLOVIS NASCIMENTO MARTINS
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
22ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE
ATOrd 0010171-04.2024.5.03.0022
AUTOR: ANTONIO MARCIO FERREIRA DE SOUZA
RÉU: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA

SENTENÇA

I - RELATÓRIO

ANTÔNIO MÁRCIO FERREIRA DE SOUZA propôs Ação Trabalhista contra **EXPRESSO ADAMANTINA LTDA**, todos qualificados, alegando os fatos e formulando os pedidos discriminados na inicial. Atribuiu à causa o valor de R$ 108.522,72.

Regularmente notificada, a reclamada apresentou defesa em forma de contestação sob o ID 526fef3.

A parte reclamante apresentou impugnação à contestação e aos documentos apresentados pela reclamada (ID 0fca1e7).

Na audiência de instrução designada, foram ouvidas as partes, além da testemunha indicada pelo autor.

Razões orais finais remissivas pelas partes presentes.

As tentativas de conciliação fracassaram.

Sem outras provas, encerrou-se a instrução processual.

Tudo visto e examinado.

II - FUNDAMENTAÇÃO

DIREITO INTERTEMPORAL - LEI Nº 13.467/17

Aplica-se integralmente ao contrato de trabalho da parte autora a Lei nº 13.467/2017, uma vez que o vínculo empregatício foi constituído já sob a sua vigência. Entretanto, ressalta-se que, no tocante às normas de direito processual, deve ser observada a interpretação firmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no

Documento assinado eletronicamente por LUCIANE PARMA PINTO, em 31/10/2024, às 20:50:17 - b5b717c

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, conforme seu entendimento vinculante.

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

O requerimento de desconsideração da personalidade jurídica formulado pelo autor revela-se prematuro no presente momento processual, estando o feito ainda na fase de conhecimento. Não há, até então, quaisquer indícios de que a reclamada não possua condições de suportar as condenações que eventualmente lhe sejam impostas.

Assim, indefiro, por ora, o pedido de desconsideração da personalidade jurídica nesta fase processual. O referido pedido poderá ser renovado em momento processual oportuno.

LIMITAÇÃO DOS VALORES INICIAIS

Os valores correspondentes aos pedidos, indicados na petição inicial, têm apenas a função de apurar o valor aproximado da causa, a fim de se determinar o rito a ser seguido (Lei 5.584/70, art. 2º c/c art. 840, § 1º da CLT), não podendo, todavia, causar prejuízos ao autor, quanto aos direitos reconhecidos em Juízo.

Ressalto que o valor fixado no momento da decisão também é meramente estimativo, já que o real valor devido em decorrência de eventual condenação será apurado em regular liquidação de sentença, razão pela qual não se há falar em obrigatoriedade de limitação aos pedidos. Nesse sentido é a Tese Jurídica Prevalecente nº 16 deste Egrégio Regional.

Rejeito.

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS

Compete às partes apresentar os documentos que consideram relevantes, sendo que cada uma delas arcará com as consequências pela não apresentação injustificada de documentos essenciais ao esclarecimento da causa.

Ressalto, ainda, que a repercussão processual decorrente da ausência dos referidos documentos será avaliada no momento da apreciação de cada pedido, caso necessário.

Documento assinado eletronicamente por LUCIANE PARMA PINTO, em 31/10/2024, às 20:50:17 - b5b717c

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Além disso, não se aplica de forma ampla e irrestrita o disposto no art. 400 do CPC/2015, especialmente quando a parte reclamada não foi previamente intimada a apresentar a documentação solicitada, sob pena de qualquer sanção, conforme previsto no art. 396 do CPC.

IMPUGNAÇÃO DE DOCUMENTOS

As impugnações aos documentos feitas pelas partes não são suficientes para desconsiderá-los, uma vez que não houve comprovação da invalidade dos mesmos, seja pela alegação de falsidade das assinaturas, seja pela falsidade de seu conteúdo.

Dessa forma, todos os documentos constantes dos autos, que sejam pertinentes para o deslinde da controvérsia, serão devidamente analisados e considerados na apreciação das provas.

Diante disso, rejeito a impugnação.

ACÚMULO DE FUNÇÃO

O reclamante alega que, além das atividades de motorista rodoviário, foi obrigado a realizar funções adicionais como despachante, que incluíam o embarque e desembarque de passageiros, bem como a etiquetagem e organização de bagagens, sem receber qualquer contraprestação salarial por tais atividades. Argumenta que essa situação caracteriza acúmulo de função e requer o pagamento de um adicional de 40% sobre sua remuneração, conforme analogia à Lei 6.615/78 (Lei dos Radialistas).

A reclamada, por sua vez, defende que as atividades de etiquetar e organizar bagagens e auxiliar no embarque e desembarque de passageiros fazem parte das atribuições normais do cargo de motorista rodoviário, conforme prática comum no setor de transporte interestadual. Afirma ainda que não houve nenhuma modificação ou ampliação das atividades originalmente pactuadas no contrato de trabalho, e, portanto, não há que se falar em acúmulo de função ou adicional salarial.

Analiso.

O acúmulo de função ocorre quando o empregado, além de suas funções contratuais, exerce outras atividades de maior complexidade, sem que

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

haja previsão contratual ou contraprestação adequada. Contudo, no presente caso, compreende-se, seja a partir da prova oral ou por intermédio das regras de experiência (art. 375 do CPC), que as atividades alegadas pelo reclamante, como o auxílio no embarque e desembarque de passageiros e a organização de bagagens, integram a rotina de um motorista rodoviário, não configurando funções alheias àquelas para as quais foi contratado.

Diante disso, considerando que as atividades descritas não extrapolam as funções típicas de um motorista rodoviário, julgo improcedente o pedido de pagamento de adicional por acúmulo de função.

HORAS EXTRAS. INTERVALO INTERJORNADA. INTERVALO INTERSEMANAL. RSR. FERIADOS

A parte autora pleiteia o pagamento de horas extras excedentes a 6ª diária e 36ª semanal (em razão do turno ininterrupto que sustenta ter cumprido), com divisor 180 ou excedentes a 8ª diária e 44ª semanal. Postula também o pagamento de horas extras em razão da ausência de intervalo interjornada de 11 horas e intersemanal de 35 horas, além do pagamento em dobro dos RSR e feriados trabalhados.

A reclamada contestou o pedido e trouxe aos autos os cartões de ponto e recibo de pagamento.

Analiso.

Inicialmente, destaco que os cartões de ponto apresentados pela reclamada a partir do id. 58e0920, embora impugnados pelo autor, são dignos de credibilidade, pois o seu conteúdo não se assemelha aos casos em que, comumente, se constatam fraudes. Nesses documentos, há variações expressivas nos horários, com a indicação de horas extras. Se houvesse qualquer indício de fraude, não seria possível observar oscilações tão significativas, o que reforça a presunção de que os horários foram corretamente registrados. Inclusive, neles, consta a assinatura da parte demandante.

Em um segundo momento, destaca-se que a parte autora, em seu depoimento pessoal, a partir de “00 01 49” da gravação da audiência, confessa que preenchia o início e término da jornada e os intervalos também e recebia o pagamento pelas horas extras.

Isto posto, quanto à tese autoral de turnos ininterruptos de revezamento, a parte obreira não apresentou elementos suficientes que permitam

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

concluir que trabalhava, de forma habitual, em turnos alternados que abrangessem, no todo ou em parte, tanto o horário diurno quanto o noturno, conforme exigido pela Orientação Jurisprudencial n. 360 da SDI-1 do TST.

Os apontamentos feitos pelo autor na impugnação (id. 3c909a7; fl. 210) referem-se apenas a um mês do ano de 2023, o que não é suficiente para demonstrar a habitualidade necessária para caracterizar o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento. Dessa forma, julgo improcedente o pedido de horas extras acima da 6ª diária e 36ª semanal.

Quanto aos demais pedidos epigrafados, a amostragem feita pela parte autora na réplica não pode ser levada em conta, tendo em vista, conforme fez constar a própria parte autora na explicação dos critérios usados em seus cálculos, que estes observaram a compensação de jornada restrita ao mesmo mês.

Porém, a cláusula 15ª da CCT 2022/2024, que veio aos autos sob o id. 4a2989d, na letra b, estabelece que "*Ficam os empregadores, desde logo, autorizados a prorrogar e a compensar a jornada de trabalho nos termos do art. 59 da CLT e seus parágrafos*".

Por sua vez, o parágrafo 2º do art. 59 da CLT estabelece a compensação de até 01 ano, conforme transcrição infra:

"§ *2o Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias*".

Ademais, a amostragem de horas extras e a relativa aos demais pleitos em epígrafe não explicitou de forma analítica e aritmética os valores e cálculos apresentados, permitindo a conferência desta julgadora.

Pelo exposto, rejeito também os pedidos de horas extras decorrentes do descumprimento do intervalo interjornada; intervalo intersemanal; RSR e feriados.

ADICIONAL NOTURNO

O autor afirma que não recebeu o adicional noturno corretamente, alegando que a ré não considerou a redução ficta da hora noturna nem a prorrogação das horas noturnas. Requer o pagamento das diferenças.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

A reclamada contestou o pedido.

Nos termos do art. 818, I, da CLT, diante da defesa apresentada, bem como dos documentos anexados a esta, era ônus autoral, fazer apontamentos, de forma analítica e aritmética, contrastando os cartões de ponto com os recibos de pagamento e demonstrando claramente e matematicamente como se chegou aos valores apresentados, para permitir a conferência por esta julgadora – o que não foi feito --, tendo em vista que na réplica apresentada a parte autora não demonstra, claramente, explicitando suas contas, como se chegou aos valores apresentados.

Pelo exposto, julgo improcedente o pedido epigrafado e seus consectários.

INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA PELO NÃO FORNECIMENTO DE CESTA BÁSICA

Alega que não recebeu as cestas básicas previstas na convenção coletiva de trabalho (CCT), pleiteando a indenização correspondente. .

A reclamada, em sua contestação, sustenta que o pedido é improcedente, afirmando que sempre forneceu as cestas básicas ao autor durante o contrato de trabalho.

Verifica-se que a norma coletiva efetivamente prevê a concessão de cesta básica ou, alternativamente, o fornecimento de vale-alimentação (cláusula 23ª, itens “b” e “b.1”, CCT 2022/2024, id. 4a2989d; fl. 66). No entanto, a reclamada não apresentou prova de que cumpriu essa obrigação convencional, ônus que lhe cabia por se tratar de fato extintivo do direito, conforme disposto no art. 818, II, da CLT. Nos documentos juntados pela ré não há nenhum intitulado de “extrato ou fornecimento de CESTAS BÁSICAS”.

Diante do exposto, julgo procedente o pedido para condenar a reclamada ao pagamento de indenização substitutiva referente às cestas básicas, conforme os valores estabelecidos no instrumento normativo aplicável, abrangendo todo o período do contrato de trabalho.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A reclamada alegou que o autor não cumpriu os requisitos estabelecidos na norma coletiva para receber a Participação nos Lucros e Resultados

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

(PLR). No entanto, não especificou quais critérios não foram preenchidos, o que lhe competia, conforme estabelece o art. 818, II, da CLT.

A cláusula 17ª da norma coletiva (ID. 4a2989d; fl. 64) prevê o pagamento da PLR a todos os empregados representados pelos sindicatos acordantes, incluindo aqueles em gozo de férias, nos termos do art. 611-A, inciso XV, da CLT e art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal. O valor da PLR foi estipulado em R$ 1.100,00, a ser pago em março de 2023. Além disso, a cláusula prevê o pagamento proporcional da PLR para empregados admitidos após 1º de maio de 2022, em casos de demissão sem justa causa ou afastamento por auxílio-doença, com base em 1/12 para cada mês trabalhado entre 1º de maio de 2022 e 30 de abril de 2023, considerando frações iguais ou superiores a 15 dias de trabalho como mês integral.

Diante disso, julgo procedente o pedido e condeno a reclamada ao pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), conforme apuração a ser realizada em liquidação, observando-se os critérios estabelecidos pela norma coletiva.

DESCONTOS. VALES-TRANSPORTES

O autor alega que abriu mão do vale-transporte por utilizar meio de locomoção próprio, mas teve descontos indevidos. Requer a restituição dos valores.

Em sua defesa, a reclamada asseverou que o autor consentiu com os descontos realizados e que estes foram efetuados de acordo com a legislação.

Analiso.

Nos termos da Súmula 460 do TST, é ônus do empregador comprovar que o empregado necessita ou não de vale-transporte para o deslocamento residência-trabalho, por meio de termo firmado pelo empregado, solicitando ou dispensando o benefício em tela. Contudo, a reclamada não se desincumbiu de seu ônus, pois nenhum documento foi apresentado aos autos.

Analisando os recibos de pagamento, verifico que houve descontos a título de participação nos vale-transporte até o mês de fevereiro de 2023 (inclusive), conforme denotam os contracheques de id. c6d1192.

Assim, não tendo a reclamada comprovado o fornecimento de vale-transporte ao autor, os descontos são indevidos, razão pela qual defiro a parte

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

autora o ressarcimento dos valores a título de participação no custeio dos vales-transportes para os três primeiros meses do contrato de trabalho (dezembro de 2022; janeiro e fevereiro de 2023).

GASTOS COM UNIFORME. INDENIZAÇÃO

O autor afirma que, em decorrência de suas atividades laborais, foi compelido a adquirir, por conta própria, vestuário exigido pela reclamada: 04 (quatro) calças sociais; 04 (quatro) camisas sociais, 02 (dois) sapatos sociais e 02 (duas) gravatas, ao custo total de R$ 877,33. Requer indenização substitutiva pelos gastos com as indumentárias para o labor.

Em sua defesa, a reclamada sustenta que sempre forneceu uniforme aos seus empregados, inclusive ao autor, e que não há comprovação de que ele tenha arcado com os custos mencionados.

Analiso.

Embora a testemunha autoral tenha afirmado que a ré não fornecia os itens de vestuário exigidos (00:15:10 da gravação da audiência), o reclamante não apresentou provas concretas dos valores que alegou ter desembolsado com a aquisição do uniforme. O orçamento anexado aos autos a partir do id. 14734fe (fl. 35), não constitui prova suficiente do dano material alegado. Sendo ônus do autor a comprovação dos valores efetivamente desembolsados, conforme previsto nos artigos 818, I, da CLT, conclui-se que ele não se desincumbiu desse encargo.
Julgo improcedente o pedido.

GASTOS COM ALIMENTAÇÃO. INDENIZAÇÃO

A parte autora diz que teve que custear sua própria alimentação devido a dívidas da empresa com restaurantes, requerendo a restituição de R$ 20,00.

A reclamada contestou o pedido, asseverando que sempre arcou corretamente com as despesas alimentares de seus empregados, quando estes estavam em serviços.

Analiso.

Considerando as declarações feitas pela testemunha indicada pela parte autora a partir de 00:18:50 da gravação da audiência que corrobora a tese

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

autoral no aspecto, bem como o documento de id. b61d577, julgo procedente o pedido e condeno a reclamada a ressarcir a parte autora o valor de R$20,00, a título de ressarcimento de despesa com alimentação.

DESCONTOS INDEVIDOS. MULTAS E ABALROAMENTO DO VEÍCULO DA RÉ

A parte reclamante aduz que a ré efetuou descontos em seu contracheque sob a rubrica de colisões e infrações de trânsito, sem comprovar culpa do autor. Requer a restituição de tais valores.

A reclamada, em sede de defesa, reconheceu os descontos, porém, afirma que estes ocorreram com a devida autorização pelo reclamante.

O próprio reclamante trouxe aos autos a autorização de desconto sob o id. a4a89ec. Considerando que a boa fé se presume e a má-fé deve ser cabalmente demonstrada, tenho por válido o documento assinado pelo reclamante, não sendo as declarações da testemunha indicada pelo autor, a partir de 00:12:10 da gravação da audiência, suficientes para se infirmar a realidade que emerge do referido documento.

Julgo improcedente.

MULTAS CONVENCIONAIS

O autor alega que a reclamada não observou diversas obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT): pagamento correto dos adicionais de horas extras (cláusula 15ª); contratação de seguro de vida em grupo (cláusula 12ª); quitação da participação nos lucros e resultados (cláusula 17ª); concessão de intervalo interjornada (cláusula 35ª); fornecimento de cesta básica (cláusula 23ª, b, b.1); fornecimento de uniforme (cláusula 42ª) e disponibilização de sanitários em perfeitas condições de higiene (cláusula 40ª).

Analiso.

No caso dos autos, quanto ao pagamento correto das horas extras/adicionais, não se evidenciou irregularidades. Em relação à contratação de seguro de vida em grupo, a parte autora indicou cláusula errada, assim, não restou

Documento assinado eletronicamente por LUCIANE PARMA PINTO, em 31/10/2024, às 20:50:17 - b5b717c

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

cristalizada a tese autoral. Quanto ao intervalo interjornada e fornecimento de uniforme, também não se evidenciou nos tópicos decisórios conduta inadimplente da ré.

Noutro contexto, foi evidenciada nos autos a inadimplência da ré quanto ao fornecimento da cesta básica. De igual modo, pelas declarações da testemunha autoral, a partir de "00:18:50" da gravação da audiência, a ré não disponibilizou sanitários em perfeitas condições de uso.

Diante das violações constatadas às normas coletivas, torna-se devida a aplicação de multa prevista na cláusula 56ª da CCT 2022/2024.

Assim, julgo procedente o pedido para condenar a reclamada ao pagamento de multa convencional, considerando a violação de 02 cláusulas da convenção coletiva (fornecimento de cesta básica e banheiros em condições de uso), conforme os parâmetros estabelecidos no instrumento coletivo, a serem apurados em fase de liquidação.

FGTS. DIFERENÇAS

A parte autora postula o pagamento de diferenças de FGTS relativas ao período de 05/12/2022 a 01/02/2024, inclusive sobre as gratificações natalinas e multa de 40% do FGTS.

A reclamada contestou o pedido, asseverando que os depósitos fundiários foram adimplidos.

Passo à análise.

Nos termos da Súmula nº 461 do TST, é do empregador o ônus de prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS.

O extrato juntado pela ré sob o id. e2fe321 se refere a outro trabalhador: "ALEILTO SOARES BARBOSA". Assim, a reclamada nada comprova.

Pelo exposto, julgo procedente o pedido e condeno a parte ré ao pagamento do FGTS de todo o período contratual, incluindo as gratificações natalinas e a multa de 40%.

Considerando a recente alteração na Lei nº 8.036/90, promovida pela Lei nº 13.932/19, que incluiu o art. 26-A, estabelecendo que *"Para fins de apuração*

Documento assinado eletronicamente por LUCIANE PARMA PINTO, em 31/10/2024, às 20:50:17 - b5b717c

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

e lançamento, considera-se não quitado o FGTS pago diretamente ao trabalhador, sendo vedada sua conversão em indenização compensatória", todos os valores referentes ao FGTS devem ser depositados na conta vinculada do reclamante.

DANO MORAL. INDENIZAÇÃO

A parte autora pede a condenação da reclamada ao pagamento de indenização compensatória pelo dano moral que entende ter sofrido em razão das precárias condições de trabalho (falta de manutenção nos veículos; estrutura dos pontos de apoio aos motoristas e alojamentos sem higienização; cobranças nos restaurantes e embargos na utilização destes em razão das dívidas da ré).

A reclamada contestou o pedido.

Examino.

Com efeito, para que haja responsabilidade civil com o dever de indenizar, é preciso a presença de três requisitos: o dano, a conduta culposa e o nexo causal entre ambos (art. 7º, XXVIII, da CF/88 c/c artigos 186 e 927 do CC, aplicável subsidiariamente por força do art. 8º da CLT).

O dano moral decorre de lesões aos direitos de personalidade, como a honra, a intimidade e a imagem (CF, art. 5º, X e CC, arts. 11 e ss). A Constituição Federal valorou sobremaneira a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), sendo princípio informador de todo o ordenamento, o qual fundamenta também a indenização por danos morais.

Já o dano existencial, no âmbito do Direito do Trabalho, refere-se à violação dos direitos fundamentais do trabalhador que gera um impacto negativo em sua qualidade de vida, comprometendo sua capacidade de desenvolver projetos pessoais, manter relacionamentos sociais e familiares, além de exercer plenamente sua cidadania. Esse conceito vai além dos danos moral e material, pois não se vincula diretamente a sofrimento psicológico ou perdas econômicas, mas ao comprometimento da existência do trabalhador em termos de seu desenvolvimento pessoal.

Para o caso dos autos, a testemunha indicada pela parte autora confirmou, a partir de 00:18:50 da gravação da audiência, a tese autoral no aspecto. A reclamada não produziu nenhuma prova capaz de infirmar as declarações da testemunha de indicação autoral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Diante do exposto, considerando a natureza e extensão do dano sofrido, o período do contrato de trabalho, a capacidade econômico-financeira da reclamada, o princípio do não enriquecimento sem causa, e pautado nos critérios de prudência, bom senso e razoabilidade (art. 8º do CPC), arbitro a indenização por danos morais no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Tal quantia se revela adequada para compensar o prejuízo experimentado pela parte reclamante, conforme narrado e comprovado nos autos.

A parcela deferida será atualizada monetariamente a partir da data da prolação desta sentença, nos termos da Súmula nº 439 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

As irregularidades apontadas nos autos não são suficientes para justificar as comunicações requeridas pela parte reclamante, especialmente porque já foram devidamente solucionadas no âmbito deste Juízo. Além disso, caso entenda necessário, a parte autora tem plena liberdade para efetuar as comunicações diretamente aos órgãos competentes indicados.

Dessa forma, rejeito o pedido.

JUSTIÇA GRATUITA

Concedo os benefícios da Justiça Gratuita à reclamante, vez que a declaração pessoal de pobreza feita pela parte autora ou por seu advogado na petição inicial tem presunção relativa de veracidade, sendo suficiente, no caso em análise, para garantir seu direito à concessão do benefício da justiça gratuita, nos termos da Súmula 463, I, do TST, ficando refutadas as alegações do reclamado em sentido contrário.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS

Ante a sucumbência de ambas as partes, arbitro os honorários advocatícios em favor do procurador da parte reclamante no importe de 10% do efetivo proveito econômico por ela obtido, como se apurar em liquidação de sentença (observados os termos da OJ 348/SBDI-1/TST e TJP 4/TRT3), a serem arcados pela parte reclamada.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Quanto aos honorários sucumbenciais em favor dos advogados da reclamada, considerando a decisão do STF na ADI 5766, em que se declarou ser inconstitucional o artigo 791-A, § 4º, da CLT, que tratava do pagamento dos honorários sucumbenciais pelo beneficiário da justiça gratuita, na sua redação colocada pela Lei 13.467/2017, e tendo em vista que a parte reclamante é beneficiária da justiça gratuita, não haverá sua condenação ao pagamento respectivo.

COMPENSAÇÃO E/OU DEDUÇÃO

Não há compensação a ser levada em conta, pois a reclamada não comprova ser credoras de verba trabalhista do reclamante.

Fica autorizada a dedução das parcelas pagas a mesmo título daquelas que ora foram deferidas, desde que os documentos já estejam anexados à defesa.

RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS

Sobre as parcelas de natureza salarial incidirão contribuições previdenciárias, na forma da Súmula nº 368 do TST, a cargo da parte ré, que deverá comprovar os recolhimentos no prazo legal, inclusive quanto ao SAT (Súmula nº 454, TST), ficando afastada a pretensão da reclamante de que a ré fique responsável exclusivamente por seus recolhimentos.

Em atenção ao disposto no art. 832, § 3º, da CLT, pontuo que não integram a remuneração para fins de cálculos dos valores devidos à Previdência Social somente as parcelas discriminadas no art. 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91;

Os valores previdenciários porventura devidos deverão ser calculados conforme entendimento firmado na Súmula 368 do C. TST e recolhidos e comprovados pela parte reclamada, sob pena de execução das quantias equivalentes.

A importância porventura devida a título de IR deverá incidir sobre a totalidade das verbas tributáveis, observando-se que a apuração deverá ser feita mês a mês, de acordo com art. 12-A da Lei 7.713/1988 e IN RFB 1.500/2014 (e alterações supervenientes), com a ressalva de que os juros de mora correspondem a perdas e danos, possuindo, portanto, caráter indenizatório, sem incidência de imposto

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

(OJ 400/SBDI-1/TST). Autorizo, desde já, a retenção das parcelas devidas pela parte reclamante, porventura incidentes, que deverá ser comprovada pela parte reclamada, sob pena de expedição de ofício à Receita Federal.

JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

O Supremo Tribunal Federal, recentemente, julgou parcialmente procedentes as ações diretas de inconstitucionalidade e as ações declaratórias de constitucionalidade (ADI 5.867/DF, ADI 6.021/DF, ADC 58/DF, ADC 59/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 18.12.2020), para, conferindo interpretação conforme à Constituição ao art. 879, §7º, e ao art. 899, §4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467, de 2017, determinar que, à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho, deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as hipóteses de condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial (até o ajuizamento da ação) e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil).

Esclareço que, diante das peculiaridades do processo do trabalho (arts. 841 e 883, da CLT), a fase pré-judicial é aquela que antecede a propositura da ação (e, não, a citação), razão pela qual é razoável fixar a data da distribuição da ação como marco para a aplicação da SELIC, compatibilizando a decisão do STF com a sistemática processual trabalhista.

Sendo assim, determino a aplicação do IPCA-E e juros de mora previstos no art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991 para a correção das parcelas para a fase pré-judicial (conforme menção expressa no item 6 da decisão do STF), e a adoção da SELIC, a partir da data da distribuição desta demanda. Destaco que o índice da taxa Selic a ser utilizado para os débitos trabalhistas, já compreende os juros de mora.

A correção monetária incidirá desde o vencimento de cada obrigação (art. 459 da CLT; art. 39, §1º da Lei 8.177/91; e Súmula 381 do TST), ou seja, no mês subsequente ao da prestação dos serviços a partir do dia 1º, repercutindo até a sua efetiva quitação, salvo no que tange à condenação por danos morais, caso em que a correção monetária é devida a partir desta decisão (Súmula 439 do TST).

A atualização monetária e os juros são devidos até o efetivo pagamento à parte credora, não cessando com eventual depósito em dinheiro para garantia da execução – artigos 9º, I, § 4º e 32, I, da Lei 6.830/80 c/c artigo 39, da Lei 8.177 /91 (Súmula 15, deste C. Tribunal Regional do Trabalho – 3ª Região).

Documento assinado eletronicamente por LUCIANE PARMA PINTO, em 31/10/2024, às 20:50:17 - b5b717c

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

No tocante à correção dos créditos previdenciários, estas seguirão regras próprias, a teor do §4º do art. 879 da CLT.

Dessa forma, a atualização das contribuições previdenciárias seguirá a Súmula 45 do Eg. TRT-3 e 368 do C. TST, além do artigo 61 da Lei nº 9.430 /96 c /c § 3º do artigo 5º, com respaldo no artigo 35 da Lei nº 8.212 /91, que estabelecem a Taxa Selic como índice de correção.

III - DISPOSITIVO

Do exposto, **DECIDO,** na Ação ajuizada por **ANTÔNIO MÁRCIO FERREIRA DE SOUZA** contra **EXPRESSO ADAMANTINA LTDA**:

A) rejeitar as preliminares arguidas pela reclamada;

B) julgar **PROCEDENTES, EM PARTE,** os pedidos, para condenar a reclamada, observados os parâmetros constantes da fundamentação, a pagar à parte reclamante, no prazo legal, as seguintes parcelas:

- indenização substitutiva referente às cestas básicas, conforme os valores estabelecidos em cada instrumento normativo aplicável, abrangendo todo o período do contrato de trabalho;

- Participação nos Lucros e Resultados (PLR), conforme apuração a ser realizada em liquidação, observando-se os critérios estabelecidos pela norma coletiva;

- ressarcimento dos valores a título de participação no custeio dos vales-transportes para os três primeiros meses do contrato de trabalho;

- ressarcir a parte autora o valor de R$20,00, a título de ressarcimento de despesa com alimentação;

- multa convencional, considerando a violação de 02 cláusulas da convenção coletiva (fornecimento de cesta básica e banheiros em condições de uso), conforme os parâmetros estabelecidos no instrumento coletivo, a serem apurados em fase de liquidação;

- FGTS de todo o período contratual, incluindo as gratificações natalinas e a multa de 40%;

Documento assinado eletronicamente por LUCIANE PARMA PINTO, em 31/10/2024, às 20:50:17 - b5b717c

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

- indenização por danos morais no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), observando-se a Súmula nº 439 do Tribunal Superior do Trabalho.

Na liquidação de sentença, serão observados os parâmetros definidos nos fundamentos desta decisão.

Benefício da justiça gratuita concedido.

Honorários advocatícios e periciais nos termos da fundamentação.

Ressalta-se que o(a) magistrado(a) não está obrigado(a) a se pronunciar sobre todas as teses apresentadas pelas partes, devendo apenas expor os fundamentos determinantes de sua convicção. Assim, as partes devem observar o disposto nos artigos 80, 81 e 1.022 do CPC de 2015, sendo incabíveis embargos de declaração com o intuito de revisar fatos, provas ou a própria decisão, ou simplesmente contestar o que foi decidido, sob pena de aplicação da multa prevista no §2º do art. 1.026 do CPC/2015.

Custas pela reclamada, no valor de R$140,00, calculadas sobre R$7.000,00, valor estimado à condenação.

Publique-se e Intimem-se as partes.

BELO HORIZONTE/MG, 31 de outubro de 2024.

LUCIANE PARMA PINTO
Juíza do Trabalho Substituta

Documento assinado eletronicamente por LUCIANE PARMA PINTO, em 31/10/2024, às 20:50:17 - b5b717c
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3 REGIAO:01298583000141
https://pje.trt3.jus.br/pjekz/validacao/24102422315629000000204284474?instancia=1
Número do processo: 0010171-04.2024.5.03.0022
Número do documento: 24102422315629000000204284474

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 30

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0010171-04.2024.5.03.0022

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 28/02/2024
Valor da causa: R$ 108.522,72

Partes:
AUTOR: ANTONIO MARCIO FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO: SAULO MOREIRA GROSSI
RÉU: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RÉU: CLOVIS NASCIMENTO MARTINS
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 03ª REGIÃO

PROCESSO nº 0010171-04.2024.5.03.0022 (ROT)
RECORRENTE: ANTONIO MARCIO FERREIRA DE SOUZA
RECORRIDO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA
RELATORA: DES. JULIANA VIGNOLI CORDEIRO

EMENTA

MOTORISTA INTERESTADUAL. TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. Nos termos da Tese Jurídica Prevalecente nº 17 deste Regional, "O motorista de ônibus interestadual submetido a escalas variadas de trabalho, com alternância de turnos, que compreendam, no todo ou em parte, o horário diurno e o noturno, tem direito à jornada especial prevista no art. 7º, XIV, da Constituição da República de 1988".

RELATÓRIO

A **MM. Juíza substituta em exercício na 22ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, Dra. Luciane Parma Pinto,** pela v. sentença de Id 796c477, cujo relatório adoto e a este incorporo, julgou procedentes em parte os formulados, para condenar a reclamada ao pagamento das parcelas elencadas no dispositivo do *decisum*.

Insatisfeito, o reclamante interpôs recurso ordinário no Id c440666.

A reclamada, não obstante intimada (Id 15cc578), não apresentou contrarrazões.

FUNDAMENTAÇÃO

ADMISSIBILIDADE

Conheço do recurso ordinário interposto pelo reclamante, visto que tempestivo e regular a representação processual (Id a09d195).

Isento do preparo, conforme sentença.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

MÉRITO

RECURSO DO RECLAMANTE

ACÚMULO DE FUNÇÃO

O reclamante reitera fazer ao pagamento de acréscimo salarial em razão do **acúmulo das funções de motorista e despachante**, sugerindo o pagamento de adicional de 40%, em analogia à Lei n. 6.615/1978 (Lei do Radialista).

Aponta que a prova oral evidenciou que *"houve sobrecarga de trabalho pelo exercício de tarefas e atividades diversas, com atribuições novas e carga ocupacional qualitativa e quantitativamente diferente à do cargo primitivo."*

Tal pleito foi indeferido pelo Juízo de origem, nos seguintes termos:

> "O reclamante alega que, além das atividades de motorista rodoviário, foi obrigado a realizar funções adicionais como despachante, que incluíam o embarque e desembarque de passageiros, bem como a etiquetagem e organização de bagagens, sem receber qualquer contraprestação salarial por tais atividades. Argumenta que essa situação caracteriza acúmulo de função e requer o pagamento de um adicional de 40% sobre sua remuneração, conforme analogia à Lei 6.615/78 (Lei dos Radialistas).
>
> A reclamada, por sua vez, defende que as atividades de etiquetar e organizar bagagens e auxiliar no embarque e desembarque de passageiros fazem parte das atribuições normais do cargo de motorista rodoviário, conforme prática comum no setor de transporte interestadual. Afirma ainda que não houve nenhuma modificação ou ampliação das atividades originalmente pactuadas no contrato de trabalho, e, portanto, não há que se falar em acúmulo de função ou adicional salarial.
>
> Analiso.
>
> O acúmulo de função ocorre quando o empregado, além de suas funções contratuais, exerce outras atividades de maior complexidade, sem que haja previsão contratual ou contraprestação adequada. Contudo, no presente caso, compreende-se, seja a partir da prova oral ou por intermédio das regras de experiência (art. 375 do CPC), que as atividades alegadas pelo reclamante, como o auxílio no embarque e desembarque de passageiros e a organização de bagagens, integram a rotina de um motorista rodoviário, não configurando funções alheias àquelas para as quais foi contratado.
>
> Diante disso, considerando que as atividades descritas não extrapolam as funções típicas de um motorista rodoviário, julgo improcedente o pedido de pagamento de adicional por acúmulo de função."

Pois bem.

Nos moldes do parágrafo único do artigo 456 da CLT, *"à falta de prova ou inexistindo cláusula expressa a tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal"*. Assim, para que se configure o acúmulo de função, em regra, as tarefas acumuladas devem ser consideradas incompatíveis entre si, de modo a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

ensejar um desequilíbrio entre os serviços exigidos do obreiro e a contraprestação salarial inicialmente pactuada, o que não restou configurado no caso do feito.

Conforme ressaiu da prova oral, o reclamante, além de realizar as tarefas típicas de condução do veículo, era também responsável pelo auxílio no embarque e desembarque de passageiros, bem assim pela organização de bagagens

Apesar da argumentação recursal em sentido contrário, as referidas tarefas de apoio ao embarque e desembarque de passageiros e organização de bagagens são compatíveis com a função de motorista, na forma do parágrafo único do art. 456, da CLT, não ensejando plus salarial.

Precedentes Turmários: PJe: 0010556-68.2020.5.03.0061 (AP); Disponibilização: 23/11/2020; Relator Des. Antonio Gomes de Vasconcelos; PJe: 0010371-47.2023.5.03.0183 (ROT); Disponibilização: 14/11/2023; Relator Convocado Marcio Toledo Goncalves; (TRT da 3.ª Região; PJe: 0010930-53.2023.5.03.0005 (ROT); Disponibilização: 11/11/2024; Órgão Julgador: Decima Primeira Turma; Relator(a)/Redator(a) Convocada Cristiana Soares Campos; (TRT da 3.ª Região; PJe: 0010817-65.2020.5.03.0018 (ROPS); Disponibilização: 26/07/2023; Órgão Julgador: Decima Primeira Turma; Relator(a)/Redator(a) Marcelo Lamego Pertence.

No mesmo sentido é a jurisprudência do C. TST:

> "RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ACÚMULO DE FUNÇÕES. MOTORISTA E COBRADOR. ATIVIDADES COMPATÍVEIS. O Tribunal Regional entendeu que o reclamante, motorista de transporte público coletivo, faz jus ao recebimento de diferença salarial em virtude de ter desempenhado, concomitantemente, as funções de motorista e cobrador de ônibus, por considerar que esta atividade não é inerente à função para a qual foi contratado. Em relação a esse tema, esta Corte superior tem dirimido a questão com fulcro no artigo 456, parágrafo único, da CLT, segundo o qual "a falta de prova ou inexistindo cláusula expressa a tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal". Extrai-se desse dispositivo que é permitido ao empregador exigir do empregado qualquer atividade, desde que lícita e compatível com a condição pessoal do empregado, não havendo justificativa, portanto, para a percepção de acréscimo salarial pelo reclamante, que exerce, cumulativamente, as funções de motorista e cobrador. Assim, verifica-se que o Tribunal Regional, ao manter a condenação da reclamada ao pagamento de diferenças salariais pelo acúmulo das funções de motorista e de cobrador de ônibus, violou o artigo 456 da CLT. Recurso de revista conhecido e provido" (RR 00100343-78.2018.5.01.0047. 3ª Turma. Relator: Ministro José Roberto Freire Pimenta. Data de publicação: DEJT, 20.04.2023)

> "RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI Nº 13.467/2017 - DIFERENÇAS SALARIAIS POR ACÚMULO DE FUNÇÕES - MOTORISTA E COBRADOR DE TRANSPORTE COLETIVO. 1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que as atividades de motorista e cobrador de ônibus coletivo são compatíveis e não ensejam o pagamento de adicional por acúmulo de função, consoante os termos do art. 456, parágrafo único, da CLT. Precedentes. 2. A decisão proferida pelo Tribunal Regional considerou incompatíveis as atividades de motorista e cobrador e determinou o pagamento de diferenças salariais em razão do acúmulo, razão pela qual o recurso de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

revista merece provimento. Recurso de revista conhecido e provido." (RR 00101326-13.2017.5.01.0015. 2ª Turma. Relatora: Desembargadora Convocada Margareth Rodrigues Costa. Data de publicação: DEJT, 31.03.2023)

"(...) II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467 /2017 - ACÚMULO DE FUNÇÕES - MOTORISTA E COBRADOR - COMPATIBILIDADE - TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA. Nos termos da jurisprudência desta Corte, é regular o acúmulo das funções de motorista e cobrador de ônibus, sendo indevido acréscimo salarial, tendo em vista o que dispõe o art. 456, parágrafo único, da CLT. Recurso de Revista conhecido e provido." (RR 00101434-72.2017.5.01.0005. 4ª Turma. Relatora: Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi. Data de publicação: DEJT, 10.02.2023)

"(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. ADICIONAL POR ACÚMULO DE FUNÇÕES. MOTORISTA E COBRADOR. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. Cuida-se de controvérsia acerca da possibilidade de acúmulo das funções de motorista e cobrador. 2. A jurisprudência dominante nesta Corte superior orienta-se no sentido de não ser devido nenhum adicional por acúmulo de funções ao empregado motorista que exerce também a função de cobrador. 3. A tese esposada pela Corte de origem, no sentido de deferir o pagamento de adicional na presente hipótese, contraria a jurisprudência iterativa, notória e atual desta Corte superior, resultando evidenciada a transcendência política da causa e a necessidade de reforma da decisão recorrida. 4. Recurso de Revista conhecido e provido." (RR 00101333-80.2019.5.01.0032. 6ª Turma. Relator: Ministro Lelio Bentes Correa. Data de publicação: DEJT, 09.09.2022)

"RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA. ACÚMULO DE FUNÇÕES. MOTORISTA E COBRADOR. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA . A jurisprudência desta Corte tem entendido que, nos termos do art. 456, parágrafo único, da CLT, o motorista de ônibus que também é responsável pelo recolhimento do valor das passagens não faz jus ao recebimento de adicional por acúmulo de função, haja vista tais tarefas serem plenamente compatíveis com a sua condição pessoal. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido" (RR 00100168-20.2018.5.01.0036. 8ª Turma. Relatora: Ministra Delaide Alves Miranda Arantes. Data de publicação: DEJT, 13.06.2022)

Nego provimento.

LABOR EM TURNOS ININTERRUPTOS

O reclamante reitera que laborava em turnos ininterruptos de revezamento, requerendo o pagamento, como extras, das horas excedentes da 6ª diária, por entender ter se ativado com extensa variação de horários durante todo o pacto contratual.

Assevera que, "com base nos horários registrados nos cartões de ponto apresentados pela própria recorrida, não se verificou uma única escala de trabalho fixa do obreiro, mas sempre com alternância de turnos."

Fundamenta-se na OJ 360 da SBDI-I do TST, na Súmula 38 do TRT da 3ª Região e em jurisprudência do TST para contestar a validade de cláusula coletiva que afasta a aplicação do art. 7º, XIV, da CF/88.

Assim, **reivindica horas extras além da 6ª diária e/ou 36ª semanal, com reflexos**, nos seguintes moldes:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

" requer o provimento do presente recurso para reformar a sentença proferida e reconhecer o enquadramento do obreiro no turno ininterrupto de revezamento ao qual estava submetido para deferir-lhe o pagamento das horas excedentes à 6ª diária e/ou 36ª hora semanal, o que for mais benéfico, por todo o contrato de trabalho, conforme se apurar, observando-se o divisor 180, mera consequência do reconhecimento do labor em tal sistema, independente da forma de contratação de salário (súmula n. 2 do Eg. TRT da 3ª Região), a teor do disposto no art. 7°, XIV, da CR/88 e OJ n. 360 da SBDI-1 do TST, com acréscimo do adicional convencional ou legal e reflexos nos RSRs e feriados e com esses nas férias mais 1/3, gratificações natalinas, adicional noturno, aviso prévio indenizado o e todos esses no FGTS mais 40%."

No aspecto, o Juízo de origem consignou que:

" (...)

quanto à tese autoral de turnos ininterruptos de revezamento, a parte obreira não apresentou elementos suficientes que permitam concluir que trabalhava, de forma habitual, em turnos alternados que abrangessem, no todo ou em parte, tanto o horário diurno quanto o noturno, conforme exigido pela Orientação Jurisprudencial n. 360 da SDI-1 do TST.

Os apontamentos feitos pelo autor na impugnação (id. 3c909a7; fl. 210) referem-se apenas a um mês do ano de 2023, o que não é suficiente para demonstrar a habitualidade necessária para caracterizar o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento. Dessa forma, julgo improcedente o pedido de horas extras acima da 6ª diária e 36ª semanal."

Pois bem.

Segundo relato exordial, o reclamante foi admitido pela reclamada em 05/12/2022, para exercer o cargo de motorista rodoviário, com pedido de demissão em 23/12/2023 e efetiva rescisão contratual em 1º/02/2024 (TRCT Id 533a6b4 - Pág. 1)

Depreendo, a partir das fichas de controle de trabalho externo (" FICHA DE HORÁRIO EXTERNO DE TRABALHO") e cartões de ponto colacionados aos autos sob Id 58e0920, que **o reclamante alternava a sua jornada, de forma sistemática e com periodicidade praticamente diária, em horários que abrangiam as 24 horas do dia.**

Cito, por amostragem, o mês de fevereiro de 2023 (Id 58e0920 - Pág. 3), em que o início da jornada se deu às 16h, no dia 1º, às 21h50 no dia 2, às 4h30, no dia 4, às 0h30, no dia 8, sujeitando-se o reclamante, assim, durante todo o mês trabalhado, a uma alternância aleatória de horário, realidade que se repetiu nos meses subsequentes,

Portanto, **não há dúvida de que os horários de trabalho do reclamante caracterizam o labor em turnos ininterruptos de revezamento.** Isso porque houve labor nos turnos da manhã, tarde e noite, o que traz prejuízos ao organismo do trabalhador, motivo pelo qual existe a proteção constitucional da jornada reduzida de 6 horas, nos termos do art. 7º, XIV, da CR.

Insta destacar que **o obreiro exercia a função de motorista de ônibus interestadual, cujas atividades envolviam longos deslocamentos, o que agrava ainda mais a**

Assinado eletronicamente por: JULIANA VIGNOLI CORDEIRO - 12/03/2025 19:21:46 - f2af3a1
https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25021315144144600000218138208
Número do processo: 0010171-04.2024.5.03.0022 ID. f2af3a1 - Pág. 5
Número do documento: 25021315144144600000218138208

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

situação. A submissão desses profissionais à alternância diária de turnos de trabalho os torna mais suscetíveis a acidentes, colocando em risco não só as suas próprias vidas, como as dos demais cidadãos que trafegam nas rodovias.

Sendo assim, na hipótese dos autos, considero que a rotina imposta ao reclamante caracteriza o trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento.

Nesse sentido dispõe a OJ 360 da SDI-1 do TST:

> OJ-SDI-1-360 TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. DOIS TURNOS. HORÁRIO DIURNO E NOTURNO. CARACTERIZAÇÃO. Faz jus à jornada especial prevista no art. 7º, XIV, da CF/1988 o trabalhador que exerce suas atividades em sistema de alternância de turnos, ainda que em dois turnos de trabalho, que compreendam, no todo ou em parte, o horário diurno e o noturno, pois submetido à alternância de horário prejudicial à saúde, sendo irrelevante que a atividade da empresa se desenvolva de forma ininterrupta.

Por extensão, aplica-se a Tese Jurídica Prevalecente 17 deste Regional, que dispõe:

> "TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. CARACTERIZAÇÃO. MOTORISTA DE ÔNIBUS INTERESTADUAL. HORAS EXTRAS. O motorista de ônibus interestadual submetido a escalas variadas de trabalho, com alternância de turnos, que compreendam, no todo ou em parte, o horário diurno e o noturno, tem direito à jornada especial prevista no art. 7º, XIV, da Constituição da República de 1988."

Pontue-se que a alternância de turno, ainda que semanal, quinzenal ou mensal, ou mesmo trimestral e semestral de turnos, não descaracteriza o turno ininterrupto de revezamento.

Ainda, a variação de jornadas, para caracterizar os turnos ininterruptos, não exige que o empregado cumpra diariamente horários que abarquem as 24 horas do dia, como pacificado pela mencionada OJ 360.

Por outro lado, as normas coletivas vigentes durante o pacto laboral estabelecido entre as partes estabelecem:

> " A jornada de trabalho do motorista empregado não tem horário fixo de início, de final, ou de intervalos, conforme art. 235-C, §13º, da CLT (e.g. cláusula 15ª, alínea h- CCT Id 4a2989d - Pág. 7)

Contudo, o instrumento coletivo não tem força normativa suficiente para mudar o conceito de turnos ininterruptos de revezamento, tampouco a sua natureza jurídica.

Assim, o fato de o trabalho ocorrer em escalas de viagem, tendo em vista as características próprias da atividade (motorista), não afasta a conclusão de que a prestação de serviço se deu em turnos ininterruptos de revezamento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Por oportuno, registre-se que o entendimento ora adotado encontra-se em absoluta consonância com a decisão proferida no ARE 1.121.633, *ex vi* do artigo 7º, XIV, da Constituição, em cotejo com a parte final do mencionado julgamento, a seguir transcrito, uma vez que **o desgaste decorrente do labor em turnos ininterruptos possui indiscutível impacto na saúde do trabalhador, matéria de indisponibilidade absoluta:**

> "São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis".

Com efeito, é fato notório que o labor em turnos de revezamento acarreta malefícios ao relógio biológico humano, decorrentes da própria alternância de horários, além do impacto psicológico e na rotina social e familiar que pode decorrer da rotina desgastante característica do labor em turnos alternados. Portanto, a proteção em relação a esses efeitos revela-se como garantia mínima de cidadania aos trabalhadores que se submetem a esse tipo de jornada.

O reclamante é, pois, beneficiário da jornada de seis horas, na forma do art. 7º, XIV, da Constituição da República.

Outrossim, uma vez verificado o labor em turno ininterrupto de revezamento durante o pacto laboral, nos termos da Súmula 423 do TST, é possível o elastecimento da jornada, desde que mediante negociação coletiva.

Nesse passo, a previsão nas CCT's estabelecendo jornada de 8 horas diárias, com prorrogação por até 4 horas extraordinárias (Cláusula l 15ª, alínea i- CCT Id 4a2989d - Pág. 7) **não importa em autorização, via negociação coletiva, para a alternância de turnos na forma praticada pela reclamada.**

Cabe ressaltar que, *in casu*, não existe amparo legal ou convencional para eventual compensação ou regime de banco de horas adotado, notadamente em se tratando de regime de jornada em turnos ininterruptos de revezamento.

Outrossim, não se aplica ao presente caso o entendimento contido na Súmula 85 do TST, considerando que foi reconhecida a jornada de seis horas, própria dos turnos ininterruptos de revezamento, não se havendo falar em horas destinadas à compensação.

Por todo o exposto, provejo o recurso interposto pelo reclamante, para acrescer à condenação o pagamento das horas extras laboradas a partir da 6ª diária e/ou 36ª semanal, de forma não cumulativa, prevalecendo a que for mais benéfica, conforme se apurar dos cartões de ponto juntados aos autos, com acréscimo do adicional convencional e, na sua ausência, do adicional legal de

Assinado eletronicamente por: JULIANA VIGNOLI CORDEIRO - 12/03/2025 19:21:46 - f2af3a1
https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25021315144144600000218138208
Número do processo: 0010171-04.2024.5.03.0022 ID. f2af3a1 - Pág. 7
Número do documento: 25021315144144600000218138208

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

50%, observado o divisor 180, autorizada dedução dos valores já quitados sob o mesmo título, com reflexos em RSR (domingos e feriados), 13º salários, férias + 1/3 e FGTS.

Como visto, não se vislumbra qualquer violação aos arts. 235-C, 611-A, da CLT e 7º, incisos XIV e XXVI, da CF, que ficam desde já prequestionados, destacando-se, ainda, quanto ao art. 235-C da CLT, que a referida norma apenas estabelece a jornada padrão do motorista profissional, e não a jornada deste quando submetido ao turno de revezamento, situação distinta.

Prejudicada a análise dos demais tópicos relacionados às diferenças de horas extras excedentes da 44ª semanal (pedido subsidiário), porquanto julgado procedente o pedido principal.

DIFERENÇAS DE ADICIONAL NOTURNO

O reclamante insiste em que *" não recebeu a integralidade do adicional noturno nos períodos em que laborou em jornada noturna, quer pela não observância da quantidade de horas trabalhadas, quer pela inobservância da redução da hora ficta noturna, quer pela não observância da prorrogação da hora ficta noturna",* conforme apontado em sede de impugnação à contestação.

Pois bem.

O art. 73, §5º, da CLT dispõe que, às prorrogações do trabalho noturno aplica-se o disposto no Capítulo II do texto consolidado. Isso porque as horas laboradas em prorrogação à jornada noturna são, induvidosamente, tão prejudiciais ao obreiro, social e fisicamente, quanto o período noturno propriamente dito.

Além disso, o item II da Súmula 60 do TST determina a incidência do adicional também sobre as horas laboradas em prosseguimento à jornada noturna. A hipótese contempla a jornada iniciada após as 22 horas e concluída em horário posterior às 05 horas, não havendo amparo para a aplicação do entendimento sumulado apenas no caso de jornada suplementar.

A respeito do assunto, estabelece a Tese Jurídica Prevalecente nº 21 deste Regional:

> "ADICIONAL NOTURNO. JORNADA MISTA. INCIDÊNCIA SOBRE AS HORAS TRABALHADAS APÓS AS 5 HORAS. O adicional noturno incide sobre as horas trabalhadas após as 5 horas, no cumprimento de jornada mista, ainda que prevista contratualmente e mesmo que não configure jornada extraordinária".

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Outrossim, as normas coletivas não contemplaram expressamente critérios diferenciados para apuração das horas noturnas, inclusive no que tange às horas noturnas em prorrogação.

Nessa linhas de ideias, segundo **o disposto no art. 73, § 5º, da CLT, às horas noturnas, bem assim àquelas em prorrogação, serão aplicadas as regras de proteção do trabalhador dispostas no Capítulo II da CLT (adicional noturno e hora reduzida).**

Por sua vez, *data venia* do consignando na Origem, a amostragem realizada pelo autor (Id 3c909a7 - Pág. 7 e Id 3c909a7 - Pág. 19 e seguintes) comprovou a existência de diferenças a título de horas noturnas.

Diante do exposto, **dou parcial provimento ao apelo, para condenar a reclamada ao pagamento de diferenças do adicional noturno, conforme se apurar nos cartões de ponto, observando-se as horas laboradas em prorrogação após às 05:00 horas, assim como a hora noturna reduzida, com reflexos em RSR, férias acrescidas de 1/3, 13º salário, e FGTS.**

REPOUSO SEMANAL TRABALHADO

O reclamante insiste em que faz jus ao *"pagamento, em dobro, dos repousos semanais trabalhados, sem prejuízo da remuneração do repouso semanal e do dia trabalhado no feriado, de acordo com o disposto na Súmula 146 e na OJ 410 da SBDI-1, ambas do C. TST, e reflexos nas férias mais 1/3, gratificações natalinas, adicional noturno, aviso-prévio indenizado e todos esses no FGTS mais 40%.".*

Assevera que *" demonstrou no ANEXO IV da amostragem adunada aos autos junto com a peça de impugnação à defesa (documento de ID. 3c909a7 que nos meses de dezembro, fevereiro, março e abril de 2023 o recorrente laborou por sete dias consecutivos sem a devida folga compensatória."*

Pois bem.

Conforme Súmula 146 do TST, o trabalho prestado em domingos e feriados, não compensado, deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Vale esclarecer que a ordem jurídica não prevê a possibilidade de ampliação da periodicidade semanal máxima de ocorrência do descanso semanal remunerado, havendo flexibilidade apenas em relação à sua coincidência com o domingo.

Nesse sentido, dispõe OJ 410 da SBDI-1 do TST:

> "REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. CONCESSÃO APÓS O SÉTIMO DIA CONSECUTIVO DE TRABALHO. ART. 7º, XV, DA CF. VIOLAÇÃO. Viola o art. 7º, XV, da CF a concessão de repouso semanal remunerado após o sétimo dia consecutivo de trabalho, importando no seu pagamento em dobro".

Cumpre destacar que os repousos concedidos pela ré não são compensáveis, uma vez que estes se deram em ofensa ao direito do trabalhador, porquanto concedidos em época imprópria. Nesse cenário, se houve mais de um dia de repouso em uma mesma semana, toma-se o fato como mera liberalidade da empregadora.

Além disso, o pagamento em dobro se justifica porque se refere ao trabalho realizado no dia em que o empregado deveria estar recompondo suas energias, ou seja, quita-se o dia trabalhado (horas normais) mais a dobra (contraprestação pelo trabalho em dia de folga) (Súmula 146 do TST).

Os apontamentos do autor (Id 3c909a7 - Pág.13 e Pág 21/23), não desconstituídos pela ré, são suficientes para comprovar o gozo/concessão irregular do RSR, ou a ocorrência de concessão de folga após 7 dias consecutivos de trabalho, como por exemplo em fevereiro de 2023, pelo que devido o respectivo pagamento em dobro.

Por outro lado, compulsando os holerites de Id. e4534c4 - Pág. 1, verifica-se o pagamento a título de RSR, laborado, sob a rubrica 438, o que deverá ser considerado.

Dou parcial provimento, para condenar a reclamada ao pagamento, em dobro, dos repousos semanais laborados, ou irregularmente concedidos após o sétimo dia de labor contínuo,(OJ 410 da SDI-I do TST e Súmula 146 do TST), com reflexos apenas em depósitos de FGTS, ante a ausência de habitualidade, autorizada a dedução das parcelas quitadas a este título, sob a rubrica 438.

HORAS EXTRAS PELA SUPRESSÃO DO INTERVALO INTERJORNADA E INTERSEMANAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Pugna o reclamante pela reforma da r. sentença, a fim de que lhe seja deferido o pagamento, como extra, das horas subtraídas do intervalo intersemanal de 35 (trinta e cinco) horas, nos termos da súmula 110 do TST.

Assevera que *" Equivocou-se o magistrado ao declarar que o recorrente não realizou o apontamento aritmético e analítico dos valores das diferenças devidas."*

Assim, requer *" o provimento do presente recurso para que seja reformada a sentença e deferido-lhe o pagamento, como extras, das horas subtraídas do intervalo interjornada (art. 66 CLT) e também do intervalo intersemanal de 35 (trinta e cinco) horas (art. 67 CLT), nos termos da súmula 110 do TST, de acordo com os parâmetros de apuração já fixados na sentença proferida."*

O Juiz indeferiu o pleito em epígrafe, por entender que "a amostragem de horas extras e a relativa aos demais pleitos em epígrafe não explicitou de forma analítica e aritmética os valores e cálculos apresentados, permitindo a conferência desta julgadora.

Pois bem.

Com relação ao intervalo interjornadas, o artigo 66 da CLT estabelece que "entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso".

O desrespeito ao intervalo mínimo de 11 (onze) horas entre o encerramento de uma jornada e o início da outra, na forma do que alude o art. 66 da CLT, garante ao empregado o direito de receber o valor correspondente à integralidade das horas que foram dele subtraídas, não caracterizando mera infração administrativa. Tal matéria encontra-se pacificada por meio de pronunciamento do TST contido na Orientação Jurisprudencial nº 355 da SDI-I, a saber:

Tal situação acarreta, por analogia, os mesmos efeitos previstos no § 4º do art. 71 da CLT e na Súmula nº 110 do TST, devendo-se pagar a integralidade das horas que foram subtraídas do intervalo, acrescidas do respectivo adicional.

Anote-se que, o art. 235-C da CLT, com a redação dada pela Lei 13.103 /2015 e que estabelece o fracionamento do intervalo interjornadas dos motoristas rodoviários, foi declarado inconstitucional pelo Plenário deste TRT 3, culminando na edição da **Súmula 66 deste Regional**, *verbis:*

> Arguição incidental de inconstitucionalidade. Intervalo interjornadas dos motoristas rodoviários. § 3º do Art. 235-c da CLT (Lei 13.103/2015): É inconstitucional o § 3º do

Assinado eletronicamente por: JULIANA VIGNOLI CORDEIRO - 12/03/2025 19:21:46 - f2af3a1
https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25021315144144600000218138208
Número do processo: 0010171-04.2024.5.03.0022 ID. f2af3a1 - Pág. 11
Número do documento: 25021315144144600000218138208

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

> art. 235-C da CLT, na redação dada pela Lei 13.103/2015, por violação ao princípio da vedação do retrocesso social, previsto no caput do art. 7º, violando ainda o disposto no inciso XXII deste mesmo art. 7º, art. 1º, incisos II, III e IV, art. 6º e § 10 do art. 144, todos da Constituição de 1988. (RA 260/2017, disponibilização: DEJT/TRT-MG/Cad. Jud. 18 e 19/12/2017, 8, 23 e 24/01/2018).

Além disso, na decisão proferida na ADI 5322, o STF declarou inconstitucional a expressão "sendo facultados o seu fracionamento e a coincidência com os períodos de parada obrigatória na condução do veículo estabelecida pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, garantidos o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas no primeiro período e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período", prevista na parte final do § 3º do art. 235-C".

Ademais, no caso, *data venia* do consignando na Origem, a amostragem realizada pelo autor (Id 3c909a7 - Pág. 11 e Id 3c909a7 - Pág. 19 e seguintes) comprovou a existência de diferenças de intervalo interjornada.

Friso que, em consonância com a Súmula nº 110 do TST e a OJ 355 da SDI-1 do TST, apenas as horas que foram suprimidas do intervalo interjornada devem ser remuneradas, sendo que por força da nova redação do §4º, art. 71 da CLT, aplicável por analogia, deve ser reconhecida a natureza indenizatória das horas extras decorrentes da inobservância do intervalo interjornada.

Por outro lado, o intervalo intersemanal é a soma do intervalo interjornadas de 11 horas (artigo 66 da CLT) e do descanso semanal remunerado de 24 horas (artigo 7º, inciso XV, da CR/88; artigo 1º da Lei nº 605/1949 e artigo 67 da CLT).

Em suma, o direito ao repouso semanal remunerado de 24 horas não afasta a observância do intervalo de 11 horas, sendo certo que, conforme tópico anterior, foi evidenciada a concessão irregular do RSR, em algumas ocasiões.

Dispõe a Súmula 110 do TST:

> "JORNADA DE TRABALHO. INTERVALO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003 No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional".

No caso, o reclamante logrou êxito em demonstrar a não observância deste intervalo mínimo de 35 horas, pelo que cabível a condenação respectiva.

Dou provimento ao recurso do autor, para condenar a ré ao pagamento das horas extras decorrentes da supressão do intervalo interjornada do art. 66 da CLT, bem assim do intervalo intersemanal nas semanas em que não foi observado o intervalo mínimo de 35 horas, a teor do

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

disposto na Súmula 110, do TST c/c OJ 355 da SDI-I/TST, conforme se apurar oportunamente, observada a natureza indenizatória das parcelas.

INDENIZAÇÃO PELA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES

O reclamante argumenta que a empresa exigia o uso de uniformes sem contudo fornecê-los, o que configura responsabilidade patronal e justifica o pagamento de indenização.

Aponta o depoimento testemunhal e jurisprudência em apoio à sua tese.

O juízo monocrático julgou improcedentes os pedidos de ressarcimento das despesas com uniforme, sob os seguintes fundamentos:

> "O autor afirma que, em decorrência de suas atividades laborais, foi compelido a adquirir, por conta própria, vestuário exigido pela reclamada: 04 (quatro) calças sociais; 04 (quatro) camisas sociais, 02 (dois) sapatos sociais e 02 (duas) gravatas, ao custo total de R$ 877,33. Requer indenização substitutiva pelos gastos com as indumentárias para o labor.
>
> Em sua defesa, a reclamada sustenta que sempre forneceu uniforme aos seus empregados, inclusive ao autor, e que não há comprovação de que ele tenha arcado com os custos mencionados.
>
> Analiso.
>
> Embora a testemunha autoral tenha afirmado que a ré não fornecia os itens de vestuário exigidos (00:15:10 da gravação da audiência), o reclamante não apresentou provas concretas dos valores que alegou ter desembolsado com a aquisição do uniforme. O orçamento anexado aos autos a partir do id. 14734fe (fl. 35), não constitui prova suficiente do dano material alegado. Sendo ônus do autor a comprovação dos valores efetivamente desembolsados, conforme previsto nos artigos 818, I, da CLT, conclui-se que ele não se desincumbiu desse encargo.
>
> Julgo improcedente o pedido."

Pois bem.

Como é cediço, cabe ao empregador fornecer todos os meios necessários ao regular cumprimento da prestação de serviços, sendo vedada a transferência dos riscos da atividade econômica ao obreiro, a teor do art. 2º da CLT.

No caso, a prova oral colhida no feito demonstrou a exigência do uso de uniforme (camisa branca, calça social preta e sapato social), sendo que a reclamada não fornecia estes itens de vestimenta exigidos, que eram adquiridos pelos próprios empregados.

Não se olvida que, ainda que calças sociais pretas, camisas brancas e sapatos componham o rol de vestimenta relativamente comum, constituem uniforme à medida que a exigência de seu uso decorre de exigência do empregador, sendo que, conforme já exposto, transferir ao

Assinado eletronicamente por: JULIANA VIGNOLI CORDEIRO - 12/03/2025 19:21:46 - f2af3a1
https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25021315144144600000218138208
Número do processo: 0010171-04.2024.5.03.0022 ID. f2af3a1 - Pág. 13
Número do documento: 25021315144144600000218138208

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

empregado os custos dos gastos com uniforme implica atribuir-lhe os riscos da atividade econômica, os quais cabem somente ao empregador, nos termos do artigo 2º da CLT.

Ademais, a norma coletiva (Cláusula 42ª da CCT Id 4a2989d - Pág. 14) obriga a empresa ao fornecimento completo de uniforme, nos seguintes termos:

> " Fica estabelecido o fornecimento gratuito de 2 calças e 4 camisas, por ano, para os motoristas, cobradores e bilheteiros e dois macacões para o pessoal de manutenção. Os uniformes cujo uso for exigido pela empresa serão fornecidos gratuitamente."

No que tange ao valor gasto com aquisição dos referido itens de vestuário, em um exercício de razoabilidade, levando em conta o teor da norma coletiva e considerando inclusive que o reclamante não colacionou aos autos documentos fiscais, ou comprovantes de compra destas peças, fixo referido montante em R$ 450,00, por todo o pacto laboral, o qual durou pouco mais de 1 ano.

Nesse cenário, condeno a ré ao ressarcimento dos gastos com uniforme, no valor de R$ 450,00.

Provejo parcialmente nesses termos.

RESTITUIÇÃO DOS DESCONTOS

O autor insiste na condenação da demandada à restituição dos descontos salariais efetuados, ao longo da contratualidade.

Assevera que "não consta nos autos que a recorrida tenha cumprido com a comprovação administrativa ou judicial da culpa do obreiro nos eventos que resultaram nos descontos", sendo que " a prova oral não deixa dúvida de que a recorrida transferia o risco de seu lucrativo negócio a Obreiro, em total desvirtuamento do disposto no art. 462 da CLT"

Eis o teor da sentença recorrida:

> "A parte reclamante aduz que a ré efetuou descontos em seu contracheque sob a rubrica de colisões e infrações de trânsito, sem comprovar culpa do autor. Requer a restituição de tais valores.
>
> A reclamada, em sede de defesa, reconheceu os descontos, porém, afirma que estes ocorreram com a devida autorização pelo reclamante.
>
> O próprio reclamante trouxe aos autos a autorização de desconto sob o id. a4a89ec. Considerando que a boa fé se presume e a má-fé deve ser cabalmente demonstrada, tenho por válido o documento assinado pelo reclamante, não sendo as declarações da testemunha indicada pelo autor, a partir de 00:12:10 da gravação da audiência, suficientes para se infirmar a realidade que emerge do referido documento.
>
> Julgo improcedente."

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Pois bem.

Com efeito, a regra é a intangibilidade dos salários. A efetivação de descontos é admitida apenas em hipóteses excepcionais, discriminadas em lei ou norma coletiva, conforme preceitua o artigo 462 da CLT, ou, ainda, nos casos dispostos na Súmula 342 do TST.

Em caso de dano causado pelo empregado, no entanto, dispõe o §1º do artigo 462 da CLT que "o desconto será lícito, desde que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo do empregado".

Relativamente aos descontos, a CCT da categoria estabelece que:

> "Ficam vedados os descontos salariais a título de assalto, roubo, quebra de veículos ou peças e outras avarias ao patrimônio da empresa ou de terceiros, quando comprovado que o empregado não tenha contribuído para a ocorrência desses fatos.
>
> As empresas poderão descontar da remuneração mensal do empregado, os valores por ele expressamente autorizados, para cobrir danos causados ou obrigações que tenha assumido, inclusive adiantamentos para despesas em viagens cuja prestação de contas não tenha sido corretamente realizada, com a apresentação dos comprovantes necessários. Os descontos poderão ser inclusive repassados a associação ou clube de empregados, cooperativas ou outras entidades, atendendo a mensalidades associativas, empréstimos, convênios, planos de assistência médica/odontológica, farmácias, óticas, supermercados, seguros, etc. A qualquer tempo o empregado poderá revogar a autorização de desconto, exceto por obrigações já assumidas e até a liquidação dos eventuais débitos." (Id 4a2989d - Pág. 6)

Assim, os descontos salariais a título de assalto, roubo, quebra de veículos ou peças e outras avarias ao patrimônio da empresa ou de terceiros dependem de prova de culpa do empregado.

Por sua vez, compulsando os holerites, verificam-se, a partir de agosto de 2023 até dezembro de 2023, a ocorrência de descontos salariais, sob a rubrica "235 DESCONTO DANOS MATERIAIS", nos valores mensais de R$ 107,15.

Ocorre que, diversamente do alegado pelo reclamante, o documento de Id a4a89ec - Pág. 1, juntado por ele próprio, com a petição inicial, indica que a empresa investigou acerca do evento danoso, que culminou na realização de descontos, inclusive mediante a instauração de **"process o de sinistro"**, conforme indicado no referido documento, que ostenta a assinatura do obreiro.

Nos termos em que consignado na Origem, "*o próprio reclamante trouxe aos autos a autorização de desconto sob o id. a4a89ec. Considerando que a boa fé se presume e a má-fé deve ser cabalmente demonstrada, tenho por válido o documento assinado pelo reclamante, não sendo as declarações da testemunha indicada pelo autor, a partir de 00:12:10 da gravação da audiência, suficientes para se infirmar a realidade que emerge do referido documento.*"

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Assim, o conjunto probatório indica que foi observada a condicionante estabelecida na norma coletiva acima transcrita (apuração da culpa do trabalhador pelos danos causados), pelo que lícitos os descontos.

Nada a prover.

MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

O reclamante argumenta que as condições de trabalho degradantes (veículos em péssimas condições, falta de higiene, atrasos salariais afetando a alimentação) justificam a fixação de indenização em valor superior ao fixado na Origem (R$ 2.000,00), o qual foi reputado " irrisório".

Requer ainda *"o provimento do presente recurso para que seja reformada a sentença e determinar que os juros e correção monetária incidentes sobre a parcela de indenização por danos morais aqui deferida sejam aplicados a partir da data do ajuizamento da ação, em 28.02.2024."*

Eis o teor da sentença recorrida:

> "A parte autora pede a condenação da reclamada ao pagamento de indenização compensatória pelo dano moral que entende ter sofrido em razão das precárias condições de trabalho (falta de manutenção nos veículos; estrutura dos pontos de apoio aos motoristas e alojamentos sem higienização; cobranças nos restaurantes e embargos na utilização destes em razão das dívidas da ré).
>
> A reclamada contestou o pedido.
>
> Examino.
>
> Com efeito, para que haja responsabilidade civil com o dever de indenizar, é preciso a presença de três requisitos: o dano, a conduta culposa e o nexo causal entre ambos (art. 7º, XXVIII, da CF/88 c/c artigos 186 e 927 do CC, aplicável subsidiariamente por força do art. 8º da CLT).
>
> O dano moral decorre de lesões aos direitos de personalidade, como a honra, a intimidade e a imagem (CF, art. 5º, X e CC, arts. 11 e ss). A Constituição Federal valorou sobremaneira a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), sendo princípio informador de todo o ordenamento, o qual fundamenta também a indenização por danos morais.
>
> Já o dano existencial, no âmbito do Direito do Trabalho, refere-se à violação dos direitos fundamentais do trabalhador que gera um impacto negativo em sua qualidade de vida, comprometendo sua capacidade de desenvolver projetos pessoais, manter relacionamentos sociais e familiares, além de exercer plenamente sua cidadania. Esse conceito vai além dos danos moral e material, pois não se vincula diretamente a sofrimento psicológico ou perdas econômicas, mas ao comprometimento da existência do trabalhador em termos de seu desenvolvimento pessoal.
>
> Para o caso dos autos, a testemunha indicada pela parte autora confirmou, a partir de 00: 18:50 da gravação da audiência, a tese autoral no aspecto. A reclamada não produziu nenhuma prova capaz de infirmar as declarações da testemunha de indicação autoral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Diante do exposto, considerando a natureza e extensão do dano sofrido, o período do contrato de trabalho, a capacidade econômico-financeira da reclamada, o princípio do não enriquecimento sem causa, e pautado nos critérios de prudência, bom senso e razoabilidade (art. 8º do CPC), arbitro a indenização por danos morais no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Tal quantia se revela adequada para compensar o prejuízo experimentado pela parte reclamante, conforme narrado e comprovado nos autos.

A parcela deferida será atualizada monetariamente a partir da data da prolação desta sentença, nos termos da Súmula nº 439 do Tribunal Superior do Trabalho (TST)."

Pois bem.

Como visto, foi constatada a existência de conduta abusiva da reclamada no tocante às condições de trabalho impostas, ao não fornecer alojamentos e instalações sanitárias adequadas e não garantir ao trabalhador os cuidados mínimos em relação à saúde, higiene e segurança, sujeitando o obreiro a condições degradantes, atraindo o dever de indenizar.

Em relação ao quantum compensatório, este há de ser proporcional à gravidade, resultante do dano moral sofrido, devendo ser considerados a extensão do dano, as condições econômicas do reclamante e da reclamada.

A reparação pecuniária deve, tanto quanto possível, guardar razoável proporcionalidade entre o dano causado, a sua extensão, as suas consequências e a sua repercussão sobre a vida interior da vítima, bem como ter por objetivo coibir o culpado a não repetir o ato ou obrigá-lo a adotar medidas para que o mesmo tipo de dano não vitime a outrem.

Também não deve ser fixado em valor irrisório que incentive o descumprimento legal ou tão elevado que chegue a causar enriquecimento acima do razoável, cumprindo assim um caráter pedagógico.

Assim, tendo em mente esses parâmetros, mormente o caráter pedagógico da reparação, a capacidade econômica do ofensor (capital social de R$ 5.613.539,00 conforme Id a1d2714 - Pág. 3) e o período em que o reclamante laborou como motorista de linha (pouco mais de 1 ano) , considero razoável fixar indenização por danos morais no montante de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Quanto aos fatores de atualização monetária, a indenização por danos morais é atualizada a partir da data do ajuizamento da ação pela taxa SELIC, que já engloba juros e correção monetária, considerando o resultado do julgamento das ADC 58 e 59, pelo STF, em conjugação do entendimento consolidado na Súmula 439 do TST.

Nesta linha:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

> INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 439 DO TST. TESE FIRMADA PELO STF NAS ADCS 58 E 59. COMPATIBILIZAÇÃO. No intuito de compatibilizar o entendimento encampado pelo TST na Súmula 439 e a tese firmada pelo STF nas ADC 58 e 59, na hipótese de condenação ao pagamento de indenização por dano moral, incidirá, tão-somente, a taxa SELIC, a partir da data de ajuizamento da ação. (TRT da 3.ª Região; PJe: 0010641-55.2023.5.03.0059 (AP); Disponibilização: 18/10/2024; Órgão Julgador: Setima Turma; Relator(a)/Redator(a) Convocado Alexandre Wagner de Morais Albuquerque)

Por outro lado, com a vigência da Lei nº 14.905/2024, publicada em 01/07/2024 e que passou a vigorar a partir de 30/08/2024, deverão ser observadas as alterações contidas nos artigos 389 e 406 do Código Civil no tocante aos índices de correção monetária e juros de mora, o que impacta nos critérios a serem observados no período judicial.

Nesse sentido, a SDI-1 do c. TST decidiu recentemente, nos autos processo E-ED-RR-713-03.2010.5.04.0029, que, a partir de 30/08/2024, no cálculo da atualização monetária, será utilizado o IPCA (artigo 389, parágrafo único, do Código Civil). Os juros de mora corresponderão ao resultado da subtração do IPCA da Selic (artigo 406, parágrafo único, do Código Civil), com a possibilidade de não incidência (taxa zero), nos termos do § 3º do artigo 406.

Conforme consulta processual no site do TST (https://consultaprocessual.tst.jus.br/consultaProcessual/decisaoForm.do?numInt=153967&anoInt=2011&codOrgaoJudic=53&anoPauta=2024&numPauta=29&tipSessao=O), assim restou definida a aplicação dos juros e correção monetária nos processos trabalhistas:

> "Processo: E-ED-RR - 713-03.2010.5.04.0029
>
> Decisão: por unanimidade, conhecer dos embargos, por divergência jurisprudencial, e, no mérito, dar-lhe provimento a fim de aplicar, para fins de correção dos débitos trabalhistas: a) o IPCA-E na fase pré-judicial acrescido dos juros de mora (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991); b) a partir do ajuizamento da ação até 29/08/2024, a taxa SELIC, ressalva dos os valores eventualmente pagos, nos termos da primeira parte do item "i" da modulação do STF, vedada a dedução ou compensação de eventuais diferenças pelo critério de cálculo anterior; c) a partir de 30/08/2024, no cálculo da atualização monetária, será utilizado o IPCA (art. 389, parágrafo único, do Código Civil); os juros de mora corresponderão ao resultado da subtração SELIC - IPCA (art. 406, parágrafo único, do Código Civil), com a possibilidade de não incidência (taxa 0), nos termos do § 3º do artigo 406. Prejudicado o exame do recurso em relação ao pedido sucessivo de sobrestamento do feito. Observação 1: o Exmo Ministro Relator reformulou o voto proferido em sessão anterior. Observação 2: ausentes, justificadamente, o Exmo Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, o Exmo Ministro Mauricio José Godinho Delgado, o Exmo Ministro Augusto César Leite de Carvalho e o Exmo Ministro Breno Medeiros. Observação 3: a Dra. MONYA RIBEIRO TAVARES PERINI, patrona da parte JEORGE PADILHA, esteve presente à sessão. Observação 4: a Exma Ministra Dora Maria da Costa não participou do julgamento em razão da participação do Exmo Ministro Alexandre Agra Belmonte".

Por todo o exposto, em respeito aos parâmetros da Corte Superior Trabalhista, determino a observância dos seguintes critérios de atualização, da indenização por danos moral, a partir do ajuizamento da ação:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

- fase judicial (do ajuizamento até 29/08/2024, inclusive): aplicação da taxa SELIC, exclusivamente;

- fase judicial (a partir de 30/08/2024, inclusive): aplicação do IPCA-E, como índice de correção monetária (art. 389, parágrafo único, do Código Civil), cumulado com juros moratórios, correspondentes ao resultado da subtração da taxa SELIC pelo índice IPCA-E (art. 406, parágrafo único, do Código Civil), sendo possível a não incidência de juros moratórios (taxa 0), nos termos do § 3º do artigo 406 do Código Civil.

Dou parcial provimento, para majorar a indenização por dano moral para R$4.000,00, incidindo juros e atualização monetária, segundo parâmetros fixados acima.

MULTAS NORMATIVAS

O Juízo de Origem deferiu apenas duas multas convencionais, enquanto o reclamante argumenta que ocorreram mais violações à convenção coletiva, quais sejam:

> a) não efetuava o correto pagamento dos adicionais de horas extras laboradas (cláusula 15ª);
>
> b) não contratou o seguro de vida em grupo (cláusula 12ª);
>
> c) não quitava a participação nos lucros e resultados (cláusula 17ª);
>
> d) não concedia o intervalo interjornada (cláusula 35ª);
>
> e) não fornecia o uniforme (cláusula 42ª).

Assim assevera que " *foram mais 8 (oito) infrações cometidas pela recorrida, além daquelas já reconhecidas, razão pela qual requer o provimento do presente recurso para que seja reformada a sentença e deferido-lhe o pagamento de mais 5 (cinco) multas convencionais, uma por cada infração a convenção coletiva violada ao longo de todo o contrato de trabalho."*

Pois bem.

Segundo norma coletiva, é devida multa de 1/20 de salário mínimo, " para cada infração às cláusulas previstas neste acordo". (Id 4a2989d - Pág. 17)

No caso, conforme ressaiu dos autos e segundo decidido nos tópicos anteriores, constataram-se violações às seguintes normas coletivas: pagamento dos adicionais de horas extras laboradas (cláusula 15ª); ausência de quitação da participação nos lucros e resultados (cláusula 17ª); ausência de concessão do concedia o intervalo interjornada (cláusula 35ª); ausência de fornecimento do uniforme (cláusula 42ª).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Destaque-se que quanto à não contratação do seguro de vida em grupo, o reclamante indico cláusula equivocada, o que prejudica a pretensão

Com relação à ausência de quitação da participação nos lucros e resultados, o próprio Juízo *a quo* o, julgou procedente o pedido e condenou a reclamada ao pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Assim, é devido o pagamento de multa estabelecida nos referidos instrumentos coletivos, à base de mais 4 multas, além das 2 já deferidas na Origem.

Dou parcial provimento para condenar a ré ao pagamento de mais 4 multas normativas, além das 2 já deferidas na Origem, a teor do que prevê a norma coletiva de regência (Cláusula 56ª da CCT de Id 4a2989d - Pág. 17), conforme se apurar oportunamente.

HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Eis o teor da sentença, quanto ao tema:

> "Ante a sucumbência de ambas as partes, arbitro os honorários advocatícios em favor do procurador da parte reclamante no importe de 10% do efetivo proveito econômico por ela obtido, como se apurar em liquidação de sentença (observados os termos da OJ 348 /SBDI-1/TST e TJP 4/TRT3), a serem arcados pela parte reclamada.
>
> Quanto aos honorários sucumbenciais em favor dos advogados da reclamada, considerando a decisão do STF na ADI 5766, em que se declarou ser inconstitucional o artigo 791-A, § 4º, da CLT, que tratava do pagamento dos honorários sucumbenciais pelo beneficiário da justiça gratuita, na sua redação colocada pela Lei 13.467/2017, e tendo em vista que a parte reclamante é beneficiária da justiça gratuita, não haverá sua condenação ao pagamento respectivo."

O reclamante pretende a majoração do percentual para *"15% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença, incluindo-se aí o valor líquido, a contribuição previdenciária devida pelo empregado e o imposto de renda retido na fonte, nos termos da OJ 348 da SBDI-1 do TST e Tese Jurídica Prevalecente n. 4 desse Eg. Sodalício."*

Pois bem.

No que respeita ao percentual arbitrado à verba honorária, cumpre esclarecer que a fixação dos honorários advocatícios tem caráter discricionário, cabendo ao magistrado avaliar os parâmetros do § 2º do art. 791-A da CLT e estabelecer o patamar que considera pertinente na hipótese, respeitados os limites legais (5% a 15%).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

No caso, a fixação dos honorários em 10% mostra-se compatível com os parâmetros do art. 791-A, § 2º, da CLT, notadamente a natureza e a importância da causa e o trabalho realizado, não sendo caso de majoração e tampouco de alteração dos parâmetros para apuração da parcela.

Destaque-se que os honorários não comportam majoração pela mera interposição de recurso, mormente porque foi o caso de apresentação também de apelo pela própria parte reclamante, que com tal postura, pretendeu expressamente a melhora de sua situação processual.

O acréscimo a que faz menção o §11 do art. 85 do CPC não ocorre indiscriminadamente e não incide quando a peça recursal apresentada não traduz aumento da complexidade do feito, hipótese dos autos.

Na realidade, o dispositivo é expresso ao mencionar a ocorrência de "trabalho adicional", o que não se verifica no caso em que a própria parte apresenta recurso, pretendendo a imposição de novas condenações à parte contrária. Da mesma forma, tal " trabalho adicional" não se presume pela mera apresentação de contrarrazões na fase recursal.

Outrossim, o Juízo *a quo* já fixou que a verba será calculada sobre o efetivo proveito econômico obtido pelo reclamante, como se apurar em liquidação de sentença, observados os termos da OJ 348/SBDI-1/TST e TJP 4/TRT3.

Nada a prover.

CORREÇÃO MONETÁRIA

O reclamante defende a aplicação cumulativa do IPCA-E e juros legais (TRD - Taxa Referencial Diária) na fase pré-judicial, e da taxa SELIC na fase judicial, conforme as ADCs 58 e 59 e ADIs 5867 e 6021 do STF, com base em decisões monocráticas posteriores da Suprema Corte que interpretam integralmente o acórdão.

Pois bem.

Em razão da repercussão geral reconhecida, a tese jurídica firmada no julgamento da ADC 58 tem aplicação vinculativa e imediata para todo o Poder Judiciário.

Em sessão realizada no dia 18/12/2020, o Tribunal Pleno do e. STF concluiu o julgamento das ADC 58 e 59 e das ADI 5867 e 6021, definindo que "deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)".

O Excelso Pretório modulou os efeitos da decisão, nos seguintes termos:

"O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente a ação, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 879, § 7º, e ao art. 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, no sentido de considerar que à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio. Por fim, por maioria, modulou os efeitos da decisão, ao entendimento de que (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão (na ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória) todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC) e (iii) igualmente, ao acórdão formalizado pelo Supremo sobre a questão dever-se-á aplicar eficácia erga omnes e efeito vinculante, no sentido de atingir aqueles feitos já transitados em julgado desde que sem qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais), vencidos os Ministros Alexandre de Moraes e Marco Aurélio, que não modulavam os efeitos da decisão. Impedido o Ministro Luiz Fux (Presidente). Presidiu o julgamento a Ministra Rosa Weber (Vice-Presidente). Plenário, 18.12.2020 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF)."

O inteiro teor da decisão foi publicado em 07.04.2021, sendo ementada nos seguintes termos:

"EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO DO TRABALHO. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE. ÍNDICES DE CORREÇÃO DOS DEPÓSITOS RECURSAIS E DOS DÉBITOS JUDICIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO. ART. 879, §7º, E ART. 899, §4º,DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13. 467, DE 2017. ART. 39,CAPUT E §1º, DA LEI 8.177 DE 1991. POLÍTICA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E TABELAMENTO DE JUROS. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL (TR) COMO POLÍTICA DE DESINDEXAÇÃO DA ECONOMIA. TR COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STF. APELO AO LEGISLADOR. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE JULGADAS PARCIALMENTE PROCEDENTES, PARA CONFERIR INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO AO ART. 879, §7º, E AO ART. 899, §4º, DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467, DE 2017. MODULAÇÃO DE EFEITOS.

1. A exigência quanto à configuração de controvérsia judicial ou de controvérsia jurídica para conhecimento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) associa-se não só à ameaça ao princípio da presunção de constitucionalidade - esta independe de um número quantitativamente relevante de decisões de um e de outro lado -, mas também, e sobretudo, à invalidação prévia de uma decisão tomada por segmentos expressivos do modelo representativo.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

2. O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei 9.494 /1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009,decidindo que a TR seria insuficiente para a atualização monetária das dívidas do Poder Público, pois sua utilização violaria o direito de propriedade. Em relação aos débitos de natureza tributária, a quantificação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança foi reputada ofensiva à isonomia, pela discriminação em detrimento da parte processual privada (ADI 4.357,ADI 4.425, ADI 5.348 e RE 870.947-RG - tema 810).

3. A indevida utilização do IPCA-E pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) tornou-se confusa ao ponto de se imaginar que, diante da inaplicabilidade da TR, o uso daquele índice seria a única consequência possível. A solução da Corte Superior Trabalhista, todavia, lastreia-se em uma indevida equiparação da natureza do crédito trabalhista com o crédito assumido em face da Fazenda Pública, o qual está submetido a regime jurídico próprio da Lei 9.494/1997, com as alterações promovidas pela Lei 11.960/2009.

4. A aplicação da TR na Justiça do Trabalho demanda análise específica, a partir das normas em vigor para a relação trabalhista. A partir da análise das repercussões econômicas da aplicação da lei, verifica-se que a TR se mostra inadequada, pelo menos no contexto da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como índice de atualização dos débitos trabalhistas.

5. Confere-se interpretação conforme à Constituição ao art. 879, §7º, e ao art. 899, §4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467, de 2017,definindo-se que, até que sobrevenha solução legislativa, deverão ser aplicados à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as hipóteses de condenações cíveis em geral (art. 406 do Código Civil), à exceção das dívidas da Fazenda Pública que possui regramento específico (art. 1º-F da Lei 9.494 /1997, com a redação dada pela Lei11.960/2009), com a exegese conferida por esta Corte na ADI 4.357, ADI4.425, ADI 5.348 e no RE 870.947-RG (tema 810).

6. Em relação à fase extrajudicial, ou seja, a que antecede o ajuizamento das ações trabalhistas, deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE),em razão da extinção da UFIR como indexador, nos termos do art. 29, §3º, da MP 1.973-67/2000. Além da indexação, serão aplicados os juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991).

7. Em relação à fase judicial, a atualização dos débitos judiciais deve ser efetuada pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, considerando que ela incide como juros moratórios dos tributos federais (arts. 13 da Lei 9.065/95; 84 da Lei 8.981/95; 39, § 4º,da Lei 9.250/95; 61, § 3º, da Lei 9.430/96; e 30 da Lei 10.522 /02). A incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria bis in idem.

8. A fim de garantir segurança jurídica e isonomia na aplicação do novo entendimento, fixam-se os seguintes marcos para modulação dos efeitos da decisão: (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão, em ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória, todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal, devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC.

9. Os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

> 10. Ação Declaratória de Constitucionalidade e Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas parcialmente procedentes".

Em Sessão virtual ocorrida de 1º/10/2021 a 22/10/21, por unanimidade, o STF acolheu os embargos de declaração da AGU, para sanar erro material, de modo a estabelecer "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)", sem conferir efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator.

Assim, tendo em vista o disposto no item 6 anteriormente transcrito, a partir de então, entendeu-se que houve a determinação de aplicação do IPCA-E até a propositura da ação, acrescido dos juros de 1% ao mês, segundo artigo 39, caput, da Lei 8.177/1991, além da Taxa SELIC (que já engloba juros e correção monetária) a partir do ajuizamento (uma vez que, no processo do trabalho, a "citação" não depende de iniciativa do credor, em consonância e por aplicação analógica da Súmula 618 do STF).

Contudo, necessária se fez a revisão de tal entendimento diante da decisão proferida, em sede de embargos de declaração, na Reclamação 47.929 RS, transitada em julgado em 04 /03/2022, pela qual o Ministro Dias Toffoli, acolhendo os embargos com efeitos infringentes, esclareceu:

> "Embora o item 6 da ementa do acórdão paradigma conduza à compreensão de que os 'juros de mora' prescrito no caput do art. 39 da Lei 8.177/91 incida conjuntamente com o IPCA-E - índice indicado na ADC n.º 58 para correção monetária de débitos trabalhistas na fase pré-processual, da parte dispositiva da decisão vinculante do STF extrai-se que, no período antecedente à judicialização, incide tão somente o IPCA-E, para fins de correção monetária."

Consequentemente, alterando posicionamento sobre a matéria, por disciplina judiciária, passei a determinar que, na fase pré-processual, incidisse tão somente o IPCA-E e, a partir do ajuizamento da demanda, apenas a taxa SELIC, a qual também já remunera os juros de mora.

Não obstante, sobre o tema, outro foi o entendimento exarado pela Exma. Ministra Cármen Lúcia, que, na Reclamação 54.248 MG, cassando decisão de minha relatoria, pontuou (Id 1f24649, pág. 10, fl. 1.923):

> Embora afirme estar cumprindo integralmente as decisões emanadas deste Supremo Tribunal, verifica-se que a autoridade reclamada não observou o decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade ns. 58 e 59. A aplicação da nova norma de atualização dos créditos trabalhistas, que tem por base a incidência do IPCA-E na fase pré-processual, não exclui a aplicação dos juros legais previstos no caput do art. 39 da Lei n. 8.177/1991.
>
> A decisão proferida por este Supremo Tribunal no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 58 é taxativa no sentido de que, "em relação à fase extrajudicial, ou seja, a que antecede o ajuizamento das ações trabalhistas, deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE), em razão da extinção da UFIR como indexador, nos termos do art. 29, § 3º, da MP 1.973-67/2000. Além da indexação, serão aplicados os juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991)". Assim, por exemplo:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

> QUE DECIDIDO POR ESTA CORTE NO JULGAMENTO CONJUNTO DAS ADC 58 e ADC 59. INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO CORRETA DOS PARÂMETROS ALI DETERMINADOS. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO. 1. A decisão proferida por esta CORTE no julgamento conjunto das ADC 58, ADC 59, ADI 6021 e ADI 5867 (Rel. Min. GILMAR MENDES) definiu que em relação à fase extrajudicial, ou seja, a que antecede o ajuizamento das ações trabalhistas, deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E (...). Além da indexação, serão aplicados os juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991). 2. O ato reclamado determinou que, para a atualização dos créditos decorrentes da condenação judicial, devem ser aplicados o IPCA-E na fase pré-judicial, acrescidos os juros legais, na forma do art. 39, caput, da Lei 8.177/91, e, a partir do ajuizamento da ação, a taxa Selic (juros e correção monetária). Conclui-se, portanto, que se encontra em harmonia com os precedentes desta CORTE. 3. Nessas circunstâncias, em que o órgão jurisdicional reclamado seguiu os parâmetros indicados no julgamento da referida ação declaratória de constitucionalidade, quanto aos consectários legais aplicáveis à espécie, é inviável a presente reclamação. 4. Recurso de Agravo a que se nega provimento" (Rcl. n. 52.842-AgR, Relator o Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe 19.5.2022).
>
> Confiram-se as seguintes decisões monocráticas: Rcl n. 49.508, Relator o Ministro Roberto Barroso, DJe 1º.10.2021; Rcl n. 47.929, Relator o Ministro Dias Toffoli, DJe 1º. 7.2021; Rcl n. 49.310, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe 19.10.2021; e Rcl n. 49.545-MC, Relator o Ministro Roberto Barroso, DJe 14.10.2021.
>
> Constata-se, portanto, o descumprimento das decisões invocadas como paradigmas de controle, em desrespeito à autoridade deste Supremo Tribunal. - grifos acrescidos

Registre-se que o Min. Dias Toffoli, em decisão na Reclamação 47.929 /RS, asseverou:

> A incidência de juros moratórios na fase extrajudicial (que antecede a propositura da ação trabalhista) decorre de previsão legal contida no caput do art. 39 da Lei nº 8.177/91, a qual independe de decisão da Suprema Corte.

Esclareceu ainda o Ministro, na oportunidade:

> Tendo a autoridade reclamada determinado a incidência de IPCA-e (índice de correção monetária) e dos juros previstos no caput do art. 39 da Lei nº 8.177/91 para atualização de créditos decorrentes de condenação tendo como referência o período que antecede a propositura da reclamação trabalhista; e a taxa SELIC para o período posterior à citação na ação trabalhista, tem-se a observância estrita do julgado na ADC nº 58 e dos parâmetros legais incidentes à espécie, não havendo que se falar em desrespeito à autoridade do STF ou usurpação de competência da Corte. (grifos no original)

Em razão da repercussão geral reconhecida, a tese jurídica firmada na ADC 58 tem aplicação vinculativa e imediata para todo o Poder Judiciário. Destaque-se que a correção monetária pode ser fixada de ofício pelo Juiz (art. 322, § 1º, do CPC), podendo ser definida, tendo em conta as decisões dos Tribunais Superiores a respeito da legislação que regula a matéria.

Por outro lado, com a vigência da Lei nº 14.905/2024, publicada em 01/07 /2024 e que passou a vigorar a partir de 30/08/2024, deverão ser observadas as alterações contidas nos artigos 389 e 406 do Código Civil no tocante aos índices de correção monetária e juros de mora, o que impacta nos critérios a serem observados no período judicial.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADC'S 58 e 59, referiu-se, expressamente, à incidência do artigo 406, do Código Civil.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nesse sentido, a SDI-1 do c. TST decidiu recentemente, nos autos processo E-ED-RR-713-03.2010.5.04.0029, que, a partir de 30/08/2024, no cálculo da atualização monetária, será utilizado o IPCA (artigo 389, parágrafo único, do Código Civil). Os juros de mora corresponderão ao resultado da subtração do IPCA da Selic (artigo 406, parágrafo único, do Código Civil), com a possibilidade de não incidência (taxa zero), nos termos do § 3º do artigo 406.

Conforme consulta processual no site do TST (https://consultaprocessual.tst.jus.br/consultaProcessual/decisaoForm.do?numInt=153967&anoInt=2011&codOrgaoJudic=53&anoPauta=2024&numPauta=29&tipSessao=O), assim restou definida a aplicação dos juros e correção monetária nos processos trabalhistas:

> "Processo: E-ED-RR - 713-03.2010.5.04.0029
>
> Decisão: por unanimidade, conhecer dos embargos, por divergência jurisprudencial, e, no mérito, dar-lhe provimento a fim de aplicar, para fins de correção dos débitos trabalhistas: a) o IPCA-E na fase pré-judicial acrescido dos juros de mora (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991); b) a partir do ajuizamento da ação até 29/08/2024, a taxa SELIC, ressalvados os valores eventualmente pagos, nos termos da primeira parte do item "i" da modulação do STF, vedada a dedução ou compensação de eventuais diferenças pelo critério de cálculo anterior; c) a partir de 30/08/2024, no cálculo da atualização monetária, será utilizado o IPCA (art. 389, parágrafo único, do Código Civil); os juros de mora corresponderão ao resultado da subtração SELIC - IPCA (art. 406, parágrafo único, do Código Civil), com a possibilidade de não incidência (taxa 0), nos termos do § 3º do artigo 406. Prejudicado o exame do recurso em relação ao pedido sucessivo de sobrestamento do feito. Observação 1: o Exmo Ministro Relator reformulou o voto proferido em sessão anterior. Observação 2: ausentes, justificadamente, o Exmo Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, o Exmo Ministro Mauricio José Godinho Delgado, o Exmo Ministro Augusto César Leite de Carvalho e o Exmo Ministro Breno Medeiros. Observação 3: a Dra. MONYA RIBEIRO TAVARES PERINI, patrona da parte JEORGE PADILHA, esteve presente à sessão. Observação 4: a Exma Ministra Dora Maria da Costa não participou do julgamento em razão da participação do Exmo Ministro Alexandre Agra Belmonte".

Por todo o exposto, em respeito aos parâmetros da Corte Superior Trabalhista, determino a observância dos seguintes critérios de atualização:

i) fase pré-judicial: aplicação do IPCA-E cumulado com os juros moratórios do art. 39, caput, da Lei n. 8.177/1991 (TRD);

ii) fase judicial (do ajuizamento até 29/08/2024, inclusive): aplicação da taxa SELIC, exclusivamente; e

iii) fase judicial (a partir de 30/08/2024, inclusive): aplicação do IPCA-E, como índice de correção monetária (art. 389, parágrafo único, do Código Civil), cumulado com juros moratórios, correspondentes ao resultado da subtração da taxa SELIC pelo índice IPCA-E (art. 406, parágrafo único, do Código Civil), sendo possível a não incidência de juros moratórios (taxa 0), nos termos do § 3º do artigo 406 do Código Civil.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

iv) quanto ao dano moral, incide apenas a SELIC a partir do ajuizamento da ação até 29/08/2024; a partir de 30/08/2024, inclusive, aplicação do IPCA-E, como índice de correção monetária (art. 389, parágrafo único, do Código Civil), cumulado com juros moratórios, correspondentes ao resultado da subtração da taxa SELIC pelo índice IPCA-E (art. 406, parágrafo único, do Código Civil), sendo possível a não incidência de juros moratórios (taxa 0), nos termos do § 3º do artigo 406 do Código Civil.

Conclusão do recurso

Conheço do recurso ordinário interposto pelo reclamante No mérito, dou-lhe parcial provimento para, nos exatos termos da fundamentação:

1) reconhecer que o reclamante trabalhava em turno ininterrupto de revezamento e condenar a reclamada ao pagamento das horas extras laboradas a partir da 6ª diária e/ou 36ª semanal, de forma não cumulativa, prevalecendo a que for mais benéfica ao autor, conforme se apurar dos cartões de ponto juntados aos autos, com acréscimo do adicional convencional e, na sua ausência, do adicional legal de 50%, observado o divisor 180, autorizada dedução dos valores já quitados sob o mesmo título, com reflexos em RSR (domingos e feriados), 13º salários, férias + 1/3 e FGTS.

2) condenar a reclamada ao pagamento de diferenças do adicional noturno, conforme se apurar nos cartões de ponto, observando-se as horas laboradas em prorrogação após às 5h, assim como a hora noturna reduzida, com reflexos em RSR, férias acrescidas de 1/3, 13º salário, e FGTS;

3) condenar a reclamada ao pagamento, em dobro, dos repousos semanais laborados ou irregularmente concedidos após o sétimo dia de labor contínuo (OJ 410 da SDI-I do TST e Súmula 146 do TST), com reflexos apenas em depósitos de FGTS, ante a ausência de habitualidade, autorizada a dedução das parcelas quitadas a este título, sob a rubrica 438;

4) condenar a reclamada ao pagamento das horas extras decorrentes da supressão do intervalo interjornada do art. 66 da CLT, bem assim do intervalo intersemanal nas semanas em que não foi observado o intervalo mínimo de 35 horas, a teor do disposto na Súmula 110, do TST c/c OJ 355 da SDI-I/TST, conforme se apurar oportunamente, observada a natureza indenizatória das parcelas;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

5) condenar a reclamada ao ressarcimento dos gastos com uniforme, no valor de R$ 450,00;

6) majorar a indenização por dano moral para R$4.000,00;

7) condenar a reclamada ao pagamento de mais 4 multas normativas, além das 2 já deferidas na Origem, a teor do que prevê a norma coletiva de regência (Cláusula 56ª, da CCT de Id 4a2989d - Pág. 17), conforme se apurar oportunamente.

8) determinar a observância dos seguintes critérios de atualização:

i) fase pré-judicial: aplicação do IPCA-E cumulado com os juros moratórios do art. 39, caput, da Lei n. 8.177/1991 (TRD);

ii) fase judicial (do ajuizamento até 29/08/2024, inclusive): aplicação da taxa SELIC, exclusivamente; e

iii) fase judicial (a partir de 30/08/2024, inclusive): aplicação do IPCA-E, como índice de correção monetária (art. 389, parágrafo único, do Código Civil), cumulado com juros moratórios, correspondentes ao resultado da subtração da taxa SELIC pelo índice IPCA-E (art. 406, parágrafo único, do Código Civil), sendo possível a não incidência de juros moratórios (taxa 0), nos termos do § 3º do artigo 406 do Código Civil.

iv) quanto ao dano moral, incide apenas a SELIC a partir do ajuizamento da ação até 29/08/2024; a partir de 30/08/2024, inclusive, aplicação do IPCA-E, como índice de correção monetária (art. 389, parágrafo único, do Código Civil), cumulado com juros moratórios, correspondentes ao resultado da subtração da taxa SELIC pelo índice IPCA-E (art. 406, parágrafo único, do Código Civil), sendo possível a não incidência de juros moratórios (taxa 0), nos termos do § 3º do artigo 406 do Código Civil.

Custas no importe de R$ 500,00, calculadas sobre o valor da condenação de R$ 25.000,00, pela reclamada.

Acórdão

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Fundamentos pelos quais, o Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, em Sessão Ordinária da Egrégia Décima Primeira Turma, hoje realizada, julgou o referido processo e, à unanimidade, conheceu do recurso ordinário interposto pelo reclamante; no mérito, sem divergência, deu-lhe parcial provimento para: 1) reconhecer que o reclamante trabalhava em turno ininterrupto de revezamento e condenar a reclamada ao pagamento das horas extras laboradas a partir da 6ª diária e/ou 36ª semanal, de forma não cumulativa, prevalecendo o que for mais benéfico ao autor, conforme se apurar dos cartões de ponto juntados aos autos, com acréscimo do adicional convencional e, na sua ausência, do adicional legal de 50%, observado o divisor 180, autorizada dedução dos valores já quitados sob o mesmo título, com reflexos em RSR (domingos e feriados), 13º salários, férias + 1/3 e FGTS; 2) condenar a reclamada ao pagamento de diferenças do adicional noturno, conforme se apurar nos cartões de ponto, observando-se as horas laboradas em prorrogação após às 5h, assim como a hora noturna reduzida, com reflexos em RSR, férias acrescidas de 1/3, 13º salário e FGTS; 3) condenar a reclamada ao pagamento, em dobro, dos repousos semanais laborados ou irregularmente concedidos após o sétimo dia de labor contínuo (OJ 410 da SDI-I do TST e Súmula 146 do TST), com reflexos apenas em depósitos de FGTS, ante a ausência de habitualidade, autorizada a dedução das parcelas quitadas a este título, sob a rubrica 438; 4) condenar a reclamada ao pagamento das horas extras decorrentes da supressão do intervalo interjornadas do artigo 66 da CLT, bem assim do intervalo intersemanal nas semanas em que não foi observado o intervalo mínimo de 35 horas, a teor do disposto na Súmula 110, do TST c/c OJ 355 da SDI-I/TST, conforme se apurar oportunamente, observada a natureza indenizatória das parcelas; 5) condenar a reclamada ao ressarcimento dos gastos com uniforme, no valor de R$450,00; 6) majorar a reparação por dano moral para R$4.000,00; 7) condenar a reclamada ao pagamento de mais 4 multas normativas, além das 2 já deferidas na origem, a teor do que prevê a norma coletiva de regência (Cláusula 56ª, da CCT de Id 4a2989d - p. 17), conforme se apurar oportunamente; 8) determinar a observância dos seguintes critérios de atualização: I) fase pré-judicial: aplicação do IPCA-E cumulado com os juros moratórios do artigo 39, *caput*, da Lei 8.177/1991 (TRD); II) fase judicial (do ajuizamento até 29/08/2024, inclusive): aplicação da taxa SELIC, exclusivamente; III) fase judicial (a partir de 30/08 /2024, inclusive): aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária (artigo 389, parágrafo único, do Código Civil), cumulado com juros moratórios correspondentes ao resultado da subtração da taxa SELIC pelo índice IPCA-E (artigo 406, parágrafo único, do Código Civil), sendo possível a não incidência de juros moratórios (taxa 0), nos termos do § 3º do artigo 406 do Código Civil; IV) quanto ao dano moral, incidirá apenas a SELIC a partir do ajuizamento da ação até 29/08/2024; a partir de 30/08 /2024, inclusive, aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária (artigo 389, parágrafo único, do Código Civil), cumulado com juros moratórios correspondentes ao resultado da subtração da taxa SELIC pelo índice IPCA-E (artigo 406, parágrafo único, do Código Civil), sendo possível a não incidência de juros moratórios (taxa 0), nos termos do § 3º do artigo 406 do Código Civil; custas no importe de R$500,00, calculadas sobre o valor da condenação de R$25.000,00, pela reclamada.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Tomaram parte neste julgamento os Exmos. Desembargadores Juliana Vignoli Cordeiro (Relatora), Marco Antônio Paulinelli de Carvalho (Presidente) e Antônio Gomes de Vasconcelos.

Presente o Ministério Público do Trabalho, conforme registrado na Ata da Sessão.

Belo Horizonte, 12 de março de 2025.

Secretária: Adriana Iunes Brito Vieira.

JULIANA VIGNOLI CORDEIRO
Desembargadora Relatora
JVC-7-13

VOTOS

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 31

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0010171-04.2024.5.03.0022

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 28/02/2024
Valor da causa: R$ 108.522,72

Partes:
AUTOR: ANTONIO MARCIO FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO: SAULO MOREIRA GROSSI
RÉU: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RÉU: CLOVIS NASCIMENTO MARTINS
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

MRL
CÁLCULOS JUDICIAIS * CONSULTORIA

22ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte
Nº Processo: 0010171-04.2024.503.0022
Reclamante: Antônio Márcio Ferreira de Souza
Reclamado: Expresso Adamantina Ltda.

Em atenção ao despacho de fl. 526, ID. c8f5695, vimos apresentar-lhes os cálculos de liquidação atualizados para a data da recuperação judicial, que se deu em 20/11/2024.

Belo Horizonte, 3 de julho de 2025.

MRL Contabilidade Ltda.

Rua Rio Grande do Sul, 697 - sl. 704 - Barro Preto - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.170-110
Fones: (31) 3295-5644 – (31) 3347-5644
e-mail: **contato@mrlcontabilidade.com.br** / Site: **http://www.mrlcontabilidade.com.br**

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PJe-Calc Cidadão
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0010171-04.2024.5.03.0022
Cálculo: 422

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **ANTÔNIO MÁRCIO FERREIRA DE SOUZA**
Reclamado: **EXPRESSO ADAMANTINA LTDA.**
Período do Cálculo: **05/12/2022 a 01/02/2024** Data Ajuizamento: **28/02/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	Juros	Total
01 - ADICIONAL NOTURNO 20%	915,02	69,82	984,84
13º SALÁRIO SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20%	209,66	14,97	224,63
FÉRIAS + 1/3 SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20%	279,56	19,02	298,58
02 - HORAS EXTRAS 50%	21.983,63	1.712,07	23.695,70
13º SALÁRIO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50%	2.271,20	161,80	2.433,00
FÉRIAS + 1/3 SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50%	3.019,53	205,40	3.224,93
REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50%	4.096,86	317,18	4.414,04
03 - INTERVALO INTERJORNADAS	2.770,87	230,24	3.001,11
04 - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO EM DOBRO	1.014,12	84,14	1.098,26
05 - CESTA BÁSICA	136,92	11,82	148,74
06 - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS - PLR	482,33	39,09	521,42
07 - RESSARCIMENTO DESPESA COM ALIMENTAÇÃO	20,68	1,48	22,16
08 - RESSARCIMENTO UNIFORME	483,10	41,72	524,82
09 - RESSARCIMENTO VALE-TRANSPORTE	525,20	44,48	569,68
10 - MULTA CONVENCIONAL	816,83	70,53	887,36
11 - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL	4.055,85	274,51	4.330,36
FGTS 8%	7.069,87	540,96	7.610,83
Total	**50.151,23**	**3.839,23**	**53.990,46**

Percentual de Parcelas Remuneratórias e Tributáveis: 60,80%

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
VERBAS	46.379,63
FGTS	7.610,83
Bruto Devido ao Reclamante	**53.990,46**
DEPÓSITO FGTS	(7.610,83)
DEDUÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(3.131,17)
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	43.248,46
DEPÓSITO FGTS	7.610,83
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	11.367,94
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA SAULO MOREIRA GROSSI	5.399,05
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA SAULO MOREIRA GROSSI	0,00
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00

Cálculo liquidado por offline na versão 2.13.2 em 03/07/2025 às 11:33:28.

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
Total de Descontos	**(10.742,00)**
Líquido Devido ao Reclamante	**43.248,46**

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
Subtotal	**67.626,28**
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	500,00
Total Devido pelo Reclamado	**68.126,28**

Verbas que não compõem o Principal	Valor
REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20%	(37,87)
Total	**-37,87**

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'IPCA-E' até 27/02/2024, pelo índice 'Sem Correção' até 29/08/2024 e pelo índice 'IPCA' a partir de 30/08/2024, acumulados a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'IPCA' relativa a 11/2024.
2. Alíquota de contribuição social empresa fixada em 20% durante todo o período.
3. Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme os itens IV e V da Súmula nº 368 do TST. Para salários devidos até 04/03/2009, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999). Para salários devidos a partir de 05/03/2009, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
4. Imposto de renda apurado através da 'tabela progressiva acumulada', vigente no mês da liquidação, para ocorrências relativas a anos anteriores ao ano da liquidação (Art. 12-A da Lei nº 7.713/1988) e através da 'tabela progressiva mensal', vigente no mês da liquidação, para ocorrências relativas ao ano da liquidação (Art. 12-B da Lei nº 7.713/1988).
5. Juros apurados desde o vencimento das verbas vencidas, em fase pré-judicial, conforme decisão do STF na ADC 58; juros simples TRD até 27/02/2024; juros SELIC (Receita Federal) até 29/08/2024; e juros Taxa Legal a partir de 30/08/2024 (Art. 406, parágrafo único, do Código Civil).
6. Juros de mora sobre verbas apurados antes da dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Processo: 0010171-04.2024.5.03.0022
Cálculo: 422

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **ANTÔNIO MÁRCIO FERREIRA DE SOUZA**
Reclamado: **EXPRESSO ADAMANTINA LTDA.**
Período do Cálculo: **05/12/2022 a 01/02/2024** Data Ajuizamento: **28/02/2024** Data Liquidação: **20/11/2024**

Dados do Cálculo

Estado: **MG** Município: **BELO HORIZONTE**
Regime de Trabalho: **Tempo Integral**
Maior Remuneração:
Prazo de Aviso Prévio: **Não apurar**
Zerar Valor Negativo (Padrão): **Não**
Carga Horária (Padrão): **180,00**

Admissão: **05/12/2022**
Aplicar Prescrição Quinquenal: **Não**
Última Remuneração:
Projetar Aviso Prévio Indenizado: **Não**
Considerar Feriados Estaduais: **Sim**
Sábado como Dia Útil: **Sim**

Demissão: **01/02/2024**
Aplicar Prescrição Trintenária: **Não**
Limitar Avos ao Período de Cálculo: **Não**
Considerar Feriados **Sim**

PONTOS FACULTATIVOS	
Nome	**Abrangência**
SEXTA-FEIRA SANTA	Nacional
CORPUS CHRISTI	Nacional

Faltas e Férias

FÉRIAS								
Relativa	**Período Aquisitivo**	**Período Concessívo**	**Prazo**	**Situação**	**Abono**	**Período de Gozo 1**	**Período de Gozo 2**	**Período de Gozo 3**
2022/2023	05/12/2022 a 04/12/2023	05/12/2023 a 04/12/2024	30	Indenizadas	Não	-	-	-

Histórico Salarial

OCORRÊNCIAS DO HISTÓRICO SALARIAL									
MÊS/ANO	**ADICIONAL NOTURNO PAGO**	**DESC DANOS MATERIAIS**	**DESC VALE-TRANSPORTE**	**HORAS EXTRAS PAGAS**	**PLR CCT**	**RSR ADICIONAL NOTURNO PAGO**	**RSR HORAS EXTRAS PAGAS**	**SALÁRIO BASE**	**SALÁRIO MÍNIMO CATEGORIA (MOTORISTA)**
12/2022	**111,35**	**0,00**	**164,08**	**0,00**	**-**	**15,36**	**0,00**	**2.734,61**	**2.536,23**
01/2023	**272,89**	**0,00**	**164,08**	**0,00**	**-**	**96,76**	**0,00**	**2.734,61**	**-**
02/2023	**26,62**	**0,00**	**164,08**	**0,00**	**-**	**44,84**	**0,00**	**2.734,61**	**-**
03/2023	**43,88**	**0,00**	**0,00**	**247,23**	**1.100,00**	**8,40**	**54,06**	**2.734,61**	**-**
04/2023	**70,31**	**0,00**	**0,00**	**510,32**	**-**	**30,08**	**249,46**	**2.734,61**	**-**
05/2023	**114,05**	**0,00**	**0,00**	**859,91**	**-**	**21,93**	**188,96**	**2.871,34**	**-**
06/2023	**67,69**	**0,00**	**0,00**	**697,14**	**-**	**16,00**	**188,28**	**2.871,34**	**-**
07/2023	**210,71**	**0,00**	**0,00**	**1.354,95**	**-**	**40,31**	**296,17**	**2.871,34**	**-**

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

OCORRÊNCIAS DO HISTÓRICO SALARIAL									
MÊS/ANO	ADICIONAL NOTURNO PAGO	DESC DANOS MATERIAIS	DESC VALE-TRANSPORTE	HORAS EXTRAS PAGAS	PLR CCT	RSR ADICIONAL NOTURNO PAGO	RSR HORAS EXTRAS PAGAS	SALÁRIO BASE	SALÁRIO MÍNIMO CATEGORIA (MOTORISTA)
08/2023	201,34	107,15	0,00	978,87	-	31,41	174,47	2.871,34	-
09/2023	166,54	107,15	0,00	118,44	-	43,07	35,01	2.871,34	-
10/2023	134,64	107,15	0,00	297,97	-	44,31	112,09	2.871,34	-
11/2023	90,99	107,15	0,00	0,00	-	27,36	0,00	2.871,34	-
12/2023	19,40	107,15	0,00	0,00	-	91,63	0,00	2.871,34	-
01/2024	0,00	107,15	0,00	0,00	-	0,00	0,00	2.871,34	-
02/2024	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	-

Demonstrativo de Verbas

Nome: **01 - ADICIONAL NOTURNO 20%**

Período: **05/12/2022 a 01/02/2024** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((SALÁRIO BASE) / CARGA HORÁRIA) X 0,20000000) X QUANTIDADE)										
Período Mensal	Base	Divisor	Multiplicador	Quantidade	Dobra	Devido	Pago	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido
05 a 31/12/2022	2.734,61	180,0000	0,20000000	96,9500	Não	294,58	111,35	183,23	1,073553182	196,71
01 a 31/01/2023	2.734,61	180,0000	0,20000000	51,6600	Não	156,97	272,89	(115,92)	1,067680937	(123,77)
01 a 28/02/2023	2.734,61	180,0000	0,20000000	2,8200	Não	8,57	26,62	(18,05)	1,059627766	(19,13)
01 a 31/03/2023	2.734,61	180,0000	0,20000000	58,3600	Não	177,32	43,88	133,44	1,052366437	140,43
01 a 30/04/2023	2.734,61	180,0000	0,20000000	21,5000	Não	65,33	70,31	(4,98)	1,046401946	(5,21)
01 a 31/05/2023	2.871,34	180,0000	0,20000000	39,8100	Não	127,01	114,05	12,96	1,041092375	13,49
01 a 30/06/2023	2.871,34	180,0000	0,20000000	83,4300	Não	266,17	67,69	198,48	1,040676104	206,55
01 a 31/07/2023	2.871,34	180,0000	0,20000000	140,1900	Não	447,26	210,71	236,55	1,040676104	246,17
01 a 31/08/2023	2.871,34	180,0000	0,20000000	115,3000	Não	367,85	201,34	166,51	1,037770348	172,80
01 a 30/09/2023	2.871,34	180,0000	0,20000000	70,1900	Não	223,93	166,54	57,39	1,034150820	59,35
01 a 31/10/2023	2.871,34	180,0000	0,20000000	36,6100	Não	116,80	134,64	(17,84)	1,031983654	(18,41)
01 a 30/11/2023	2.871,34	180,0000	0,20000000	48,6100	Não	155,08	90,99	64,09	1,028589309	65,92
01 a 31/12/2023	2.871,34	180,0000	0,20000000	0,0000	Não	0,00	19,40	(19,40)	1,024491344	(19,88)
01 a 31/01/2024	2.871,34	180,0000	0,20000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,021325236	0,00
01 a 01/02/2024	0,00	180,0000	0,20000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013963736	0,00
									Total	**915,02**

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **13º SALÁRIO SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20%**

Período: **05/12/2022 a 01/02/2024** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((01 - ADICIONAL NOTURNO 20%) / 12,0000) X 1,00000000) X AVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
20 a 20/12/2022	294,58	12,0000	1,00000000	1,0000	Não	24,55	0,00	24,55	1,073553182	26,36
20 a 20/12/2023	178,92	12,0000	1,00000000	12,0000	Não	178,92	0,00	178,92	1,024491344	183,30
01 a 01/02/2024	0,00	12,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013963736	0,00
									Total	**209,66**

Nome: **FÉRIAS + 1/3 SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20%**

Período: **05/12/2022 a 01/02/2024** Incidência(s): **Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((01 - ADICIONAL NOTURNO 20%) / 12,0000) X 1,33333333) X AVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 01/02/2024	206,78	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	275,71	0,00	275,71	1,013963736	279,56
01 a 01/02/2024	0,00	12,0000	1,33333333	2,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013963736	0,00
									Total	**279,56**

Nome: **REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20%**

Período: **05/12/2022 a 01/02/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((01 - ADICIONAL NOTURNO 20%) / DIAS ÚTEIS) X 1,00000000) X REPOUSOS E FERIADOS/PONTOS FACULTATIVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
05 a 31/12/2022	294,58	23,0000	1,00000000	4,0000	Não	51,23	15,36	35,87	1,073553182	38,51
01 a 31/01/2023	156,97	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	30,19	96,76	(66,57)	1,067680937	(71,08)
01 a 28/02/2023	8,57	24,0000	1,00000000	4,0000	Não	1,43	44,84	(43,41)	1,059627766	(46,00)
01 a 31/03/2023	177,32	27,0000	1,00000000	4,0000	Não	26,27	8,40	17,87	1,052366437	18,81
01 a 30/04/2023	65,33	23,0000	1,00000000	7,0000	Não	19,88	30,08	(10,20)	1,046401946	(10,67)
01 a 31/05/2023	127,01	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	24,42	21,93	2,49	1,041092375	2,59
01 a 30/06/2023	266,17	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	53,23	16,00	37,23	1,040676104	38,74
01 a 31/07/2023	447,26	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	86,01	40,31	45,70	1,040676104	47,56
01 a 31/08/2023	367,85	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	70,74	31,41	39,33	1,037770348	40,82
01 a 30/09/2023	223,93	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	44,79	43,07	1,72	1,034150820	1,78
01 a 31/10/2023	116,80	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	28,03	44,31	(16,28)	1,031983654	(16,80)
01 a 30/11/2023	155,08	24,0000	1,00000000	6,0000	Não	38,77	27,36	11,41	1,028589309	11,74

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

((((01 - ADICIONAL NOTURNO 20%) / DIAS ÚTEIS) X 1,00000000) X REPOUSOS E FERIADOS/PONTOS FACULTATIVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 31/12/2023	0,00	24,0000	1,00000000	7,0000	Não	0,00	91,63	(91,63)	1,024491344	(93,87)
01 a 31/01/2024	0,00	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,021325236	0,00
01 a 01/02/2024	0,00	1,0000	1,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013963736	0,00
									Total	**(37,87)**

Nome: **02 - HORAS EXTRAS 50%**

Período: **05/12/2022 a 01/02/2024** Incidência(s): **FGTS** / **Contribuição Social** / **IRPF**

Comentário: **-**

((((SALÁRIO BASE + ADICIONAL NOTURNO PAGO + RSR ADICIONAL NOTURNO PAGO + 01 - ADICIONAL NOTURNO 20%) / CARGA HORÁRIA) X 1,50000000) X QUANTIDADE)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
05 a 31/12/2022	3.044,55	180,0000	1,50000000	118,4300	Não	3.004,72	0,00	3.004,72	1,073553182	3.225,73
01 a 31/01/2023	2.988,34	180,0000	1,50000000	69,1100	Não	1.721,03	0,00	1.721,03	1,067680937	1.837,51
01 a 28/02/2023	2.788,02	180,0000	1,50000000	56,0900	Não	1.303,17	0,00	1.303,17	1,059627766	1.380,88
01 a 31/03/2023	2.920,33	180,0000	1,50000000	97,1500	Não	2.364,25	247,23	2.117,02	1,052366437	2.227,88
01 a 30/04/2023	2.830,02	180,0000	1,50000000	72,1800	Não	1.702,26	510,32	1.191,94	1,046401946	1.247,25
01 a 31/05/2023	3.020,28	180,0000	1,50000000	58,7000	Não	1.477,42	859,91	617,51	1,041092375	642,88
01 a 30/06/2023	3.153,51	180,0000	1,50000000	104,1000	Não	2.735,67	697,14	2.038,53	1,040676104	2.121,45
01 a 31/07/2023	3.358,91	180,0000	1,50000000	139,2400	Não	3.897,46	1.354,95	2.542,51	1,040676104	2.645,93
01 a 31/08/2023	3.270,60	180,0000	1,50000000	101,3600	Não	2.762,57	978,87	1.783,70	1,037770348	1.851,07
01 a 30/09/2023	3.138,34	180,0000	1,50000000	77,1200	Não	2.016,91	118,44	1.898,47	1,034150820	1.963,30
01 a 31/10/2023	3.032,45	180,0000	1,50000000	64,9300	Não	1.640,81	297,97	1.342,84	1,031983654	1.385,79
01 a 30/11/2023	3.053,78	180,0000	1,50000000	46,5300	Não	1.184,10	0,00	1.184,10	1,028589309	1.217,95
01 a 31/12/2023	2.962,97	180,0000	1,50000000	9,3300	Não	230,37	0,00	230,37	1,024491344	236,01
01 a 31/01/2024	2.871,34	180,0000	1,50000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,021325236	0,00
01 a 01/02/2024	0,00	180,0000	1,50000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013963736	0,00
									Total	**21.983,63**

Nome: **13º SALÁRIO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50%**

Período: **05/12/2022 a 01/02/2024** Incidência(s): **FGTS** / **Contribuição Social** / **IRPF**

Comentário: **-**

((((02 - HORAS EXTRAS 50%) / 12,0000) X 1,00000000) X AVOS)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
20 a 20/12/2022	3.004,72	12,0000	1,00000000	1,0000	Não	250,39	0,00	250,39	1,073553182	268,81
20 a 20/12/2023	1.954,52	12,0000	1,00000000	12,0000	Não	1.954,52	0,00	1.954,52	1,024491344	2.002,39
01 a 01/02/2024	0,00	12,0000	1,00000000	1,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013963736	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

	Total	**2.271,26**

Nome: **FÉRIAS + 1/3 SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50%**

Período: **05/12/2022 a 01/02/2024** Incidência(s): **FGTS** / **Contribuição Social** / **IRPF**

Comentário: **-**

((((02 - HORAS EXTRAS 50%) / 12,0000) X 1,33333333) X AVOS)

Período Mensal	Base	Divisor	Multiplicador	Quantidade	Dobra	Devido	Pago	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido
01 a 01/02/2024	2.220,53	12,0000	1,33333333	12,0000	Não	2.960,71	0,00	2.960,71	1,013963736	3.002,05
01 a 01/02/2024	77,59	12,0000	1,33333333	2,0000	Não	17,24	0,00	17,24	1,013963736	17,48
								Total		**3.019,53**

Nome: **REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50%**

Período: **05/12/2022 a 01/02/2024** Incidência(s): **FGTS** / **Contribuição Social** / **IRPF**

Comentário: **-**

((((02 - HORAS EXTRAS 50%) / DIAS ÚTEIS) X 1,00000000) X REPOUSOS E FERIADOS/PONTOS FACULTATIVOS)

Período Mensal	Base	Divisor	Multiplicador	Quantidade	Dobra	Devido	Pago	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido
05 a 31/12/2022	3.004,72	23,0000	1,00000000	4,0000	Não	522,56	0,00	522,56	1,073553182	561,00
01 a 31/01/2023	1.721,03	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	330,97	0,00	330,97	1,067680937	353,37
01 a 28/02/2023	1.303,17	24,0000	1,00000000	4,0000	Não	217,20	0,00	217,20	1,059627766	230,15
01 a 31/03/2023	2.364,25	27,0000	1,00000000	4,0000	Não	350,26	54,06	296,20	1,052366437	311,71
01 a 30/04/2023	1.702,26	23,0000	1,00000000	7,0000	Não	518,08	249,46	268,62	1,046401946	281,08
01 a 31/05/2023	1.477,42	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	284,12	188,96	95,16	1,041092375	99,07
01 a 30/06/2023	2.735,67	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	547,13	188,28	358,85	1,040676104	373,45
01 a 31/07/2023	3.897,46	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	749,51	296,17	453,34	1,040676104	471,78
01 a 31/08/2023	2.762,57	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	531,26	174,47	356,79	1,037770348	370,27
01 a 30/09/2023	2.016,91	25,0000	1,00000000	5,0000	Não	403,38	35,01	368,37	1,034150820	380,95
01 a 31/10/2023	1.640,81	25,0000	1,00000000	6,0000	Não	393,79	112,09	281,70	1,031983654	290,71
01 a 30/11/2023	1.184,10	24,0000	1,00000000	6,0000	Não	296,02	0,00	296,02	1,028589309	304,48
01 a 31/12/2023	230,37	24,0000	1,00000000	7,0000	Não	67,19	0,00	67,19	1,024491344	68,84
01 a 31/01/2024	0,00	26,0000	1,00000000	5,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,021325236	0,00
01 a 01/02/2024	0,00	1,0000	1,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013963736	0,00
								Total		**4.096,86**

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **03 - INTERVALO INTERJORNADAS**

Período: **05/12/2022 a 01/02/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((SALÁRIO BASE + ADICIONAL NOTURNO PAGO + RSR ADICIONAL NOTURNO PAGO + 01 - ADICIONAL NOTURNO 20%) / CARGA HORÁRIA) X 1,50000000) X QUANTIDADE)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
05 a 31/12/2022	3.044,55	180,0000	1,50000000	66,0700	Não	1.676,28	0,00	1.676,28	1,073553182	1.799,58
01 a 31/01/2023	2.988,34	180,0000	1,50000000	6,1700	Não	153,65	0,00	153,65	1,067680937	164,05
01 a 28/02/2023	2.788,02	180,0000	1,50000000	2,5300	Não	58,78	0,00	58,78	1,059627766	62,28
01 a 31/03/2023	2.920,33	180,0000	1,50000000	0,6700	Não	16,31	0,00	16,31	1,052366437	17,16
01 a 30/04/2023	2.830,02	180,0000	1,50000000	4,5700	Não	107,78	0,00	107,78	1,046401946	112,78
01 a 31/05/2023	3.020,28	180,0000	1,50000000	6,0000	Não	151,01	0,00	151,01	1,041092375	157,22
01 a 30/06/2023	3.153,51	180,0000	1,50000000	0,5000	Não	13,14	0,00	13,14	1,040676104	13,67
01 a 31/07/2023	3.358,91	180,0000	1,50000000	0,9800	Não	27,43	0,00	27,43	1,040676104	28,55
01 a 31/08/2023	3.270,60	180,0000	1,50000000	10,4700	Não	285,36	0,00	285,36	1,037770348	296,14
01 a 30/09/2023	3.138,34	180,0000	1,50000000	2,5000	Não	65,38	0,00	65,38	1,034150820	67,61
01 a 31/10/2023	3.032,45	180,0000	1,50000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,031983654	0,00
01 a 30/11/2023	3.053,78	180,0000	1,50000000	1,9800	Não	50,39	0,00	50,39	1,028589309	51,83
01 a 31/12/2023	2.962,97	180,0000	1,50000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,024491344	0,00
01 a 31/01/2024	2.871,34	180,0000	1,50000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,021325236	0,00
01 a 01/02/2024	0,00	180,0000	1,50000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013963736	0,00
									Total	**2.770,87**

Nome: **04 - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO EM DOBRO**

Período: **05/12/2022 a 01/02/2024** Incidência(s): **FGTS / Contribuição Social / IRPF**

Comentário: **-**

((((SALÁRIO BASE + ADICIONAL NOTURNO PAGO + RSR ADICIONAL NOTURNO PAGO + 01 - ADICIONAL NOTURNO 20%) / 30,0000) X 2,00000000) X QUANTIDADE)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
05 a 31/12/2022	3.044,55	30,0000	2,00000000	1,0000	Não	202,97	0,00	202,97	1,073553182	217,90
01 a 31/01/2023	2.988,34	30,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,067680937	0,00
01 a 28/02/2023	2.788,02	30,0000	2,00000000	2,0000	Não	371,74	0,00	371,74	1,059627766	393,91
01 a 31/03/2023	2.920,33	30,0000	2,00000000	1,0000	Não	194,69	0,00	194,69	1,052366437	204,89
01 a 30/04/2023	2.830,02	30,0000	2,00000000	1,0000	Não	188,67	0,00	188,67	1,046401946	197,42
01 a 31/05/2023	3.020,28	30,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,041092375	0,00
01 a 30/06/2023	3.153,51	30,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,040676104	0,00
01 a 31/07/2023	3.358,91	30,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,040676104	0,00
01 a 31/08/2023	3.270,60	30,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,037770348	0,00
01 a 30/09/2023	3.138,34	30,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,034150820	0,00

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

((((SALÁRIO BASE + ADICIONAL NOTURNO PAGO + RSR ADICIONAL NOTURNO PAGO + 01 - ADICIONAL NOTURNO 20%) / 30,0000) X 2,00000000) X QUANTIDADE)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 31/10/2023	3.032,45	30,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,031983654	0,00
01 a 30/11/2023	3.053,78	30,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,028589309	0,00
01 a 31/12/2023	2.962,97	30,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,024491344	0,00
01 a 31/01/2024	2.871,34	30,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,021325236	0,00
01 a 01/02/2024	0,00	30,0000	2,00000000	0,0000	Não	0,00	0,00	0,00	1,013963736	0,00
									Total	**1.014,12**

Nome: **05 - CESTA BÁSICA**

Período: **05/12/2022 a 30/12/2022** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
05 a 30/12/2022	-	-	-	-	-	127,54	0,00	127,54	1,073553182	136,92
									Total	**136,92**

Nome: **06 - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS - PLR**

Período: **05/12/2022 a 01/02/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((PLR CCT) / 12,0000) X 1,00000000) X 5,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 31/03/2023	1.100,00	12,0000	1,00000000	5,0000	Não	458,33	0,00	458,33	1,052366437	482,33
									Total	**482,33**

Nome: **07 - RESSARCIMENTO DESPESA COM ALIMENTAÇÃO**

Período: **05/12/2022 a 01/02/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
01 a 30/09/2023	-	-	-	-	-	20,00	0,00	20,00	1,034150820	20,68
									Total	**20,68**

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: **08 - RESSARCIMENTO UNIFORME**

Período: **05/12/2022 a 01/02/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
05 a 31/12/2022	-	-	-	-	-	450,00	0,00	450,00	1,073553182	483,10
									Total	**483,10**

Nome: **09 - RESSARCIMENTO VALE-TRANSPORTE**

Período: **05/12/2022 a 01/02/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((DESC VALE-TRANSPORTE) / 1,0000) X 1,00000000) X 1,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
05 a 31/12/2022	164,08	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	164,08	0,00	164,08	1,073553182	176,15
01 a 31/01/2023	164,08	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	164,08	0,00	164,08	1,067680937	175,19
01 a 28/02/2023	164,08	1,0000	1,00000000	1,0000	Não	164,08	0,00	164,08	1,059627766	173,86
									Total	**525,20**

Nome: **10 - MULTA CONVENCIONAL**

Período: **05/12/2022 a 31/12/2022** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

((((SALÁRIO MÍNIMO CATEGORIA (MOTORISTA)) / 20,0000) X 1,00000000) X 6,0000)										
Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
05 a 31/12/2022	2.536,23	20,0000	1,00000000	6,0000	Não	760,87	0,00	760,87	1,073553182	816,83
									Total	**816,83**

Nome: **11 - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL**

Período: **28/02/2024 a 28/02/2024** Incidência(s): **Não há.**

Comentário: **-**

Período Mensal	**Base**	**Divisor**	**Multiplicador**	**Quantidade**	**Dobra**	**Devido**	**Pago**	**Diferença**	**Índice Correção**	**Valor Corrigido**
28 a 28/02/2024	-	-	-	-	-	4.000,00	0,00	4.000,00	1,013963736	4.055,85
									Total	**4.055,85**

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Demonstrativo de Juros sobre Verbas

Nome: JUROS SOBRE VERBAS

Ocorrência	Data Inicial	Total de Verbas	Contribuição Social	Previdência Privada	Capital	Taxa	Juros
12/2022	20/12/2022	295,17	0,00	0,00	295,17	8,7104 %	25,71
12/2022	30/12/2022	136,92	0,00	0,00	136,92	8,6351 %	11,82
12/2022	31/12/2022	7.477,00	0,00	0,00	7.477,00	8,6351 %	645,65
01/2023	31/01/2023	2.406,35	0,00	0,00	2.406,35	8,4272 %	202,79
02/2023	28/02/2023	2.221,95	0,00	0,00	2.221,95	8,3443 %	185,41
03/2023	31/03/2023	3.384,40	0,00	0,00	3.384,40	8,1053 %	274,32
04/2023	30/04/2023	1.833,32	0,00	0,00	1.833,32	8,0233 %	147,09
05/2023	31/05/2023	912,66	0,00	0,00	912,66	7,8088 %	71,27
06/2023	30/06/2023	2.715,12	0,00	0,00	2.715,12	7,6290 %	207,14
07/2023	31/07/2023	3.392,43	0,00	0,00	3.392,43	7,4711 %	253,45
08/2023	31/08/2023	2.690,28	0,00	0,00	2.690,28	7,2553 %	195,19
09/2023	30/09/2023	2.491,89	0,00	0,00	2.491,89	7,1423 %	177,98
10/2023	31/10/2023	1.658,09	0,00	0,00	1.658,09	7,0368 %	116,68
11/2023	30/11/2023	1.640,18	0,00	0,00	1.640,18	6,9593 %	114,15
12/2023	20/12/2023	2.185,69	0,00	0,00	2.185,69	6,9110 %	151,05
12/2023	31/12/2023	284,97	0,00	0,00	284,97	6,8903 %	19,64
01/2024	31/01/2024	0,00	0,00	0,00	0,00	6,8029 %	0,00
02/2024	01/02/2024	3.299,09	0,00	0,00	3.299,09	6,8025 %	224,42
02/2024	28/02/2024	4.055,85	0,00	0,00	4.055,85	6,7682 %	274,51
						Total	**3.298,27**

Demonstrativo de FGTS

Nome: FGTS 8%

Período: 12/2022 a 02/2024

Comentário: RECOLHER EM CONTA VINCULADA DO RECLAMANTE

(01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + 02 - HORAS EXTRAS 50% + 04 - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO EM DOBRO + 13º SALÁRIO SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50% + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50%) X 8%

Ocorrência	Base	Alíquota	Devido	Recolhido	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Total
12/2022	7.556,68	8%	604,53	0,00	604,53	1,073553182	649,00	56,04	705,04
01/2023	5.774,00	8%	461,92	0,00	461,92	1,067680937	493,18	41,56	534,74
02/2023	4.940,49	8%	395,24	0,00	395,24	1,059627766	418,81	34,95	453,76
03/2023	6.306,60	8%	504,53	0,00	504,53	1,052366437	530,95	43,04	573,99
04/2023	5.581,86	8%	446,55	0,00	446,55	1,046401946	467,27	37,49	504,76
05/2023	5.594,13	8%	447,53	0,00	447,53	1,041092375	465,92	36,38	502,30
06/2023	6.931,99	8%	554,56	0,00	554,56	1,040676104	577,12	44,03	621,15

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Ocorrência	Base	Alíquota	Devido	Recolhido	Diferença	Índice Correção	Valor Corrigido	Juros	Total
07/2023	8.597,65	8%	687,81	0,00	687,81	1,040676104	715,79	53,48	769,27
08/2023	7.234,13	8%	578,73	0,00	578,73	1,037770348	600,59	43,57	644,16
09/2023	6.049,23	8%	483,94	0,00	483,94	1,034150820	500,47	35,75	536,22
10/2023	5.303,92	8%	424,31	0,00	424,31	1,031983654	437,88	30,81	468,69
11/2023	4.986,59	8%	398,93	0,00	398,93	1,028589309	410,33	28,56	438,89
12/2023	9.792,13	8%	783,37	0,00	783,37	1,024491344	802,56	55,30	857,86
01/2024	0,00	8%	0,00	0,00	0,00	1,021325236	0,00	0,00	0,00
02/2024	0,00	8%	0,00	0,00	0,00	1,013963736	0,00	0,00	0,00
						Total	**7.069,87**	**540,96**	**7.610,83**

Demonstrativo de Contribuição Social

Contribuição Social sobre Salários Devidos - Período 05/12/2022 a 28/02/2024

Nome: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SEGURADO (DESCONTAR DO PRINCIPAL)

Base(s) para Salário Pago:

Base(s) para Salário Devido: 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + 02 - HORAS EXTRAS 50% + 04 - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO EM DOBRO + 13º SALÁRIO SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50% + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50%

Ocorrência	Salário Pago (A)	Alíquota (B)	Teto Segurado (C)	Contribuição Social Salário Pago (D)	Salário Devido (E)	Salário de Contribuição	Alíquota (F)	Devido Segurado (G)	Índice correção	Valor corrigido
12/2022	2.382,08	8,24 %	828,39	196,21	3.913,48	6.295,56	11,40 %	446,05	1,000000000	446,05
12/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	274,94	274,94	7,50 %	20,62	1,000000000	20,62
01/2023	2.916,42	8,69 %	877,24	253,30	2.052,00	4.968,42	10,50 %	215,50	1,000000000	215,50
02/2023	2.242,83	8,13 %	877,24	182,33	1.892,11	4.134,94	9,80 %	185,36	1,000000000	185,36
03/2023	2.759,67	8,50 %	877,24	234,49	2.741,35	5.501,02	10,84 %	297,18	1,000000000	297,18
04/2023	2.691,00	8,41 %	877,24	226,25	1.649,23	4.340,23	10,00 %	164,85	1,000000000	164,85
05/2023	3.625,00	9,33 %	876,98	338,06	725,63	4.350,63	10,00 %	72,55	1,000000000	72,55
06/2023	3.092,57	8,87 %	876,98	274,17	2.595,86	5.688,43	10,94 %	283,98	1,000000000	283,98
07/2023	4.121,79	9,78 %	876,98	402,97	3.232,40	7.354,19	11,63 %	376,02	1,000000000	376,02
08/2023	3.683,57	9,37 %	876,98	345,09	2.307,00	5.990,57	11,09 %	255,94	1,000000000	255,94
09/2023	2.917,17	8,68 %	876,98	253,12	2.324,23	5.241,40	10,68 %	248,20	1,000000000	248,20
10/2023	2.871,50	8,62 %	876,98	247,64	1.624,54	4.496,04	10,13 %	164,54	1,000000000	164,54
11/2023	2.634,50	8,32 %	876,98	219,20	1.544,21	4.178,71	9,83 %	151,86	1,000000000	151,86
12/2023	2.536,83	8,22 %	876,98	208,52	297,56	2.834,39	8,58 %	25,53	1,000000000	25,53
12/2023	2.772,86	8,50 %	876,98	235,81	2.133,44	4.906,30	10,45 %	222,99	1,000000000	222,99
Observação:	**D = A x B limitado a C**	**e**	**G = menor valor entre (C - D) e (E x F)**						**Total**	**3.131,17**

A partir de Março/2020, na coluna Alíquota, consta a alíquota efetiva de apuração da contribuição social.

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Nome: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SEGURADO (RECOLHER À PREVIDÊNCIA)

Base(s) para Salário Pago:

Base(s) para Salário Devido: 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + 02 - HORAS EXTRAS 50% + 04 - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO EM DOBRO + 13º SALÁRIO SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50% + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50%

Ocorrência	Salário Pago (A)	Alíquota (B)	Teto Segurado (C)	Cont. Social Sal. Pago (D)	Salário Devido (E)	Salário de Contribuição	Alíquota (F)	Devido Segurado (G)	Índice correção	Valor corrigido	Juros	Multa	Total
12/2022	2.382,08	8,24 %	828,39	196,21	3.913,48	6.295,56	11,40 %	446,05	1,000000000	446,05	93,00	-	539,05
12/2022	0,00	7,50 %	828,39	0,00	274,94	274,94	7,50 %	20,62	1,000000000	20,62	4,53	-	25,15
01/2023	2.916,42	8,69 %	877,24	253,30	2.052,00	4.968,42	10,50 %	215,50	1,000000000	215,50	42,94	-	258,44
02/2023	2.242,83	8,13 %	877,24	182,33	1.892,11	4.134,94	9,80 %	185,36	1,000000000	185,36	34,77	-	220,13
03/2023	2.759,67	8,50 %	877,24	234,49	2.741,35	5.501,02	10,84 %	297,18	1,000000000	297,18	53,01	-	350,19
04/2023	2.691,00	8,41 %	877,24	226,25	1.649,23	4.340,23	10,00 %	164,85	1,000000000	164,85	27,56	-	192,41
05/2023	3.625,00	9,33 %	876,98	338,06	725,63	4.350,63	10,00 %	72,55	1,000000000	72,55	11,35	-	83,90
06/2023	3.092,57	8,87 %	876,98	274,17	2.595,86	5.688,43	10,94 %	283,98	1,000000000	283,98	41,40	-	325,38
07/2023	4.121,79	9,78 %	876,98	402,97	3.232,40	7.354,19	11,63 %	376,02	1,000000000	376,02	50,53	-	426,55
08/2023	3.683,57	9,37 %	876,98	345,09	2.307,00	5.990,57	11,09 %	255,94	1,000000000	255,94	31,91	-	287,85
09/2023	2.917,17	8,68 %	876,98	253,12	2.324,23	5.241,40	10,68 %	248,20	1,000000000	248,20	28,46	-	276,66
10/2023	2.871,50	8,62 %	876,98	247,64	1.624,54	4.496,04	10,13 %	164,54	1,000000000	164,54	17,35	-	181,89
11/2023	2.634,50	8,32 %	876,98	219,20	1.544,21	4.178,71	9,83 %	151,86	1,000000000	151,86	14,66	-	166,52
12/2023	2.536,83	8,22 %	876,98	208,52	297,56	2.834,39	8,58 %	25,53	1,000000000	25,53	2,21	-	27,74
12/2023	2.772,86	8,50 %	876,98	235,81	2.133,44	4.906,30	10,45 %	222,99	1,000000000	222,99	21,54	-	244,53
Observação:	**D = A x B limitado a C**		**e**	**G = menor valor entre (C - D) e (E x F)**					**Total**	**3.131,17**	**475,22**	**0,00**	**3.606,39**

A partir de Março/2020, na coluna Alíquota, consta a alíquota efetiva de apuração da contribuição social.

Nome: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL EMPRESA

Base(s) para Salário Devido: 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + 02 - HORAS EXTRAS 50% + 04 - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO EM DOBRO + 13º SALÁRIO SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50% + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50%

Ocorrência	Salário Devido (A)	Alíquota (B)	Devido Empresa (C)	Índice correção	Valor corrigido	Juros	Multa	Total
12/2022	3.913,48	20,0000 %	782,70	1,000000000	782,70	163,19	-	945,89
12/2022	274,94	20,0000 %	54,99	1,000000000	54,99	12,08	-	67,07
01/2023	2.052,00	20,0000 %	410,40	1,000000000	410,40	81,79	-	492,19
02/2023	1.892,11	20,0000 %	378,42	1,000000000	378,42	70,99	-	449,41
03/2023	2.741,35	20,0000 %	548,27	1,000000000	548,27	97,81	-	646,08
04/2023	1.649,23	20,0000 %	329,85	1,000000000	329,85	55,15	-	385,00
05/2023	725,63	20,0000 %	145,13	1,000000000	145,13	22,71	-	167,84
06/2023	2.595,86	20,0000 %	519,17	1,000000000	519,17	75,69	-	594,86
07/2023	3.232,40	20,0000 %	646,48	1,000000000	646,48	86,88	-	733,36

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Ocorrência	Salário Devido (A)	Alíquota (B)	Devido Empresa (C)	Índice correção	Valor corrigido	Juros	Multa	Total
08/2023	2.307,00	20,0000 %	461,40	1,000000000	461,40	57,53	-	518,93
09/2023	2.324,23	20,0000 %	464,85	1,000000000	464,85	53,31	-	518,16
10/2023	1.624,54	20,0000 %	324,91	1,000000000	324,91	34,27	-	359,18
11/2023	1.544,21	20,0000 %	308,84	1,000000000	308,84	29,83	-	338,67
12/2023	297,56	20,0000 %	59,51	1,000000000	59,51	5,17	-	64,68
12/2023	2.133,44	20,0000 %	426,69	1,000000000	426,69	41,21	-	467,90
Observação: C = A x B				**Total**	**5.861,61**	**887,61**	**0,00**	**6.749,22**

Nome: SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO (SAT)

Base(s) para Salário Devido: 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + 02 - HORAS EXTRAS 50% + 04 - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO EM DOBRO + 13º SALÁRIO SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50% + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50%

Ocorrência	Salário Devido (A)	Alíquota (B)	Devido SAT (C)	Índice correção	Valor corrigido	Juros	Multa	Total
12/2022	3.913,48	3,0000 %	117,40	1,000000000	117,40	24,47	-	141,87
12/2022	274,94	3,0000 %	8,25	1,000000000	8,25	1,81	-	10,06
01/2023	2.052,00	3,0000 %	61,56	1,000000000	61,56	12,26	-	73,82
02/2023	1.892,11	3,0000 %	56,76	1,000000000	56,76	10,64	-	67,40
03/2023	2.741,35	3,0000 %	82,24	1,000000000	82,24	14,67	-	96,91
04/2023	1.649,23	3,0000 %	49,48	1,000000000	49,48	8,27	-	57,75
05/2023	725,63	3,0000 %	21,77	1,000000000	21,77	3,40	-	25,17
06/2023	2.595,86	3,0000 %	77,88	1,000000000	77,88	11,35	-	89,23
07/2023	3.232,40	3,0000 %	96,97	1,000000000	96,97	13,03	-	110,00
08/2023	2.307,00	3,0000 %	69,21	1,000000000	69,21	8,63	-	77,84
09/2023	2.324,23	3,0000 %	69,73	1,000000000	69,73	7,99	-	77,72
10/2023	1.624,54	3,0000 %	48,74	1,000000000	48,74	5,14	-	53,88
11/2023	1.544,21	3,0000 %	46,33	1,000000000	46,33	4,47	-	50,80
12/2023	297,56	3,0000 %	8,93	1,000000000	8,93	0,77	-	9,70
12/2023	2.133,44	3,0000 %	64,00	1,000000000	64,00	6,18	-	70,18
Observação: C = A x B				**Total**	**879,25**	**133,08**	**0,00**	**1.012,33**

eSocial - Evento S-2500

Período de Referência	Base de Cálculo - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - 13º Salário - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - FGTS
12/2022	3.913,48	274,94	7.556,68
01/2023	2.052,00	0,00	5.774,00
02/2023	1.892,11	0,00	4.940,49
03/2023	2.741,35	0,00	6.306,60

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Período de Referência	Base de Cálculo - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - 13º Salário - Contribuição Previdenciária	Base de Cálculo - FGTS
04/2023	1.649,23	0,00	5.581,86
05/2023	725,63	0,00	5.594,13
06/2023	2.595,86	0,00	6.931,99
07/2023	3.232,40	0,00	8.597,65
08/2023	2.307,00	0,00	7.234,13
09/2023	2.324,23	0,00	6.049,23
10/2023	1.624,54	0,00	5.303,92
11/2023	1.544,21	0,00	4.986,59
12/2023	297,56	2.133,44	9.792,13
01/2024	0,00	0,00	0,00
02/2024	0,00	0,00	0,00

Demonstrativo de Honorários

Nome: HONORÁRIOS DEVIDOS PELO RECLAMADO

Valores Calculados					C=(A x B)
Composição de Base: (Bruto) x 10,00%					
Ocorrência	**Descrição**	**Credor**	**Base (A)**	**Alíquota (B)**	**Valor (C)**
20/11/2024	HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	SAULO MOREIRA GROSSI	53.990,46	10,00 %	5.399,05
				Total	**5.399,05**

Demonstrativo de Imposto de Renda

Rendimentos Recebidos Acumuladamente Relativos a Anos-Calendário Anteriores ao do Recebimento - 05/12/2022 a 31/12/2023

Nome: TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + 02 - HORAS EXTRAS 50% + 04 - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO EM DOBRO + 13º SALÁRIO SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50% + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50%

Verbas	Juros	Quant. de Meses	Contribuição Social	Previdência Privada	Pensão Alimentícia	Honorários	Dependentes	Aposentado > 65 anos	Base	Faixa	Alíquota	Dedução	Devido
30.490,49	-	15	3.131,17	0,00	0,00	0,00	-	-	27.359,32	0,00 à 33.888,00	0,00 %	0,00	0,00

Rendimentos Recebidos Acumuladamente Relativos ao Ano-Calendário do Recebimento - 01/01/2024 a 01/02/2024

Nome: TRIBUTAÇÃO NORMAL

01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + 02 - HORAS EXTRAS 50% + 04 - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO EM DOBRO + 13º SALÁRIO SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + 13º SALÁRIO SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 01 - ADICIONAL NOTURNO 20% + FÉRIAS + 1/3 SOBRE 02 - HORAS EXTRAS 50% + REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO SOBRE 02 - HORAS

PJe Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

EXTRAS 50%												
Verbas	**Juros**	**Contribuição Social**	**Previdência Privada**	**Pensão Alimentícia**	**Honorários**	**Dependentes**	**Aposentado > 65 anos**	**Base**	**Faixa**	**Alíquota**	**Dedução**	**Devido**
0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00 à 2.259,20	0,00 %	0,00	0,00
											Total Devido	**0,00**

Demonstrativo de Custas Judiciais
Custas pelo Reclamado

Nome: CUSTAS DE CONHECIMENTO **F = [((A submetido a B) x D) +E]**

Ocorrência	Valor (A)	Piso (B)	Teto (C)	Índice correção (D)	Valor corrigido	Juros (E)	Total (F)
12/03/2025	500,00	10,64	-	1,000000000	500,00	-	500,00

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Devido	Recolhido	Diferença
20/11/2024	500,00	0,00	500,00

Documento assinado eletronicamente por SAULO MOREIRA GROSSI, em 04/07/2025, às 09:46:49 - f20ae1a
https://pje.trt3.jus.br/pjekz/validacao/25070409463167600000221487915?instancia=1
Número do processo: 0010171-04.2024.5.03.0022
Número do documento: 25070409463167600000221487915

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 32

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0010171-04.2024.5.03.0022

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 28/02/2024
Valor da causa: R$ 108.522,72

Partes:
AUTOR: ANTONIO MARCIO FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADO: SAULO MOREIRA GROSSI
RÉU: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO
RÉU: CLOVIS NASCIMENTO MARTINS
ADVOGADO: VALDEMIR DA SILVA PINTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
22ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE
ATOrd 0010171-04.2024.5.03.0022
AUTOR: ANTONIO MARCIO FERREIRA DE SOUZA
RÉU: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA

Vistos.

Antes de tudo, **retifiquem-se** os dados cadastrais da reclamada, fazendo constar que ela se encontra em Recuperação Judicial.

Ante o silêncio da ré, homologam-se os cálculos apresentados pelo exequente, nos termos do resumo id n.º f20ae1a.

Intime-se a ré para os fins colimados no art. 884 da CLT.

BELO HORIZONTE/MG, 21 de julho de 2025.

LUISA AZEVEDO BRUGNOLI RIBEIRO
Juíza do Trabalho Substituta

Documento assinado eletronicamente por LUISA AZEVEDO BRUGNOLI RIBEIRO, em 21/07/2025, às 14:35:58 - 9122163
https://pje.trt3.jus.br/pjekz/validacao/25072111165505900000222703292?instancia=1
Número do processo: 0010171-04.2024.5.03.0022
Número do documento: 25072111165505900000222703292

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 33

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 1001915-71.2025.5.02.0079

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 19/08/2025
Valor da causa: R$ 150.704,90

Partes:

RECLAMANTE: JULIANA ARRUDA MENEZES
ADVOGADO: JULIO CESAR NASCIMENTO DE FARIA
ADVOGADO: JECKSON ANGELO DE SOUZA
RECLAMADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: RAPIDO LINENSE LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: TRANSPORTES LABOR LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

FAYAD, TOMAZETI & PINTO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DO TRABALHO DA 79ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO/SP.

PROCESSO Nº 1001915-71.2025.5.15.0068

M.G TRANSPORTES JUNQUEIRÓPOLIS LTDA (em recuperação judicial) e JULIANA ARRUDA MENEZES, ambos devidamente qualificados nos autos da **AÇÃO TRABALHISTA**, processo em epígrafe, em trâmite perante este Douto Juízo e respectiva secretaria, vêm, mui respeitosamente perante Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores, abaixo assinados, noticiar que firmaram um acordo nos termos seguintes:-

A reclamada pagará a autora a quantia líquida de R$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais) e R$5.175,00 à título de honorários advocatícios ao seu patrono, totalizando o valor de R$39.675,00.

(18) 99133-2642 @ftpadvogados
jorge@ftp.adv.br Rua Luiz Cunha, 247, Bairro Vila Nova, Presidente Prudente/SP, CEP 19010-310.

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 10/11/2025, às 14:22:52 - 336e93b

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

FAYAD, TOMAZETI & PINTO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

A reclamada reconhece a demissão imotivada, com data de término do contrato de trabalho no dia 15/08/2025, requerendo as partes a emissão de alvará para saque do FGTS depositado, bem como para a percepção do seguro desemprego.

Conforme fazem prova os inclusos documentos, a reclamada ajuizou pedido de recuperação judicial, com deferimento do seu processamento e prorrogação do "stay period".

Assim, requerem as partes a expedição de certidão para habilitação do valor acordado (valor reclamante e honorários) junto ao processo nº **1184729-04.2024.8.26.0100** em trâmite junto **a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central Cível da Capital do Estado de São Paulo – SP.**

Compõem o presente acordo as seguintes verbas:

Aviso Prévio Indenizado : R$2.925,00

Férias vencidas + 1/3 : R$ 3.250,00

Férias (prop. + 1/3) : R$ 2.437,00

FGTS sobre as verbas: 688,00

FGTS não depositado: R$ 5.530,00

Multa de 40% do FGTS: R$ 2.650,00

Multa do artigo 467 : R$8.700,00

Indenização por danos morais: R$ 8.320,00

Honorários Advocatícios: R$5.175,00

Total Geral: R$ 39.675,00

(18) 99133-2642 @ftpadvogados
jorge@ftp.adv.br Rua Luiz Cunha, 247, Bairro Vila Nova, Presidente Prudente/SP, CEP 19010-310.

PJe Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 10/11/2025, às 14:22:52 - 336e93b

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

FAYAD, TOMAZETI & PINTO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

As custas processuais serão arcadas pela autora, que requer isenção do pagamento por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita.

Cumprido o presente acordo as partes se dão por satisfeitas e quitam de forma geral e irrestrita o objeto da presente ação, bem como todas as verbas do extinto contrato de trabalho para nada mais reclamar seja a que título for.

E por estarem satisfeitas, as partes requerem de Vossa Excelência a homologação do presente acordo.

Termos em que,

P. Deferimento.

Presidente Prudente (SP), 10 de novembro de 2.025.

JECKSON ANGELO DE SOUZA:26761539862

Assinado de forma digital por JECKSON ANGELO DE SOUZA:26761539862
Dados: 2025.11.10 12:27:38 -03'00'

JORGE LUIS FAYAD
OAB/SP 148.893

JECKSON ANGELO DE SOUZA
OAB/SP 358.741

(18) 99133-2642 @ftpadvogados
jorge@ftp.adv.br Rua Luiz Cunha, 247, Bairro Vila Nova, Presidente Prudente/SP, CEP 19010-310.

Documento assinado eletronicamente por JORGE LUIS FAYAD, em 10/11/2025, às 14:22:52 - 336e93b
https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/25111014215540100000430116909?instancia=1
Número do processo: 1001915-71.2025.5.02.0079
Número do documento: 25111014215540100000430116909

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 34

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 1001915-71.2025.5.02.0079

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 19/08/2025
Valor da causa: R$ 150.704,90

Partes:

RECLAMANTE: JULIANA ARRUDA MENEZES
ADVOGADO: JULIO CESAR NASCIMENTO DE FARIA
ADVOGADO: JECKSON ANGELO DE SOUZA
RECLAMADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: RAPIDO LINENSE LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: TRANSPORTES LABOR LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
79ª Vara do Trabalho de São Paulo
ATOrd 1001915-71.2025.5.02.0079
RECLAMANTE: JULIANA ARRUDA MENEZES
RECLAMADO(A): EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial) E OUTROS (7)

ATA DE AUDIÊNCIA

Em 11 de novembro de 2025, na sala de sessões da MM. 79ª Vara do Trabalho de São Paulo, sob a direção do(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) do Trabalho ANNA KARENINA MENDES GOES, realizou-se audiência relativa à Ação Trabalhista - Rito Ordinário número 1001915-71.2025.5.02.0079, supramencionada.

Às 10:36, aberta a audiência, foram apregoadas as partes.

Presente a parte reclamante JULIANA ARRUDA MENEZES, pessoalmente, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). JULIO CESAR NASCIMENTO DE FARIA, OAB 371358/SP.

Presente a parte reclamada EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial), representado(a) pelo(a) preposto(a) Sr.(a) ANSELMO DOS SANTOS JUNIOR, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). JORGE LUIS FAYAD, OAB 148893/SP.

Presente a parte reclamada MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (em Recuperação Judicial), representado(a) pelo(a) preposto(a) Sr.(a) ANSELMO DOS SANTOS JUNIOR, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). JORGE LUIS FAYAD, OAB 148893/SP.

Presente a parte reclamada EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA, representado(a) pelo(a) preposto(a) Sr.(a) ANSELMO DOS SANTOS JUNIOR, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). JORGE LUIS FAYAD, OAB 148893/SP.

Presente a parte reclamada M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA (em Recuperação Judicial), representado(a) pelo(a) preposto(a) Sr.(a) ANSELMO DOS SANTOS JUNIOR, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). JORGE LUIS FAYAD, OAB 148893/SP.

Presente a parte reclamada MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA (em Recuperação Judicial), representado(a) pelo(a) preposto(a) Sr.(a) ANSELMO DOS SANTOS JUNIOR, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). JORGE LUIS FAYAD, OAB 148893/SP.

Documento assinado eletronicamente por ANNA KARENINA MENDES GOES, em 11/11/2025, às 11:57:10 - ce4fc78

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Presente a parte reclamada RAPIDO LINENSE LTDA, representado(a) pelo(a) preposto(a) Sr.(a) ANSELMO DOS SANTOS JUNIOR, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). JORGE LUIS FAYAD, OAB 148893/SP.

Presente a parte reclamada TRANSPORTES LABOR LTDA, representado (a) pelo(a) preposto(a) Sr.(a) ANSELMO DOS SANTOS JUNIOR, acompanhado(a) de seu (a) advogado(a), Dr(a). JORGE LUIS FAYAD, OAB 148893/SP.

Presente a parte reclamada TRANSPORTES LABOR LTDA, representado (a) pelo(a) preposto(a) Sr.(a) ANSELMO DOS SANTOS JUNIOR, acompanhado(a) de seu (a) advogado(a), Dr(a). JORGE LUIS FAYAD, OAB 148893/SP.

Deferido prazo de cinco dias para regularização processual àquelas partes que assim necessitarem.

Fica registrado para os devidos fins que parte e patrono da reclamante, bem como a Magistrada que preside o ato e este secretário, estão presentes nas instalações físicas da 79ª Vara do Trabalho durante esta audiência. A parte reclamada participa por videoconferência.

A presente ata é válida como comprovante de comparecimento aos presentes, com base no artigo 473, VIII da CLT.

CONCILIAÇÃO: As partes se conciliam nos termos da petição de id. 336e93b.

As reclamadas pagarão à reclamante, em troca de quitação do postulado na inicial, a quantia líquida de R$ 39.675,00, mediante habilitação do valor acordado junto ao Juízo da recuperação judicial.

DISCRIMINAÇÃO das verbas, conforme petição de acordo, sendo a quantia líquida de R$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais) ao reclamante e R$ 5.175,00 à título de honorários advocatícios ao seu patrono.

A reclamada procederá à baixa na CTPS digital da reclamante para constar a data de 11/11/2025, no prazo de 10 dias.

Documento assinado eletronicamente por ANNA KARENINA MENDES GOES, em 11/11/2025, às 11:57:10 - ce4fc78

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

A presente ata tem força de ALVARÁ perante a CEF para liberação do FGTS, respondendo a reclamada pelo valor depositado, suprindo a inexistência do TRCT, dos recolhimentos rescisórios do FGTS, e do carimbo de baixa da CTPS.

Nome do autor: JULIANA ARRUDA MENEZES

CPF: 408.904.118-08

Nº.PIS 207.89123.05-8

Data de admissão: 10/01/2023

Data de demissão: 11/11/2025

Dispensa imotivada.

Empregador: M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA

CNPJ: 07.856.710/0001-67

A presente ata possui força de ALVARÁ perante a CEF, SINE e demais órgãos competentes para liberação do seguro-desemprego, suprindo, inclusive, a inexistência do TRCT, das guias SD/CD e do carimbo de baixa da CTPS. Nº. PIS 207.89123.05-8.

Caso o reclamante seja optante do saque-aniversário do FGTS, defere-se o alvará apenas para o levantamento da multa rescisória, nos termos do § 7º do artigo 20-D da Lei nº 8.036/1990. Assinale-se que a opção pelo saque-aniversário afasta a possibilidade de saque-rescisão, nos termos do artigo 20-A, incisos I e II, e § 2º, incisos I e II da Lei n. 8.036/1990

HOMOLOGO. Custas pela parte reclamante no importe de R$793,50, calculadas sobre R$39.675,00 (100%), dispensadas na forma da lei.

A presente ata tem força de ofício para habilitação do crédito no processo nº 1184729.04.2024.8.26.0100 em trâmite junto a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central Cível da Capital do Estado de São Paulo SP.

Documento assinado eletronicamente por ANNA KARENINA MENDES GOES, em 11/11/2025, às 11:57:10 - ce4fc78

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Não há recolhimentos previdenciários nem fiscais a serem comprovados, ante o caráter indenizatório das parcelas que compõem o acordo.

Cumprido, arquivem-se.

Descumprido, cite-se.

Cientes os presentes.

Audiência encerrada às 10:44.

Nada mais.

ANNA KARENINA MENDES GOES
Juiz(a) do Trabalho

Ata redigida por *JULIANA PUBLIO DONATO DE OLIVEIRA*, *Secretário(a) de Audiência.*

Documento assinado eletronicamente por ANNA KARENINA MENDES GOES, em 11/11/2025, às 11:57:10 - ce4fc78
https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/25111111555052500000430355587?instancia=1
Número do processo: 1001915-71.2025.5.02.0079
Número do documento: 25111111555052500000430355587

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 35

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 1001915-71.2025.5.02.0079

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 19/08/2025
Valor da causa: R$ 150.704,90

Partes:

RECLAMANTE: JULIANA ARRUDA MENEZES
ADVOGADO: JULIO CESAR NASCIMENTO DE FARIA
ADVOGADO: JECKSON ANGELO DE SOUZA
RECLAMADO: EXPRESSO ADAMANTINA LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: MARIA IVONEIDE NASCIMENTO MARTINS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: EMPRESA DE ONIBUS ROMEIRO LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: M.G.TRANSPORTES - JUNQUEIROPOLIS LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: MARTINS & GUIMARAES TRANSPORTE E TURISMO LTDA (em Recuperação Judicial)
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: RAPIDO LINENSE LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD
RECLAMADO: TRANSPORTES LABOR LTDA
ADVOGADO: JORGE LUIS FAYAD

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

FGTS

JULIANA ARRUDA MENEZES

CAIXA

EMPREGADOR **M G TRANSPORTES JUNQUEIROPOLIS LTDA ME**	DATA DE ADMISSÃO **10/01/2023**	PIS/PASEP **207.89123.05-8**
CARTEIRA DE TRABALHO **4089041/1808**	INCRIÇÃO DO EMPREGADOR **7856710000167**	Nº DA CONTA (COD. ESTABELECIMENTO/CONTA) **9971606855926 / 76520 - FGC/BU**
DATA DE OPÇÃO **10/01/2023**	DATA E CÓDIGO DE AFASTAMENTO **31/01/2025**	CATEGORIA **1**
TIPO DE CONTA **OPTANTE**	TAXA DE JUROS **3 % A.A**	VALOR PARA FINS RECISÓRIOS **R$ 1.100,05**

Histórico de Movimentações **FEVEREIRO/2023 - JULHO/2024**

DATA	LANÇAMENTO	VALOR	TOTAL
	SALDO ANTERIOR	0,00	0,00
10/02/2023	150-DEPOSITO EM ATRASO JANEIRO 2023	R$ 101,28	R$ 101,28
10/03/2023	CREDITO DE JAM 0,003298	R$ 0,33	R$ 101,61
14/03/2023	150-DEPOSITO EM ATRASO FEVEREIRO 2023	R$ 132,20	R$ 233,81
10/04/2023	CREDITO DE JAM 0,004864	R$ 1,13	R$ 234,94
14/04/2023	150-DEPOSITO EM ATRASO MARCO 2023	R$ 185,17	R$ 420,11
10/05/2023	CREDITO DE JAM 0,003289	R$ 1,38	R$ 421,49
11/05/2023	150-DEPOSITO EM ATRASO ABRIL 2023	R$ 143,96	R$ 565,45
10/06/2023	CREDITO DE JAM 0,004618	R$ 2,61	R$ 568,06
15/06/2023	150-DEPOSITO EM ATRASO MAIO 2023	R$ 158,27	R$ 726,33
10/07/2023	CREDITO DE JAM 0,004269	R$ 3,10	R$ 729,43
14/07/2023	150-DEPOSITO EM ATRASO JUNHO 2023	R$ 143,02	R$ 872,45
10/08/2023	CREDITO DE JAM 0,004051	R$ 3,53	R$ 875,98
15/08/2023	150-DEPOSITO EM ATRASO JULHO 2023	R$ 138,81	R$ 1.014,79
10/09/2023	CREDITO DE JAM 0,004631	R$ 4,69	R$ 1.019,48
10/10/2023	CREDITO DE JAM 0,003599	R$ 3,66	R$ 1.023,14
10/11/2023	CREDITO DE JAM 0,003524	R$ 3,60	R$ 1.026,74
10/12/2023	CREDITO DE JAM 0,003243	R$ 3,32	R$ 1.030,06
10/01/2024	CREDITO DE JAM 0,003157	R$ 3,25	R$ 1.033,31
10/02/2024	CREDITO DE JAM 0,003343	R$ 3,45	R$ 1.036,76
10/03/2024	CREDITO DE JAM 0,002545	R$ 2,63	R$ 1.039,39
01/04/2024	SAQUE DEP - COD 60	R$ - 28,78	R$ 1.010,61
01/04/2024	SAQUE DEP - COD 60F	R$ - 338,05	R$ 672,56
01/04/2024	SAQUE JAM - COD 60F	R$ - 36,68	R$ 635,88
10/04/2024	CREDITO DE JAM 0,002798	R$ 1,77	R$ 637,65
21/04/2024	REGULARIZACAO CREDITO DE JAM	R$ 0,65	R$ 638,30
21/05/2024	CREDITO DE JAM 0,003491	R$ 2,22	R$ 640,52
21/06/2024	CREDITO DE JAM 0,003338	R$ 2,13	R$ 642,65
21/07/2024	CREDITO DE JAM 0,002832	R$ 1,81	R$ 644,46

Histórico emitido em: 15/08/2025 - 13:35 **Para uso da Caixa: 017414**

PJe Documento assinado eletronicamente por JECKSON ANGELO DE SOUZA, em 19/08/2025, às 13:13:59 - 0dfbe01

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Histórico de Movimentações

JULHO/2024 - JULHO/2025

DATA	LANÇAMENTO	VALOR	TOTAL
21/07/2024	AC CRED DIST RESULTADO ANO BASE 12/2023	R$ 27,74	R$ 672,20
21/08/2024	CREDITO DE JAM 0,003207	R$ 2,15	R$ 674,35
21/09/2024	CREDITO DE JAM 0,003175	R$ 2,14	R$ 676,49
21/10/2024	CREDITO DE JAM 0,003142	R$ 2,12	R$ 678,61
21/11/2024	CREDITO DE JAM 0,003445	R$ 2,33	R$ 680,94
21/12/2024	CREDITO DE JAM 0,003116	R$ 2,12	R$ 683,06
21/01/2025	CREDITO DE JAM 0,003290	R$ 2,24	R$ 685,30
21/02/2025	CREDITO DE JAM 0,004160	R$ 2,85	R$ 688,15
21/03/2025	CREDITO DE JAM 0,003793	R$ 2,61	R$ 690,76
01/04/2025	SAQUE JAM - COD 60	R$ - 7,43	R$ 683,33
01/04/2025	SAQUE DEP - COD 60F	R$ - 22,57	R$ 660,76
01/04/2025	SAQUE JAM - COD 60F	R$ - 19,71	R$ 641,05
01/04/2025	SAQUE DEP - COD 60F	R$ - 275,26	R$ 365,79
21/04/2025	CREDITO DE JAM 0,003560	R$ 1,30	R$ 367,09
21/05/2025	CREDITO DE JAM 0,004159	R$ 1,52	R$ 368,61
21/06/2025	CREDITO DE JAM 0,004182	R$ 1,54	R$ 370,15
21/07/2025	CREDITO DE JAM 0,004169	R$ 1,54	R$ 371,69
21/07/2025	AC CRED DIST RESULTADO ANO BASE 12/2024	R$ 13,95	R$ 385,64

Histórico emitido em: 15/08/2025 - 13:35

Para uso da Caixa: 017414

Documento assinado eletronicamente por JECKSON ANGELO DE SOUZA, em 19/08/2025, às 13:13:59 - 0dfbe01
https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/25081913112931700000415353187?instancia=1
Número do documento: 25081913112931700000415353187

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

CEMLAW
CAVALLARO & MICHELMAN
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 36

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Tozzini Freire.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª UNIDADE JURISDICIONAL CÍVEL - 9º JD DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

Autos nº 5021760-34.2025.8.13.0024

BUSER BRASIL TECNOLOGIA LTDA., já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, que lhe move **MARIA CELIA FERREIRA DA SILVA, ALVINA FERREIRA DA SILVA, JORGE FERREIRA DA SILVA, ALEXANDRE ESTEVAO FORTUNATO FERREIRA e LIDYA VITORIA FORTUNATO FERREIRA**, vem, por seus advogados, perante Vossa Excelência, informar e requerer o que segue.

1. Vem a BUSER comprovar o pagamento de sua quota-parte da condenação, consoante cálculos e comprovante de depósito judicial anexos, realizado em **11/12/2025**, no valor de **R$6.435,26.**

2. **Ante o exposto, em razão do cumprimento de sua quota parte da condenação, requer seja o feito em epígrafe devidamente extinto e arquivado, em face da BUSER com base no art. 924, II, do Código de Processo Civil.**

3. Por fim, requer que todas as publicações e notificações referentes ao presente processo sejam veiculadas **exclusivamente** em nome do advogado **Celso de Faria Monteiro, OAB/MG 145.559, sob pena de nulidade**, nos termos do art. 272, § 5º, do Código de Processo Civil.

Nesses termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2025.

Celso de Faria Monteiro
OAB/MG 145.559

Tozzini, Freire, Teixeira e Silva
Avenida Bailarina Selma Parada, 505, Edifício Sky Galleria, 5º. andar 13092-599 Campinas SP
T 19 3207-3666
TOZZINIFREIRE.COM.BR

Número do documento: 25121217553849400010594095138
https://pje-debug.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25121217553849400010594095138
Assinado eletronicamente por: CELSO DE FARIA MONTEIRO - 12/12/2025 17:55:38

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

DrCalc.net Índices e Cálculos na Web

Descobrir mais Planilha Débitos Judiciais Taxa CDI Cálculo Atualização Monetária Cálculos Judiciais Web Taxa Selic Histórico

Home | Cálculos | Séries históricas | Câmbio/Moedas | Data/hora | Conversores | Artigos | Institucional |

Voltar Versão para Impressão Salvar Planilha Layout Vertical

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: novembro/2025
Indexador utilizado: IPCA (IBGE)
Juros Moratórios - Taxa Legal - art 406/Lei 14.905/24, a partir de 30/08/24; 12% a.a. de 12/02/03 a 30/08/24; 6% a.a anterior a 11/02/03 - a partir de 31/01/2025
Acréscimo de 0,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 0,00% - (não aplicável sobre a multa).

ATENÇÃO **O valor informado foi corrigido para o dia 01/11/2025, pois não existe índice cadastrado para a data final informada.**

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS MORATÓRIOS TAXA LEGAL	TOTAL
1	Danos Materiais	05/09/2024	204,50	216,22	17,57	233,79
		TOTAIS	**204,50**	**216,22**	**17,57**	**233,79**
				Subtotal		R$ 233,79
				TOTAL GERAL		R$ 233,79

Descobrir mais Consultoria de financiamento imobiliário Cálculo Atualização Monetária Planilha Tabela Price Planilhas de Software para finanças Acompanhamento Índices Financeiros Software de gestão de dívidas Calculadoras financeiras av Cursos de contabilidade Cálculos Judiciais Web

Quem somos Contato Termos de Uso

Nossos serviços são públicos e gratuitos.
Esclarecemos que nossos recursos se destinam a auxiliar o usuário na elaboração dos diversos cálculos aqui disponibilizados, que não devem prescindir de um profissional capacitado.
O usuário que utiliza os nossos serviços o faz por sua conta e risco, e aceita que não temos qualquer responsabilidade por danos de qualquer natureza resultantes desta utilização.
Apesar dos cuidados na coleta e manuseio, o DrCalc.net não se responsabiliza pelas informações e cálculos aqui disponibilizados, eximindo-se de quaisquer perdas, danos (direitos,indiretos ou incidentais), custos e lucros ces

DrCalc.net / DrCalc.net.br - Todos os direitos reservados

Número do documento: 25121217553860800010594099582
https://pje-debug.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25121217553860800010594099582
Assinado eletronicamente por: CELSO DE FARIA MONTEIRO - 12/12/2025 17:55:38

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: novembro/2025
Indexador utilizado: IPCA (IBGE)
Juros Moratórios - Taxa Legal - art 406/Lei 14.905/24, a partir de 30/08/24; 12% a.a. de 12/02/03 a 30/08/24; 6% a.a anterior a 11/02/03 - a partir de 10/11/2025
Acréscimo de 0,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 0,00% - (não aplicável sobre a multa).

ATENÇÃO **O valor informado foi corrigido para o dia 01/11/2025, pois não existe índice cadastrado para a data final informada.**

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS MORATÓRIOS TAXA LEGAL	TOTAL
1	Danos Morais	10/11/2025	12.500,00	12.500,00	136,72	12.636,72
		TOTAIS	12.500,00	12.500,00	136,72	12.636,72
				Subtotal		R$ 12.636,72
				TOTAL GERAL		R$ 12.636,72

Descobrir mais Cursos de contabilidade | Cálculo Atualização Monetária | Análise Índices Económicos | Software de gestão | Planilha Reajuste Aluguéis | Ferramentas de conversão de moedas | Indicadores Económicos | Ações e investimento | Ferramentas de análise de mercado | Planilhas de débito judicial

Descobrir mais Simulação de crédito habitação | Cursos de contabilidade | Câmbio Moedas | Séries Históricas | Taxa Se | Assinatura de relatórios económicos | Calculadoras financeiras avançadas | Tabela IPCA (IBGE) | Ferramentas de análise de | Cursos de direito financeiro

Quem somos Contato Termos de Uso

Nossos serviços são públicos e gratuitos.
Esclarecemos que nossos recursos se destinam a auxiliar o usuário na elaboração dos diversos cálculos aqui disponibilizados, que não devem prescindir de um profissional capacitado.
O usuário que utiliza os nossos serviços o faz por sua conta e risco, e aceita que não temos qualquer responsabilidade por danos de qualquer natureza resultantes desta utilização.
Apesar dos cuidados na coleta e manuseio, o DrCalc.net não se responsabiliza pelas informações e cálculos aqui disponibilizados, eximindo-se de quaisquer perdas, danos (direitos,indiretos ou incidentais), custos e lucros ces

DrCalc.net / DrCalc.net.br - Todos os direitos reservados

Número do documento: 25121217553871700010594108398
https://pje-debug.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25121217553871700010594108398
Assinado eletronicamente por: CELSO DE FARIA MONTEIRO - 12/12/2025 17:55:38

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

INSTRUÇÕES:
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA
Autor: ALVINA FERREIRA DA SILVA
Réu: BUSER BRASIL TECNOLOGIA LTDA
1º Grau Belo Horizonte - Belo Horizonte 3ª UJ CÍVE
Processo: 50217603420258130024 - ID 081040000056515850
Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciario>Guia Dep. Judicial
Texto de Responsabilidade do Depositante: Pagamento de Quota parte de Condenação

Pague via Pix com o QrCode ao lado

Recibo do Pagador

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585014 35638.651170 4 13170000643526**

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
BUSER BRASIL TECNOLOGIA LTDA. CNPJ: 29.365.880/0001-81
TRIBUNAL DE JUSTICA. MG - PROCESSO: 50217603420258130024 - 21154554000113 1º Grau Belo Horizonte - Belo Horizonte 3ª UJ CÍVE

Beneficiário Final
TRIBUNAL DE JUSTICA. MG - 21154554000113

Nosso-Número	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	(=) Valor Pago
28365850135638651	81040000056515850	05/01/2026	6.435,26	6.435,26

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço
BANCO DO BRASIL S.A. - SETOR PUBLICO RJ

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585014 35638.651170 4 13170000643526**

Local de Pagamento
PAGAR PREFERENCIALMENTE NOS CANAIS DE AUTOATENDIMENTO DO BANCO DO BRASIL

Data de Vencimento
05/01/2026

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ
BANCO DO BRASIL S.A. - SETOR PUBLICO RJ

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Data do Documento	Nr. Documento	Espécie DOC	Aceite	Data do Processamento	Nosso-Número
05/01/2026	81040000056515850	ND	N	05/12/2025	28365850135638651

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento
81040000056515850	17	R$			6.435,26

Informações de Responsabilidade do Beneficiário
GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081040000056515850
Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br, opção Setor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep

(-) Desconto/Abatimento

(+) Juros/Multa

(=) Valor Cobrado
6.435,26

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
BUSER BRASIL TECNOLOGIA LTDA. CNPJ: 29.365.880/0001-81
TRIBUNAL DE JUSTICA. MG - PROCESSO: 50217603420258130024 - 21154554000113 1º Grau Belo Horizonte - Belo Horizonte 3ª UJ CÍVE

Código de Baixa

Beneficiário Final
TRIBUNAL DE JUSTICA. MG - 21154554000113

Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.

Itaú

30 horas

Comprovante de pagamento de boleto

Dados da conta debitada / Pagador Final

Agência/conta: **2976/05228-8** CPF/CNPJ: **48.109.110/0005-46** Empresa: **TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA E SI**

Dados do pagamento

Identificação no meu comprovante:

BANCO DO BRASIL **00190 00009 02836 585014 35638 651170 4 13170000643526**

Beneficiário: **BANCO DO BRASIL S A - SETOR P** Razão Social: **BANCO DO BRASIL S A - SETOR**	CPF/CNPJ do beneficiário: **00.000.000/4906-95**	Data de vencimento: **05/01/2026**
		Valor do boleto (R$): **6.435,26**
		(-) Desconto (R$): **0,00**
		(+)Mora/Multa (R$): **0,00**
Pagador: **BUSER BRASIL TECNOLOGIA LTDA**	CPF/CNPJ do pagador: **29.365.880/0001-81**	(=) Valor do pagamento (R$): **6.435,26**
Beneficiário Final: **TRIBUNAL DE JUSTICA MG**	CPF/CNPJ do beneficiário final: **21.154.554/0001-13**	(=) Data de pagamento: **11/12/2025**
Autenticação mecânica 83C654A49DF7AA65922F6A1DD78C4E0FFC61446D		Pagamento realizado em espécie: Não

Operação efetuada em 11/12/2025 às 18:19:21 via Sispag, CTRL 005417654879611.

Em caso de dúvidas, de posse do comprovante, contate seu gerente ou a Central no 40901685 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 7701685(demais localidades). Reclamações, informações e cancelamentos: SAC 0800 728 0728, 24 horas por dia ouFale Conosco: www.itau.com.br/empresasSe não ficar satisfeito com a solução, contate a Ouvidoria: 0800 570 0011, em dias úteis, das 9h às 18h. Deficiente auditivo/fala: 0800 722 1722

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARIA NEVES BAST e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2026 às 20:26 , sob o número WJMJ26407914493
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1184729-04.2024.8.26.0100 e código 0ayXeaiz.